

**ATA DO III ENCONTRO DO
FÓRUM NACIONAL DE JUSTIÇA JUVENIL
BRASÍLIA – DF MAIO/2009**

Nos dias **28 e 29 de maio de 2009**, em um dos Auditórios do Hotel Nacional, em Brasília, Distrito Federal, no primeiro dia no horário das das 09:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00 horas, realizou-se o **III Encontro do Fórum de Justiça Juvenil** com o apoio técnico e operacional da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes os seguintes magistrados: Antônio Lopes de Oliveira (PI); Daniel Issler (SP); Danilo Burin (MS); Francisco Oliveira Neto (SC/AMB); Francisco Jaime M. Neto (CE); Graciete Sototo Mayor Ribeiro (RR); Élio Braz Mendes (PE); Humberto Costa Vasconcelos Júnior (PE); José Antônio Barretto (RO); José Dantas de Paiva (RN); Leoberto Brancher (RS); Luís Cláudio Cabral Chaves (AM); Maria Roseli Guinessmann (PR); Maurício Porfírio Rosa (GO); Nelson Santana do Amaral (BA); Noeli Salete Tavares Rebak (PR); Odete Silva Carvalho (PA); Paulo Roberto Luppi (ES); Renato Rodovalho Scussel (DF); Romário Divino Farias (AC); Samuel Rubem Zoldan Uchoa (AP); Silvana Maria Parfieniuk (TO); Vânia Ferreira de Barros (SE); Vera Deboni (ABMP); e Joenildo de Sousa Chaves (ABRAMINJ). Estiveram ainda, presentes os seguintes representantes da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente: Dr^a. Carmen de Oliveira; Dra. Lúcia Elena Junqueira Rodrigues; Dr^a. Márcia Soares; e, Dr. Benedito dos Santos.

Inicialmente foi definida a agenda de trabalho com destaque aos seguintes temas: I- debate sobre o Projeto de Lei nº 1.627; e, II- base de dados mínimos para o SIPIA/SINASE.

A seguir, foi composta a **Mesa de Abertura do Encontro**: Estamos iniciando neste momento, o terceiro Encontro de Juízes da Justiça Juvenil e chamamos para compor a mesa e coordenar os trabalhos, as seguintes autoridades: Dr. Leoberto Brancher; Dr. Humberto Vasconcelos; Dra. Maria Roseli Guinessmann; Dr. Joenildo Sousa Chaves, representando a ABRAMINJ; Dr. Francisco José de Oliveira Neto, representando a AMB; Dra. Vera Lúcia Deboni, representando ABMP; Dra. Lúcia Elena Rodrigues, representando a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os demais, senhores Juízes representantes dos Estados, convidamos para tomar seus lugares.

Para as considerações iniciais, foi concedida a palavra aos componentes da mesa, que assim se pronunciaram: **Dr. LEOBERTO BRNCHER**: "Eu me sinto um

pouco desconfortável com a formalidade do contexto e acho que a melhor forma de lidar com ela é permitir uma certa ruptura do protocolo. Mas acho também, que o protocolo e a formalidade, a pompa cerimonial que a vestimenta dessas mesas nos sugere, ressaltam a importância do nosso Encontro, a importância desse espaço e acho que a melhor forma da gente reconhecer o que se oferece aqui é agradecendo a Secretaria por ter acolhido a nossa expectativa e ter se tornado, com o perdão da expressão, acionista majoritária do nosso projeto de constituição desse Fórum. A pessoa da Lúcia Helena, da Suzana e do Fábio que estão aqui e têm sido incansáveis, não são apenas parceiros, apoiadores, mas verdadeiros partícipes da construção desse processo. A equipe do Nasce, que a cada encontro se integra mais e se mostra mais eficiente e atenciosa conosco, também a nossa gratidão. E um destaque aos colegas que têm mantido a adesão e tem dado a força que anima, que dá alma a esse Fórum. Nos cabe aqui nesse momento fazer uma retrospectiva entre esse breve período que se passou desde a última vez que nós estivemos aqui reunidos, em meados de março e hoje ao final de maio. Já aconteceram coisas importantes, duas em especial no que se refere a esse Fórum. A primeira, diz respeito ao encaminhamento das propostas de alteração ao anteprojeto de lei - PL 1.627 as quais foram trazidas a Brasília ainda naquele mês de março, por Humberto, Roseli e eu entregando à deputada Rita Camata a nossa contribuição. Tivemos nisso uma articulação inestimável, indispensável, da Secretaria de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA. Fomos acolhidos generosamente pela Deputada e sua equipe de assessores parlamentares que nos ouviram por um período significativo. Nós estivemos com ela me parece que das 10 até 13.30, e na medida em que aquela conversa foi evoluindo e foi havendo espaço para a troca de idéias nós vimos que estávamos num ambiente de efetiva abertura, de efetiva interação. Não estávamos apenas sendo recebidos ali protocolarmente, estávamos em uma reunião de trabalho, e o resultado disso se materializou quando a Deputada incorporou praticamente todas as nossas sugestões, particularmente aquelas que tinham para nós uma relevância estratégica pelo seu potencial estruturante. Eram aquelas relacionadas à definição dos objetivos e os princípios regentes das medidas que estão lá no PL e que vão ser tema do nosso reencontro hoje, com sua história de tramitação. Segundo fato a ressaltar nesse período, foi o Encontro promovido pelo CNJ no dia 06 de maio mobilizando colegas de todos os estados, nas áreas cíveis e infracional. Dos integrantes deste grupo, nós estivemos com 16 Juízes participando. Tivemos a oportunidade de fazer um comparecimento com essa representação do Fórum, devido à articulação que o Francisco conduziu junto a Comissão. Francisco e Renato que integram a Comissão dos direitos da criança no CNJ articularam com a

conselheira Andréa Pachar que já na abertura referiu-se à existência desse Fórum, à criação dele. Tivemos depois, ao longo do Encontro, a oportunidade de manifestar o nosso trabalho nas diferentes comissões e eu me ocupei em visitar todas para acentuar esse espaço. Ao final, eu procurei fazer uma manifestação no plenário com esse objetivo. Isso também é assunto da nossa pauta, ou seja, o que fazemos com esses fatos. Antes de passar aos temas da pauta, para que os colegas possam complementar essa abertura passo a palavra em primeiro lugar a Roseli.” **Dr^a.**

MARIA ROSELI GUIESSMANN: “Acredito que a nossa participação no PL foi muito importante e ressaltando o que o Leoberto falou, acredito que cada um de nós vai olhar essa lei, quando pronta, e ver nela a participação de cada um aqui, nas discussões. Nós pensamos, num primeiro momento, que não teríamos os princípios e nem os objetivos colocados no PL e acabou dando tudo certo. Acho que estamos todos de parabéns.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “É com

felicidade que a gente está unido e reunido e acho que agora é cumprir a pauta. Vamos para frente.” **Dr. JOENILDO SOUSA CHAVES:** “Quero cumprimentar especialmente a SPDCA, dizer da nossa alegria e felicidade em participar desse evento, que realmente nos traz grande esperança e dizer que todos estamos envolvidos para tentar resolver ou melhorar, os problemas relacionados às crianças do Brasil. Sem maiores considerações eu apresento meus cumprimentos e digo da minha felicidade, especialmente da ABRAMINJ que quer sempre estar presente em todos os eventos, relacionados com esta causa.” **Dr^a. LUCIA HELENA**

JUNQUEIRA RODRIGUES: “Eu queria começar minha fala dizendo da nossa alegria de mais uma vez recebermos a todos aqui, em nome da Doutora Carmen que deve estar conosco em breves minutos. Ela está fazendo a abertura de um outro Encontro, do Programa de Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte, que estão reunidos aqui, com os coordenadores estaduais e em seguida ela virá e permanecerá conosco. Eu queria só dizer em resposta aos agradecimentos do Doutor Leoberto, que realmente o cuidado para que a gente trabalhe com conforto, com tranquilidade é exatamente para que os nossos trabalhos sejam absolutamente produtivos, que a gente possa avançar nas pautas que estão postas por todos os senhores, e que a gente faça avançar esse processo tão importante de implementação da política nacional voltada ao adolescente autor de ato infracional. A Doutora Carmen ao chegar trará certamente a mensagem da Secretaria dentro da pauta que está proposta. Bem vindos e que a gente tenha um ótimo trabalho até o final da tarde de amanhã.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “Em nome da ABMP eu agradeço mais uma vez o convite, a possibilidade de nós estarmos “empareirados” e dizer que nos sentimos honrados em estarmos nessa mesa. Isso nos dá o privilégio de poder rever rostos tão amigos e depois de tanto tempo matar a

saudade de todos vocês. E dizer, da mesma forma que a ABRAMINJ, a ABMP também, enquanto Associação de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos que estamos muito felizes em poder estar aqui e nos sentimos primeiro, reconhecidos enquanto Associação Nacional, da mesma forma que a ABRAMINJ também deve se sentir assim, e nos sentimos também responsáveis tanto pela evolução do que já se conseguiu, como pela necessidade de nós continuarmos a produzir todos os resultados que são necessários. A ABMP se coloca como parceira e nós gostaríamos de poder contar com a participação de todos, para quando os senhores voltarem aos seus estados, lembrarem de levar os assuntos tratados aqui, à ABMP local, porque identificamos em cada um de vocês um membro nosso pois estão aqui, também na condição de ABMP e gostaria que se sentissem todos assim. Muito Obrigada.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Minha saudação e meu agradecimento pelo convite. Um abraço da Associação dos Magistrados Brasileiros, AMB, aos colegas. Acho que essa é uma reunião que tem tudo para ser marcante porque existe uma série de questões que precisamos definir. E minha compreensão é de que um grupo se legitima por ações, não precisamente por discursos. E eu não tenho dúvida nenhuma de que aqui nós temos todas as condições de tirar encaminhamentos porque hoje, se há uma palavra que é dita e repetida no poder Judiciário, é a efetividade. Aquilo que no Direito Constitucional se dá em concretização, hoje é efetividade. Se pegarmos o Pacto Republicano e verificarmos quantas vezes a palavra efetividade aparece, veremos que é a palavra mais dita naquele documento, um documento que também trata de questões da área da infância e juventude. Eu acho, que nunca o poder Judiciário, nunca a cúpula do poder Judiciário, a estrutura do Judiciário nacional se voltou tanto para a área da infância e juventude. Nunca se falou tanto em infância e juventude, nunca se cobrou tanto da infância e juventude, nunca se buscou aparelhar tanto a infância e juventude. Nós não podemos perder a riqueza desse momento. Obrigado.”

Concluídos os trabalhos de abertura do Encontro, o **Dr. LEOBERTO BRANCHER**, fez novo uso da palavra pronunciando-se da seguinte forma: “Vamos organizar os trabalhos. Eu proporia que a gente fizesse um ordenamento da pauta, porque ela foi se moldando de uma maneira dinâmica e agora a gente tem que adequá-la à sua possibilidade final. Faremos um breve histórico sobre a nossa existência, sobre a nossa situação atual, para alimentar as conversas de corredor que acontecerão ao longo de hoje e amanhã, até que a gente possa fazer as amarrações de uma maneira um pouco mais concretas. O que eu imagino que a gente poderia fazer nesse momento inicial, seria circular a palavra e cada um daria as suas impressões sem entrar em debates, sem discutir. Apenas uma apreciação

peçoal. A gente teria que distribuir o tempo de uma maneira mais ou menos racional, porque nós temos a previsão da chegada da Doutora Carmen Oliveira e então nós entraríamos no item que trataria do PL -1627. Ficaríamos agora pela manhã, com essa passagem geral a respeito da estrutura, organização, funcionamento, relações do Fórum com o CNJ, questão de regimento, política de relacionamento com a SPDCA, com o Tribunal de Justiça, Associações, definição de foco de atuação, pautas temáticas, sistemáticas para enfrentamento de questões controvertidas, formulação de enunciados. Enfim, nós temos um conjunto de demandas que têm surgido e eu tenho ouvido e anotado. Seria o momento da gente listar, para saber o que se vai tratar mais adiante. A partir da segunda metade da manhã, nós trabalharíamos no PL. À tarde, nós retomariamos o SIPIA, faríamos uma atualização do que andou da reunião passada para agora e um posicionamento do que nós temos que conduzir diante da relação com o CNJ. Inclusive, convidaria os colegas que integram a Comissão junto ao CNJ para nos atualizar a respeito da notícia que foi publicada essa semana de que o CNJ aprovou a criação do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, e a partir daí nós definiríamos qual a nossa interação, o nosso papel na questão do SIPIA. Ao final da tarde, eu gostaria então de convidá-los, foi um pedido pessoal que fiz, para que houvesse um espaço para apresentar um material de capacitação sobre Justiça restaurativa que nós produzimos no Rio Grande do Sul. Destinamos uma quantidade de material para remeter aos colegas nos estados, se eventualmente estiverem interessados em montar seus grupos de estudos e se apropriar dessas idéias. Terminariamos o dia com isso. Amanhã nós teríamos a apresentação do PPCAM, Programa de Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte e discussão do problema, e à tarde, nos dedicaríamos integralmente a questão de estruturação e funcionamento do Fórum, assuntos gerais e encaminhamentos, incluindo nos assuntos gerais, o único item de inclusão de pauta que veio, que foi da Roseli pedindo para apresentar o modelo de PIA, de Plano Individualizado de Atendimento utilizado no Paraná, que já fica incluído nessa programação. Quanto à metodologia de desenvolvimento da manhã, alguém tem alguma sugestão que pudesse ser mais efetiva? A Vera está sugerindo começar abordando a questão do CNJ, sobre o cadastro.” A seguir, foi facultada a palavra aos Juízes participantes: **(não identificado)**: Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Secretaria Especial dos Direitos Humanos de proporcionar mais uma vez essa oportunidade de encontrar os colegas, aqui. Eu gostaria de cumprimentar o Leoberto pela direção, ao longo desse período em que vem nos coordenando com maestria, com muita amizade, com muita dedicação, e com muita destreza. Na minha participação inicial eu gostaria de ressaltar a importância deste Fórum. Há cerca de um ano, abril/maio

do ano passado, nós nos reunimos e discutimos a questão do Fórum, seus objetivos, suas necessidades e uma coisa que vem me incomodando ao longo desse ano é justamente essa criação. Porque até hoje nós não temos um regimento, uma coordenação, uma espinha dorsal? Isso eu acho de suma importância, porque como o Francisco falou, o que legitima um Fórum, uma associação, um grupo de Juízes são justamente suas ações. E nós precisamos nos legitimar perante os órgãos competentes. Desde aquela reunião de maio do ano passado eu já havia alertado aos colegas para levarmos as nossas proposições ao CNJ. Mas, essa proposta não foi aceita na assembléia, e os colegas acharam melhor levar as conclusões ao Colégio de Corregedores, e Colégio de Presidentes. O CNJ antecipou-se às nossas realizações. Na minha visão de Juiz, eu acho que na verdade o CNJ veio andar lado a lado com a gente. Porque se nós aqui, somos um Fórum deliberativo, o CNJ pode ser um Fórum de coordenação nacional das nossas deliberações. Se a gente aproveitar esse momento, aproveitar esse espaço que está sendo dado, acho que nós vamos conseguir concretizar muitos objetivos nossos. O que me incomoda é justamente isso. A colocação da pauta pelo Leoberto acho que é muito feliz porque o que sobrevive do Fórum é isso, o que nós somos, o que nós vamos fazer e de que forma nós vamos atuar. A minha idéia é justamente que seja um Fórum de encontro de Juízes da infância e da juventude, nos moldes do FONAJE dos Juízes dos Juizados Especiais, onde nós podemos debater as nossas questões, as nossas preocupações, os nossos enunciados e a parte operacional que nós tivermos dificuldade, nós podemos trilhar junto com o CNJ. Nos cadastros nacionais de adoção / CNA, muito se debatia, e pouca coisa se concretizava então, o CNJ foi e fez. Tendo um alvo, incompleto ou não, hoje nós temos o CNA funcionando e isso tem servido de instrumento para muitos magistrados. Se nós não estivermos atentos, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei também não vai sair. Eu acho que nós podemos amearhar todas as nossas conclusões aqui no Fórum e levar ao CNJ. O Fórum tem caráter permanente, nós podemos trilhar passo a passo com o CNJ a quem nós podemos levar as nossas conclusões. O que eu não poderia deixar de ressaltar é a importância de estabelecermos a nossa linha de atuação, o nosso regimento. Nós estamos abrigados na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, é lógico e eu imagino, que a Secretaria tem nos dado muita força, mas não é pretensão da Secretaria ficar tutelando esse Fórum. Esse Fórum tem que ser independente tem que ser autônomo, então eu acho que a partir daí é que devemos discutir isso. Gostaria de sugerir que o Francisco passasse, antes de continuarmos as nossas deliberações, a visão do CNJ e as conclusões que foram tiradas, após a última reunião. Já houve uma sessão plenária que aprovou a criação do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei." **Dr.**

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO: "No CNJ eu sou membro, assim como o Renato, de uma Comissão que é da efetivação com relação aos direitos da criança e do adolescente. Sou também membro do Comitê gestor de implantação do cadastro nacional por meio de uma designação feita pelo Presidente do Supremo através da professora Andréa Pachá, que é Presidente de uma das comissões onde esses cadastros estão abrigados. Já foram aprovadas duas resoluções importantes. Uma delas que é a Resolução de implantação do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei da qual eu participei da elaboração e a outra Resolução que estabelece a obrigatoriedade do Juiz da parte de ato infracional e execução de medida sócioeducativa, de visitar o local mensalmente com a determinação de remessa de relatório. Houve um episódio pontual que aconteceu no país, em uma das inspeções do CNJ, todos vocês acompanharam, e que acabou resultando na aprovação dessa medida. Qual é o principal problema que surge com isso? É aquela história de começar dizendo: mas assim o CNJ está querendo controlar tudo. E eu pergunto se em determinadas situações não tem que realmente controlar tudo? Por que há necessidade de baixar uma Resolução estabelecendo que o Juiz tenha que mensalmente visitar a instituição onde estejam os adolescentes? Por que será que obrigatoriamente tem que se repetir que o prazo de internação provisória é de 45 dias e é improrrogável? Porque nesse país, nós temos dados colocados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, primeiro em 2006 e agora em 2008, mostrando o número de adolescentes em regime de internação e o número de adolescentes em regime de internação provisória e a gente começa a entender um pouco do sistema e ver que as vezes, a defasagem apontada em 2006, e eu não vi os números de 2008, essa defasagem é de três mil vagas para internação, na semiliberdade, no programa de internação definitiva ou na internação provisória. Mas nós vimos também, o que aconteceu com a antiga FEBEM em São Paulo, hoje, Fundação Casa, que de mais de quinhentas rebeliões num período de cinco anos, caiu para menos de três rebeliões em 2005. De mais de setecentas fugas, para menos de cinquenta. Qual foi a mágica que eles fizeram que pode ser implantada? Sem objetivamente ter dados nós não chegamos a lugar algum para fazer um histórico infracional adequado do adolescente. Sem ter a possibilidade de conhecer como hoje, no sistema de adoção, nós podemos afirmar que, por exemplo, a questão da idade é o principal elemento de restrição da adoção porque os dados numericamente têm mostrado isso. Só sete por cento das crianças tem menos de três anos, mas oitenta por cento dos pretendentes só querem adotar crianças com até três anos. A questão da cor ela não é tão restritiva como sempre pareceu porque há uma distribuição nacional disso. Quer dizer, sem esses dados, sem esses números, nós não temos condições de contribuir de forma adequada, com

propósitos claros para que essas políticas públicas sejam desenvolvidas. Aqui faço a minha defesa incondicional da existência disso. Sou um Juiz do tempo apesar de ser novo, em que eu fazia audiência, e muitos aqui certamente também o fazem, anotando. Ouvia uma testemunha anotava, julgava um processo com mérito anotava, para depois poder fazer um mapa estatístico. Hoje nós não precisamos fazer mais nada disso. Então, nesses sistemas de informações temos que ter um funcionário só para essas informações. E é evidente as vantagens da existência desses números. Os colegas que têm atribuição na área da infância e juventude têm esses números à sua disposição para dialogar com a sociedade, para comparecer aos grupos de apoio a adoção e falar. Nós vamos ter a mesma coisa com o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, o que não prejudica de forma alguma a existência de qualquer outro sistema de informação utilizado. É importante que se coloque isso. Tudo foi feito sempre com diálogo transparente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos que nos ajudou fornecendo inclusive as telas do seu próprio sistema. E a lógica toda do sistema segue isso, para não atrapalhar uma comunicação posterior entre esses sistemas. E eu acho que nós temos, e essa é a minha visão desse pólo, que colocar o dedo na ferida, nós temos que reconhecer as nossas dificuldades, fazer propostas para superar essas dificuldades, e mais uma vez repito, aproveitando esse momento, nunca se falou tanto em infância e juventude na cúpula e na estrutura do poder Judiciário. O Ministro Gilmar Mendes tem dado uma grande contribuição como Presidente do Conselho Nacional de Justiça e Presidente do Superior Tribunal Federal quando vai para a televisão e dá declarações como as que tem dado, reconhecendo a questão relacionada à infância e a juventude, como vem acontecendo desde o início da sua gestão. Acho que nós temos que aproveitar essa onda, não perder essa oportunidade, ser propositivo, reconhecer as nossas dificuldades, reconhecer que infelizmente existem adolescentes que extrapolam o prazo de 45 dias na internação provisória. Esse sistema vai possibilitar o controle rígido disso porque tem a data de início e a data de expiração do prazo e avisa ao Juiz da necessidade de rever a questão dos 45 dias. Nós estamos enfrentando sempre o fantasma da redução da idade penal com propostas que surgem a cada fato que acontece e abalam a sociedade, esse assunto volta à tona, então essas são as questões que eu penso que nós temos que enfrentar. Da parte referente ao Conselho Nacional de Justiça, o que eu vivi nesse período ali dentro, nessas duas Comissões, em especial a Comissão de adolescentes em conflito com a lei, essas duas medidas adotadas e esses três cadastros, o cadastro de crianças e adolescentes abrigados, o de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e o terceiro, que é de adolescentes em conflito com a lei, vão ficar abrigados na

Corregedoria Nacional de Justiça. Isso também já virou um problema de Corregedoria porque muitos colegas no país, ainda não entraram, ainda não conhecem o cadastro nacional de adoção. Mais de quinhentos Juízes, dos três mil, ainda não fizeram isso. Essa é a realidade e é com isso que nós estamos trabalhando. Eu acho que esse Fórum, a partir do momento que reconhece essa nossa dificuldade é que pode contribuir para que se supere essas mesmas dificuldades, para enfrentá-las, para fazer alimentação correta e a partir daí é que a gente poderá ter uma política pública adequada em relação a essa área.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Eu tenho algumas preocupações como Juiz, integrante de um Fórum como este. Para que a gente possa ter legitimidade para trabalhar junto aos demais seguimentos sociais, inclusive com outras organizações como a ABMP, AMB, ABRAMINJ, Tribunais de Justiça, CNJ, eu acho que nós temos que nos estruturar aqui e agora, até porque o tempo é curto. Quando eu digo isso é porque nós teremos pouco tempo com o apoio, por exemplo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Mais dois Encontros aproximados e depois seria por conta dos Tribunais ou por conta dos próprios Juízes, o que torna a situação um pouco mais complexa, difícil. Então nós devemos aproveitar esses três Encontros, começando com o de hoje, para a gente pensar na estruturação desse Fórum. Estruturando esse Fórum, vamos ter legitimidade para se trabalhar com outros temas, especialmente junto ao CNJ. Estruturando o Fórum que deve ser permanente porque a característica do Fórum é a permanência, trazemos para dentro dele discussões como a que o Francisco colocou. Eu acredito que esses problemas que nós temos no dia a dia com Juízes, com Promotores, com a Defensoria, com a retaguarda de uma forma geral, é fruto de uma desorganização, inclusive nossa. E o Fórum vai oportunizar para que a gente possa superar essas dificuldades nos estados. E depois de estruturar o Fórum, eu acredito que trabalhando em cima daqueles dois temas que nós escolhemos no início que é a aprovação do PL, e depois, com o SINASE, possamos trabalhar a implementação desses dois documentos em um só, que é a lei. E para isso eu proponho agora criar uma Comissão, com o pessoal da mesa, para que a gente possa trabalhar essa organização interna, a elaboração de estatuto, de regimento interno, definição dos nossos representantes, a quem nós devemos procurar para discutir e com quem articular. É fundamental para que as pessoas possam receber os nossos trabalhos, não tenho dúvidas disso. Eu não sei como está a agenda da deputada Rita Camata, mas eu proponho que a gente possa, todos não, os representantes do Fórum, possivelmente amanhã, fazer uma visita a Deputada.” **Dr^a. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Eu estou com o celular aqui em cima da mesa porque ontem, nós pedimos a presença dela, da assessoria dela aqui, hoje, mas ontem a

noite fechou a sessão ordinária da Câmara e não foi convocada a extraordinária. Ficou na pendência da possibilidade de convocação de extraordinária para hoje de manhã. E o PL está em caráter de urgência. Então nós estamos aqui monitorando se vai haver ou não a convocação da extraordinária e se isso acontecer o PL pode até entrar em votação hoje de manhã. Se a gente receber a notícia, obviamente nós vamos repassar aqui e pode vir a ser uma das nossas atividades ir até a Câmara. Mas, se isso não se consolidar, eu posso manter novo contato com a assessoria para saber da permanência da Deputada em Brasília hoje, até que horas, porque normalmente hoje é o dia que eles voltam aos estados. **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "Além da qualidade dos nossos representantes e da quantidade de colegas aqui presentes acho fundamental aproveitarmos para mostrar que isso é uma urgência. Eu acredito que depois de aprovado o PL e estruturado o Fórum, eu não tenho a menor dúvida que muitas mazelas que nós encontramos no dia a dia nos fóruns, no Brasil todo, serão superadas. Quando o Fórum estiver legitimado nós poderemos trazer para cá, como a Roseli trouxe a experiência dela com o PIA lá em Curitiba. Cada um poderia apresentar aqui a sua experiência ocorrida no seu estado. Um dos problemas que nós enfrentamos é ficar na dúvida ou na incerteza, ou na insegurança de está fazendo certo ou não. Diante do nosso isolamento, esse Fórum proporciona uma integração, por exemplo, o que Roseli está fazendo, o que Renato está fazendo aqui em Brasília, porque você pensa que está fazendo a coisa certa e muitas vezes tem algo melhor. Eu acho que essa troca de experiências vai ser fundamental para que se possa implementar não só o PL depois de aprovado, e o SINASE que eu acredito que é um documento importante para a gente, mas implementar de vez o próprio Estatuto. Porque o Estatuto ainda é desconhecido. Às vezes você participa de uma capacitação no interior do Rio Grande do Norte ou de qualquer outro estado e você percebe que chegaram agora Juizes novos que têm dificuldade em trabalhar com o Estatuto, especialmente aquele Juiz que trabalha com todas as matérias, que é um Juiz clínico geral. Não é prioridade para ele o Estatuto. Eu digo isso porque eu ouço de alguns colegas o seguinte: "Dantas, a infância e juventude para mim não é prioridade por uma questão circunstancial. Por exemplo, eu sou cobrado em uma matéria de família, constantemente, mas ninguém me cobra nada na área da infância e da juventude, nem as partes. Nem o adolescente me procura, nem os pais, nem o Defensor e o processo fica lá". Então não é prioridade por uma série de razões. Talvez com o fortalecimento e a legitimidade do Fórum, junto com outros segmentos, a ABMP, nós fazemos parte da ABRAMINJ também, da AMB, e agora do CNJ, nós possamos sim, de fato, fazer um trabalho permanente, vários órgãos trabalhando, não divididos, fazendo a mesma coisa, mas articulados e assim a

gente pode superar essas dificuldades que são enormes em trabalhar essa matéria. De fato eu acho que os Tribunais Superiores hoje, principalmente o STJ, tem decidido bem. Eu venho estudando muito algumas matérias e me parece, que a gente vai ter que entrar nessa discussão quer queira, quer não, ou seja, definir a natureza jurídica da medida sócioeducativa, tem que se trabalhar claramente esse assunto. Se é de natureza pedagógica, se ela tem um caráter somente pedagógico ou se ela tem um caráter também retributivo, isso é um assunto que eu tentei discutir em uma reunião regionalizada e Fernando, que foi Presidente do CONANDA, disse: "Dantas nós não discutimos esse assunto porque é pedagógico" e eu disse, eu sei, eu tenho consciência e eu aceito, mas os Tribunais estão pensando de uma forma diferente. Até então, nós não aceitávamos a prescrição, hoje a prescrição é uma realidade. E são assuntos que nós não podemos deixar de conversar, e nem jogar debaixo do tapete. São assuntos que deverão ser temas desse Fórum. Eu acredito que, primeiro a estruturação do Fórum é essencial, vital para que ele permaneça vivo. Deve ser um assunto que deve ser pautado agora, na minha opinião, para que ele possa ser discutido e definido e não adiado. Nós temos o costume de adiar para segunda, terceira reunião e isso é ruim porque divide, separa, distancia e não se decide nada. Eu acho que nós temos que decidir agora. Vamos criar o Fórum para que ele possa ter legitimidade, existência, até mesmo existência jurídica junto a outros órgãos. É uma preocupação que eu trago, agora, porque eu vejo nesse Fórum algo que eu não vejo em outros Encontros, que é trabalhar frente a frente com o colega, perguntando o que ele está fazendo, tendo a oportunidade de falar. Aprendi isso no FONAJE e foi uma experiência boa que nós podemos trazer para cá. Estou falando muito, mas é uma angústia que tenho e que tenho de botar para fora, aqui. Esse é o momento oportuno, o tempo é fundamental, mas algumas coisas devem ser ditas e eu acho que esse é o momento oportuno." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Eu quero pedir desculpas ao Dantas por ter apartado e pedir desculpas a todos vocês por está nesse lugar, aqui. Eu estava fazendo a seguinte conta. Nós tivemos a notícia que a Carmen está com um atraso na programação dela, de onde ela viria. Ela vai atrasar uma hora, ou seja, vai chegar aqui as 11.30. Nós temos de 10.15 até 11.30 para trabalhar essa primeira rodada de colocações pessoais. Se nós dividirmos o tempo, faltam 20 colegas para falar, com 3 minutos para cada um, nós teremos uma hora e sobram quinze minutos para gente fazer uma amarração. Vocês aprovam essa idéia?" **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** "Isso já devia ter sido determinado porque, com todo respeito o caro colega falou um tempo livre e agora temos que falar com 3 minutos disponíveis e nem sempre vai dar para dizer alguma coisa ou o que se quer." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Mas a idéia, é que nós vamos ter uma tarde

de trabalho, na sexta feira. Eu fiz uma proposta e eu não sei se o Nelson está apresentando uma contra proposta. Você colocou uma proposta de não regulamentar o tempo? Nós temos duas propostas: regulamentar ou não regulamentar o tempo.” **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Regulamentar é fundamental, agora, isso devia ter sido visto antes.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Vamos adiante. Vamos fazer uma previa de inscrições. Quem vai falar levante a mão. Vamos ver quantos querem fazer inscrição. Nem todo mundo vai falar, isso já é uma solução. Então ficam cinco minutos para cada pessoa dentro dessa nova composição.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Francisco, eu concordo inteiramente com você quando diz que tem que haver uma padronização, neste país. Eu acho que um dos grandes problemas desse país é exatamente isso, cada pedacinho ser de um jeito. Eu tenho uma preocupação: esse cadastro único. Eu acho que ele tem que existir, mas eu acho que ele tem que respeitar uma coisa, a regionalização, porque o garoto do Rio de Janeiro, o de São Paulo, não são iguais ao garoto do Acre. Acho que embora esse cadastro tenha que existir e eu sou inteiramente a favor, tem que existir um Fundo. Porque como a Andréa que é nossa conselheira, do nosso Tribunal, e como o Tribunal do Rio de Janeiro anda muito rápido em informática, o que acontece com essa idéia de ter cadastro único? Procura-se criar o sistema para implantar esse cadastro único e a gente esquece do aspecto regional. Vamos supor, se hoje, nesse momento o sistema de informática do Tribunal aparecer no cadastro que já está começando a ser alimentado, eu tenho 22 mil adolescentes em conflito com a lei, e não existe isso. Mas, em razão desse cadastro único e dessa agilidade do Tribunal, em querer acompanhar rapidamente o Conselho Nacional de Justiça, perde-se essa identidade de região. Então eu acho que tem que existir sim, cadastro único mas, cada região deve ser identificada nesse cadastro único, senão vai dar um problema sério de distorção.” **Dr. LUÍS CLÁUDIO CABRAL CHAVES:** “Eu não tenho participado de todas essas reuniões, é a primeira e vim por acaso, porque momentaneamente a capital do estado está sem Juiz titular na área infracional da infância e juventude. Mas, por outro lado, foi bom porque eu posso trazer aqui a voz da maioria dos Juizes do Brasil que não são especializados no tema da infância e juventude. E acho que esses debates de questões gerais, são extremamente importantes para essa padronização do CNJ, mas tem umas discussões que talvez sejam anteriores a isso: a estruturação das Varas, a instalação de Juizados, principalmente nas Comarcas que tenham uma população maior, nos municípios pólo. Essa questão dos 45 dias, por exemplo, dificilmente isso é cumprido no interior do estado do Amazonas, porque você tem um município que fica a 14 dias de barco da sede da cidade e não tem estabelecimento para internação, em nenhuma Comarca do interior do estado

do Amazonas. Como é que se resolve isso? Não resolve, então não se cumpre esse prazo. Por isso é que dificilmente se cumpre esse prazo nos municípios mais afastados. Se não for possível dar uma indicação aos Tribunais, que priorizem essas questões, acho que a gente vai ficar aqui discutindo coisas que jamais serão aplicadas, na prática. Com relação a estruturação do Fórum eu tenho receio que a partir do momento que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos não puder mais, até porque não é sua função precípua, apoiar essa reunião, esse Fórum tende a se encerrar. É a tendência natural das coisas, acho difícil os Tribunais investirem em algo que vai lhes trazer cobranças de verdade. Esses são os aspectos que me preocupam. Agora, eu queria discutir, acho que já vi algum direcionamento nesse sentido no CNJ, para que se cobre dos Tribunais a instalação de Juizados da infância e juventude e a estruturação dessas Varas para que se possa trabalhar. Para vocês terem uma idéia, a gente até para fazer um ofício, é obrigado a sentar e fazê-lo porque não tem gente que ajude. Fica-se aqui discutindo questões gerais, enunciados, quando na realidade a gente não tem um funcionário para fazer um ofício. Discutindo-se o prazo da internação enquanto na realidade não tem para onde você mandar o adolescente, vai sempre para Manaus. Eu estou aqui representando a AMB, para trazer essa mensagem, porque o Brasil é muito diferente. Não foi povoado de maneira uniforme, tem realidades que são extremamente complexas e que, por não ser um país unitário, acho difícil uma padronização nacional ser realmente efetiva em muitas dessas áreas, mas sou favorável a esses cadastros, a todos esses incentivos gerais. Porém há outros que precisam ser discutidos, até porque eu acho que eles precedem, por exemplo, a estruturação e instalação de Juizados da infância e da juventude, primeiramente, nos principais municípios do interior do estado e depois, se puder, ampliar para outros. Eu acho que basicamente era isso que eu queria falar.” **Dr. JOSÉ ANTONIO BARRETTO:** “Bom dia a todos, aqueles que eu já encontrei outras vezes e aqueles que eu conheci hoje. Queria ser bastante breve. Eu me lembro do Francisco quando foi lançado o Cadastro Nacional de Adoção fazendo aquela peregrinação pelos estados. Quando estive lá em Rondônia eu tive o prazer de conhecê-lo. É certo que aquele cadastro que foi lançado pelo CNJ, teve força de lançamento e isso é inegável. Mas, eu tinha colocado aqui para falar como primeiro tema, o que eu realmente achava interessante, era, essa coisa da estruturação do Fórum. Em Rondônia hoje, a Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor, todos os Desembargadores e Juízes de todas as Comarcas sabem que existe um Fórum de Juízes da infância e juventude porque eu comecei a falar disso, informei que foi feito isso e aquilo, para divulgação. E eu sinto que se nós não nos estruturarmos, e eu me lembro de uma mensagem eletrônica que Leoberto mandou, dizendo a

respeito do encontro do CNJ, e ele nos perguntava se seríamos dissolvidos ou absolvidos e muita gente otimista eu inclusive, falou que nem uma coisa nem outra. Se formos absolvidos vamos entrar já jogando no primeiro time, não há problema algum. As mensagens eram todas otimistas. O Dantas falou agora a respeito da necessidade de estruturação, a mesma coisa que o Renato falou. Eu não vejo nas palavras que foram ditas nada contra essa estruturação, ao contrário. Nós precisamos definir uma coordenação, fazer essa mesma peregrinação. Não sei como vai ser feito isso, qual o custo disso. Eu até entendo que ao invés de a Secretaria custear novos encontros, poderiam ser custeadas visitas dos membros da coordenação, daquela que fosse eleita, aos Tribunais, para levar a importância disso, para que futuramente nós tenhamos algo como o FONAJE. O FONAJE está acontecendo, em São Luis do Maranhão e salvo engano, o Tribunal de Justiça mandou 8 Juízes substitutos mais Juízes titulares do Juizado, todos custeados pelo Tribunal de Justiça para que aprendam os princípios do Juizado, para que conheçam quais são os enunciados do FONAJE. Então eu acho que é possível manter, é possível o Tribunal encampar, é possível estruturar. Eu não vejo assim com tanta desesperança o fato de o CNJ ter feito um encontro e lançado um Fórum, acho ao contrário. Acho que nós temos é que agregar gente, nós temos é que divulgar e aqui a minha proposta, por mais gostoso que seja encontrar todo mundo quando se vem aqui, é de que nos estruturássemos internamente, regimentalmente, da mesma forma que Francisco fez, ou seja, fizessem a mesma peregrinação. Que a Secretaria fizesse esse estudo, de quanto custaria, o que seria mais fácil. Essa é a minha proposição inicial.” **Dr. DANILO BURIN:** “São dois detalhes apenas que eu quero destacar. Falando justamente na instrução dos Juízes substitutos. Nosso estado está agora, com o ingresso de cerca de 18 Juízes substitutos que todas as manhãs freqüentam aula normal de instrução para que tenham algo mais específico. E de tarde, são designados para as Varas existentes em Campo Grande. Eu consegui, olhem o que eu estou dizendo, eu consegui que viessem alguns, que viesse um Juiz justamente da Vara da infância, depois da terceira vez que eu insisti com o Presidente. E desse curso, não havia nenhuma abordagem sobre a infância. Outra coisa que queria dividir com vocês, hoje na madrugada, fui acordado com uma mensagem no meu celular, que veio do meu filho lá de Florianópolis e dizia o seguinte: Bom dia pai. O sol já acordou. A alma se renova, um novo dia despertou, amanheceu um lindo dia na mais pura alegria, na árvore os pássaros cantam, no céu as nuvens dançam, um ótimo dia para você. Te amo.” **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Estou preocupado porque no último Encontro quando estava havendo as últimas discussões sobre o PL, havia uma pessoa na digitação que ficou de nos passar qual foi o texto final que nós discutimos aqui, na questão de

Princípios, de tudo o que nós propusemos para que chegasse até a Deputada Rita Camata, e eu não recebi cópia disso. Queria realmente ter trazido aqui alguma contribuição, ainda mais coisas que eu acho que nós tínhamos anotado, tínhamos discutido com Promotores, Defensores e realmente, eu não sei a quem eu devo cobrar. A gente tem feito muitos contatos por e-mail, mas eu não recebi isso para que pudesse participar. Nos preocupa muito a criação desse cadastro, no CNJ e realmente há uma hierarquia muito grande. Ainda é preciso que nós definíssemos aqui, como foi dito pelos colegas, a nossa competência. Nós somos aqui praticamente Juízes de atos infracionais e boa parte de execução de medidas. Agora no caso, o que muda, por parte de apuração de ato infracional e execução, é o Fórum do CNJ como Fórum mais abrangente. Acho que 80 a 90 Juízes não sei quantos vão da capital para o interior, e houve uma gritaria muito grande com os problemas que a gente já conhece, e me reservei, decidi não falar porque já estavam reclamando muito. Realmente nós temos conseguido alguns avanços, mas muitas vezes é muito mais por conta de amizade, que um Juiz mantém com este ou aquele Presidente. Porque nem sempre tem Juiz que olha a área da infância, e simpatiza com ela. Um colega sempre dizia que no Tribunal as relações são mais de prestígio do que da força de atuação do trabalho. Hoje na Bahia só se fala em CNJ. Fico preocupado com vários Juízes doentes, Juízes com problemas de saúde e o TJ me pede agora todo dia relatórios, estatísticas e cobranças. Vara com trinta, quarenta, cinqüenta mil processos, Juizados comuns e o que acontece é que não se aumenta a quantidade de Juízes. O Presidente do Tribunal me dizia: "Nelson eu não estou dormindo porque eu não sei se esqueci de algum funcionário que eu tenho que pagar na folha". Nós não temos Juízes em quantidades suficientes, não temos funcionários em quantidade suficiente e na área da infância, nós até estamos bem. Gostaria que a gente pudesse definir na metodologia principalmente, uma diretoria, uma coordenação. Como é que o CNJ vai nos olhar nesse quadro, como é que a gente vai continuar porque nós somos um grupo, eu diria um grupo de especialistas. Nesse sentido, eu acho também que é importante dar conhecimento aos outros colegas das outras Varas, que agora na Bahia tem nove Varas da infância e da juventude e pelo interior estão sendo instaladas nove estruturas de semiliberdade, uma coisa também muito importante para acabar com aquela visão felizmente conservadora. Para dizer com todo respeito que tenho pela Magistratura Brasileira, ficou demonstrado numa pesquisa realizada em Curitiba pela AMB, que o Juiz brasileiro é 68%, salvo engano, conservador. Em todo aquele longo questionário que nós respondemos que predomina aquela visão ainda de direito penal: matou, roubou tem que prender, tem que isolar e a internação tem sido um tanto quanto banalizada, sobretudo para os Juízes que não são especialistas. Eu fiz

agora um relatório de seis páginas de todas as participações aqui em julho, em agosto, em março, e levei para a Presidente pedindo para fazer a divulgação no site do Tribunal, para que os colegas do Tribunal pudessem tomar conhecimento. E o melhor é que nós pudéssemos, desse encontro estabelecer alguns procedimentos padronizados. Houve uma época em que vocês tinham uma série de provimentos nas relações cíveis, de Juízes e Tribunais, numa região lá no Rio Grandes do Sul, que está sendo processado na Internet. Cada vez que eu converso com um colega aqui eu vejo as dificuldades da prática, cinco, seis processos do mesmo menino são vários atos infracionais.? Arquiva este, arquiva aquele, não arquiva, elimina, extingue, não extingue e não pode extinguir. São Paulo, faz de uma forma, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e fica a pergunta: estamos violando a lei ou não, e nós precisamos também incluir na pauta a discussão da reforma do Estatuto. Muito obrigado.” **Dr. ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA:** “Eu faço a pergunta para o Doutor Humberto: como surgiu esse cadastro nacional que se elaborou lá no CNJ? Qual o seu pensamento em relação ao SIPIA, há pontos divergentes? Porque me parece que esse cadastro nacional do Conselho Nacional surgiu primeiramente para controle do Juiz. Mas lá no SIPIA tem isso também? Então eu pergunto para o Dr. Humberto o que ele acha, se há pontos convergentes ou divergentes entre o cadastro nacional do CNJ e o SIPIA. É só isso mesmo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Nós estamos com o SIPIA em pauta para a tarde.” **Dr. FRANCISCO JAIME M. NETO:** “Meus caros colegas, hoje os dois produtos mais caros do mundo são água e informação. E eu estou aqui, num primeiro momento, já que nos eventos anteriores o Ceará foi representado pelo Doutor Francisco Suenon Bastos Mota e eu não pude estar presente, de forma que eu ainda não tenho uma verdadeira dimensão desse projeto até por desconhecimento. Quando eu falei da água e da informação exatamente o que eu notei vendo o gigantismo dessa proposta é que para nós há, como que uma subtração dessas informações. O colega Zé Dantas do Rio Grande do Norte falou do clínico geral, do Juiz do interior que está abraçado com uma diversidade de causas e eu tenho certeza, que pelo menos os meus colegas do interior do estado do Ceará, não têm idéia da existência ou da importância, ou da dimensão desse Fórum. Essa discussão, portanto, eu acho que caberá a cada um de nós como Juiz, multiplicador, levar ao conhecimento de todos os colegas da Magistratura. Porque afinal de contas o Juiz do interior é Juiz cível, ele é Juiz criminal, ele é Juiz de família, e na maioria também é Juiz da infância e da juventude. Uma indagação ou uma proposta que eu faria, é como se levar ao conhecimento dos colegas essa realidade e principalmente, como obter deles também propostas e idéias. Se isso se faria ou se poderia organizar, pensar em simpósios, encontros ou congressos estaduais sobre o tema e, não só no

âmbito do Judiciário porque infância e juventude é um tema multidisciplinar. Eu perguntaria se estamos em sintonia com, por exemplo, os órgãos estatais de assistência a infância e a juventude, estaríamos em sintonia com a psicologia e as importantes informações que ela nos tem a prestar, principalmente no que diz respeito a questão do adolescente na sua re-socialização por meio da atividade pedagógica que eles desenvolvem nos centros educacionais. E acredito, que deveria ser levado a debate também a generalização desse prazo de 45 dias porque, um caso ou outro sempre irá reclamar a flexibilização. Seriam essas as minhas observações preliminares e acho que até ao nível de proposta. Obrigado.” **Dr.**

ROMÁRIO DIVINO FARIA: “Ouvindo aqui as falas me deparo com a questão da importância da nossa organização no Fórum, como pessoa jurídica. O efeito das informações, daquilo que foi deliberado no Fórum é muito grande perante as instituições. E cada membro que pudesse fortalecer cada vez mais essa proposição para organizarmos como pessoa jurídica o Fórum, a sua existência, definir missão, valores, visão, isso seria de grande importância. E eu pude sentir isso aqui nos dois Encontros que nós participamos. Aquilo que é deliberado e é divulgado como deliberação de um Fórum com a existência organizada, tem os seus efeitos. No estado do Acre, nós já podemos avançar na estruturação da Vara da infância e da juventude. Sou o titular há dois meses na Vara e já tivemos algumas conquistas e muitas delas foram fruto de antecipação de deliberações de fóruns da infância e da juventude. A exemplo de implantações de projetos, como o que nós discutimos a virtualização da Vara da infância e da juventude, e tivemos “Depoimentos sem dano”, que também foi aventado em outro Fórum do CNJ, que já está em implantação. Então se isso aqui tomar corpo como uma instituição, e for devidamente divulgado perante as instituições, principalmente perante o Judiciário dos estados, nós teremos cada vez mais força e voz para a implementação de políticas na área da Justiça juvenil. Acho que é muito importante nos fortalecermos pois, diz o ditado que o melhor amigo do povo é o povo organizado e nós como instituições, como Juízes da infância e da juventude, temos essa missão. Nós podemos nos definir nesse Fórum, estabelecer a nossa missão como Fórum, a nossa visão, os nossos objetivos, e assim nós avançaremos muito no Brasil afora no fortalecimento do atendimento à infância e a juventude.” **Dr. WLACIR BARBOSA**

MAGALHÃES: “Meus cumprimentos a todos e inclusive aqueles que ainda não pude fazer. Na realidade eu não vou me manifestar por muito tempo nem o necessário, suficiente, curto ou demorado. Até porque eu vejo o seguinte: estruturação de Varas, divulgação de trabalhos, inspeção de unidades, fiscalização por meio da Secretaria dos Direitos Humanos aos locais, definição de pautas, cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei, nós estamos vendo isso freqüentemente e

seria mais um tema a ser abordado aqui, quando várias vezes já pudemos fazer. E ultimamente nossos reclames, choros, nossa situação de dificuldades foram expostas há poucos dias no Conselho Nacional. Francisco que era o coordenador do nosso grupo ouviu todos nós e pudemos tirar as conclusões. Portanto diria que era mais uma extensão do que se faz aqui embora com alguma conotação diferente. Portanto eu me reservo para que nossas discussões tomem esse curso, aqui. É isso que nós nos propomos todo o tempo e que delas nós tiremos o que de melhor for possível ao nosso trabalho na área da infância. Eu trabalho só com ato infracional, tenho interesse que esse Cadastro Nacional do Adolescente em Conflito com a Lei colocado pelo Conselho tenha vulto e possa realmente ocorrer em todo Brasil, tanto quanto aconteceu com o cadastro nacional de adoção. Portanto, eu espero que nossas discussões se reservem aos temas que nos interessam.” Dr^a. **GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Devo confessar que desde o evento passado eu e a Roseli somos as defensoras da questão da estruturação e da questão dos enunciados deste Fórum. Falo na estruturação porque temos a ata da nossa criação que não diz como nós vamos ser estruturados, qual é o nosso papel, qual é a nossa função, isso ao meu ver é de suma importância. Com relação a questão dos enunciados, até o exemplo que o colega deu hoje com o FONAJE, é o que os Tribunais usam nas suas decisões. Os enunciados do FONAJE, começam a ter um conhecimento muito maior. A partir do momento que a gente tenha nossa estrutura montada, eu acredito que os Tribunais vão ver esse nosso Fórum, como vêem o FONAJE e isso para mim é de suma importância. Eu lembro que quando se começou a falar a questão do Fórum do CNJ nos e-mails que foram trocados, acho que o Danilo até perguntou “será que nós vamos nos apresentar”? Dei a título de sugestão, a minha opinião. Nós temos que mostrar que existimos e qual é o nosso papel, acho que isso é de suma importância e considero que esse novo Fórum está aqui para somar. A partir do momento que o CNJ começou a baixar resoluções com está temática, no meu estado, teve um retorno muito grande porque os Tribunais começaram a se preocupar com a infância. Antes, nós éramos uma Vara social, deixada de lado e a partir do momento que o CNJ começou a baixar resoluções, a cobrar alguma coisa eles começaram a ver o que o Juizado está fazendo, coisas que nós já fazemos há anos e eles sequer sabem que existe. Então, isso para mim foi de suma importância. Faço um adendo com relação a essa Resolução sobre a obrigação da visita mensal aos centros de internação. Essa ressalva é em consideração a colega Odete, que diz que teria que falar por mais de uma hora, pois desde o evento passado ela vem colocando as dificuldades que vem tendo com relação aos centros de internação do Pará. Essa questão de apresentar relatórios e buscar soluções, eu acho que é de suma importância. E é o nosso papel, nós temos

que colocar a nossa problemática e acima de tudo buscar alternativas, parceiros e articular solução das questões que nos afligem. Muito obrigada.” **Dr. ÉLIO BRAZ MENDES:** “Todos que me antecederam expuseram muito bem as questões que compuseram a pauta de hoje, mas eu não quero me furtar de manifestar o meu entusiasmo por este Fórum, desde a sua criação que foi no dia 08 /08/2008, esse dia tão simbólico, eu estava presente e saí daqui muito entusiasmado. Não tive a oportunidade de comparecer ao segundo Encontro, mas hoje ao terceiro estou aqui com vocês. Estou muito entusiasmado porque eu tenho 17 anos de Magistratura e, iniciei a Magistratura em 1992 logo após a efetivação e o início do Estatuto da Criança e do Adolescente e me sinto Magistrado do Estatuto. Não conheci nenhum trabalho antes do Estatuto e quero dizer que nunca presenciei nenhum fórum, nenhum trabalho dessa natureza. O que eu tenho acompanhado, nós temos os adolescentes infracionais como sendo a última instância, o último interesse dos profissionais da Justiça, sejam dos Juízes, dos Promotores, Defensores ou de outros profissionais. Há uma grande resistência em se trabalhar, em criar programas, em criar interlocuções e parcerias, para se financiar projetos relacionados aos adolescentes infratores. E esse Fórum vem para mostrar isso, que já é tempo de dar um basta nisso para que nós possamos de fato contar aos Tribunais, aos colegas, e a sociedade como um todo que sua importância é vital. Eu vejo com grande entusiasmo, vejo um grande futuro para esse Fórum porque a sociedade está cobrando a todo momento, na mídia, em todos os espaços. Há uma cobrança de resultados e de respostas. O que nós vamos fazer, de que maneira nós vamos criar uma rede de proteção que possa envolver os setores da educação, da saúde da assistência social. A expectativa é que a gente possa no Judiciário fazer até muito pouco sobre isso, pois o muito deve ser feito antes por outras esferas que antecedem o nosso trabalho. A interlocução desse Fórum com outros fóruns é de suma importância. O colega do Ceará colocou muito bem essa preocupação e eu quero dar continuidade a ela, é de que nós somos Juízes e trabalhamos em equipe. Nós trabalhamos com uma visão interdisciplinar. O Estatuto está lá dizendo que nós temos uma equipe multiprofissional que assessora o Juiz. Porém, é mais do que isso. Elas constroem conosco toda uma política, dentro do poder Judiciário e fora do poder Judiciário. Essas equipes interprofissionais estão presentes em todos os setores. Eu estive no FONACRIAD e acho que foi no início de 2008, e eu era o único Juiz que estava presente nesse encontro. Todas aquelas executoras e executores de medidas sócioeducativas estavam naquele momento numa grande agonia no que diz respeito ao SINASE. Em especial sobre a liberdade assistida, uma grande preocupação sobre o início e o fim dessa medida, se ela será de controle, como é hoje, apenas do Judiciário. Somente o Juiz poderá dizer quando se encerra essa

medida, já que é ele que diz quando ela se inicia. E lá se discutia a participação mais efetiva e a autonomia dessa equipe interprofissional em especial nas executoras, as fundações, casas, hoje em Pernambuco, não mais FUNDAC, mais FUNASE e assim por diante. Então de certa forma nós estamos, um pouco ausentes nesse debate e nessa interlocução interdisciplinar. À exemplo do que se dá com o "depoimento sem dano", o projeto de lei já está sofrendo alterações. Onde constavam psicólogos, hoje são profissionais e gera um grande problema ao mudar esse foco da ciência, do diálogo de uma ciência específica que seria da psicologia com o direito. Nós não temos essa prática de dialogar com outras ciências pela nossa formação positivista, cartesiana apesar do esforço pessoal de muitos, nós não temos esse diálogo com outras ciências e isso reflete diretamente no nosso trabalho, com essas equipes. Eu acredito, que os nossos enunciados sejam importantíssimos até para que haja uma pauta nacional, uma orientação nacional e a gente possa reproduzir a excelência do conhecimento. Acredito que ninguém no país está mais preparado do que os Juízes que trabalham na infância e juventude com os adolescentes infracionais, para terem essa participação. Não há ninguém pensando sobre isso tanto quanto nós. Mas creio que as equipes interprofissionais estão aí para uma grande contribuição e seria interessante que nós tivéssemos pelo menos representantes nossos, de forma permanente, em outros fóruns, para fazer a escuta e fazer a interlocução sobre o SINASE em especial, e sobre outras questões. Eu gostaria também, de manifestar a minha opinião sobre o cadastro nacional. Acho que seria de urgência, nós necessitamos de uma ordenação sobre essas informações, essa base de dados. Eu tenho conhecimento que em São Paulo, creio também que no Rio de Janeiro, acho que no Rio Grande do Sul as delegacias já estão montando os seus cadastros, como se fossem os seus fichários, com o perdão da palavra, fichários ambrosianos do século XIX, em que você tem adolescente que não tem uma medida ainda aplicada, ou não tem uma representação recebida no Judiciário, mas, porque é um garoto de rua ele já tem a sua fotografia na delegacia, já tem informações para numa eventual acusação, de identificar a vítima em fotografias, já que existe uma grande dificuldade em trazer esses jovens para serem reconhecidos. Que o delegado possa ter essa documentação é, a meu ver, inconstitucional, fere completamente o princípio da proteção integral, da visão especial da família, sem falar, se nós formos consultar uma imputabilidade às avessas, a presunção da inocência. Então acredito que o cadastro nacional vem para organizar e dizer que os nossos adolescentes que estão no cadastro, são adolescentes que têm representação de entrar no sistema de defesa e esses adolescentes podem ser consultados, podem ser em suas fichas, em seus cadastros, trabalhados pelas delegacias, pelas entidades executoras,

Conselhos Tutelares, e demais entidades que compõem a nossa rede. Eu acho que o trabalho que o CNJ vem fazendo é surpreendente, eu até fico surpreso quando a gente ouve o ministro Gilmar Mendes ir à televisão e dizer que vamos criar uma Vara especializada em cada comarca do país. A gente toma um susto, porque a gente tem um sonho guardado, e chega alguém lá de cima, do mais de cima possível e diz vamos criar uma Vara especializada, quando a gente sabe que os Juízes, em grande parte no Brasil, estão fazendo a clínica geral, estão nas Escolas Superiores de Magistraturas, nos cursos de formação recebendo informações de Desembargadores, de Juízes, que a prioridade para o trabalho deles é o réu preso, que não é a prioridade trabalhar com o adolescente e há um grande desinteresse em trabalhar com essa questão do adolescente infrator. Eu acredito que o nosso Fórum vai fortalecer essa política junto ao CNJ, e que a gente pode dar um grande, não digo apoio, mas fazer uma grande pressão, sobre os Tribunais, uma pressão política, uma pressão bem fundamentada academicamente de forma que eles possam abrir os olhos e perceber que esse é o caminho para se dar a resposta que a sociedade tanto espera dos Tribunais, no que diz respeito a essa peleja de anos e anos que a gente tem com a infância e a juventude. Em Recife, nós estamos com um esforço muito grande, Dr. Humberto é nosso parceiro maior, ele é o Juiz da execução das medidas sócioeducativas, nós temos mais dois Juízes, são três Varas só na área do infracional e hoje nós estamos com uma parceria com a planinternacional através da PLANBRASIL, que fez mesmo um investimento em profissionais da FUNASE e em profissionais da Vara, para a formação em terapia comunitária e isso parece uma coisa estranha para algumas pessoas, mas é simplesmente a idéia de que seja possível trabalhar o retorno desse adolescente para a sua comunidade, não apenas na esfera do Judiciário ou na esfera da família, mas que a gente possa ter um conhecimento dessa comunidade. Hoje as rodas comunitárias, já estão acontecendo nas cidades de Jaboatão, onde os adolescentes, os familiares desses adolescentes e as pessoas da comunidade estão participando dessas rodas para discutir os temas que a eles interessam. Claro que, em primeira mão, vem logo a vida desse adolescente, a violência que sofreu e como ele vai retornar a comunidade. Não basta só a família dizer que quer o filho em casa. Se a comunidade não deseja esse adolescente ele é ameaçado de morte, o padeiro, o comerciante que foi vítima de um assalto, de um furto, está esperando esse menino para matá-lo. Muitas vezes, a gente sabe que ele sai da unidade e depois de todo o trabalho feito, volta para a comunidade e nada adiantou do investimento público porque esse jovem na primeira noite é chamado por um companheiro envolvido com tráfico, ou então ele é morto mesmo pelos grupos de extermínio das comunidades. Estamos com essa preocupação, esse é o nosso referencial teórico, é

um marco para nós em Pernambuco e tem sido surpreendente. Em Jaboatão, os efeitos são positivos porque a comunidade está abraçando esse projeto e as famílias estão se sentindo protegidas, integradas, porque afinal de contas não existe adolescente fora de uma família e não existe família fora de uma comunidade. Obrigado.” **Dr^a. CLEUCI TEREZINHA CHAGAS:** “Eu quero fazer apenas alguns lembretes. Porque muito já foi dito e eu acho que muito do que já poderia ser falado, os anseios e preocupações externadas, também são as minhas. Com um pequeno diferencial de que no meu estado, graças a Deus, o meu Tribunal já acordou há pelo menos uma década, para a importância de se trabalhar, de se equipar as Varas de infância e adolescência. Tanto que nós temos um complexo onde juntos estão todos os atores dessa área. Mas, o nosso trabalho tem uma relevância de suma importância e não deixa de ser um trabalho social e também, para quem não conhece a força e o valor da atuação nessa área, não raras vezes e até por desconhecimento, nós Juizes da infância e adolescência somos um pouco discriminados, como eram os Juizes que atuavam nos Juizados, até alguns anos. Eu tenho conhecimento de que o CNJ esta elaborando critérios para uniformizar as promoções por merecimento. Eu queria deixar um lembrete aqui que nós devemos trabalhar, trabalhar, trabalhar. Devemos mostrar o nosso trabalho e numa promoção por merecimento devemos concorrer em pé de igualdade porque o nosso trabalho não se faz por números, por quantidades, mas a especificidade e o perfil do Magistrado da infância e da adolescência deve suprir a quantidade do número de sentenças. O meu medo é que os critérios para essa promoção sejam exclusivamente, numéricos. Então eu acredito que estando presente a ABMP e a ABRAMINJ elas poderiam pensar nisso. Esse é o meu recado e a minha contribuição.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Represento hoje, aqui, o desembargador Luis Carlos Medeiros, Coordenadoria da infância e juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. Eu também, não vou repetir aqui o que a maioria já colocou, eu queria fazer duas ou três considerações. Uma, complementando o que a colega acabou de colocar. Me parece que o preenchimento dos cargos, dos quadros de infância e juventude deve ter, como critério a avaliação do trabalho do Juiz, o perfil dele de atendimento, a capacitação que ele tenha em direito da criança e do adolescente porque nós precisamos de Juizes que estejam aptos a executar esse trabalho, nas Varas de infância e juventude que é muito específico e nós sabemos disso. A respeito da coexistência desse Fórum e do Fórum que já está acontecendo no Conselho Nacional de Justiça, eu penso que a diversidade é um componente de democracia, e a complementaridade dos trabalhos desenvolvidos aqui, e no CNJ, só tem a acrescentar ao desenvolvimento do atendimento pela jurisdição da infância e da juventude. Em dois pontos eu queria tocar aqui, que acho importantes para a

gente discutir. O primeiro deles é o papel do Juiz de fazer uma diferenciação, que eu acho importante. Existe muita confusão sobre quais são os papéis do Juiz da infância e da juventude. Muitas vezes, aquela atuação correta do Juiz que articula, do Juiz que participa, que é aberto a sociedade, que procura articular o seu papel institucional com as outras entidades para produzir melhor o seu atendimento, é confundida com uma atuação que invade os limites de atribuição de outras esferas, poder Executivo, Conselhos Tutelares. Eu acho que é um assunto que também se precisa lembrar e trabalhar para que a gente possa dirigir os nossos recursos, otimizar os poucos recursos que a gente tem, pois se a gente for fazer um trabalho que deva ser executado por outras instâncias, a gente acaba não conseguindo executar o nosso corretamente. A gente precisa cobrar das outras instâncias aquilo que é dever delas. E o meu último ponto, mas não menos importante, que o colega do Amazonas mencionou é a dificuldade que se tem para o atendimento quando a gente não tem os recursos materiais e humanos mínimos. Eu acho que isso não é, embora esteja muito destacado, um problema só do Amazonas, a gente vê isso em todo lugar e eu acho que está na hora da gente discutir a prioridade absoluta de criança e adolescente, em termos orçamentários. É necessário criar mecanismos para que os Tribunais de Justiça dêem prioridade real a infância e juventude nos seus orçamentos. Um passo importante foi dado na última reunião no CNJ, quando saiu como uma deliberação, embora ainda não tenha sido publicada, nos resultados que foram produzidos pelos grupos de trabalho, que é necessário que os Tribunais separem dentro dos seus orçamentos o que é dedicado a infância e juventude. E assim como se tem feito em termos de outras informações que vêm sendo colhidas no cadastro de adoção, para o cadastro que vai ser criado de adolescentes em conflito com a lei, isso também é uma informação importante para formação de diagnóstico, onde a gente vai poder verificar se realmente os Tribunais estão ou não priorizando a criança e o adolescente como deveriam. Porque falar de prioridade absoluta esquecendo o orçamento, me parece que não tem como aceitar. Obrigado.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Vamos suspender um pouquinho as falas para dar as boas vindas a Carmen. Eu quero saudar a presença entre nós da Sub-Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Oliveira e reiterar aqui na presença dela toda a gratidão e carinho, o reconhecimento que nós já externamos ao longo da manhã, ao apoio a retaguarda que a Secretaria tem nos proporcionado. E dizer a Carmem que, certamente de alguns anos para frente nós poderemos nos encontrar e lembrar que foi na gestão de vocês que se iniciou esse espaço, que nesse momento discute as suas perspectivas de sustentabilidade a longo prazo e certamente terá uma marca importantíssima. Essa marca vai ser relacionada a gratidão, ao apoio de vocês. Nós estávamos aqui concluindo uma

roda de comentários e de sugestões sobre o encaminhamento do Fórum. Temos na seqüência que ouvir você a respeito do andamento do PL. Se me permite eu concluiria essa rodada para entrarmos no próximo tema. Não sei se você apenas gostaria de fazer uma saudação de chegada.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Eu diria que estou aqui em medida sócioeducanda por ter chegado atrasado. Eu não poderia deixar de registrar aqui a minha enorme satisfação e a ternura com que vejo a presença da Vera, dizendo como o Arnaldo Jabor: o que seria desse mundo sem vocês mulheres, sem esse sorriso. E que reconheço o seu grande conhecimento, comprometimento com a área da infância e juventude e dizer a você parafraseando Tânia Carreiro, que disse “ é certo que o inferno existe porque a velhice chega”. Pois eu diria que é certo que o céu existe porque vocês mulheres existem. Assim, na Vera eu cumprimento todas as mulheres que estão aqui, com todos esses créditos e louvores. E aos colegas eu quero cumprimentar, cumprimentando o Humberto nessa mistura do macho nordestino com o lorde inglês. Assim, eu gostaria aqui de inspirado no padre Antonio Vieira lembrar como ele disse, “tudo no ser humano tem que ter fundamento como uma árvore o tem nas suas raízes, e como substancia no seu tronco”, assim também, eu diria que o nosso Fórum precisa ter fundamento, precisa ter tronco, precisa ter flores e frutos. É preciso que daqui nós tenhamos frutos que se espalhem por esse país afora. Mas é preciso também que a gente tenha a visibilidade desse resultado. E hoje em razão da matéria que eu trago aqui nas mãos de Goiânia, de 30 adolescentes que ganharam prêmios de um programa que nós temos lá, o que a gente chama de “pintando o sete”, dentro das nossas unidades de privação de liberdade. O repórter foi procurar os trinta e para nossa enorme tristeza, 27 ou morreram ou estavam presos, 1 havia se recuperado e 2 estavam soltos mas haviam voltado para a cadeia. Isso me deixou profundamente consternado e me trouxe no caminho de Goiânia para cá, a idéia de que nós precisávamos também dar um retorno a sociedade, do que é esse tempo de Estatuto no Brasil. Eu penso que nós precisamos deixar de ser dogmáticos e nos apegarmos ao Estatuto como algo além de críticas e precisamos saber o que tem sido feito nesse país, quais os resultados que nós tivemos dessas ações. Eu penso que é o momento da gente levantar o que foi que aconteceu com as crianças e adolescentes desse país que tiveram notadamente na área infracional, medidas aplicadas, o que nós colhemos disso tudo. Qual é o fruto que o Estatuto gerou. Eu gostaria muito de desafiar a Secretaria dos Direitos Humanos para que nós pudéssemos no Brasil, fazer um levantamento desses adolescentes e de uma forma mais científica pudéssemos avaliar toda essa ação da rede, notadamente das medidas sócioeducativas. Eu penso, que isso nos municiaria para enfrentarmos essas situações com mais

cientificidade e com menos dogmatismo. É esse o registro que faço de sugestão para que nós possamos também, prestar contas do que temos feito, dos resultados obtidos. Obrigado aos senhores pela paciência de me ouvir.” **Dr^a. MARIA ROSELI**

GUIESSMANN: “Depois do poético Maurício, vem a prática, Maria Roseli. Graciete, a gente conversou bastante da outra vez, eu, você e a Vânia e acho que o Maurício também, a respeito dessa questão de trazermos uma minuta de Estatuto, de criação do Fórum e tudo mais. E eu confesso que cheguei em Curitiba e pensei, vou começar a fazer esse esboço. Peguei as atas de constituição do FONAJE que eu participei naquela época e percebi uma dificuldade, bem grande, que eu acho que é o ponto maior que a gente tem a discutir hoje, sobre a estruturação e funcionamento do nosso Fórum. Porque lá naquele tempo do FONAJE, não existia nenhuma associação de Juízes, de Juizados especial, não existia uma associação de Promotores dos Juizados especiais, não tinha um departamento da AMB criado, uma vice presidência para assuntos da infância e da juventude não existia isso no Juizado especial. Então, eu penso em discutir o papel hoje, do nosso Fórum, e tentei trazer uma minuta mas eu realmente encontrei essa dificuldade. Além de tudo isso, posteriormente veio a portaria número 512 do CNJ criando o Fórum dentro do CNJ. Então, fica aquela questão hoje, qual o papel da ABMP, dentro desse contexto que tem de agregar vários órgãos? Qual o papel da ABRAMINJ hoje, nessa área da infância e da juventude e, por último, do CNJ? Claro que o CNJ vindo se preocupar com assuntos da infância e da juventude para nós é muitíssimo importante porque o CNJ tem o poder de determinar, a gente sabe que o CNJ e os Tribunais muitas vezes não nos valorizam, não valorizam a área que a gente atua, como já foi dito aqui, várias vezes, durante a rodada, as dificuldades que enfrentamos quanto a falta de estrutura, falta de capacitação, enfim de uma série de coisas que estão sendo discutidas e foram discutidas no CNJ. Agora, nós temos mais essa Portaria. O CNJ fez um cadastro de adoção. Eu não sei se hoje o CNJ tem como obrigar o Juiz a cadastrar. A gente sabe que esse cadastro da adoção, muitos Juízes não o efetivam. Agora nós teremos mais um cadastro que é esse cadastro do ato infracional que eu não sei se já existe ou não, se já está pronto, ou ainda está sendo elaborado.” **Dr. RENATO R. SCUSSEL:** “O esboço que existe lá

no CNJ é justamente o nosso esboço que discutimos no Fórum. A existência do nosso Fórum é importantíssima em razão disso porque nós discutimos, e então elaboramos esse esboço e o CNJ está aproveitando.” **Dr^a. MARIA ROSELI**

GUIESSMANN: “Ótimo. Na seqüência, fica complicado a gente saber qual vai ser o nosso papel, se a gente não tem hoje definido nem o papel das associações que fazem parte da área da infância e juventude. Essa estrutura para mim, parou nesse ponto, e eu não consegui realmente prosseguir no meu esboço. O CNJ agora me

dita essa questão de que a gente tem que visitar as unidades uma vez por mês. Só que nós todos aqui sabemos exatamente qual a estrutura que temos e, sabendo tudo o que existe, qual é a contribuição que se espera disso, o que se espera de nós, sendo que aqui no caso, o CNJ vai fazer uma parte do papel mandando a gente visitar e a gente vai visitar e encaminhar depois para o CNJ todo mês, essas atas, dizendo toda a situação em que se encontra e que na maioria é horrível. Então, vai se chegar num ponto de ir e de ter que conversar com a Secretaria dos Direitos Humanos, começar a conversar com esses outros órgãos, porque não vamos dar conta de resolver sozinhos a questão. Eu acredito que para a gente estruturar o nosso Fórum aqui, e ver como é que vai ser esse funcionamento, primeiro a gente vai ter que ter essa compreensão toda das outras associações, e dos outros órgãos. Era isso que eu tinha aqui para ponderar e creio que é um ponto que a gente tem que discutir, antes de fazer esse nosso Estatuto. Já passei do tempo. Obrigada aqui pela atenção de todos.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Queria só pontuar rapidamente o que a gente ouviu aqui, Leoberto também anotou tudo e a gente, lógico, vai ficar ruminando isso. Renato e Francisco falaram o que todos nós sentimos do CNJ como parceiro porque a gente tem esse sentimento e tem essa dedicação à causa e o acolhe como parceiro, naturalmente. Eu ressalto na fala do Dantas a ansiedade e numa tempestade de idéias, penso que a gente teve um momento de botar na mesa o que todo mundo encontrou de positivo nos seus estados, as idéias e os fazeres que estão dando certo e também, todas as dificuldades que se enfrenta. Odete, com aquele silêncio obsequioso nos disse tudo das dificuldades que enfrenta no seu estado. Marcius me trouxe a questão do cadastro real, porque essa questão de cadastro muitas vezes traz mais gente do que tem no mundo real. Outro dia, uma juíza foi fazer uma conferência do que tinha no programa de informática e do que tinha de verdade na Vara, e encontrou 5000 processos a mais lançados no programa, isso quebra qualquer firma. Então é preciso ter esse cuidado, naturalmente. Luis Cláudio passa 15 dias para devolver o menino para a unidade e mais 15 para receber de volta de barco então, 45 dias para ele é um tormento e nos trouxe a angustia do Juiz geral. Nós temos muitas angustias e eu compartilho com Élio a capacitação dos colegas do interior e a mente do Juiz geral cuja prioridade é processo criminal, ele tem essa leitura e a gente precisa realmente buscar essa capacitação do Juiz geral. Barreto, falou da nossa necessidade de fazer uma política com os Tribunais para que conheçam o Fórum e também se sensibilizem da necessidade da existência dele. Danilo, decano, também clama pela capacitação dos substitutos. Luis Cláudio chamou a atenção para a capacitação dos substitutos porque não se vê o Estatuto nas universidades, não se discute Estatuto da Criança e do Adolescente nas

escolas, nas magistraturas, não se capacita o Juiz novo para o Estatuto e ele é surpreendido na mesa, com um volume imenso de demandas na área da infância e juventude. Do nosso Piauí, o Antonio falou do SIPIA preocupado se ele vai ou não controlar os Juízes. Na verdade, é uma ferramenta de autoconhecimento, muito mais do que de controle. Francisco Jaime do Ceará, sugerindo que a gente conversasse sobre sintonia com os parceiros que fazem a causa da infância, ou que têm obrigação de fazer, e também a questão da flexibilização dos 45 dias que o Estatuto não permite. Romário trouxe uma preocupação nossa que é a virtualização dos processos e a gente está querendo caminhar a largos passos para isso. O SIPIA ou ferramenta equivalente é um instrumento que pode nos facultar isso. Wlacier, do Maranhão, emprestou-nos seu sorriso, e a sua simpatia e eu não anotei o que ele falou mas Leoberto anotou, porque ele ficou sem querer falar, sem querer falar, mas mostrou a preocupação com o Fórum em si. Graciete ressaltou a necessidade do CNJ na questão da padronização dos procedimentos. Terezinha Chagas, de Cuiabá, também nos trouxe essa preocupação. Daniel que representa aqui o nosso Coordenador da Infância lá de São Paulo, trouxe uma preocupação que eu ressaltai dentre tantas que são os critérios diferenciados para o preenchimento das Varas da infância. Realmente eu acho que a gente deveria levar isso até o CNJ se fosse o caso, e construir aqui um entendimento desse critério diferenciado porque se a pessoa não for dedicada, vocacionada, interessada, capacitada para a área da infância, fica complicado demais. Mauricio com o seu invencível charme, perigosíssimo e Roseli, amarrando aqui a conversa até onde eu anotei, com a preocupação pela nossa estruturação. Parece que Odete agora amadureceu a fala e eu penso que antes da nossa chefe se pronunciar devêssemos ouvi-la porque ela criou aquele clima de ansiedade.” **Dr^a. ODETE DA SILVA CARVALHO:** “Eu me sensibilizei muito quando nosso colega leu o que o seu filho escreveu e fiquei pensando na situação em que os nossos jovens, não sei se isso ocorre em todos os estados, mas no meu estado, realmente há uma situação gravíssima. O que diriam aqueles jovens que se encontram na situação em que eles estão nas unidades de internação? Que lindo, se pudessem fazer um verso tão bonito quanto esse. E observei também o que o nosso colega falou sobre os 30 adolescentes que saíram da unidade de internação e se eu não me engano apenas 1 conseguiu ter uma vida normal. Eu acho que o nosso Fórum, além de todas as coisas que nós temos que resolver, nós poderíamos nos ajudar e eu acho que um problema que dificilmente vem a tona, ou nunca veio a tona, é como estão as nossas unidades de internação, a semiliberdade e até a liberdade assistida e a prestação de serviço a comunidade. E eu gostaria nesse momento, que nossa Secretária se encontra aqui que houvesse um olhar, uma visão de como está isso em nível de Brasil, porque no meu estado, a

situação está gravíssima. Eu, na segunda Vara estou há dois anos e meio e desde que eu entrei, quando observei o depósito em que se encontravam aqueles adolescentes, eu fiquei impressionada. Pela Presidente do Tribunal foi designada uma Comissão para tentar resolver esse problema. O Ministério Público tinha entrado com uma ação para que aquele ambiente fosse desativado. E, através do Procurador do estado, e do nosso trabalho eu consegui que fosse feito um acordo nesse processo. Mas nesse acordo os prazos estão correndo e até agora nada foi feito. Eu procurei a Secretaria dos Direitos Humanos do meu estado, eu procurei a Secretaria de Desenvolvimento Social, eu procurei a Secretaria de Saúde, eu procurei o Secretário de Segurança Pública, eu procurei o Vice Governador, eu procurei a Governadora e mandei um ofício para a Governadora. E depois que eu falei com a Governadora, depois de toda essa caminhada, eu dei um tempo porque eu julguei que alguma coisa ia ser feita e comecei a ouvir de novo, que os meninos continuavam sendo terrivelmente espancados, que os meninos estavam com reféns monitores, adolescentes, e a situação ficou tão evidente, tão trágica que o Ministério Público, Defensoria, nós do Juizado fomos até uma unidade, que é uma das piores, porque todas estão na mesma situação. E fomos na pior delas, que deveria ser a melhor, porque ela foi exatamente a unidade que substituiu o famoso EREC que conseguimos fechar. Foi construída de improviso, em determinado local, para que esses adolescentes lá ficassem. E passou a ser esse o pior local que existe para adolescentes. E eu diria para vocês uma coisa muito importante: Se um local não é adequado, mas se recebesse um tratamento de higienização e um trabalho adequado com os adolescentes, com certeza não chegaria onde chegou. Fizemos uma visita e eu fiquei mais triste, ainda. Porque eu visitei a Governadora do estado em janeiro, e já passamos: fevereiro, março, abril, maio, e vamos entrar em junho e a situação dos adolescentes é muito pior. Realmente eu estou sensibilizada, vocês estão notando que eu estou realmente desesperada porque nessa última visita, nós verificamos os adolescentes espancados em sua grande maioria e o estado em que eles se encontram realmente é de penúria. Quando nós entramos, e isso o CNJ precisa saber, nós não podíamos sequer fazer a visita porque a situação dentro dessas unidades era tão grave que quando eles sabem que quem está lá é o Juiz, (eu tenho que entrar disfarçada, eu vou com uma roupinha bem simples) eles querem quebrar tudo. Gente eu diria para vocês que eles tem razão de quebrar, qualquer um faria isso se estivesse num lugar daqueles. Eles querem quebrar tudo e a última visita que eu fiz e que não posso fazer todo mês, eles pegaram um adolescente e começaram a quebrar o garoto porque assim eles tentam chamar a atenção das autoridades para o estado em que eles estão. Estado de penúria, de desespero. Sete adolescentes em um local úmido onde não têm onde dormir,

amarram pedaços de panos para sobreviver e lá eles estão muito revoltados. Eles querem se matar se eles pegarem monitores querem matar, são muitas dificuldades. Então, como nós podemos nos acalmar diante de uma situação dessa, onde nós discutimos tantas coisas bonitas, pelo menos se tentassem obedecer o que diz o ECA, a Constituição artigo 227, a profissionalização, o lazer, a saúde, a cultura, a vida deles, mas eles não têm nada. Não têm profissionalização, não têm cultura, não tem saúde, não têm lazer, não têm banho de sol, não têm nada. Mas se eu perguntar, vão me dizer que eles fazem um curso de computação. O curso de computação é exatamente o seguinte: uma semana tem uma hora de computação. Daqui a quinze dias, um mês tem uma outra hora, ou meia hora e daqui a quinze dias não tem mais nada. Não tem profissionalização, não tem cultura, não tem lazer, e não tem saúde. Não tem saúde. Como viver num ambiente daquele, o chão cheio de água e eles estão bebendo água do vaso sanitário. Eles não têm como sair daquele local não vão a lugar nenhum, vivem naquele poço de lama. E eu fico muito triste quando eu venho aqui e tenho essa vontade de fazer isso que eu estou fazendo agora, gritando, pedindo socorro porque no meu estado eu já pedi socorro a todas as autoridades que eu podia. E nessa última visita que fizemos, tive que sair as pressas sob pena deles matarem um adolescente lá dentro, para chamar atenção. Um garoto me chamou atenção na pior cela que havia. O garoto me chamou atenção, muito revoltado querendo matar e disse que queria matar mesmo, porque quando ele chegou ali, ele pensou isso: "nós viemos para cá, nós roubamos, mas quando nós viemos para cá, nós precisávamos que nos dessem condições para estudar, para melhorar", que é tudo o que eu sempre digo e aquele garoto falou. E eu fiquei impressionada. Depois que ele falou tudo isso e muito mais coisas, ele disse, "por isso é que eu vou matar, eu vou matar, eu vou matar porque não tem jeito. Para nós não tem jeito" Enquanto eu saía para uma outra cela, eles pegaram esse menino e passaram a tentar matar mesmo. Então vocês vejam bem, talvez a minha realidade seja diferente do que vocês enfrentam. Eu não extrapolo os 45 dias, a gente trabalha exatamente para ver se eles não vão para aqueles lugares, nós fazemos audiência tanto no conhecimento, quanto na execução. Apesar de ser uma Vara, eu consegui uma juíza auxiliar que é exatamente para não extrapolar, que é para não encontrar motivos de o menino estar ilegalmente num local daqueles. Mas vejam bem, no momento em que nós sentenciamos uma internação nós jogamos aquele adolescente num poço de lama, onde ele apanha, onde ele não tem nada de saúde, onde deficientes mentais estão misturados com os outros porque não temos para onde os mandar. E não pensem que é porque eu não me virei para ver o que eu conseguia. Por duas coisas eu luto: saúde mental e desdrogadição. Porque 95 por cento dos nossos adolescentes se drogam. E não tem

nada na saúde para eles, nada, absolutamente nada. Na penúltima visita que eu fiz tinha um adolescente com a saúde mental comprometida, num quadrado, aliás num retângulo de um metro por dois, deitado no chão, espancado. E ninguém vê nada disso e as coisas continuam. Se nós sentenciamos internação, ele vai para dentro de um poço de lama, se nós sentenciamos semiliberdade ele foge no mesmo dia da semiliberdade. Se nós aplicamos a ele a PSC que é da competência da Prefeitura e se fizessem um bom trabalho, esses meninos possivelmente não retornariam, não iriam para a internação. Então a PSC também não existe. De que estão valendo as nossas sentenças no nosso estado? Para que está servindo se nós não temos nada disso? São vãs sentenças, não se sabe o que fazer. Eu sei que eu já extrapolei o prazo, eu peço desculpas de estar desabafando com vocês. Eu trouxe aqui para vocês, se quiserem, estão nas minhas mãos algumas fotos que fiz dos locais, e tenho também o ofício que eu mandei para a Governadora. Me desculpem, muito obrigada.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Está vendo, se provocar uma coisinha, ela entra para guerra. Ela já está na guerra há muito tempo. Querida, a gente quer agradecer o seu desabafo e dizer que, no Brasil, todo mundo tem essa realidade só que no norte, no Pará me parece que ela está mais aguda. Nós temos que nos preocupar, e nos ocupar com isso. Já incorporei aqui na nossa pauta.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu vou pedir a compreensão dos demais integrantes da mesa para que a gente não se detenha agora no nosso fechamento, dado o adiantar da hora e então lembro que nós vamos retomar essas falas na tarde de sexta-feira. Fiz aqui uma pré-sistematização e eu não me deteria em compilar as falas de cada um, mas anotei todas em três grandes tópicos que poderiam ser linhas estruturantes do nosso trabalho. A primeira, relacionada a possibilidade da criação de uma Comissão de Estruturação, que trataria de objetivos, Estatuto, regimento, articulação com Tribunais, planejamento de longo prazo. Imagino que essa Comissão poderia ter a participação, além de alguns colegas escolhidos dentro do Fórum, daqueles que representam as nossas entidades dada a inserção política dessas atividades no que se refere a articulação, aproximação com Tribunais e CNJ. A segunda, poderia ser uma Comissão Científica abrangendo as várias demandas aqui relacionadas, relativas a definição das pautas temáticas do Fórum, formulação de enunciados, compartilhamento de boas práticas e a iniciativas de formação, incluindo eventos, etc. E em terceiro lugar uma Comissão Executiva, necessária para fazer a condução do processo no que diz respeito a realização dos encontros, manter a mobilização, fazer a representação, a comunicação do Fórum e a integração entre as demais atividades. Eu me coloco aqui desde já no compromisso de participar dessa coordenação executiva, tal como hoje nós estamos investidos, até o final do ano, dentro das reuniões que nós

estamos realizando. Penso que nós temos esse tempo e se antes não se avançou na estruturação do Fórum é porque existem questões em aberto, questões que precisam ser discutidas. A Roseli me parece que trouxe algumas relevantes e que talvez estejam interferindo na questão dessa definição, qual a especificidade e se justifica-se essa individualização do Fórum. A partir da definição de proposta nós temos então um semestre, para chegar no final do ano e formalizar isso, e seguir então com um planejamento definido e também de longo prazo. Eu me lembro da imagem do prático, aquele que carrega o navio até sair em alto mar e depois volta nadando. Me dispus, de preferência gostaria de voltar num barquinho, não gostaria de voltar a nado. Com essas sugestões eu deixaria um fecho para aquilo que nós podemos retomar, a conversa na próxima rodada de sexta feira, a tarde. Carmen, eu acho que nós não podemos anunciar a sua presença sem relacionar com o que você ouviu de tudo o que aconteceu, porque nós estivemos trabalhando na dimensão institucional, estruturante, de uma maneira quase que abstrata, diante da concretude emotiva e vivencial da realidade trazida pela Odete. Penso que ela expressa um momento grave da realidade do seu estado, e de uma maneira extremada, a realidade que nós todos enfrentamos e que justificam sobremaneira na contribuição da Odete a máxima expressão daquilo que é a verdade que está por trás desse nosso esforço da estruturação, de aprofundamento científico. Então mais uma vez se reforça a relevância do encontro, da oportunidade do grupo de se reunir, de estar sendo mobilizado e reforçar também, a nossa gratidão que já se encaminha além da expectativa de uma ajuda concreta, uma expectativa de que o Fórum possa ser, esse instrumento de apoio aos colegas tal como a Odete começou dizendo.”

O próximo temário tratado foi a **Tramitação do PL 1.627/2007**. Reportando-se ao assunto, foram feitos os seguintes pronunciamentos: **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA**: “Eu queria desejar boas vindas a todos e a todas deste grupo e iniciar talvez embalada, ou sacudida pela fala da Doutora Odete, aquilo que também tem sido a nossa preocupação, nesses últimos tempos referentes ao sistema sócioeducativo, no Brasil. A velha senhora Febem sempre dá mostras da sua sobrevida, digamos que nós estamos longe de termos virado essa página. Ela aparece e reaparece aqui e acolá. Eu ainda estou tomada de uma certa surpresa, na visita recente na assembléia descentralizada que o CONANDA realizou no estado do Espírito Santo e é uma pena que um representante do Tribunal de Justiça do Espírito Santo não esteja aqui, pois a gente conversou longamente naquele estado, inclusive com dois dos Desembargadores em visita ao Tribunal de Justiça sediado em Vitória. Mas nós temos evidências de que esta senhora moribunda dá os seus

estertores, insistindo em reaparecer. Nós tivemos casos recentes de mortes no sistema sócioeducativo, em pleno reordenamento como por exemplo, São Paulo, Minas Gerais e a esta narrativa do Pará que coincide com as impressões que a Lucia teve em visita recente, na semana passada, acompanhando várias unidades, em vários âmbitos do sistema. Também, no estado de Goiás tivemos uma morte de adolescente, ali onde o adolescente estaria sobre a tutela do Estado, na proteção da vida. Particularmente, eu fiquei impressionada porque mesmo pegando uma Febem em frangalhos em 1999 por exemplo, no nosso velho JM, eu nunca tinha visto uma unidade em estado tão deplorável de insalubridade como apontou a Doutora Odete. Eu acho que nada justifica se ter uma estrutura velha, os velhos internatos por exemplo, da Febem, ainda sendo usados pelos sistema sócioeducativo com a insalubridade a que estão condenadas algumas unidades. Eu lembro inclusive que uma das nossas velhas unidades da Febem, em Porto Alegre, foi uma das primeiras a responder ao reordenamento e que ninguém dava nada porque era um prédio vertical, completamente desequipado e que se transformou, se transfigurou no seu espaço físico pobrezinho, mas todo arrumadinho, com cortina, com cheirinho de casa, e que certamente isso repercutiu no todo. Repercute na atuação dos funcionários, porque eles também estão ali naquele ambiente insalubre, repercute na possibilidade de pensar um pouco aquém da saúde, pensar educação, pensar a cultura e esporte. Por outro lado, me impressionou de que não se trata de uma gestão nova, de uma gestão que tem 6 anos e meio de trabalho, é um tempo razoável para as providências de reordenamento. Bom, no caso concreto do Espírito Santo, ficou muito forte para mim a convicção de que se trata de um sistema e de que portanto a reforma tem que ser vista dentro de uma visão sistêmica. Vou só colocar alguns exemplos. Não quero colocar o estado do Espírito Santo em evidência, mas utilizá-lo na exemplaridade que pode ter para nossa análise. Nós fomos lá, acompanhada do Ministro substituto para fazer a inauguração de uma nova unidade, a primeira em padrões arquitetônicos do SINASE, no município de Cariçaca. Levou essa obra quase 3 anos ou mais, para ser concluída e no entanto, não tem ainda programa de meio aberto, em Cariçaca. Ou seja, contrariando qualquer bom senso que se poderia ter, houve três anos para convencer a prefeitura, a estruturar um programa municipal de meio aberto para junto com a unidade de internação, irmos caminhando para a porta de entrada e talvez, até de saída do sistema que é o meio aberto. Ainda bem, que depois de uma fala que fizemos, imediatamente a Secretaria de Cariçaca que estava presente, ou seja, a Secretaria de Assistência Social nos procurou. Lucia fez uma agenda, no dia seguinte, para começar o processo da municipalização. Não há perspectiva do sistema sócioeducativo ser

reordenado na superlotação, por exemplo, que as vezes concorre, sem pensar no meio aberto. Como também, ficou muito evidente para mim a necessidade de nós que somos gestores do executivo, pensarmos a devida integração com o Judiciário. Não sei se isso se dá unicamente através desse Fórum, ou através de um outro Fórum que o CNJ está constituindo nesse momento, mas é impossível imaginar a reforma no sistema sócioeducativo sem a aproximação do Executivo com o Judiciário porque, 30% das medidas no estado do Espírito Santo na internação são por sanção ou seja, descumprimento das medidas de meio aberto. Então por que uma medida de meio aberto, é descumprida? Ou por que não foi devidamente acompanhada? Eu visitei especialmente um centro de triagem que seria o embrião de um centro integrado de atendimento e tinha lá a delegacia especializada funcionando, tinha o Ministério Público funcionando e o Juizado não estava presente. Ele opera num outro prédio, num outro bairro da cidade, quer dizer, ele é semi integrado. E a única justificativa que foi colocada para que o Juiz não estivesse ali presente era a precariedade do prédio, não pela inexistência de sala, mas porque é um prédio talvez não confortável, não tão confortável como poderia ser o outro gabinete em que o Juizado opera. Desculpe a franqueza com que eu estou colocando, mas eu queria colocar para vocês, tal qual a Doutora Odete coloca na mesa os problemas que a gente enfrenta. Esse centro de triagem tinha uma peculiaridade que me impressionou. Achei uma coisa anômala, duas alas, misturados nas celas estavam os adolescentes que esperavam ali por uma "detenção", entre aspas, ou seja, aguardando serem atendidos no centro de atendimento, junto com adolescentes já com medida de internação provisória aplicada, e muitos deles já com prazo excedido e o mais preocupante, haviam adolescentes já em medida de internação que tinham vindo de outras unidades que por motivo de segurança não puderam permanecer na unidade e foram transferidos para esse centro de triagem. É certo que esse problema que eu estou narrando não é um problema só do Judiciário, é um problema do Executivo e por isso eu insisto nesse dialogo entre o Executivo e o Judiciário para que a gente avance nos objetivos que temos em comum. Tão logo nós findamos esta sucessão de visitas que fizemos, em três grupos diferentes de conselheiros do CONANDA, nós emitimos uma nota técnica, uma nota que queria distribuir para vocês, se vocês tiverem interesse, que contém as recomendações que fizemos. Recomendações mesmo, recomendações numa visão sistêmica, recomendações ao Judiciário, recomendações ao Conselho de Direito, recomendações ao Executivo estadual, municipal, federal, reforçando essa idéia que trouxe aqui para vocês de que só essa conjugação de esforços, dos vários níveis e instâncias que compõem o sistema sócioeducativo é que a gente pode evitar, minimizar, ou até mesmo

erradicar, situações como a narrada pela Odete ou a que vocês vão ver aqui. Temos uma narrativa muito semelhante a da Odete, do que nós fotografamos lá naquele momento. Queria colocar também aqui, o tema da inspeção já que ela ficou na pauta do CNJ. Se a gente vai verificar o ECA e mesmo o PL, agora o SINASE, sobre as competências dessa inspeção a quem compete isso, e como está ali um elenco de possibilidades, eu fico imaginando o que vai acontecer se o Juiz mensalmente for lá, porque é da sua competência ir. Se o Ministério Público também comparecer lá, porque é da sua competência ir. Se for o Conselho Tutelar porque é da sua competência também. Se o Conselho de Direitos que inscreveu aquele programa de atendimento quiser também ir, porque é da sua competência. Eu acho que a gente precisa muito urgentemente definir como será feita está inspeção. Para que a gente não tenha 4 inspeções mensais, apenas para citar os 4 níveis possíveis de realizar isso, e com que formulário. Quando nós terminamos esse processo eu recebi um telefonema de um colega da Secretaria dos Direitos Humanos que coordena o Plano Nacional de Combate a Tortura, Dr. Pedro Montenegro e ele começou a conversa dizendo assim: eu soube que o CONANDA fez uma inspeção, qual é o formulário que vocês usaram? E eu, como assim? Vocês usaram o formulário que o Plano Nacional de Combate a Tortura coloca como padrão? E eu, como assim? E ele continuou, os conselheiros tiveram o mesmo procedimento, tiveram alguns cuidados? Eu não estava nos três grupos apenas em um dos grupos que visitou, e vi algumas dificuldades de alguns conselheiros, em alguns procedimentos que as vezes um gestor já acostumado em receber visita, sabe que isto não é um procedimento comum. No que diz respeito ao Conanda, estou colocando na pauta da nossa próxima plenária, da nossa próxima assembléia, a discussão da capacitação dos conselheiros de direitos com vistas à inspeção. Mas eu acho que seria interessante a gente discutir, um pouco. Eu acho que se vocês também discutirem, neste Fórum, esta demanda que está sendo encaminhada pelo CNJ tendo presente de que isto pode ajudar, mas também ser contra, se contrapor, criar simultaneidades que as vezes podem mais confundir do que ajudar aos gestores, seria interessante. Bom, com esse início o que eu queria com muita simplicidade dizer, enquanto SEDH, é que a gente festejou muito a criação deste Fórum, quer dizer, daquela reunião que foi muito pontual, vocês foram chamados para um tema específico, no caso o SIPIA e depois emergiu a idéia do PL e pela espontaneidade do grupo de se auto organizar em torno do Fórum que não está vinculado a Secretaria, mas que tem o nosso apoio estratégico, político, financeiro, se necessário. O que nós queremos dizer é que nós não gostaríamos de perder esse dialogo. Quero dizer, se a decisão de vocês recair sobre permanecer apenas a estrutura de Fórum, pensada pelo CNJ, nós respeitamos isso, mas, não gostaríamos

que a localização no CNJ significasse um distanciamento do diálogo que constituímos aqui, nesse momento. Acho que estratégias existem para que a gente tente minimizar possíveis impasses, nesse sentido. Por outro lado, eu não vejo que sejam agendas concorrentes na medida em que o CNJ cria um Fórum de Justiça da infância e da juventude e nós temos uma pauta muito maior. O meu temor é de que como a pauta em direitos da criança e do adolescente é suficientemente grande, os temas urgentes dos quais estamos falando, referente a medidas sócioeducativas, mais prementes ainda, com a futura aprovação do PL vá colocar medida sócioeducativa não como pauta secundária, porque nunca o será junto ao Juizados da infância e juventude, mas não com a relevância e a urgência que talvez a gente necessite. Então, de uma forma muito singela proporia que ou permanecemos com um Fórum único através do CNJ, mas com a possibilidade inclusive de ter um grupo de trabalho específico trabalhando com a Justiça juvenil, ou teremos o Fórum vinculado ao CNJ e este Fórum de Justiça juvenil com uma pauta específica. São duas ou talvez três ou quatro possibilidades que se tem, mas permanecendo do ponto de vista da SEDH a vontade de que esta interlocução não se perca, antes pelo contrário, que ela ganhe cada vez uma pauta maior. Porque também isso nos facilita a vida, ao invés da gente precisar consultar cada Tribunal de Justiça e fazer acordos e acertos, a gente reúne vocês de uma vez e põe todas as nossas preocupações da mesma forma que a gente faz com o FONACRIAD, que é o Fórum de dirigentes do meio fechado, como a gente faz com o Fonseas e o Congemas que são os dirigentes da Assistência Social que começam a trabalhar com a execução das medidas em meio aberto, assim como a gente tem com a recém criada rede de defesa que é a Renade constituída pelos Defensores Públicos, pelo Centro de Defesa e pela Rede de Amar, a associação de familiares de adolescentes em risco. Nesta perspectiva, a gente entende a constituição desses fóruns, como uma forma mais econômica, mais ágil, da nossa comunicação e gostaríamos de lembrar, por final que nós temos uma rodada, já colocada no nosso planejamento desse ano, que são "encontros regionais". São cinco encontros regionais trabalhando nesta perspectiva de aproximar a execução de meio fechado, com a execução de meio aberto, com o Judiciário, com o Ministério Público, com as Defensorias, com os Conselhos de Direitos, Tutelares e as Delegacias, enfim, com a pauta específica que a região sudeste possa ter diferente da do norte com as suas peculiaridades. Esses encontros regionais estão programados para acontecer ao longo do segundo semestre e vão certamente nos dar pautas específicas para o FONACRIAD, para o Fórum de Juízes, e assim por diante. Termino com o relato do PL. O PL entrou já em processo de votação no plenário da Câmara. Ia ser votado numa das noites da semana passada mas acabou não entrando na pauta. Ia ser

votado ontem a noite e não entrou na pauta. Aguardamos o dia de hoje de manhã que já se foi e também não foi votado, não será no dia de hoje mas, a bem da verdade, nós temos boas perspectivas seja porque o PL que está chegando a discussão no Plenário, tem muitos avanços incorporando idéias apontadas pelo Conanda, pelo Executivo Federal e por vocês. Não sei se vocês já conseguiram fazer um comparativo, mas ele agregou muitas idéias colocadas pelo Fórum de Juízes. Avançou muito naqueles pontos ainda mais críticos, mais polêmicos do financiamento, inclusive superando as resistências que alguns parlamentares tinham de colocar a obrigatoriedade no sistema S de profissionalização deste público alvo e isso ficou posto desta forma. Não sei se a gente não vai perder isto em plenário, talvez pelas forças que possam se erguer contra essa idéia. O avanço também do ponto de vista do Governo Federal que tivemos, foi uma maior flexibilidade do Ministério da Fazenda em propor um acordo no sentido de um maior aproveitamento do Fundo no que diz respeito as facilidades para a destinação da pessoa física e da pessoa jurídica. O Ministério da Fazenda vem historicamente, fazendo restrições a isso por achar que haveria uma perda expressiva, mas, abriu uma negociação que parece que algo vai poder ser melhorado diante do que já existe atualmente. A outra boa notícia é que já existe um acordo de lideranças da base governista para a aprovação em bloco do PL do SINASE, nesta votação que vai haver em Plenário. Isso significa que não vai ser uma votação de um a um dos parlamentares mas, uma votação de lideranças. Esse acordo ele já existe e como nós temos maioria no Plenário da Câmara é praticamente certo que o PL será aprovado, restando saber se alterado em algum ou outro artigo. E o Governo trabalha em levantar nomes para a relatoria no Senado. Então, será muito importante se vocês também tiverem alguma sugestão a nos apresentar de algum Senador, independente de qual partido tenha filiação, mas que seja mais simpático a este tema que possam nos indicar. A gente acha que talvez até não devesse ser do PT, para não caracterizar como um vínculo direto ao Executivo na medida em que há um interesse suprapartidário nesta temática, mas como vocês também conhecem melhor os seus senadores nos seus estados, possam nos ajudar, nesse mapeamento. Por último, eu digo o seguinte, independente de vocês continuarem existindo aqui ou nós tivermos apenas um Fórum de interlocução do CNJ, eu colocaria três pontos de pauta para nós importantes: continuar a discussão do sistema de informações. Acho que nós devemos conjugar esses esforços, ou seja, não pensar no cadastro de adolescentes em conflito com a lei de um lado e o SIPIA/ SINASE do outro. Para mim é um sistema de informações só. A gente precisaria harmonizar isso o melhor possível, porque a gente sabe o que significa num país continental como este, a gente ter uma pluralidade de sistemas, um sem

dialogar com o outro. O segundo tema importante é o sistema de avaliação, isto está posto no PL do SINASE e mesmo que estivesse no PL do SINASE acho que esta é uma ferramenta que precisamos ter. Nós temos já um material das Nações Unidas muito bom a este respeito, recentemente apresentado como uma ferramenta para os países e como vocês sabem, no SINASE nós temos a previsão de avaliação tanto da execução da medida, quanto do próprio sistema de Justiça. Acho que a contribuição do Fórum é importante, nesse sentido. E o terceiro ponto que eu já havia pinçado aqui, é o tema da inspeção: quem faz, como faz e que uso faz dessa inspeção. Acho que isso tem que ser também consensuado, padronizado para que a gente avance. Eu vou almoçar com vocês e fico um pouco a tarde. Enquanto vocês se organizam tem um "regalito" aqui para todos. Esse livro foi lançado nesta semana. Ele está no marco da comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos só que, não deu para ser finalizado no ano passado e ele tem uma atualização. Um livro semelhante foi feito pelo Ministro Gregori, Secretario Gregori naquela época, que era os 50 anos da Declaração. Nós temos uma atualização dos 60 anos e o mais interessante e que eu acho desafiador nesse livro é que ele não é um livro chapa branca, ele é um livro que foi montado por especialistas e aqui nós temos jornalistas, temos quilombolas falando, temos reportagens. É um livro muito bonito do ponto de vista estético, ele trabalha com fotografias premiadas e nós temos é claro uma sessão de crianças e adolescentes, inclusive o especialista convidado foi o Antonio Carlos Gomes da Costa que é um ícone da formulação do ECA. Nós temos um "regalito" para vocês e acho que depois a gente distribui." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Estou anotando a inscrição do Marcus, do Francisco, da Vera, e do Dantas. Eu vou propor fixarmos um teto para essa rodada. A gente pode ir até às 13 horas aproveitando a presença da Carmen. Acho que o momento é rico e que vale a pena estender um pouco." **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** "Eu só queria fazer um registro porque a coisa é interessante. Concordo inteiramente com o que a senhora diz no sentido de que é necessário a união conjunta da administração do Governo com o Judiciário e até mesmo como nós tivemos agora na votação do PL, com o legislativo. Eu sou do Rio de Janeiro e costumo brincar que o Rio de Janeiro tem um movimento político diferente. Há muito tempo que os nossos astros não conseguem ficar tão aliados como ultimamente. O Prefeito se dá com o Governador, que por sua vez se dá com o Presidente da República. E eu estou dizendo que o sistema sócioeducativo do Rio de Janeiro não é perfeito. Mas, a gente vem de uma situação muito interessante. Primeiro, toda vez que eu procuro o Governador eu sou imediatamente atendido basta um telefonema. Segundo, eu fiquei muito preocupado porque eu assumi a Vara no ano passado e era o final do Governo do Prefeito, havia um programa de

medida de meio aberto e eu fiquei preocupado quando terminou o Governo da Prefeitura que aquilo tivesse sido jogado fora. Fui gratificado com a surpresa muito grande, quando soube que o que era um programa, virou um projeto. E nós temos hoje, no Rio de Janeiro, 753 garotos cumprindo medida de assistência à comunidade ou, liberdade assistida, com total apoio do sistema da Prefeitura. através do Cras e dos Creas. No que diz respeito ao meio fechado, as unidades estão todas sendo reformadas, com algumas praticamente prontas. Existem ainda três unidades a serem construídas no Rio de Janeiro inclusive, com o apoio do Governo Federal. O Diretor Geral do departamento geral de acompanhamento sócioeducativo, o Dr. Eduardo, é o vice Presidente do CEDICA no Rio de Janeiro e eu, sou conselheiro do CEDICA no Rio de Janeiro. Na gestão até o início do ano, a presidência dos últimos dois anos do Conselho Estadual era exercida por um magistrado que era o Doutor Círio Darlan. Quero dizer, o Rio de Janeiro passa por um momento muito interessante por alterações de administração, muito interessantes, inclusive no que diz respeito a inspeção porque nós temos dois trabalhos na Vara, o que vem ao encontro talvez com o que pensa o Conselho Nacional. Nós temos a inspeção da unidade propriamente dita, que é feita periodicamente, que gera um processo e deste processo gera-se relatórios e cada relatório faz parte de uma nova inspeção, e integra o processo; é verificado o que é regular, o que está certo, as providências que vêm sendo tomadas, e deste processo é dado ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública, ou seja, todos os personagens nessa área estão envolvidos, os que precisam estar envolvidos nessa inspeção estão envolvidos, através desse processo de inspeção. Fora o processo de inspeção de unidades, existe ainda no Rio de Janeiro o que se chama de visita técnica. O corpo do Juizado vai para aquela mesma unidade e chama menino por menino, e cada um é ouvido. Hoje no Rio de Janeiro nós temos internados, nesse momento, 852 crianças, espalhadas em 7 casas de internação. E isso possibilita que a gente tenha um raio x permanente do sistema. Não é o ideal. Tem muita coisa que precisa ser feita. Existem unidades no Rio de Janeiro que precisam realmente ser postas abaixo e refeitas. Inclusive uma, talvez, seja feita com o dinheiro do próprio Tribunal. Essa experiência do Rio de Janeiro prova que nem tudo são espinhos. Essa situação que você vive Odete é realmente muito complicada. Agora muitas coisas são feitas. Eu queria apenas deixar esse registro do nível da inspeção porque existe essa possibilidade de envolver a todos em uma situação só. Eu acho que se você formar um processo e esse processo gerar um relatório, no final do ano existe um balanço de todo esse processo, um relatório final e as pendências, se por um acaso existirem, vão para o outro processo anotado. Então existe todo um sistema funcionando, existe uma forma de se ter

efetivamente um raio x de todos que estão nas unidades hoje, internados. É só essa observação que eu queria fazer. Sei que é muito difícil, mas quando você tem vontade política, é possível.” **Dr^a. ODETE DA SILVA CARVALHO:** “Se eu não posso ir fazer a inspeção, tem uma equipe que vai o tempo todo nas unidades, só que não consegue o apoio para melhorar o ambiente. Eles vão, só que não conseguem o apoio necessário.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Se tiver o apoio do Governo, a coisa funciona como a própria Secretaria disse.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “Tomando a coordenação, eu passo a palavra para o Francisco.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Primeiro eu queria saudar a Carmen, agradecer a possibilidade de participar aqui, estar junto com ela e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, agradecer a parceria e mais uma vez agradecer essa parceria com a AMB em outros projetos. Sempre que for necessário, temos condição de sentar a mesma mesa e auxiliar inclusive nessa interlocução com a Magistratura Brasileira pela capilaridade que a AMB tem com seus cerca de 15 mil associados, dos quais, cerca de 3000 Juízes da infância e da juventude. Queria ressaltar como é importante a participação do Governo Federal e é claro a Secretaria Especial dos Direitos Humanos em dois projetos na área da infância que eu acho que são fundamentais: o PL 1222, que é o da adoção pela alteração de algumas regras ali colocadas e, esse da implantação do SINASE, e da Lei de execução de medida sócioeducativa. Cada vez que eu leio, principalmente a parte inicial, percebo o grande avanço que a gente fez depois do Estatuto. Tudo tem seu tempo. Conseguimos vencer algumas barreiras e discussões eternas que não chegavam a lugar nenhum em torno do sistema. Eu vou pontuar três questões. A primeira delas em relação ao Fórum porque na minha primeira intervenção eu acabei não falando. Troquei idéias com o Renato, com o Leoberto a respeito desse assunto, e eu não tenho duvida nenhuma de que primeiro, no CNJ foi feita a instalação do Fórum naquele dia e eu não tenho condições de dizer o que eu acho que vai acontecer. Até porque o CNJ passa por um período de transição, com a saída de alguns conselheiros e a entrada de novos conselheiros, de modo que eu não sei. Mas eu não vejo no que um Fórum pode atrapalhar o outro. Esse Fórum, aqui, tem uma pauta específica. Esse Fórum, aqui, vive um momento rico pela discussão do PL, a lei de execução de medida sócioeducativa. No SINASE, aqui, hoje, já conversando a gente vê quantos assuntos surgem que nos dão ambiente de trabalho. O Fórum do Conselho Nacional de Justiça é muito mais um Fórum executivo e de legitimação dessas decisões que saem do Conselho. Como é que essas decisões chegam ao Conselho, aparelhadas, por exemplo, pelo Fórum? No momento, aliás, eu acho que nem precisaríamos disso mas, é importante só fazer isso depois de ter essa regulamentação. Nossas conclusões podem ser

encaminhadas como sugestões de recomendação, de Resolução, para alteração de Resolução. Não sei se o colega de São Paulo está aqui, mas, (a partir de um pedido de Guarulhos) houve a edição de uma Resolução na questão de autorização de viagem, que depois foi readequada porque criou problemas em outros locais e eu acho que agora, solucionou bem para Guarulhos e para o resto do país. O que surge pode ser levado ao CNJ. Essa semana a sessão do CNJ foi uma sessão difícil. Foi uma sessão em que se abriu procedimento contra um Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo por falta de informações ao Conselho, foi uma sessão onde se afastou o Corregedor eleito, o Corregedor e Presidente eleito do Tribunal de Justiça do Amazonas, mas foi uma sessão onde as associações estavam presentes, onde os Juízes estavam presentes, onde o Juiz pede a palavra, fala e é ouvido. Quer dizer, olhando aquele cenário, apesar da dificuldade política, a gente vê a grande legitimação dessas ações, porque nós estamos ali. Eu acho que esse Fórum aqui tem total condição, não tenho dúvida nenhuma, de ser propositivo, apresentar encaminhamentos. E eu já entro num deles, concordo com a sugestão de pauta aqui da Carmen, sobre essa questão das visitas. Porque é fundamental estabelecer isso, o que é responsabilidade de cada um, qual o papel de cada um e talvez aqui nós possamos, não sei se haveria tempo, de discutir a formulação de uma proposta de quais os pontos mínimos a serem observados nessa visita. Quanto ao cadastro, também da mesma forma, não há qualquer possibilidade de superposição, são situações complementares, até porque a base de dados, foi uma base de dados que veio da própria Secretaria Especial dos Direitos Humanos, são dados simples e não é um sistema de acompanhamento processual e isso foi deixado claro, desde o início. Não é um sistema de acompanhamento processual porque cada estado tem o seu sistema de acompanhamento processual. É um sistema de informações. Nós sabemos que há grande mobilidade, há sim, lamentavelmente, falta de controle em relação a essa questão de quem está internado. O sistema ele vai ter a possibilidade de auxiliar nisso. Outra coisa que não foi dita ainda, aqui hoje, pelo menos em um estudo de 2006 eu acho que se falava em mais de 500 adolescentes (entre 500 e 600, 700) ainda cumprindo medida sócioeducativa em cadeia pública, nesse país. Isso é um fato, ainda corriqueiro em alguns estados da federação. Nós temos muita coisa para trabalhar. E trazer isso para vocês, Renato também estava junto inclusive no Fórum e eu encontrei vários colegas daqui. Aquele lá é mais um Fórum executivo que está pronto para receber todas as demandas, de todos os setores e esse aqui é um grupo especializado que tem total condição de contribuir.”

Dr^a. VERA DEBONI: “Eu vou aproveitar que estou coordenando a mesa e não estou furando a fila. Eu seria a próxima. Eu gostaria Carmen, antes de mais nada, de dizer da imensa alegria de poder estar aqui de novo, de compartilhar contigo

esses espaços de discussão e dizer que nós, e eu gosto de dizer isso em público, gosto poder confessar isso, já tivemos nossos problemas enquanto tu foste Presidente da nossa fundação,, mas não sei se por técnica restaurativa ou por reconhecimento dos valores humanos, profissionais e reconhecendo também que nós muitas vezes nos precipitamos em nossas decisões, do reconhecimento pessoal que eu tenho por ti e do quanto me faz bem poder dizer isso. Gostaria de fazer algumas perguntas, na verdade. Gostaria de saber, primeiro, quais são as tratativas que estão sendo feitas com o Ministério da Fazenda. O que isso significa de verdade, se é o aumento da possibilidade da alíquota de contribuição, se são outras resoluções do Ministério da Fazenda para orientar de forma diferente as doações ao Fundo. Se o Conanda hoje, está revendo a questão das doações casadas porque isso traz um impacto importante nos Fundos estaduais que é de onde acaba vindo boa parte dos financiamentos e vai acabar trazendo um impacto nos Fundos municipais. Estamos também pensando, e já adiantando de trazer a este Fórum via parceria AMB/ ABMP, uma demanda aos Tribunais de Contas para que esses Tribunais tanto o da União, quanto dos estados, passem a ser efetivamente órgãos de fiscalização da execução dos Fundos. Porque a gente sabe que prefeito tem algum medinho de Juiz, um pouquinho mais do Promotor, muito mais do Tribunal de Contas. Quer dizer, se o Tribunal de Contas efetivamente nas diversas esferas, na estadual, e na esfera Federal fizer o real controle e fiscalização não só do repasse do dinheiro para o Fundo, mas, principalmente da execução real e com que qualidade isto está sendo feito, talvez a gente tenha um grande impacto. E essa tua informação de que o Ministério da Fazenda possa estar flexibilizando algumas coisas, é importante. Seria a minha primeira indagação. A segunda indagação, e eu trago já o meu voto nesse sentido, eu me sinto bastante desconfortável, quando recebo do CNJ uma Resolução mandando fiscalizar as unidades, a cada mês. Não que não seja obrigação do Juiz fiscalizar as unidades, é ele quem fiscaliza, só que eu sou a eterna substituta do Leoberto e quando ele não faz num mês, sobra para mim. Então eu já estou pensando no dia em que eu tiver de substituir o Leoberto, e se ele não fez naquele mês a visita a unidade, eu vou ter que fazer. E na verdade, o que me incomoda é que eu acho que isso traz um ranço muito sério do velho código de menores. O Juiz que vai fiscalizar, baixar a portaria e depois vai julgar, ou seja, sou eu que vou estar dizendo o que estava errado, e sou eu que vou estar dizendo depois como é que isso vai ter que ser corrigido numa decisão judicial, e a minha imparcialidade enquanto julgadora fica absolutamente comprometida em relação a isso. Segundo, eu acho que trás um afastamento e um desreconhecimento, se é que essa palavra existe, da importância da sociedade civil organizada, dentro dos Conselhos Estaduais para que ela assuma

esse papel de fiscalização e que faça efetivamente isso. Segundo, eu acho que afasta também a importância do papel fiscalizador que é próprio do Ministério Público. E acho que trás um jogo de empurra, usando um português muito claro: - se o Juiz vai fazer para que eu vou fazer?- Porque que eu Promotor vou fazer?- Porque que eu Conselho Estadual vou fazer? Então eu me sinto muito desconfortável com essa determinação de cima para baixo, me dizendo o que eu tenho que fazer e me dizendo qual é o prazo que eu tenho o que fazer e acho que essa discussão precisaria ter sido melhor elaborada junto ao CNJ. Você me perdoe não é contigo, você sabe disso, mas, eu me preocupo porque esse país parece que se movimenta por tormentas. Aconteceu a tormenta do Espírito Santo, então agora todo mundo corre para resolver o problema, e isso sempre funcionou assim. Como é o nome daquele guri de São Paulo que matou um casal? O Champinha, o nome dele é Roberto. O champinha mata gente, mexe a idade penal. O Roberto cometeu aqueles homicídios, o Congresso Nacional chacoalha falando em redução da idade penal, de novo. Se a gente continuar se mexendo por tormentas, nós nunca vamos conseguir botar o navio no porto, isso me preocupa. Acho que o CNJ se moveu um pouco pela tormenta do Espírito Santo e talvez de afogadilho sem ouvir as outras instâncias e sem ter ouvido de verdade o que os colegas, o que a Magistratura está fazendo, o que os colegas estão pensando, no que poderia ter sido produzido, talvez por algo muito mais consistente do que só uma Resolução. Eu gostaria de apenas pensar isso junto, como é que nós podemos obviamente, sem um enfrentamento direto com o CNJ, até porque não nos cabe fazer uso disso, mas, de uma construção junto ao CNJ via Conanda, via as nossas associações nacionais para que a gente possa repensar a forma de fazer essas inspeções e talvez estabelecendo parâmetros mínimos. Quais são os modelos de inspeção que nós vamos produzir, e gostaria de te ouvir também sobre isso. E a minha terceira questão, bate de novo no cadastro. Quando nós pensamos no sistema de informação a gente sabe o tempo que o SIPIA levou para poder ser pensado, modelado. Nós sabemos que ele não está implementado em todos os estados e o CNJ nos manda um outro cadastro que não é um cadastro de acompanhamento processual mas, que é um cadastro que vai ter que fechar os dados. Daqui a pouco nós vamos estar informando num cadastro: 850 adolescentes internados no Rio de Janeiro, em torno de 1100 no Rio Grande do Sul, e dependendo do jeito que for perguntado esses números não vão fechar. E nós voltamos com o mesmo problema, eterno desse país, que é não ter dados confiáveis. Eu acho que isso é uma chaga nacional que a gente tem quando perguntamos qualquer coisa, nesse país. Quantos analfabetos? Cada órgão tem um número, depende de quem mede. Se o cara sabe escrever o nome ele não é mais analfabeto para um órgão e no

outro órgão ele é, porque ele passa a ser o analfabeto funcional. Eu acho que essa chaga é uma coisa que nós temos que ter o compromisso de resolver, e eu gostaria também de ouvi-la sobre isso. Obrigada.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Já foram colocadas situações que eu pretendia falar, e essa é uma fala a mais para reforçar a preocupação. Duas situações do momento me tocaram, quando Roseli falou e quando a Doutora Carmen também falou a respeito da existência do Fórum, ou não. Roseli falou da dificuldade que sentiu em elaborar o Estatuto, o regimento, diante da existência de outros órgãos como a ABMP, ABRAMINJ agora o Fórum do CNJ. E deve ter sido uma dificuldade enorme. E também da Doutora Carmem quando disse que fica ainda hoje, indefinida a situação a quem procurar, quem será o interlocutor por exemplo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o poder Judiciário ou com aqueles que trabalham na área? E diante dessas duas situações eu vejo da seguinte forma: nenhum órgão pode se sobrepor ao outro enquanto competências concorrentes, porém não antagônicas. É possível trabalhar com ambas as entidades organizadas porque em todas elas, tanto na ABRAMINJ, ABMP, AMB e agora as coordenadorias estaduais, que estão se criando nos estados juntos aos Tribunais de Justiça, elas têm uma amplitude maior, tem uma dimensão maior e não trabalham só com o sistema sócioeducativo. Essas entidades, também trabalham, e eu acredito que por um motivo de transição e até histórico com todas as áreas. Talvez por uma questão cultural e também momentânea, se priorizou, reconhecendo uma dimensão maior do Estatuto, necessária e importante, que deveria existir dessa forma, como direitos fundamentais importantes para qualquer outra área de aplicação do direito. Como também alguns eixos que foram criados e que se priorizou até agora, que se chamam sócioeducativo, que só começou a ser pensado principalmente, depois do SINASE em 2006. Se vocês observarem todas as campanhas permanentes promovidas pelos Conselhos de Direitos e até mesmo pelo Judiciário, sempre se priorizou, por exemplo, e aqui eu não estou questionando, o enfrentamento a questão da exploração e abuso sexual e enfrentamento ao trabalho infantil, a promoção do direito à convivência familiar e comunitária, especialmente a adoção, e o CNJ começou também nessa mesma linha. Foi uma dimensão do Estatuto que se priorizou e que teve uma importância maior. A verdade é que quando eu falei que o Estatuto é pouco conhecido, eu me referi mais a parte do sistema sócioeducativo que ainda é desconhecido pelos colegas Juízes, Promotores, Defensores e também por aqueles que trabalham na execução administrativa, como as Febens, as Fundacs, e outras entidades públicas ou hoje, terceirizadas. Eu vejo que é possível a existência de nosso Fórum criado agora, convivendo harmonicamente com as outras instituições pela especificidade que nós vamos ter aqui, no Fórum. Nós vamos trabalhar só com o sistema sócioeducativo e isso o fortalece e acho que é o espaço que deve servir de interlocução entre os outros espaços públicos organizados da nossa sociedade. Eu não vejo nenhuma contradição, eu não vejo como vai

haver sobreposto de matérias. Eu acho que os outros órgãos devem existir e digo mais, o Fórum, acredito que pela sua dimensão bem maior, deva trazer e incluir as outras instituições. Devem fazer parte do nosso Fórum, a ABMP, a AMB, a ABRAMINJ e agora mais recentemente, a coordenadoria estadual, dos estados. Assim nós estaríamos trazendo também os Tribunais de Justiça para dentro do Fórum porque os coordenadores indicados necessariamente não serão Juízes da área do sistema sócioeducativo, poderá ser alguém que não seja da infância e da juventude. Então, eu acho que o Fórum tem essa dimensão maior e nós poderíamos sim, trazer todas essas outras instituições para dentro dele. Não vai haver ações paralelas, muito pelo contrário, eu acho que nós temos tudo para crescer e contribuir nessa área para fortalecer o nosso sistema sócioeducativo e ele foi, até então, assunto secundário. Os eixos nunca davam prioridade para esse sistema e acho que a partir de agora, com a criação desse Fórum, nós teremos um espaço legítimo para discutir com mais segurança e até definir situações num Brasil tão grande como esse e definir procedimentos. Eu acho que o nosso Fórum, ainda digo nosso porque um grupo de Juízes discutindo o assunto, ele deve se tornar legítimo, deve ser muito mais amplo do que as outras instituições, naturalmente levando em consideração as importâncias de cada uma no âmbito da sua atuação. Essa é a minha contribuição. Eu acho que é o momento da gente refletir e tomar decisões, e definir os papéis de cada um. Com essas definições nós podemos trabalhar junto com outros.”

Dr. JOENILDO SOUSA CHAVES: “Eu quero rapidamente em nome da ABRAMINJ, reconhecer o empenho e a sensibilidade que a senhora Carmen tem para com a causa da infância e nos proporcionar aqui este Encontro, onde temos a oportunidade de conhecer as aflições e os desabafos, como é o caso da nossa colega aqui, do Pará. Acho também, que seria um ponto a constatar da possibilidade de amparar esses colegas, dar um suporte a esses colegas que passam por esses problemas, como o caso da colega do Pará que desde ontem vem conversando a respeito. A proposta do Fórum eu acho que é importante e acho que ele pode caminhar junto com o CNJ que tem o poder de exigir dos Tribunais o cumprimento dessas medidas e das sugestões do nosso Fórum. Por isso digo que vão caminhar juntos e isso vai ser muito importante. Quanto aos encontros regionais, eu também conversei com alguns colegas que eu queria apresentar uma proposição, nesse sentido. Fazer encontros estaduais para envolver como disse bem o colega do Ceará, as equipes multidisciplinares que são as equipes técnicas e também todos os Juízes do estado porque as vezes há um representante da capital mas, os problemas sérios estão nas Comarcas. Mas esses encontros regionais, eles atenderão sim, a essas reivindicações. De forma que isso era o que eu tinha a dizer em nome da ABRAMINJ e ainda que queremos realmente estar sempre presente em todos esses fóruns.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Vou dar um encaminhamento para fechar, e isto

significa devolver a palavra para a Carmen. Eu só percebi quando a Carmen falou na questão da continuidade ou não do Fórum, que havia nisso uma preliminar licitamente vencida por todas as falas que circularam aqui, porque ninguém levantou dúvidas sobre a continuidade, a autonomia e a persistência desse espaço, seja lá com que forma, com que modo de articulação e, sobretudo de sobrevivência para que possa continuar. Eu acho que nós estamos tranquilos. E penso que no próprio pedido, eu não gostaria de responder por ti. Gostaria de expressar o meu otimismo, antecipadamente, quanto a resposta de que na própria encomenda feita pela Carmem de que mesmo que nós nos mudássemos para o CNJ, nós pudéssemos nos manter como interlocutores e, manter o reconhecimento desse espaço como uma interlocução privilegiada. E ainda especializada e altamente relevante. Eu diria que a nossa relevância se define pela especificidade do objeto que nos reúne e nesse sentido, ela é impar. Nesse sentido existem tratos que são específicos das demais instituições, das associações, do CNJ, mas, existem questões temáticas e questões de liberdade de manifestar e de enfrentar. Bom, isso foi só uma introdução. Me ocorreu quando a Carmen falava em PL do SINASE que essa lei, o PL 1627 em tramitação, em algum momento que vire lei ela terá um nome, ela será chamada por um nome, a gente costuma chamar as leis por nomes e me ocorreu que SINASE é uma sigla que não é auto explicativa, ela nos remete a uma idéia ainda bastante focada na medida não sócioeducativa. E me ocorreu propor um nome para esse novo documento legal que se relacionasse ao nosso passado, nossa fonte de inspiração que digamos é uma extensão, um fortalecimento, um refinamento do Estatuto da criança e adolescente, mas, que introduz uma concepção nova na medida em que nós temos algumas novas regências impressas pela estruturação. Quer dizer ele não vai se resumir a estruturação, até mesmo pela contribuição desse Fórum que tem objetivo, princípios nos direcionamentos para o reconhecimento da identidade da atuação na área infracional, como algo específico que não se confunde naquele genérico do Estatuto que passa pela especificidade, agora por lei própria. Me ocorreu o nome de Estatuto, que nos liga com as bases, da Justiça juvenil, que nos remete a idéia da novidade que está em processo de estruturação. Eu deixo isso como um pensamento em voz alta, para que a gente pense nisso porque eu penso que no dia a dia, a gente escreve o nome da coisa, a lei chama. E fica também para a Secretaria pensar, se for simpático, quem sabe, a gente não começa a usar um apelido. Eu gostaria de comentar algo que a Vera antecipou, que o Daniel já havia sinalizado na sua fundamentação, que é a Resolução do CNJ a respeito da fiscalização. Para mim, e particularmente para nossa cultura jurisdicional no Rio Grande do Sul, é uma questão de um certo choque cultural. Nós temos já consolidado, uma convicção do não exercício pelo

Juiz da função fiscalizadora e particularmente o não exercício daquela prerrogativa de que o ECA atribui, de baixar Portaria para instaurar procedimento de irregularidade, por uma idéia de que isso viola o principio da inércia da jurisdição, isso seria, digamos, um contra-senso, o Juiz baixar uma portaria, instaurar um procedimento e a partir daí ser ele o próprio órgão jurisdicional. Isto é uma questão de principio que está por detrás e eu penso que este dispositivo do ECA, poderia ser objeto de uma ação de inconstitucionalidade, assim como, a própria portaria do CNJ, na medida em que, no meu entender, ela é uma extensão disso. Ela pode vir a ser objeto desse questionamento. Eu imagino que de algum modo nós que eventualmente entendemos de polemizar a respeito possamos até questionar isso no caso concreto, ou na eventual defesa perante um procedimento administrativo pelo não cumprimento. Eu diria que isto é uma questão complexa, não é uma questão tão pacífica porque nos devolve uma questão de principio constitucional. Bom, não estou dizendo com isso que me rebelo, eu tenho uma relação reverencial com as instituições hierárquicas das quais eu pertencço. O CNJ manda e enquanto não houver uma argüição, uma suspensão de vigência, liminar, haverei de cumprir e haveria de cumprir o aspecto da fiscalização ainda que depois eventualmente constatando irregularidade, tenha que remeter ao Ministério Público porque à instauração cabe recurso. É uma questão de identidade, no principio fundamental eu não mexo, não instauraria esse procedimento. Eu acho que é uma questão importante, uma preliminar ao avanço da questão da fiscalização. A Vera apontou um aspecto relevante também, quer dizer, como o Juiz em regra ele é mais convocado, ele é mais incluído na relação com o sistema é muito provável que se nós o fizermos, o Ministério Público se abstenha, porque deve ter menos estrutura, menos aparelhamento, menos interesse. "Data vênia", muitas vezes o Ministério Público tem relações políticas com o poder Executivo que não lhe interessa mover, e isso seria um argumento para até justificar que o Judiciário acabe fazendo o que é mais cômodo para o Ministério Público, não ter problemas e nós seguramos a barra, e o controle da sociedade civil. Acho que é absolutamente fantasioso, e vou fazer um relato, isso é uma situação incompreensível no estado como o Rio Grande do Sul que tem um certo prestígio do ponto de vista da proteção ao ECA, que um Conselho de Direito da Criança estadual e municipal batam continência para o Presidente da fundação, que casualmente é um oficial da reserva e peçam licença se podem ou não entrar. A instituição para ser visitada pelos Conselhos, esse Conselho precisa pedir licença para entrar. Eu penso que isto é uma questão de auto estima, é uma questão de auto valor de reconhecer o próprio lugar, mas às vezes as pessoas que estão ali não tem estatura no trato institucional suficiente para peitar uma entrada e dizer eu vou visitar, eu vou entrar. Nós temos hoje, essa

questão da fiscalização, ela não é uma questão fácil. Nós temos um servidor de uma unidade que foi punido porque autorizou o ingresso de uma deputada federal em uma visita à unidade, não autorizada pela presidência. O Rio Grande do Sul é um estado que teve uma história e continua a luta. Mas só para ilustrar, o que vai sobrar? O Conselho Tutelar eu acho que é um equívoco do ECA tem uma inspeção absolutamente vinculada a questão protetiva. O único viés que o Conselho Tutelar encontra no ECA é a execução da medida protetiva aplicada ao adolescente infrator, é essa inspeção "data vênia" esdrúxula, de fiscalização da entidade. Eles sequer vêm a audiência do Juizado para participar, porque eles entendem que ato infracional não é com eles, entrou no ato infracional, aliás as vezes esperam que completem 12 anos para mandar para a polícia. O que sobrou: Ministério Público e Judiciário. Assim, eu não transijo quanto ao princípio, mas vejo que contextualmente, politicamente nós estamos uma sinuca de bico, se nós não fizermos, sobra o Ministério Público que eventualmente não fará. E como dialogar o princípio dentro de um contexto como esse e qual o princípio preponderante, que é aquela questão de como aplicar o princípio, qual o princípio preponderante que nós vamos fazer.? Eu deixo isso para a gente se preocupar e quero dizer que eu penso que se vencermos essa questão do princípio, se a gente achar que deve realmente se engajar no fazer e, se engajar no fazer, significa propor, propor a forma de fazer e eu acho que isso está muito bem sinalizado. Os colegas pontuam aqui, que o Renato trouxe o princípio, que nós podemos pautar no CNJ. Nós podemos ser propositivos, nós podemos falar por ações e então, se nós pretendemos fazer isso, vencida essa questão preliminar, quem sabe a gente saia daqui já com a indicação dos tópicos a serem fiscalizados, e uma regulamentação que seja compatível com a nossa realidade. Talvez a gente possa fazer uma inspeção mensal se tiver que fazer uma visita mensal e uma inspeção semestral com detalhamento e oferecer um relatório, um formulário com detalhamento. Eu usei em Porto Alegre, fiz um formulário próprio para isso que eu não inventei. Simplesmente peguei o ECA, peguei todos os tópicos que se referem as obrigações da instituição e botei numa planilha. Vou pedir para mandar pela Internet e passo para vocês. Nós podemos fazer algo assim, propor, eu não me recusaria porque afinal eu acho que a questão não pode ser recusada é para cumprir e ordem é ordem. Ordem judicial ou se recorre ou se cumpre. Nesse sentido, eu sou hierárquico. Essa é a minha manifestação e acho que nós temos questões relevantíssimas aqui e, a gente tem algumas delas, para tratar, por espasmos ou por tormentas, como diz a Vera, mas a gente vive nesse país, somos Brasileiros mesmo e volta e meia a gente também tem uns chiliques e uns espasmos e assim é a nossa forma de ser. Só uma questão de ordem que o Francisco levantou aqui. Ele disse que se você falasse ela ia ter que

falar. Ele foi citado aqui. Eu pedi para ser breve para que a gente possa dar continuidade.” **(não identificado)**: “Há uma questão do Fundo quando se pede, quando se solicita que se determine que os Juízes visitem as entidades. Claro que nós temos a amplitude da defesa que vai ser saber se de fato está tendo a sua defesa efetivada, não só no procedimento de defesa no processual, mas também na sua execução e nós sempre esquecemos da Defensoria Pública. Parece que elas não existem como órgãos que seja garantidor dessa defesa até mesmo num levantamento de dados, de informações, de direitos humanos e de acompanhamento desse jovem. Quando a gente entra em uma unidade, quando eu visito essas unidades, eu costumo sempre perguntar a cada jovem com quem eu converso, qual o nome do seu defensor e ninguém sabe, ninguém sabe o nome dele. Era homem ou mulher? E eles respondem, eu não sei, entrei na sala ele já estava lá, eu não sei quem era. Ou seja, eles não têm o nome do defensor, não existe um advogado, nem mesmo nas delegacias quando ele acompanha, quando ele chega na delegacia e nunca, até o encerramento da medida sócioeducativa. Acho que nós temos uma falha de Fundo nessa questão. Eu gostaria apenas de deixar essa crítica. Obrigado.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER**: “Agora para encerrar, Carmem eu acho que antes de te ouvir, se despedir eu gostaria de reivindicar que você voltasse amanhã, estivesse conosco.” **Drª. CARMEN OLIVEIRA**: “Eu acho que é uma boa idéia, não sei se todos vocês concordam, de que o CONANDA poderia junto as entidades já citadas AMB, ABMP e ABRAMINJ fazer uma reunião para discutir um pouco suas idéias referentes a fiscalização. Talvez até mesmo antes de avançar em algumas sugestões ao CNJ, eu acho que mesmo que superada essa tua idéia de que só sobra o Ministério Público e o Juiz, eu acho que não podemos deixar de lado os Conselhos de Direitos porque foram eles que inscreveram os programas e cabe a eles fiscalizar se esses programas estão funcionando de acordo com o que foi inscrito. Eu acho que seria importante também a gente escutar da parte dos Conselhos que idéias temos apontadas. Eu queria também agregar a idéia que eu não havia referido antes, até mesmo por ocasião da última reunião que vocês tiveram aqui em Brasília. Estive conversando com a conselheira Andréa Pachá porque já estava pré anunciado o cadastro de adolescentes em conflito com a lei, e eu a procurei no sentido de informá-la sobre o SIPIA/ SINASE e do que estávamos pensando a esse respeito, e contei sobre a constituição deste grupo deste Fórum, exatamente no bojo da pauta do SIPIA/ SINASE. Dizer assim que nós continuamos com a firme intenção da aproximação tanto da SEDH com o CNJ, quanto do próprio CONANDA com o CNJ. Sobre o sistema de informações, eu acho que tecnologicamente a gente já superou alguns entraves que tínhamos no sentido, de compatibilizar sistemas. Eu acho que o

grande nó que nós temos hoje é de como alguns desses sistemas podem converger em camadas nacionais para que a gente tenha um dado nacional. Quer dizer, eu pago mico quase toda semana quando um repórter me pergunta coisas banais, do tipo assim, quantos casos temos de abuso sexual no Brasil? Não sei. Não sei porque o dado pode estar na delegacia, o dado pode estar no Conselho Tutelar, o dado pode estar num disque que ainda nem chegou às autoridades. Não sabemos. E mesmo que esteja no Conselho Tutelar não está comigo, não sabemos. Eu acho que dadas as reiteradas recomendações que temos recebido de diferentes comitês, das Nações Unidas e correndo o risco de novamente no próximo relatório, da Convenção recebermos a mesma e a velha recomendação, precisamos ter sistemas nacionais, precisamos trabalhar com dados desagregados, etc, etc, etc. Acho que não dá para gente abrir mão neste momento de trabalharmos a unidade desse sistema, independente de onde eles estejam, mais que eles dialoguem e que estejam disponíveis para os distintos poderes fazerem uso daquilo que são as suas atribuições. Nós não desejamos todos os dados dos Conselhos Tutelares nem todos os dados das Varas, mas precisamos sim de uma camada nacional até para poder responder diante da opinião pública e de outros gestores, ou das Nações Unidas. Esclarecendo um pouco sobre o Fundo, rapidamente, de um lado, nós temos uma nova Resolução sobre os Fundos que já foi aprovada, se não me engano foi a Plenária de assembléia de dezembro do CONANDA, ela só não foi publicada em diário oficial porque ela estava em revisão jurídica pela Casa Civil. Até onde eu sei, ela já voltou da Casa Civil e deve estar já no gabinete e se não há nenhuma revisão a ser feita, será publicada nos próximos dias. Vera, o que o CONANDA aprovou depois de um tempo largo que começou lá com o Maurício Viana nos ajudando nas primeiras minutas, com essa Resolução, não existe mais doação casada. Doação casada no sentido de como estava acontecendo em alguns estados. Ou seja, uma empresa ou uma pessoa física faz uma destinação de recursos ao Fundo dizendo que esse dinheiro só poderá ser aplicado para aquele projeto. O que o CONANDA aprovou foi a chancela. Como funciona a chancela? O Conselho de Direitos ele tem que estabelecer prioridades e abrir um edital para receber bancos de projetos com aquelas prioridades. Uma entidade submete a aprovação do Conselho para as duas coisas: ou receber diretamente o recurso que o Fundo já tem ou a chancela, então ela não pode concorrer para as duas coisas, tem que dizer para qual está concorrendo. No caso dela concorrer a chancela, o Conselho aprova aquele projeto, porque ele está dentro daquela prioridade, atende aqueles requisitos e esta aprovação habilita que a entidade capte recursos ou seja, capte a destinação. Então não há mais a possibilidade de correr por fora, de uma entidade ir ao Conselho de Direitos já com a coisa indicada e dizendo: vocês vão perder esse recurso, esse

recurso já está garantido, a minha entidade já conseguiu. Agora é o processo inverso a definição começa com o Conselho dizendo se é prioridade, se o projeto atende a prioridade e depois então há a captação de recursos. Isso porque essa experiência de chancela já existe em alguns lugares e de uma forma super bem sucedida com por exemplo, o projeto segundo tempo do Ministério do Esporte. Ele é um programa dentro do Fundo que funciona por chancela, da mesma modalidade. No SINASE o Fundo foi pensado trazendo lá um antigo PL em tramitação. Naquele antigo PL se propunha que os procedimentos fossem mais ágeis, por exemplo, não havia a necessidade de que o contribuinte fizesse primeiro o pagamento da destinação para depois pensar na sua restituição. Ele tinha que praticamente tirar o dinheiro do bolso para fazer a destinação e depois lá diante, receber a restituição. No caso parece que a Receita Federal abriu esta possibilidade para as pessoas físicas, e fez alguma restrição para a pessoa jurídica porque acredita que isso prejudicaria os outros Fundos que também dependem desta mesma prerrogativa. Nesse momento, o que se propõe é diminuir o teto da pessoa jurídica destinando diretamente ao Fundo porque isso significa que outros Fundos perderiam este recurso que poderiam ser distribuídos um pouco para a cultura, um pouco para o esporte, um pouco para criança e adolescente. Mas eu não sei exatamente qual é está ultima versão, parece que está com a deputada ainda em negociação com a Receita Federal. Eu encerro lembrando o seguinte, nós estamos festejando este ano os 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Existe uma "logo" montada pelas Nações Unidas para esta comemoração, um selo dos 20 anos. Eu não sei se todos vocês já têm conhecimento, mas eu pediria que a equipe do pró SINASE enviasse por via eletrônica essa "logo", caso vocês queiram inserir nos seus e-mails, ou na sua correspondência oficial. É uma sugestão que eu faço porque, via de regra, o Comitê da convenção nos puxa a orelha sempre que eu os encontro em alguns eventos. Eles nos puxam a orelha dizendo que o ECA é mais conhecido no Brasil do que a Convenção, e eu sempre me justifico dizendo que eles nasceram praticamente juntos, diferentemente de outros países que só tempos depois, surgiu o marco legal, então a Convenção é mais conhecida. O último mico que eu paguei foi o seguinte: eu tenho na minha sala uma pilha de ECAS de diferentes estados e então, propus fazer um teste e ver se a Convenção aparecia nos Estatutos já publicados. Eu não tinha nem certeza se o do CONANDA estava mas, ainda bem que o do CONANDA estava em cima e passou no teste, mas os outros não passaram. Fica a lembrança de que, pelo menos no ano de comemoração da Convenção, qualquer nova publicação do Estatuto se faça acompanhada da Convenção. Quem sabe nos boletins, nos jornais da ABMP, da AMB, da ABRAMINJ a gente possa fazer está divulgação dos 20 anos. E também é o ano da oitava

Conferência que já começa na sua etapa municipal, estadual e nós temos várias novidades nesta oitava Conferência. Para começar nós vamos estar pautando a Política Nacional. Isso até parece meio engraçado. A gente tem várias políticas nacionais inclusive aprovadas recentemente de enfrentamento da violência sexual, erradicação do trabalho infantil, convivência familiar e comunitária, sócioeducativo e não temos o guarda chuva. Nos pareceu que é a hora da gente ter essa Política Nacional. No momento nós podemos correr o risco, e eu já vejo isso acontecer é de que as políticas temáticas estão separando o sistema de garantias de direitos, estão separando as vezes, temas que são geminados, por exemplo, o circuito do trabalho infantil não dialoga com o circuito de combate a exploração sexual, embora a exploração sexual seja uma das piores formas de trabalho infantil. Esse especialismo, que é verdade ganhou em novas estratégias, a gente também corre o risco de fazer uma segmentação não desejável nesse momento. A pauta é a Política Nacional e as diretrizes para um Plano Decenal. De novo, é um desafio porque na historia contemporânea, pelo menos a do ECA, nunca antes nesse país tínhamos pensado em projetar uma política para uma década. A gente imagina que isso possa ressoar em política de uma década para o município, em política de uma década para o estado, rompendo a idéia de políticas de Governo para gente avançar em políticas de Estado com a necessária continuidade que precisamos ter, na trajetória de implementação do ECA. Vocês Juízes que eram até a sétima Conferência apenas convidados das Conferências foram alavancados para vagas de delegados, diga-se de passagem, não integralmente ocupadas. Vários Juízes não ocuparam as vagas que tinham nas delegações dos seus estados, inclusive houve estados que pediram remanejamento da vaga do Juiz ou da Juíza, e nós dissemos que não, que era importante que este lugar vazio também fosse visível para lembrar de um lugar desejado e que precisa voltar para Oitava Conferência, como um lugar ocupado. Então fica a convocação para que vocês participem das Conferências dos municípios, pois certamente vocês são pessoas de referencia nas suas comunidades, nos seus estados e vão ser palestrantes, painelistas, formadores de opinião e para que a gente volte a estar juntos, em Brasília, nesse momento. Nós teremos uma outra novidade que é a "cidade dos direitos". Nós vamos montar uma mini cidade, no terreno do Centro de Convenções para que a Conferência também seja um momento para a comunidade, um momento para as famílias visitarem, e desmistificar um pouco o que é o ECA. Saber que a cidade dos direitos tem um Fórum, tem um Conselho Tutelar, tem uma Escola. Nós vamos imitar uma mini cidade, uma mini cidade funcionando. Está aqui o Benedito, Secretario Executivo do Conanda que vai estar acompanhando esse processo e fica o convite para que vocês nos dêem idéias de como vai ser a sede do Fórum. Como

é que a gente podia pôr esse Fórum na cidade para funcionar durante os dias da Conferência. Renato, nós vamos precisar muito de você aqui como nosso anfitrião no Distrito Federal e, em especial para que a gente possa fazer a caravana das escolas de visita à cidade dos direitos. Eu fico para o almoço hoje, com vocês e retorno amanhã.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Gostaria de dar boas vindas ao nosso arquiteto e urbanista da “cidade dos direitos”, Benedito, antes de encerrarmos os trabalhos.”

Dando seguimento aos trabalhos passou-se ao próximo tema da pauta, iniciando-se as discussões acerca da **Base de Dados Mínimos para o SIPIA/SINASE**. Sobre a questão foram feitas as seguintes ponderações: **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Então vamos começar um novo ponto de pauta.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu vou recapitular sobre o que a gente tratará do SIPIA, hoje. Nós havíamos deliberado que o grupo encaminharia suas propostas no sentido da construção de uma base de dados, funcionando com aqueles mínimos que seriam informados dentro da tramitação de um processo, que não nos envolveria na coleta de dados além do terreno da tramitação do processo judicial. A partir daí, identificamos na reunião anterior, aqueles dados que eram compatíveis com as nossas tramitações com a idéia de que feito esse fechamento nós fossemos pactuar com os nossos Tribunais para fornecerem esses dados, com a perspectiva de que, quem já tem tramitação informatizada fizesse a migração desses dados diretamente por um “link web” ao programa do SIPIA ou quem não tem programa informatizado usaria as próprias telas para alimentar o sistema. O que ficou para retomar hoje, foi o andamento relativo ao cadastro de infratores do CNJ. Essa anotação, já estava presente no primeiro rascunho de pauta porque na reunião anterior, já se falava da existência de um movimento no CNJ para estruturar esse cadastro de infratores. Algumas questões eram pertinentes: qual o papel do Fórum da Justiça Juvenil e da Secretaria dos Direitos Humanos nessa relação, revisão das conclusões do encontro de março referente ao conteúdo dos dados mínimos, discussão das providências técnicas necessárias para preparar o SIPIA a fim de converter e compartilhar os bancos de dados nos Tribunais, no caso que já tem tramitação informatizada, como funcionará o suporte para ajustar a remessa, a migração de dados pelos Tribunais, ou seja, a quem o nosso pessoal do Tribunal vai se dirigir para tratar e viabilizar tecnicamente essa transferência de dados, estratégias a serem adotadas na articulação com os Tribunais para remeterem os dados, iríamos por um caminho político de articulação diante da iniciativa semelhante de construção de banco de dados nacional, em discussão no CNJ. Digamos, era essa a pauta que nós pensamos com a expectativa de estar tratando

isso, hoje. No entanto, temos um dado novo da Resolução do CNJ, e eu creio que o Francisco e o Renato poderão esclarecer mais detalhadamente o que existe a respeito do assunto. Então passo a palavra para o Humberto.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Bom, como Leoberto estava dizendo, na reunião passada nós chegamos a homologar aquela base mínima de dados que a gente queria ver contemplada. Não sei se vocês lembram mas a gente escreveu até de vermelho o que é que a gente gostaria de ver contemplado no sistema, como dados mínimos. Durante o almoço nós conversamos com Francisco e Renato sobre a posição do CNJ porque a Resolução já existe e nós, particularmente eu, li uma entrevista sobre ela, mas não vi ainda a Resolução. E eu estou esperando conhecer porque já foi criado o cadastro de adolescente em conflito com a lei e já foram eleitas pelo CNJ, salvo engano, oito telas com as bases que eles consideraram necessárias. Na verdade, se a gente tivesse acesso a esse material a gente podia fazer uma confrontação entre a eleição que nós fizemos de dados mínimos com o que o CNJ elegeu e tenho certeza que haveria um consenso porque o que a gente elegeu como mínimo é bem pequeno mesmo, mas, como a gente não tem esses dados, a gente poderia começar da premissa de ver ou rever os dados mínimos que nós elegemos para saber se a gente mantém esses dados como mínimos ou poderíamos também, já ir para uma parte seguinte. Essa parte era, segundo a conversa que nós tivemos, sugerir ou encaminhar ao CNJ essas nossas bases e organizar o pedido de que todos os estados tivessem a obrigação ou a recomendação de terem os dados mínimos. Inclusive, poderíamos sugerir aos estados que aqueles que quisessem, poderiam usar o SIPIA/ SINASE que já está pronto e com a vantagem de ler a base de dados de qualquer programa de informática que já esteja rodando. E eu queria saber de vocês se acham que a gente começa revendo aquilo que a gente já decidiu para ratificar ou se parte logo para discutir que tipo de modelo a gente acha que poderia ir para os estados, para que os estados possam realizar com o apoio do CNJ. Bom, o que está em vermelho foi o que a gente elegeu como mínimo do mínimo. Na tabela adolescente: o nome do adolescente, o nome do pai, o nome da mãe, o nome do responsável, data de nascimento, idade, se é estimado ou não, porque eu quero que isso seja uma unanimidade no Brasil, é mais ou menos 17, sexo, cor, endereço, bairro, cidade, unidade da federação, RG – identidade. Tabela de processos: comarca, Vara, número, data de expedição, infração cometida, data da infração, bairro da infração, tipo de documento policial, se houve ou não representação, data da sentença, se houve recurso, sim ou não, data do acordo, data do trânsito em julgado, motivo do encerramento, medida aplicada, foi decretada ou não a internação provisória. Esses seriam os dados mínimos de procedimento. Isso tudo lógico que a gente sabe que vai gerar estatística e

relatório (ver tabela anexa).” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A data de encerramento do processo, se ele foi solto por revogação ou por outro motivo, será que tem no sistema?” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Eu acho que tem no sistema, mas isso foi o que a gente elegeu.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas depois aparece? Porque isso para mim foi uma pendência que ficou em dúvida na última vez.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** Como calcular o tempo da provisória?” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Vamos abrir o sistema para ver e tirar essa dúvida.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Tem que ver se tem a data. Se houve provisória, abre, data do recolhimento e data de encerramento, que vai encerrar pela revogação ou por outro motivo.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Insere uma interrogação na data porque se já não tiver essa conta, o sistema avisa automaticamente quando extrapola o prazo da provisória. Na hora que abre ele apita, então está faltando colocar algo, necessariamente. Ou anota ou digita data da decretação da provisória e encerramento. Observação: data da internação e data da revogação ou sentença. Isso é uma observação, depois a gente vai ver como está escrito no sistema. Coloca data da internação provisória. Vamos lá, a execução, comarca, Vara, data de abertura, número do processo, processo de apuração na comarca, se houve progressão de medida, data de encerramento, motivo do encerramento. Vara, fase, ocorrência, data inicial, data final, tabela de acompanhamento, andamento, fase de execução de medida. Bom, a gente não colocou como essencial que o programa tenha toda essa leitura. Essa leitura é muito importante para a Secretaria dos Direitos Humanos e para pensar a política, mas, para o dado mínimo do programa a gente não elegeu todo esse perfil. Eu acho até que o programa, não sei não conheço o do CNJ, mas pelo menos os dados mínimos devem contemplá-los, com certeza. Pela lembrança parcial de Renato e Francisco o programa do CNJ já contempla esses dados mínimos.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu queria retornar ao final da reunião anterior pois a gente se apressou no final porque ficamos bastante tempo na discussão da lei, e eu havia percebido nessa questão da execução que é uma fonte de dados vital para que a gente possa ter essa visão panorâmica das políticas públicas, do uso da internação por exemplo, que dia ela começa, que dia ela termina, quando é que ela se transforma de internação para semiliberdade, de semiliberdade para liberdade assistida, quando é que ela regride de uma liberdade assistida para uma internação, quando é uma medida original de internação. E é um sequenciamento que pela forma como eu vi as telas, ali no sistema do SIPIA não dava essa devolução. Eu conversei um pouco, lateralmente, com a Tereza, e ali não havia como recolher isso e é um dado que me parece relevante, porque se você disser que ele teve um comportamento de internação e não detalhar que ele foi

progredindo e disser, o tempo de duração da medida você tem que calcular todo o tempo da medida, desde que ele começou até que extinguiu o processo. Só que nesse processo, todo ele vai ter vários intercursos, em regimes diferentes de medida. E você vai ter que quantificar etapa por etapa e dizer, demorou dois anos e meio, mas será que ele demorou todo esse tempo, ele pode ter ficado oito meses e o resto foi em liberdade assistida. Só que eu acho que faltou isso, porque não ficou claro, eu sinto a falta disso.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “A gente tem que ver o que ele contempla, as vezes ele não consegue ver assim.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas é que a gente tem que ver essa lista aqui. Como é que a gente pode homologar uma coisa, se a gente não estiver seguro. Se não se tivesse aberto a lista a gente teria homologado isso.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “O sistema tem, medidas aplicadas e você vai clicando nelas. Se você aplicou medida acumulada, mais de uma medida, ele vai clicando e vai marcando as medidas.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “O que pode acontecer é que tem mais de um processo e se a medida é nos três processos ou em um só. Essa é outra questão.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Mas era bom a gente ter, tem como abrir o sistema? Porque você vai clicando, ele vai agregando as informações de numero de processos, numero de medidas por processos e de tempo de cada uma delas. Porque lendo assim, você não tem a idéia de como é que vai gerando. Vou fazer a ligação para saber se Tereza me bota o sistema no ar agora, eu acesso aqui e vou projetando e fico sabendo disso agorinha. Porque eu tenho certeza que ele lê, mas não sei explicar tecnicamente, como é que ele responde. Porque ele abre o quadrinho e marca, originária, em sede de progressão, de cada uma e de cada processo, inclusive nos casos de unificação.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Nós temos um sistema próprio no qual ele registra tudo, é um processo virtual, não no SIPIA. Algumas informações eu encontro no SIPIA, mas nós usamos mais o nosso sistema. E essa informação é muito mais para a equipe de dados estatísticos, mais em termos de informações. Agora os recursos humanos nesse sistema já usam. Como nós criamos o nosso banco de dados próprio, um procedimento próprio, e o processo hoje realmente é virtual, as informações ficam dentro do pg que nós desenvolvermos e algumas informações são feitas depois, são tabuladas e colocadas no SIPIA.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Se não fizesse, a gente anotaria esse questionamento. Como ele está sendo trabalhado diariamente, eu tenho a convicção de que faz, mas, se não fizesse a gente faria, para cobrar mesmo. Eu vou ligar para perguntar. Bom minha gente, com essa anotação, com essa duvida que eu acho que está contemplada, a gente aprova esses dados mínimos com essa anotação. Essa é a parte que é de perfil. Essa parte de perfil não foi eleita.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Nós não

estamos usando essa versão atualizada porque nós não recebemos, ainda. Então a nossa é antiga e não tem todos os incidentes.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Eu acho que não faz sentido esse Defensor para a base de dados nacional, não faz sentido ter o nome do Defensor.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “O sistema faz a leitura que Leoberto exige e Marta me informou que se não tem o nome do Defensor que vai ter a partir de segunda feira e que a gente leva esse pedido e anota no processo de conhecimento o nome do Defensor. De fato Elio Brás tem toda razão, porque é uma dificuldade monstruosa identificar quem foi o Defensor do menino, o próprio menino não sabe, ele sabe que teve alguém na sala lá com ele e nem sabe que é Defensor.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Nós vamos exportar o nome do Defensor dele lá no processo, no conhecimento na execução para o banco de dados nacional. Tem relevância? Não entendi a proposta. Na tramitação do processo, sim.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Botar no sistema. Se vai exportar acho que nem o nome do Juiz, nem nome do Defensor tem relevância porque não geram estatísticas, mas, colocar no sistema não tem problema nenhum. É mais uma linha para você colocar, talvez até com a OAB, você digita a OAB e já sai o nome do Defensor, não é mais fácil?” **Dr. JOSÉ ANTONIO BARRETTO:** “Em se falando de Juiz de uma cidade do mesmo estado, de cidades diferentes do mesmo estado, porque pode acontecer de Defensores atuarem em várias Comarcas, no meu estado acontece isso, às vezes isso pode ter uma relevância em nível estadual para você saber disso em micro regiões do estado. Então eu acho que nesse aspecto eu até concordo com você, no cadastro nacional não vejo esse interesse.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Para migrar não há relevância, mas para a gente operar, com certeza.” **Drª. VERA DEBONI:** “Eu estava entrando e saindo e não sei se tem nas telas o registro de mandados de busca e apreensão pendentes, tanto no processo de conhecimento quanto no processo de execução, tem esse campo de preenchimento? Porque esse é um dado estatístico que sempre se pergunta, quantos mandados de busca têm na rua? Esse é um dado que nós nunca sabemos, eu não sei. Qual é o tempo, qual é o prazo de validade do mandado, se tem um espaço próprio disso, ou se nós vamos continuar reféns da policia.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Para o banco de dados nacional isso é uma informação importante.” **Drª. VERA DEBONI:** “Claro que é.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Quantos adolescentes têm evadidos do sistema? Quantos mandados de busca e apreensão foram expedidos em cada Estado, por exemplo.” **Drª. VERA DEBONI:** “É mais do que isso Dantas, é aqui no Distrito Federal, Goiás está aqui do lado, o Renato vai estar aplicando uma medida de meio aberto aqui, quando pode ser que o Mauricio tenha o menino do outro lado da estrada.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Isso é importante porque nós criamos esse banco de

dados lá. Hoje nós temos lá no Rio Grande do Norte um quantitativo e também por nomes qualitativos as informações de quantos mandados de busca e apreensão foram expedidos no estado, por Comarca. É bem interessante, funciona. Inclusive o policial que está lá em Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, ele acessa com uma senha própria essa informação, ele acessa inclusive a cópia do mandado expedido que foi digitalizado, então, isso está sendo fundamental para tomarmos as nossas medidas.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “No nosso sistema no Rio Grande do Sul nós estamos refém da policia porque nós encaminhamos os mandados de busca para a policia civil que registra no “dimp” que é o departamento aonde são registrados todos os mandados de busca e de prisão, e se me perguntarem hoje quantos mandados de busca eu tenho na rua, eu não sei. Tivemos inclusive, que baixar uma normativa pela nossa Corregedoria para determinar para os colegas, que não expedissem mais mandado de busca com validade até os 21 anos, porque às vezes acontecia de adolescentes que cometeram ato infracional aos 14, aos 15 anos, o baseado que eles estavam fumando na praia, ou com 19 anos, ele estava sendo retido em uma barreira policial em uma investigação de documentação de carro e vinha apresentado para o Juizado. Esses dados, acho que eles são fundamentais até para gente saber qual é o volume que nós temos e quais são as circunstancias de validade desses mandados e onde eles estão.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “O programa contempla o registro de mandado de busca e apreensão expedidos e a data deles. Então a gente pode colocar mandados expedidos, a data em que foi expedido e a validade, se tiver com validade prevista no mandato. Então a gente escreve e já importa do programa porque ele já tem na base de dados.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Em juízo, ou deve ser apreendido e encaminhado direto para a instituição. É uma informação que o policial já tem na hora da apreensão. No próprio mandado porque ele já tem acesso ao mandado, porque está tudo digitalizado.” **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** “Acredito que o banco de dados tem uma função essencial que é de gerar estatística. A consulta vai ser aberta a todos aqueles que integram a rede de defesa do adolescente, com essa finalidade. Existe um item, por exemplo, sobre a morte do adolescente, nós sabemos que muitos dos nossos jovens durante a execução da medida sócioeducativa, até mesmo durante a liberdade assistida, muitos deles chegam a falecer, por morte violenta, e outros tipos de morte. Existe uma forma que assegure essa informação? Porque se o CNJ recebeu uma denuncia de alguma coisa acontecendo de errado em tal Comarca, que tal Juiz está fazendo alguma barbaridade, então se o CNJ quer identificar de imediato no banco de dados quem foi o Defensor desse adolescente que não fez nada por ele, que deixou que o Juiz o mantivesse por mais de 45 dias sem entrar com “habeas corpus,” quem foi o

Defensor desse jovem que não atuou na hora que deveria atuar? Entendo que é uma informação que aparentemente pode parecer desnecessária mas, eu creio que nós partimos do pressuposto de que não há necessidade dessa defesa para um banco de dados. Eu tenho visto na prática haver uma inconstitucionalidade potencial em todas as defesas. O Defensor realmente devia estar presente e ele não está, porque nós sabemos o quão é frágil essa amplitude e essa defesa que é feita para o jovem. Eu queria saber se existe essa informação sobre a morte do jovem, o tipo de morte que houve.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Há pela extinção do processo e tem os motivos da extinção. Agora os tipos de morte, eu presumo que não venha com esse detalhamento.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Nós falamos nos motivos da extinção do processo pelo cumprimento, pelo implemento da idade e também pelo óbito, há essa informação. Inclusive nós geramos um banco de dados também em função disso. É bom ter um momento para dizer o que está fazendo ou não, porque lá em Natal principalmente, só na Comarca de Natal, nós determinamos aos cartórios que nos informassem mensalmente a relação de todos os óbitos dos jovens de até 21 anos de idade.” **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** “O sistema tem essa finalidade também para a gente ter um indicador, se de fato aquelas medidas aplicadas estão sendo eficazes, porque na prática, no dia a dia, a gente vê um grande percentual de jovens que só estão esperando a idade chegar para entrar no sistema prisional.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Nós geramos uma informação que inclusive eu vou trazer depois, para provar a eficácia das medidas sócioeducativas que nós estamos aplicando. É que o maior índice de extinção dos processos de execução, é pelo cumprimento da medida. Nós temos isso por escrito. Então isso é importante porque eu posso dizer que as medidas sócioeducativas estão funcionando. Como é que você prova isso? Pelo banco de dados que nós temos, se o maior índice de extinção é pelo cumprimento da medida, atingiu o objetivo.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Isso que o Dantas assevera é o que o sistema marca, a extinção pela morte e também um campo para colocar o número do óbito, o registro do óbito. E pode-se colocar dentro da tabela se a morte foi violenta ou natural, se alguém quiser fazer essa leitura, ela é bem específica.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Querida anotar o seguinte. Eu acho que essas informações elas jamais serão confiáveis porque você não sabe se houve aquela morte ou não. O menino sumiu. Então você vai fazer um banco de dados que já nasce morto. Você não tem como passar essa informação.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Mas se eu tiver o motivo de encerramento, e se o motivo de encerramento for morte, eu vou ter que estar com o óbito, pelo menos.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Eu estou aqui respondendo ao Élio que não tem como a gente saber isso.” **Dr. ÉLIO BRÁS**

MENDES: "Peço perdão porque eu faltei a reunião passada e estou com muitas dúvidas, pois não participei da discussão desse documento. Por exemplo, esses dados já estão batendo com o PIA porque tudo isso compõe o pia. Os dados já estão batendo, já estão focados na mesma ótica que o PIA tem?" **Dr. JOSÉ ANTONIO BARRETTO:** "Eu queria só colocar porque eu acho interessante essa questão da morte, a gente sabe, pelo menos em Porto Velho, tem muito disso, de morte do adolescente durante o cumprimento de medida sócioeducativa, inclusive em meio aberto. Então assim, com o confronto da data da morte, mesmo você não sabendo qual seja a causa, mas, confrontando com a duração da medida sócioeducativa para informações, para verificação do que está funcionando no meio aberto, se não está funcionando, se a morte é dentro da unidade já vai ter a apuração, mas eu acho que é importante, sim. Se tiver um complemento das causas da morte se violenta, se natural, e se foi durante o cumprimento de uma medida sócioeducativa, alguma coisa tem que ser vista, pode ser verificada. Eu acho interessante." **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** "Desculpa a insistência, pergunto outro item. Se existe a informação de que ele entrou no PPCAM, por exemplo, no programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte?" **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Existe a informação se ele entrar, o programa contempla a informação de que ele está no PPCAM." **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** "Temos tido muitos problemas com relação a isso. Nós temos jovens que estão no PPCAM e acontece que a entidade fazendo o acompanhamento pelo município informa para o Juiz que pode extinguir a medida e vem para o Juiz dizendo que dá para extinguir a medida de liberdade assistida mas, que recomenda que ele continue no PPCAM. Fica incongruente a idéia de que se ele está "ok" na medida sócioeducativa ele não poderia ficar dentro do PPCAM." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "A discussão maior é se a gente vai levar isso como base primária para compatibilizar com o CNJ." **Dr. DANIEL ISSLER:** "Humberto, deixa eu só fazer uma colocação, que acho importante para a gente poder avançar na discussão. É exatamente esse ponto que você está colocando, agora. Acho que a gente precisa separar o que é o banco de dados que o Juiz tem a serviço dele na Vara, que vai ter todas as informações e quais são as informações que entendemos devem ser filtradas e encaminhadas para um banco nacional. A gente precisa fazer esse filtro e a gente precisa ter duas preocupações. Primeira: se a gente vai conseguir ter uma interface de dados para que esses dados sejam repassados? Acho que é talvez, mais importante a forma como essa interface vai acontecer porque se a gente não tomar esse cuidado vamos ter que digitar mais de uma vez, Vai ser necessário ter um funcionário para digitar o banco de dados da Vara, vai ter um funcionário para digitar o banco de dados do CNJ. Então a gente precisa ter informações centralizadas. Precisamos ter um mecanismo de interface de dados de modo que o sistema automaticamente uma vez enviado seja SIPIA, seja o sistema de outro Tribunal que não adotou o SIPIA, por exemplo, São Paulo, ele seja capaz

de enviar esses dados e sejam recebidos pelo cadastro central para que não haja necessidade de duplicidade no trabalho. Se a gente colocar simplesmente todas as informações que a gente concebe como ideais, é muito bonito na teoria mas, na prática vai ser difícil de funcionar.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “É por isso que aqui a gente redefiniu, fez uma revisitação do que já foi definido. O SIPIA/ SINASE ele se compatibiliza com qualquer sistema. O do CNJ também está sendo construído sob esse ponto de vista. Então, eu não sei o que o sistema do CNJ elegeru como prioridade, se PPCAM, se SIPIA, ou qualquer outro . O que foi sugerido aqui é que quem tiver um sistema maravilha fica com ele e o que não tem pode ser colocado, por exemplo, se a morte foi natural ou violenta, mas se isso vai migrar ou não, é outra escolha. Na verdade o que a gente tem que garantir é que o sistema leia o sistema do Brasil todo e eleger os dados mínimos que a gente gostaria de ver contemplados para sugerir ao CNJ.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Embora eu concorde com toda a preocupação de não rebuscar demais o detalhe do programa, eu acho que a informação se a morte é natural ou violenta é absolutamente relevante para uma estatística nacional.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Eu acho importante que tenha o campo para preencher sobre o advogado, obrigatoriamente, o Defensor, na Vara porque é uma maneira de se obrigar a nomeação de um Defensor. Mas tem que ser encaminhado.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas, são diferentes, a relevância do nome do advogado na esfera nacional é nenhuma, diante da relevância se ele foi morto ou se ele morreu de morte natural.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Duas coisas estão discutidas aqui, se a gente vai levar ao CNJ e me parece que essa base mínima está bem vista, ou o que a gente pode implementar que já não tiver contemplado. E eu estou anotando ali em azul.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O dado sobre a morte ele está aí, foi decidido que seria posto ou não?” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Não. Ele tem a extinção pela morte, e tem também o campo para você indicar o número do óbito. Agora se foi natural ou violenta pode-se acrescentar. É preciso se levar esse dado? Acham que é relevante?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “É o que eu quero propor, que se inclua esse dado, que se coloque isso na base nacional.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Morte natural ou violenta, motivo de extinção.” **Dr. JOSÉ ANTONIO BARRETTO:** “Eu acho que a gente deveria perguntar para a Secretaria, nós já tiramos um monte de dados que eram informações relevantes para a Secretaria, e de repente podem ser feitas algumas concessões que sejam interessantes para elas, porque eu imagino que para a Secretaria dos Direitos Humanos seja interessante saber esse dado que o Leoberto está colocando da questão da morte de um adolescente durante um cumprimento de medida. Para nós também. Não tenho dúvida, eu só estou colocando assim, porque eu imagino que para outros atores possa haver interesse.”

Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR: “Existe mais alguma observação que vocês acham que deva compor a sugestão que nós vamos fazer de tabela mínima? Casos de suspensão?” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Eu não me recordo de ter casos de suspensão, eu acho que a gente poderia incluir.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Então concordam que se deve incluir casos de suspensão do processo?” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Mas a suspensão do processo nós estamos aplicando na prática. E mesmo não constando na lei, vem sendo aceito como procedimento. Suspende a execução, quando o adolescente já está com mais de 18 anos. Nós estamos suspendendo quando ele é autorizado a fazer um tratamento da dependência química, o processo é suspenso quando ele está evadido do sistema, então, são suspensões que nós estamos aplicando que vêm sendo implementadas e isso é importante. Eu acho que deve constar na execução, mesmo não tendo na lei, ainda. Veja bem, o caso de evasão você não tem, de seis em seis meses nós revisamos o processo, o parâmetro é seis meses. Até porque tem os casos das prescrições. Então, nós estamos aplicando isso há mais de dois anos e vem funcionando e nosso Tribunal vem aceitando, eu nunca vi casos no STJ, ainda. É uma prática que vem se consolidando e que nós sugerimos a inclusão no projeto de lei, infelizmente não entrou mas pode haver no futuro, uma alteração.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Então a proposta é de inclusão da tela de suspensão e de que essa tela seja sugerida ao CNJ, também.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “A lei prevê a suspensão em outros casos naturalmente, o sistema prevê a suspensão. Acredito que a demanda é alta e há muitos casos de suspensão de processo. Mesmo na constituição do projeto de lei, eu acredito que por ser uma praxe hoje, e já tem decisão no STJ, que nós coloquemos isso como uma tela. É uma prática até para efeito de informação. O processo está aí há quanto tempo tramitando? Nós temos o controle que é um programa que nós criamos, para que o Corregedor tenha como controlar o Juiz lá da Corregedoria, via intranet. E se o processo não estiver suspenso, e tem um código lá de suspensão, ele venha questionar porque que esse processo está tramitando há três anos e está parado, e nós estamos incluindo na suspensão que é um código próprio CPC, que prevê a suspensão do processo. Nós estamos aplicando o CPC na suspensão. É uma saída jurídica que nós estamos encontrando.” **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Concordo plenamente com o Dantas nessa questão da suspensão porque o CNJ está muito preocupado com dados. Eu tenho, por exemplo, seis mil e poucos processos e tenho agora dados de março, 965 com mandado de busca e apreensão e que não se encontra, o menino muda de endereço, etc. Está lá na minha base de dados como um processo vivo.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Que é causa de sobrestamento.” **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** “Que é causa de sobrestamento também, mas você só pode colocar sobrestamento por seis meses em nível do CPC.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Mas o sobrestamento do 184 ele prevê.” **Dr^a. Noeli Salete Tavares**

Rebak: "Nesse caso não consta como suspenso e sai do sistema." **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** "Mas você não pode contar que é uma inércia do Juiz em nível de trabalho. Uma coisa é você ter seis mil processos e nesses seis mil você ter quase mil suspensos e você não pode praticar nenhum ato. Por isso é que eu acho importante." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Então, na tela podia constar suspensão ou sobrestamento?. Porque o sobrestamento fica contando lá como processo vivo." **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** "Sobrestamento é diferente. Eu posso por sobrestamento para cumprir a diligência que vai demorar, mas, sobrestamento é diferente. Eu acho que é suspensão. Você pode sobrestamento por 30 dias, por 40 para praticar algum ato. Agora, suspensão no nível do que está no 265, salvo engano CPC, pelo que eu sei é pelo máximo de 6 meses." **Dr. ELIO BRÁS MENDES:** "Lá no Rio tem uma experiência interessante. A gente tem um convênio feito com o Credec que é uma clinica particular para tratamento antidroga, Eles só aceitam o garoto se ele estiver com liberdade assistida, ou semiliberdade com o processo suspenso, está no termo de convenio feito com o Governo de estado. Quer dizer, é importante." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Então já está anotado e aderido." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Essa hipótese de suspensão ficou na lei lá no item que trata do tratamento de saúde mental. O parágrafo quinto, artigo 64 suspenda a execução da medida o Juiz designará responsável por acompanhar e informar sobre a evolução do atendimento ao adolescente; parágrafo sexto a suspensão da execução da medida será avaliada no mínimo a cada seis meses. Nessa hipótese ficou aquele nosso elenco de hipóteses," outras" que poderiam suspender, não foi absolvido." **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "A noticia que eu tive lá do projeto é que tinha sido incluído, mas essa informação é recente para mim. Mesmo assim eu acredito e é uma sugestão a gente pode submeter aqui a apreciação dos colegas que é importante a inserção dessa tela dentro da execução." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Então a gente bota dentro do processo de execução a suspensão, no processo de conhecimento, sobrestamento. Porque é o que acontece. O sobrestamento só cessa quando o menino aparece. E fica aquele processo aberto, dormindo e a gente levando o nome de lesão. Houve sobrestamento do feito. Exatamente, sobrestamento do feito, do processo." **Dr. DANILO BURIN:** "O bom seria se todos tivessem justamente com essas notas. Eu tenho essas notas só que ficaram lá em Campo Grande." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Então não reclama, você ganhou a sua também e não trouxe." **Dr. DANILO BURIN:** "É melhor você ter à mão para você ir corrigindo e colocar o que falta, só que não tendo aqui ,você não vai lembrar." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Com a tabela básica eu acho que agora está bem arrumado." **Dr. JOSÉ DANTAS DE**

PAIVA: "Eu não me recordo também se tem uma tela e eu queria colocar essa preocupação aqui, dos adolescente que estão com problemas mentais, que estão cumprindo medida com problemas mentais, ou o processo foi suspenso. Há alguma informação nesse sentido que tenha um numero, no banco de dados que possa informar a quantidade de adolescentes que tem problemas mentais no Brasil, cumprindo medida. Pode ser uma tela também." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "No programa há essa leitura. Se vai importar isso como suspensão ou criar motivos de suspensão para botar uma tabela, é outra coisa." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Essa é minha sugestão. Eu estou com o microfone aqui para falar isso. Já que não passou no projeto de lei a gente pode por na tela aquela lista de motivos de suspensão que a gente já adotou na proposta e a prática de usar o sistema vai acabar caracterizando o uso naquela hipótese. É uma forma operacional de normatizar." **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "Pode ser um enunciado nosso já. Pode ser o nosso primeiro enunciado." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Está posto assim. Nós aumentamos uns cinco itens daqueles índices básicos que a gente queria." **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** "Essa questão de anotar a doença mental é um pouco complicado. Você vai ter que submeter todos os meninos a exame medico e depois você ainda tem uma série de psicopatias e uma série de coisas que eu acho não serão retratadas com realidade nesses dados." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Com certeza, mas a gente tem aquelas evidentes e aquelas que nos instam a procurar um tratamento especializado para o menino." **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** "Mas isso é custoso porque tem Juiz que precisava estar internado, porque é doido." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Não tenho nem duvida. De perto ninguém é normal, todo mundo tem um pouco de Cid, uns 3 ou 4" cids" básicos." **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** "Então, que realidade nós vamos traduzir nessa estatística?" **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Nós temos problemas na execução e no conhecimento com esse público, e quando for evidente e quando for demandado a gente registrará. Agora, sempre vai ser com um sob registro, lógico, porque tem menino que engana, tem Juiz que engana." **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** "Por que não constam ali outras considerações?" **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Tem o campo para você fazer considerações. O que a gente precisa ver é o sobrestamento por conta de doença mental ou psiquiátrica, ou para tratamento de dependência química, tratamento de doença mental. Quando se falar em suspensão pode-se criar esses motivos que são interessantes, suspendeu pelos, motivos... A gente elenca um rol de motivos." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Aqueles que a gente sugeriu para que fossem incluídos no PL." **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "Essas coisas que nós tentamos colocar no projeto e não conseguimos que já são uma prática nossa, do dia a dia, poderiam ser objeto de enunciados do Fórum para a gente já começar a

pensar nessa parte.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A Comissão já nasce como Comissão de enunciado.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “O enunciado que virou lei.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Não virou lei mas, é enunciado, é a mesma coisa.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “O que a gente está discutindo é a base mínima e não a base máxima. Porque se for a máxima põe tudo, estou achando que nós perdemos o foco, nesse sentido, porque a gente precisa dessa base mínima nacional. Lá no Amazonas, aqui em Goiás tem cidade que não tem nem médico como é que se vai provar se os meninos são doidos ou não. Então é essa base mínima que a gente está discutindo, a questão que levanto aqui é se está bem focado nisso, nessa base mínima nacional. É só essa questão que eu queria falar.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Fechou a base? Podemos homologar? O Humberto estava me solicitando exatamente por uma dificuldade dele, que estava sendo convocado pelo Presidente do Tribunal que tinha ligado oito vezes e para atendê-lo pediu que eu ficasse em seu lugar. Então, esse é o motivo de sua ausência. A idéia é que a gente possa então, seguir avaliando a estratégia de encaminhamento disso, incluindo a relação do trabalho do Fórum, com aquilo que está sendo feito ou que já está feito no CNJ. Então eu penso que o primeiro momento seria o momento de nós ouvirmos o Francisco e o Renato a respeito do que andou acontecendo por lá e no que eles podem nos ajudar a ter como visão desse cenário.” **Dr. RENATO R. SCUSSEL:** “A criação do Fórum Nacional junto ao CNJ se deu justamente em razão de uma preocupação do Ministro Gilmar Mendes de priorizar realmente o atendimento as crianças e adolescentes. Como já me antecipei, eu acho que é um momento único, que a gente deve aproveitar, essa oportunidade de levar as nossas conclusões, os nossos enunciados, os nossos debates para o Fórum competente, que é um Fórum executivo, que é o CNJ. O cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei é uma preocupação toda nossa. Surgiu da nossa preocupação justamente de que eu possa estar processando um adolescente aqui e o Mauricio com um mandado de busca e apreensão desse mesmo adolescente, lá em Goiânia. Então, os primeiros debates apareceram e nós chegamos a conclusão que não deveria se tratar de um sistema porque seria mais um sistema diante dos inúmeros outros, que cada Tribunal tem e a própria Secretaria já vinha desenvolvendo. Mas, diante da urgência e da premência de ter um cadastro de adolescentes, o CNJ decidiu que a gente tenha pelo menos uma ficha, um cadastro desses adolescentes que estão cumprindo medidas sócioeducativas e que se encontrem sendo processados. Então há um banco de dados onde a gente verifica que ao passar os dados que nós elegemos como mais necessários, eu posso recordar, salvo qualquer engano, que todos esses dados já indicados aqui estão contemplados, nesse cadastro. Nós chegamos

lá a um denominador comum que seria a partir do ingresso desse procedimento junto a Vara. Sabíamos, que o encaminhamento seria interessante que se iniciasse junto a delegacia, passasse pelo Ministério Público, chegando ao Judiciário, mas iria demandar outros atores e a gente iria enterrar novamente esse cadastro e não iria sair nada. Então, junto ao Judiciário a gente pode garantir pelo menos pela força normativa e força fiscalizatória do CNJ de que realmente alguma coisa a gente pode avançar. Ao ingressar no cartório, na secretaria judicial a gente tem esses dados todos, a gente lança esses dados dos adolescentes. O cadastro vai ser feito por adolescente, por cabeça e não por processo. Então cada adolescente vai ter o seu dado, lá dentro desses dados vai ter um ícone, uma janela, para adentrar ao processo, para eu saber se no processo há referência, aquele processo do Mauricio que está lá em Goiânia, que ele já tem mandado de busca e apreensão. Esses dados todos, esses dados mínimos, salvo engano, já estão todos incluídos. A gente estava discutindo justamente a preocupação de como é que vai se dar a migração desses dados, uma vez que cada Tribunal, cada Juizado tem o seu sistema. Mas há essa preocupação também, há essa possibilidade de que a mudança vai acontecer de uma forma mais apropriada. As dificuldades encontradas no cadastro nacional de adoção são muito solitárias. Acho que o Francisco pode falar melhor porque nós já enfrentamos essas dificuldades e foram sanadas no cadastro dos adolescentes. Então, eu acho que é isso que é realmente o possível e está sendo feito. É uma oportunidade única da gente levar essas nossas reivindicações junto ao CNJ. Também, nada impede que a gente através de um pedido de providências, consiga acréscimos, ou retirada de alguma coisa. Acredito que o CNJ está muito aberto para a discussão de um controle, porque a gente precisa, é uma necessidade nacional e o que a gente observa junto as reuniões do CNJ, é justamente isso. A gente não quer ficar discutindo mais, a gente não quer ficar perdendo tempo. A gente quer fazer alguma coisa. Então, o que é possível está sendo feito. As indagações, os questionamentos de ordem técnica serão bem vindas, porque serão com o intuito de correção, com o intuito de acréscimo. A participação da Secretaria é extremamente importante. Esse Fórum também, é o local adequado e nós não podemos perder tempo, nesse sentido. Volto a reafirmar, novamente aqui, a nossa necessidade de reestruturação. Nós não podemos ficar esperando, porque se ficar esperando até nós nos estruturarmos, quantas resoluções, quantas recomendações já terão saídas pelo CNJ. Eu não sei. Então não vamos perder mais tempo. Eu acho que o prazo é esse, o momento é esse e a gente está no espaço adequado mesmo. Eu gostaria que a gente pudesse caminhar nesse sentido.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Completando aqui o que o Renato falou há uns outros pontos que eu gostaria de acrescentar. Um deles é o de que, pudéssemos ver também, um

pouco, pelo lado do momento. Como eu disse a pouco, eu estou exclusivamente na área da infância desde 2003, sou Juiz desde 1992, e nesse período, também acumulei com outras atribuições a Vara da Infância. Mas eu, sinceramente, eu não me lembro, e já falei isso hoje aqui, de outro momento tão favorável à colocação de uma série de pretensões dessa área, de tanta atenção a essa área como hoje está tendo da cúpula do poder Judiciário. Então, eu gostaria de pedir também aos colegas que há um pouco de um sentimento de já fizeram e agora não se faz mais, que pensassem um pouco pelo lado inverso. Foi um momento político possível e se nós perdêssemos essa oportunidade, se viesse um movimento de pára, espera, talvez não tivesse acontecido. Houve uma conselheira Andréa Pachar, juíza estadual, que se interessou por essas questões e resolveu levar adiante. Com o cadastro nacional de adoção aconteceu isso. Quando a Andréa coloca uma coisa na cabeça, diz vamos fazer, vamos colocar para andar, depois vamos acertando as coisas, e elas acontecem. O cadastro nacional e todas as questões estão totalmente superadas. Na verdade, nós estamos com cinco ou seis meses de cadastro nacional de adoção e quem sabe essas crianças são crianças que estão sendo adotadas do Ceará para São Paulo, são crianças adotadas em estado com uma longa distância que dificilmente seriam encontradas. Eu não tenho procuração do CNJ, mas eu dei hoje de manhã um exemplo disso, de que o CNJ escuta o pleito do Juiz, tem ouvido o Juiz, tem dado espaço na tribuna. Eu dizia a pouco para o Benedito, o Leoberto e para outros que estavam ali um pouco antes da reunião. Eu não tenho dúvida nenhuma que as conclusões que saírem daqui, eu não vou dizer que vão ser aceitas, não tenho condição de fazer essa afirmação, infelizmente eu não tenho poder para isso, mas eu não tenho dúvida nenhuma, que isso pode iniciar um procedimento administrativo dentro do CNJ, inclusive com espaço para que se vá defender essas idéias lá. A idéia de justificar o porquê da inclusão ou da retirada daquele dado, eu não tenho dúvida nenhuma, disso. Então, completando o que diz o Renato, é um sistema aberto com possibilidade de ajustes e quando se trata de um sistema como esse, é natural que ajustes vão ter que ser feitos, depende da aceitação, é claro. A gente fala muito dessa questão de que o CNJ tem esse poder de implementação, mas por outro lado, nós sabemos que isso se dá de uma forma negociada, se vai mostrando as vantagens da adoção daquele sistema e porque também, nós não podemos olhar o país pela lente dos estados mais organizados, quando sabemos que as nossas realidades são diferentes. A pouco falaram, que nem todas as Comarcas têm computador e é verdade. Nós sabemos da grande diferença de recursos destinados aos Tribunais e os recursos destinados ao primeiro grau, que é a base, quem está próximo do cidadão e essa lógica tem que ser invertida. Então, eu convidaria a todos a refletir também, por esse outro lado, o lado de que é um momento político, é a oportunidade que nós tínhamos, esta, de implementação, reconheço aqui, até porque faço parte disso, não estou aqui a toa,

poderia não estar aqui, mas faço questão de estar aqui para dizer o seguinte, esse grupo tem total legitimidade para apresentar propostas, melhorias, lida com isso no dia a dia e se os Juizes não forem ouvidos quem é que vai ser ouvido nessa matéria?" **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Acho que o momento é realmente esse, temos que tentar, não se pode perder o momento. Quando a gente preencheu esse cadastro, essas informações solicitadas ultimamente pelo CNJ, qual era preocupação? Por exemplo, um processo que estava em julgamento desde 2006, mas o motivo de ele estar parado é porque não foi cumprido o mandado de busca e apreensão pela delegacia? Então a preocupação que se tem é, se a gente vai ter esse cadastro da forma como ele está posto, para que seja utilizado para informar aos outros Juizes de que o adolescente já responde a outros processos? Mas e se de repente a gente se vê cobrado para dar explicação, porque que não se julgou esse processo, ainda? Não se julgou porque o mandado ainda não foi cumprido, ou seja, a responsabilidade não é porque a gente não fez nada diante da circunstância do não cumprimento do mandado pela delegacia. Então, eu acho que essa é uma preocupação que eu ia perguntar, para ver se foi pensado nisso ou se não tem nada a ver com essa preocupação." **Dr. Renato R. SCUSSEL:** "Acho que essa preocupação do cadastro é justamente como você falou de instruir o Juiz com respeito aquele adolescente que ele está julgando, está acompanhando. Se por ventura a gente for indagado a respeito de um procedimento, se aquele processo está suspenso e qual é o motivo, se a gente for indagado, a gente vai responder com a maior transparência, com a maior clareza. Eu acho que não se pode dizer que não houve advogado, como ele falou, está internado fora do prazo, a gente tem que assumir as nossas responsabilidades. Então, eu acho que o cadastro é para retratar a realidade, a gente não deve temer nenhuma investigação, nenhuma coisa mesmo porque é uma forma de cobrança perante o Estado, perante o Tribunal. A minha Vara da infância aqui em Brasília são 18 mil processos infracionais e eu sou cobrado constantemente, são 14 Promotores e 10 Defensores, inclusive o CNJ está também com os pedidos de providência. Mas eu respondo a todos e respondo com a maior transparência, com a maior tranquilidade, com a consciência tranquila porque somos todos Juizes, apenas, eu e mais dois auxiliares, É uma política do Tribunal que devem abrir mais Varas, mais Juizados. Então eu acho que a gente não deve temer isso." **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** "Recebi a Resolução, no lento e gradual mas progressivo, não regressivo. Então qual será o nosso encaminhamento. Nós já aprovamos aquilo que nós consideramos essencial, aquilo que nós gostaríamos de ver contemplado no cadastro nacional, inclusive os representantes do CNJ estão aqui acompanhando. Recebi a Resolução posso ler para vocês o artigo quinto, foi bem fulminante: *Para auxiliar os Juizes no controle da aplicação das medidas sócioeducativas o Conselho*

nacional de Justiça implanta neste ato o cadastro nacional de adolescente em conflito com a lei que tem por finalidade consolidar dados de todas as Comarcas das unidades da federação referente aos envolvidos na prática de atos infracionais estejam ou não no cumprimento das referidas medidas. Então ele continua falando do cadastro. Na verdade, a Resolução fala que implanta neste ato, já está falando como se tivesse naturalmente funcionando o que é muito interessante. E baseado nisso, aqui tem *um prazo de 180 dias, as Corregedorias funcionarão como administradoras do sistema e terão acesso integral aos dados com a atribuição de cadastrar e liberar o acesso ao Juiz competente de cada uma das Varas das Comarcas bem como zelar pela correta inserção de informações que devera ser estimar no prazo.* Então foi dado 6 meses para que as Corregedorias pudessem cadastrar os Juízes, para que os Juizes pudessem alimentar esse cadastro. No almoço, nós conversamos com Francisco e Renato da possibilidade de a gente fazer essas sugestões de inclusão se é que já não estão lá contempladas, e fazer esse encaminhamento para saber a posição que nós vamos tomar em relação, a adoção ou não do sistema que está aqui ,que é o SIPIA/ SINASE para aqueles estados que não têm o sistema. A gente conversou sobre a possibilidade de pedir o apoio do CNJ para que pudesse recomendar aos estados que não tenham nenhum sistema, utilizar o SIPIA/ SINASE que já está pronto, que já está pago, que já está terminado, e sempre se otimizando, que é o que foi feito pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Então a gente queria ver o encaminhamento político que se daria, se a gente fazia um documento político ao CNJ e a gente acertou de informalmente conversar com todos, fazer esse documento sugerindo, mesmo sem saber se já tem ou não o cadastro, sugerir a inclusão desses botões nos sistema do CNJ. Vocês acham que é viável essa postura? Então, como os conselheiros, se posso dizer assim, estão aqui, é bom que se deixe isso informalmente alinhavado. A gente prepara um documento, talvez quem sabe, a gente mesmo assine amanhã, o Leoberto, eu e Roseli assinamos como coordenadores do Fórum e o encaminhamos. A propositura é sugerir ao Conselho Nacional de Justiça que o cadastro que for implementado pela Resolução, que se contemple esse mínimo necessário eleito por nós. . Um segundo ponto é que se recomende para aqueles estados que não tenham um programa de aferição de adolescente em conflito com a lei porque São Paulo tem e muitos estado têm cada um o seu programa, que utilizem o programa que já está pronto que é o programa do SIPIA/ SINASE, que é da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República. Então essa é a postura indicando essas telas, indicando esses botões como fundamentais para o sistema.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Só pediria que constasse a possibilidade de o Tribunal usar outro sistema.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “É apenas

para os Tribunais que não utilizam sistema.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu queria ouvir a Secretaria sobre essa questão do SIPIA/ SINASE. Eu queria entender o nome SIPIA /SINASE, ele é uma coisa só, ou o SIPIA é uma coisa separada. Essa, é uma coisa que ficou da fala do Humberto e eu não sei se foi proposital, ou não. Eu vi passando na tela um dado relevante, que eu acho importante colocar em destaque, que é o artigo décimo. Esse artigo décimo, ele resolve aquela que era a minha principal preocupação com relação a iniciativa que sempre foi a preocupação aqui, que era a possibilidade de não alimentação em paralelo de outro programa. Isso para mim, sempre foi o problema central. Enquanto passa o artigo décimo na tela eu vou ler o artigo nono: *o Conselho nacional de Justiça prestara o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal para a inserção dos dados no cadastro nacional. Parágrafo único: os Tribunais poderão manter os atuais sistemas de dados em utilização no respectivo estado ou substituí-los por outros que entendam serem mais adequados desde que assegurada a migração dos dados ao cadastro nacional.* Ressalvada essa questão, eu acho que nós só temos a comemorar o que está decidido pois existe flexibilidade de escolha e com isso, nós alcançamos o que era a primeira meta desse Fórum. Então eu acho que o Francisco acabou colocando aqui o aspecto político que envolveu o encaminhamento da Resolução, a gente pode entender melhor agora, na transição da saída da Andréa, da troca por um outro colega representando o Juiz de primeiro grau e talvez isso nos tranqüilize também quanto a forma, como isso tenha entrado com um caráter de urgência urgentíssima. E é com esse esclarecimento que eu acho que não haverá nenhuma dificuldade, agora é questão de ajuste. Queria retirar toda a minha preocupação e só endossar aqui a alegria e comemoração pela façanha porque ela foi realmente exitosa. Toda aquela questão de estratégia de negociação com o Tribunal, ficou vencida, agora é uma questão do Tribunal se acertar com o CNJ e nós vamos está junto, facilitando isso para eles. Vamos ajudar a Corregedoria a resolver a questão, agora que a gente já conhece o problema, a situação. Eu penso que uma preocupação, que nós poderíamos ter aqui no Fórum, na lista digamos de propostas que o Humberto iniciou o esboço seria que esse programa tenha, como uma demanda nossa, e eu acho que isso seria uma demanda da Secretaria, a possibilidade de que a base do CNJ possa ser migrada para integrar a chamada camada nacional do SIPIA, ou seja, que ela faça essa integração horizontal no nível Federal. Quer dizer, você tem os dados da delegacia, porque se a Secretaria dos Direitos Humanos viabiliza os dados da delegacia, do Ministério Público, da Defensoria, do programa de meio aberto e do programa de internação e vai formando setores de acumulação de dados, posteriormente ela possa fazer a integração em rede de todo esse conteúdo e consolidar num banco

só. Então eu acho que é fundamental a gente ter a parceria com o CNJ para compartilhar essa base que é aquilo que nos fez existir. Eu acho que é uma questão de materializar a nossa gratidão em um ato, que a gente delibere um compromisso de todos nós, como Fórum, como colegas individualmente, de ir a luta e que haja a possibilidade desse compartilhamento. Eu vejo ali também uma referência a criação de um comitê gestor e eu arriscaria que nós sugeríssemos que o nosso Fórum tivesse uma representação dentro do comitê para fazer essa ponte entre o grupo que está se reunindo aqui e aqueles colegas que estão lá trabalhando na elaboração do programa e no seu andamento. Então, com isso eu acrescentei duas propostas à lista.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Foi instituído um grupo e agora se isso migra para a Corregedoria eu não sei como vai ficar, se o grupo é mantido ou não é mantido.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A Resolução prevê um comitê gestor.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O Comitê gestor é o que vocês participam?” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Exato. Isso não impede e eu acho que esse é o momento importante para isso, de se trabalhar mais uma representação, quer dizer, nós estamos lá a convite deles e não pelo Fórum, apesar de participar aqui, mas acho que há espaço para pleitear a representação de um membro daqui, lá no Comitê. E esse é um momento bom para isso.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu imagino que não, digamos, não desautorizaria vocês.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “De jeito nenhum.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Aproveitamos as duas cadeiras que já temos e tentamos incluir uma terceira. Vocês concordam? Preliminarmente eu acho que é um cuidado fundamental, ouvi-los. Então já temos um candidato para integrar o comitê gestor, então já estamos avançando na proposta. Então ficou a sugestão ao CNJ para que o cadastro contemple o mínimo indicado aqui pela elaboração do nosso Fórum, e que os estados que não tenham um programa próprio possa ser recomendada a utilização do SIPIA, que seja possibilitada essa integração com as demais bases de dados, a integração horizontal com as demais bases de dados dos outros setores a fim de formar a base nacional. A gente formula isso, e que seja acolhida uma representação do Fórum no comitê gestor.” **Dr. ELIO BRÁS MENDES:** “Parece que há um indicativo de que seja feita a administração do cadastro pela Corregedoria e ao mesmo tempo, salvo engano, o Leoberto falou agora, de que os Tribunais é que cuidem da implantação. Vamos ver isso na Resolução.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** *“Artigo quinto: para auxiliar os Juizes no controle da aplicação das medidas sócioeducativas o Conselho nacional de Justiça implanta neste ato o cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei que tem por finalidade consolidar dados de todas as Comarcas das unidades da federação referentes ao envolvidos na pratica de atos infracionais,*

estejam ou não em cumprimento das referidas medidas. Artigo sexto: o cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei ficará hospedado no sítio eletrônico do Conselho nacional de Justiça assegurado o acesso exclusivamente aos órgãos por ele autorizados. Artigo sétimo: as Corregedorias dos Tribunais de Justiça funcionarão como administradoras do sistema no respectivo estado e terão acesso integral aos dados com a atribuição de cadastrar e liberar o acesso ao Juiz competente e cada uma das Varas das Comarcas bem como zelar pela correta inserção das informações que deverá se intimar no prazo de 180 dias da publicação dessa Resolução. Artigo oitavo: as Corregedorias gerais de Justiça e os Juizes competentes encaminharão os dados por meio eletrônico ao cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei. Artigo nono: o Conselho nacional de Justiça prestará o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal para a inserção dos dados no cadastro nacional. Parágrafo único: os Tribunais poderão manter os atuais sistemas de dados em utilização no respectivo estado ou substituí-los por outros que entendam mais adequados desde que assegurada a migração dos dados ao cadastro nacional.” **Dr. LEOBERTO**

BRANCHER: “Eu queria fazer um reforço a este item, não sei se é paranóia minha mas, se tratando de autoridade superior a gente sempre tem que fazer as reservas devidas. Eu proporia uma redação muito precisa dizendo que seja priorizado preferencialmente, o modo de alimentação do parágrafo único, caso em que sejam os Juizes individualmente dispensados de qualquer responsabilidade pela alimentação. O que significa isso, que o Tribunal assumam a responsabilidade, e a Corregedoria é quem vai bancar. Não adianta a gente ficar pensando que pode migrar, mas eu recebo uma senha e depois vêm me perguntar porque eu não alimentei. A Corregedoria não conseguiu e você vai ter que fazer lá na ponta. Eu me preocupo, ainda, porque eu imagino que quando chegam lá, as coisas vão se tornando mais difíceis na prática.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Mas, ali

na seqüência no *décimo parágrafo: compete ao comitê gestor promover a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento do cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei e efetuar o detalhamento dos procedimentos para o cumprimento desta Resolução.* Ou seja, dava para sugerir realmente isso que o Leoberto falou, que as Corregedorias ou a Presidência dos Tribunais assumam.”

Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO: “O próximo passo, a exemplo do que aconteceu no cadastro nacional de adoção, é o seguinte: foi feita uma reunião com os Corregedores de todos os estados, foi entregue a cada Corregedor uma espécie de sugestão de Resolução estadual onde ele deve nessa Resolução indicar quem deve ser o gestor estadual. Cada estado vai ter um gestor. Se vai ser um Juiz Corregedor, se vai ser o próprio Corregedor, se vai ser o

Secretario da Cejais, se vai ser o Juiz da capital ou o representante do Conselho como tem no Rio Grande do Sul e nos outros estados, é uma questão do estado. Mas, esse vai ser o responsável no estado pelo monitoramento do sistema. Aqui eu acho que o próximo passo vai ser esse também.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Para clarear aquilo que eu disse, vou propor a redação, em um dos itens.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Mas, temos que terminar de ler a Resolução.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Os cadastros do sistema da infância e juventude serão geridos e fiscalizados pela Corregedoria Nacional de Justiça.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A minha proposta de redação é a seguinte: sejam assegurados meios para a viabilização prioritária da alimentação do cadastro na forma do parágrafo único do artigo nono, dispensando-se a alimentação manual pelas unidades jurisdicionais. Quando você fala do cadastro de adoção você fala do compromisso do Juiz, do cartório, da unidade jurisdicional, alimentar. Aqui, já há um há um avanço porque o CNJ já reconhece a possibilidade de o sistema de processamento transferir esse dado, automaticamente. Porém se a gente não forçar essa porta e como eles têm o prazo de 180 dias para implementar, corremos o risco de termos de começar a alimentar ou não. Penso que em pouco tempo a gente vai estar recebendo senha e enquanto a Corregedoria, o departamento de informática e as burocracias organizacionais não viabilizam a solução técnica a gente vai estar nessa obrigação de ter que estar alimentando, na tela. E gente, adoção e ato infracional têm uma diferença de proporção. O volume de processos é diferente e se a gente tiver que parar para informar todos esses dados, no que se refere ao ato infracional é muito mais complicado do que na adoção.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Deixa eu dar só uma sugestão. Nós temos outra reunião em agosto, temos um prazo de seis meses e em agosto nós já vamos estar com três meses de implantação, de alimentação e esperamos três meses para isso. Até porque a solução de um, vai ser a solução de outro. A solução do CNA vai ser a solução de migração, também.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas, esperar o que?” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Esperar para fazer essa proposta. Porque se o problema não surgiu?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas eu estou colocando um problema que já surgiu no CNA.” **Dr. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO:** “Eu sei, mas nós estamos trabalhando para resolver.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mas, daí nós esperarmos 3 meses? Acho que não há prejuízo de ficar lá, em consideração.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “É obrigação da Corregedoria implantar isso.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O Fórum deliberando isso, eu posso chegar lá na minha Corregedoria e dizer que o Fórum quer dizer ao CNJ que nós queremos que o cadastro esteja com vocês. Quer dizer, nós estamos trabalhando para que a Corregedoria tenha que organizar isso.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Eu entendi a sua preocupação. Como foi o da adoção. Antes existiam inúmeras

preocupações como essa, como se ia alimentar. Mas havia o interesse de fazer, mas não havia deliberação, nesse sentido. Agora a sua preocupação é que conste já para evitar problema se vier como no cadastro da adoção, não é isso?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Depois a gente muda a redação mas os itens ficaram esses." **Dr. BENEDITO DOS SANTOS:** "Acho que tem alguns Juizes novos aqui, Juizas novas, e eu queria dizer, que coordeno esse programa de fortalecimento dos programas de garantias de direitos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o SIPIA está na minha área de coordenação, e eu queria só esclarecer como é que ele vai fazer parte do SIPIA/ SINASE. Ele faz parte de um complexo, de um sistema mais amplo que nós estamos desenhando. Então o SIPIA, sistema de informação para infância e adolescência, já existe há algum tempo. Nós estamos no primeiro modulo que é o SIPIA/ CT, que é o sistema ligado aos Conselhos Tutelares. Esse SIPIA Conselhos Tutelares já existe uma versão cliente/ servidor, e já está sendo completamente revisado agora e numa "versão web". Ele é de aplicação das medidas de proteção. O SIPIA / SINASE que nós estamos chamando é o sistema nacional de informação para o sistema nacional de aplicação e execução das medidas socioeducativas. Então ele pega esse sistema que está desenhado por nós, que nós estamos trabalhando na camada nacional e já existe em camada estadual. A juíza Odete já tem o seu implantado, e em mais cinco estados do país, Agora ele tem três entradas: tem essa dos Tribunais, tem a entrada das unidades de internação, de quem está executando a medida e as unidades de aplicação em meio aberto. Então nós, estamos negociando com vocês aqui, com os Tribunais e em processo de negociação com o FONACRIAD em alguns estados que têm algum sistema, para utilização da medida em meio de internação e estamos com uma série de negociações com a rede SUAS pois quem está aplicando as medidas de meio aberto são os CREAS, CRAS, as unidades de assistência, para que dêem entrada nos dados. Nós já analisamos o cadastro deles, da rede SUAS, e da gestão da política então, já está bem próxima a nossa conversa com eles sobre a aplicação do módulo em meio aberto. E tem agora duas discussões que nós estamos fazendo também com o Infoseg, que é o sistema de informação de segurança pública, para elencar as delegacias e tudo mais. E ainda tem um banco de dados o cadastro nacional dos Conselhos de direitos e Conselhos Tutelares. Então são sistemas modulares que vão elencando tudo. A nossa perspectiva é saber daqui a pouco, e a gente vai ter condições, se o menino que recebeu a medida de proteção do Conselho Tutelar, por exemplo, recebeu mais tarde alguma medida socioeducativa, se os meninos que estão no bolsa família da rede SUAS, algum deles teve alguma medida. Quer dizer, a gente vai pode elencar e ter alguma informação, ou um conjunto de informações muito importantes para uma política. Por isso, eu queria

aqui reforçar a necessidade de que nessa carta saia a importância da integração desse cadastro do CNJ com esse banco nacional que nós estamos montando, porque ele daria as possibilidades de cruzamento de tudo, o que é na verdade, aquilo que se idealizava, anteriormente. Então, se vocês puderem reforçar na carta a importância da integração do cadastro do CNJ com esse banco nacional que é um desejo nosso, seria muito importante. Ele vai possibilitar fazer todos esses "links" que estão aqui, e oferecer a vocês outras informações que podem ser importantes na hora de aplicação da medida. Também, a gente conversou lá fora, sobre a importância de estar levando essas propostas à Corregedoria, ao Juiz do Supremo Tribunal, e que talvez um grupo daqui fosse tirado na seqüência e eu gostaria também de ir junto, para reforçar todo o esforço de afirmação de que esse processo aqui está "linkado" ao cadastro nacional. Na ocasião agradeceríamos ao CNJ por ter adiantado a nossa tarefa mas, que a gente quer fazer questão de que isso seja "linkado". É isso, obrigado." **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "Benedito, só uma pergunta. Você falou em cinco estados que estão confirmando com a gente a implantação do SIPIA/ SINASE, incluindo o Pará. O Rio Grande do Norte foi contactado nesse sentido?" **Dr. BENEDITO DOS SANTOS:** "Nós temos cinco, Amazonas, Alagoas, Pará, Bahia apenas com uma parte, e Pernambuco." **Não identificado:** "A Presidência já mandou isso para os Tribunais?" **Dr. BENEDITO DOS SANTOS:** "Ainda não, mas o Tribunal de Pernambuco já está usando o SIPIA /SINASE. Ele já utiliza há muito tempo. Só dando uma explicação, esse programa era originalmente chamado INFOINFRA, informação sobre infração, mas a gente não achou muito legal e colocou SIPIA/ SINASE.. O SIPIA porque ele faz parte de um sistema e cada sistema, cada modulo do sistema, tem um nome próprio, SIPIA/ CT, SIPIA/ SINASE, SIPIA Conselhos de Direitos e vão recebendo nomes." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Podemos dar por concluída essa etapa? Eu acho que essa etapa, eu não sei exatamente, qual será o final dela." **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** "Informaram que na Bahia desde agosto, estamos tentando realmente o próprio atendimento que é de onde sai o adolescente. Ele passa pela delegacia e depois vai para o serviço social da Fundac, tem realmente nos dado informações importantes porque eles me mandam todo mês o quadro de entrada de adolescente, por mês, em uma media de 280 a 380 que infracionam; há a divisão por bairro, por tipo de ato infracional, uma série de dados esses quadros do SIPIA, só que ainda não conseguimos fazer o ajustamento com o sistema estadual, dependendo do tal de um provedor que depende da Fundac, mas eu já vi que vou ter que mudar em nível de Tribunal. Mas, nós estamos nessa fase de compatibilização dos dois sistemas. Mas, há muito êxito realmente na parte que está sendo feita pela Fundac. Nós estamos com uma equipe que está trabalhando

para compatibilizar esses dados para ver se realmente faz a migração. Era só isso.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Quero anotar o encerramento desse item de pauta com o registro de merecimentos que eu acho que devem ser devidos, aqui. Primeiro, porque eu acho que a gente está concluindo uma etapa importantíssima da tarefa e essa tarefa tem história, e eu acho que essa história passa por Pernambuco, passa por Humberto com seu engajamento, sua história de persistência, parece que ele leu o livro do maior vendedor do mundo e trouxe dele o insistir, persistir, não desistir até conseguir. Esse é o seu lema, e ele o transformou em um cadastro nacional. A Secretaria que nunca abandonou esse projeto e que hoje está avançando nesse sentido, que ganha um grande passo com essa viabilidade, que avança em ritmo acelerado graças ao CNJ, que, na pessoa dos colegas que representam a Comissão, e que viabiliza um atalho imenso, porque se a gente tivesse que negociar isso com os Tribunais, lá seriam mais uns cinco, seis anos. Então penso que essas três referências são devidas e a nossa pequena parte de contribuição, acho que foi gratificante. E eu proponho que a gente feche esse ciclo com uma salva de palmas a todos. Olha só, a gente está avançando a gente tem coisas concretas. Antes do intervalo, eu só queria anotar que nós tínhamos um item de pauta a tarde que é o SINASE. Com relação ao SINASE o que havia sido anotado como sugestão de pauta era de que fizéssemos um panorama preliminar da evolução em cada estado. Qual era a idéia disso? Formular um instrumento para facilitar os colegas se prepararem para a reunião, listando o que deve ser levantado sobre o SINASE em cada estado. A idéia era que antes mesmo dessa reunião de hoje a gente já tivesse elaborado e distribuído um formulário com meia dúzia de perguntas, ou mais, para que nós fossemos aos nossos poderes Executivos locais questionar se já existe o SINASE, se esse SINASE existe sob a forma de um Plano Estadual, se existe sob a forma de lei estadual, qual o estágio do seu andamento, se existe um Conselho que gere, quem participa, quais os prazos, quais os orçamentos. Estou indicando algumas das perguntas que imaginei possíveis. Do meu ponto de vista a idéia teria muito mais relevância política do que coleta de informações. Aqui imagino que a Secretaria, certamente tem meios muito mais práticos de conseguir essas informações. Mas a importância do Juiz questionar o poder Executivo sobre isso, sabendo que isso vem de uma mobilização nacional, do Juiz da infância, seria digamos de um impacto político importante. Havia imaginado inclusive que nós tivéssemos uma articulação com os Tribunais dos nossos estados, conseguíssemos que os Presidentes dos Tribunais encaminhassem aos Governadores uma indicação,- estou encaminhando a indicação do Juiz fulano de tal da infância, representando o Fórum da Justiça juvenil para levantamento de dados relacionados e tal, uma espécie de protocolo institucional legitimando,

empoderando ainda mais, essa abordagem ao Executivo para perguntar sobre o SINASE. Nós não teremos tempo para trabalhar essa proposta exaustivamente, e minha sugestão de encaminhamento, é de apresentar a idéia como alinhando a pauta do próximo encontro. O que nós poderíamos fazer de hoje até agosto, seria trabalhar nesse formulário, nesse questionário, e validar essa estratégia. Será que vale a pena via Tribunal, será que vale a pena a gente ir pessoalmente, será que vai por ofício, será que vai uma comitiva. Então eu gostaria de que a gente pudesse recolher algumas sugestões e a gente retornaria via rede, com o texto dessas questões já com uma minuta de um eventual ofício. No Encontro de agosto. a gente validaria esse formulário, as perguntas, o ofício. Iria-se aplicar isso depois, ou já voltam com os dados, se vocês entenderem que isso é oportuno. Então, fica a primeira questão é de quando fazer. Vamos acelerar esse processo já saindo daqui com as informações ou vamos vir em agosto para confirmar o modelo da nossa consulta? E a segunda questão: que elementos seriam interessantes, se alguém quiser sugerir para a gente ir anotando, a palavra está à disposição.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Nós temos que ir para o *coffe break* porque senão não tem *coffe break*.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Então eu vou reposicionar a idéia. Eu vou propor o seguinte: de que a gente aprove a idéia em tese e a gente manda pela Internet as perguntas. Vocês concordam de fazer desse jeito? Isso vai ajudar a se apropriar da situação. A gente manda as idéias, discute na Internet o modelo de perguntas e depois a gente vem em agosto, confirma e vai em frente. Fechado? Então eu queria combinar o horário de retorno. Então retornamos as 17.30. Na volta, nossa programação está leve, nós teremos apenas a entrega do nosso kit de “Justiça restaurativa” para conhecimento de vocês.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Nosso final aqui, é com uma programação cultural. O pessoal da Secretaria já indicou o início da sessão da noite com um filme e preparou uma programação cultural. Só não sei se todos já perceberam que está fixada na entrada e eu queria consignar aqui, pessoalmente, que diante desse carinho e desse cuidado todo, que o pessoal do NASCE e da Secretaria têm conosco, o meu voto será definitivamente contra a emancipação. Qualquer que seja o Estatuto do Fórum eu proponho que a Secretaria seja sempre a nossa anfitriã. A gente está sendo tão bem tratado que não tem porque mudar de casa, porque morar fora, é como os adolescentes hoje, ficam na casa da mãe até os 40. Gente eu tenho uma situação de encaminhamento, delicada, porque a Carmen não chegou ainda, ela já saiu de lá e eu não queria fazer isso na ausência dela, como parceira do projeto, e como eu senti que vários colegas estão já pretendendo se ausentar, eu propus aqui, e se combinou com a Lucia da gente fazer a apresentação do filme e nesse meio tempo, a Carmen vai chegar. Então,

introduzindo o filme, ele vai contar um pouco do que são essas idéias, alguns de vocês já devem ter visto, mas é um momento importante e para nós representa uma caminhada de 4 anos, iniciada em março de 2005 formalmente, com a primeira estruturação do projeto em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário e PNUD, posteriormente apoiado pela Unesco, tivemos ainda o apoio da própria Secretaria dos Direitos Humanos e é um projeto que vem envolvendo não só o Juizado mas várias parcerias, nós temos mais de trinta instituições firmatárias de um termo de compromisso, de cooperação, de difusão da Justiça restaurativa na suas práticas institucionais e nas suas comunidades. Então o que nós estamos colocando hoje, é a primeira apresentação pública do material de capacitação que foi editado na forma de um kit. Ele é composto por esse vídeo que nós vamos assistir e duas apostilas, uma de capacitação de lideranças e Justiça restaurativa e outra de formação de coordenadores. São dois cursos que nós temos realizado nos quais o cursos de lideranças já tem aproximadamente 500 pessoas participaram, nós estamos terminando aliás hoje, era o último dia da décima turma de formação de lideranças e a parte relativa à formação de coordenadores, é mais recente. Inicialmente nós tínhamos uma coordenação contratada e agora formamos um corpo técnico local, capacitado para fazer as coordenações e para fazer as multiplicações. Eu vim conhecer esse material aqui, hoje foi que eu vi a exclusividade dele, a destinação dele está chegando em primeiríssima mão, quentinho da gráfica, eu estou entregando a vocês por uma razão muito profunda e simbólica que eu quero explicar depois na apresentação do material.”

Em ato contínuo passou-se a **Apresentação do vídeo e distribuição dos kits do Projeto Justiça Restaurativa**. Com referência a este tema, ocorreram os seguintes pronunciamentos: **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Então, com a presença da Carmen eu quero fazer o registro de que esse material a ser distribuído para vocês é resultado de um trabalho de todo o nosso grupo, um trabalho sedimentado, revisto, revisado, estamos ainda na primeira edição, é uma reimpressão do curso de liderança, e o curso de coordenador é uma reimpressão, mas não foi alterado no conteúdo. O patrocínio desse projeto, nessa etapa, é da Unesco, pelo programa Criança Esperança. Estamos trazendo com o apoio da Secretaria, também, a publicação do livro que documenta os primeiros três anos de aplicação do projeto em 2005, 2006 e 2007, onde estão publicados 34 artigos escritos por cinquenta pessoas reunidas. Para se ter uma idéia da dimensão de pessoas que foram se envolvendo e eu penso que esse é um dos aspectos mais importantes dessa idéia o quanto desperta de interesse, o quanto as pessoas revivem a partir da releitura daquilo que fazem. As pessoas as vezes já estão cansadas, estão quase se

aposentando, querendo ir embora daquele serviço e começam a descobrir um sentido para aquilo que estão fazendo. E isso no âmbito da privação da liberdade, das medidas de meio aberto, das escolas que hoje vivem situações gravíssimas com a questão da violência. Na nossa equipe do Juizado hoje, você tem lá um grupo que é praticamente formado de voluntários e é muito interessante constatar o quanto essas idéias traduzem motivação, empoderamento do pessoal que queria trabalhar. Eu quero apresentar o conteúdo do kit a vocês. Eu os convido a abrirem, esse livro que é a publicação dos três anos do projeto e dentro dele está a publicação de um relatório da pesquisa de monitoramento, acompanhamento e avaliação feita nesse período pela Faculdade de Serviço Social da PUC, contendo todos os dados estatísticos a respeito da aplicação do projeto. Este projeto, registra um índice de satisfação alto dos usuários, depois que aceitam participar dos encontros, da ordem de 90% por parte dos infratores e de 95% de satisfação por parte das vítimas. É um índice impressionante, depois que as pessoas realmente entram o quanto elas relatam positivamente essa experiência. Sabemos que o índice de satisfação do usuário com a experiência de Justiça, dentro dos padrões tradicionais é na faixa de 10 a 12% em dados internacionais e possivelmente alguém que deve ter ganho alguma causa importante para relatar esses 10 ou 12%. Geralmente o restante não tem uma boa experiência com a Justiça. Esse livro mostra de diferentes pontos de vista, diferentes atores que vêm se apropriando, atores institucionais, atores que estão implementando esse trabalho. Essa folha, o guia de implementação das práticas restaurativas ele está voltado a orientar a aplicação do material. Ele faz um breve posicionamento da estratégia do projeto e aqui eu gostaria de colocar para vocês, porque que eu achei que o momento mais relevante, mais estratégico desse material ser colocado no circuito de partilha, seria aqui nesse Fórum, porque a nossa estratégia parte exatamente disso. A idéia de que o Juizado é um ponto de partida privilegiado para servir como um observatório, para uma reflexão crítica sobre o modelo de Justiça tradicional, para servir como um laboratório das práticas restaurativas, para servir como um centro de difusão operacional das concepções e dessas práticas com o objetivo de empoderar e promover aplicações semelhantes, aos públicos das diversas instituições e programas em todos os segmentos dessas redes. A idéia é que nós começamos a fazer dentro do Juizado, convidando os parceiros da rede para fazerem as práticas conosco, dentro dos processos judiciais porque há um conflito de alta exigência, em regra, ainda complicado, pelo fato da judicialização. Há uma possibilidade de monitoramento porque exige que a gente tenha um cuidado na aplicação, porque afinal você está lidando com pessoas já vitimizadas e colocá-las numa situação de um manejo inadequado de um encontro, pode ser um risco, então, nós acabamos

fazendo no Juizado um espaço, digamos, um berçário da experiência. E a partir daí o que aconteceu, as pessoas da rede foram mobilizadas, as pessoas da rede de atendimento, então, acho que a Vera poderia dar um testemunho porque ela é grande usuária. Na última avaliação que eu vi ela encaminhava 84% dos casos, enquanto a terceira Vara, que é Vara de execução, encaminhava 3 ou 4 % dos casos. Temos aplicado em casos graves também, mas a demanda geral é de pequenas infrações em que há relacionamento prévio, relacionamento de vizinhança, relacionamento de escola, briga entre amigos e outras questões. A participação da rede é grande, as pessoas vem e acompanham, pessoas da escola, pessoas do Serviço Social, elas assistem a experiência e acabam levando a idéia para aplicar. Além desse espaço servir de prática para quem está em formação, fazer o seu estágio, passou a servir também como um espaço de contato. E é um ponto de partida, que a gente imagina capaz de proporcionar a formação de uma rede comunitária de Justiça restaurativa. Essa idéia que está desenhada aqui na saída em vermelho, azul que é o sistema de Justiça, a área de medidas sócioeducativas em vermelho, a área de proteção em amarelo, educação, saúde, políticas básicas em verde, ONG e comunidade em branco, é uma idéia de propagação ao reverso do fenômeno da judicialização dos conflitos. Entende-se que é aquilo que usualmente a sociedade acaba fazendo quando nos encaminha, judicializa quase tudo, e a gente também fazendo uma devolução, fazendo o reverso disso. na nossa experiência. A própria fundação a Fase queria aplicar essas práticas, e nós não concordávamos de fazer esse trabalho com vítimas dentro do atendimento sócioeducativo. Mas, eles queriam fazer e acabaram criando o círculo familiar, que é um encontro com a mesma dinâmica do círculo, tem uma aplicação parcial em que a gente trabalha o conceito de vitimização secundária, trazendo a família para relatar as conseqüências, o que está vivendo com a internação do seu filho. Isso passou a ser feito depois dentro do Juizado também, puxamos a experiência deles e colocamos dentro do Juizado e nós subimos muito o número de resultados positivos porque antes se convidava e não vinha ninguém e então saiam do círculo. Agora a gente convida não vem ninguém, a gente convida para fazer um círculo familiar que é o momento de fazer esse espelhamento com a conseqüência do seu ato, de uma maneira dialogada, de uma maneira cuidadosa, respeitosa, não culpabilizante, não persecutória o que faz absolutamente toda a diferença do que ele encontra na sala de audiências, ou até aquela remissão com o promotor, aí pode se contar com as pessoas. Isso é com a Vera que tem a experiência mais direta lá. A partir daí passamos a fazer com abrigos, escolas, atualmente as ONG'S estão fazendo e a idéia é que um dia cada comunidade possa ser atendida. Na medida em que uma escola se habilita a resolver os problemas do seu próprio

ambiente escolar, amanhã ou depois ela pode abrir as portas para atender as famílias em conflito, para atender conflitos de vizinhança, e isso já começa a acontecer com aqueles meninos que vêm de fora da escola, e então a gente já começa a estender a atuação da escola para o seu entorno e de uma maneira ainda ligada ao problema da perturbação na escola, e assim a experiência está evoluindo. Nós iniciamos o processo com uma sensibilização, está estruturado na forma de um workshop de um dia e a base desse workshop é a apresentação desse filme. A partir daí, uma reflexão dos conceitos introduzidos pelo filme, é uma discussão sobre como a gente faz na escola, como faz na comunidade e o que se pode fazer. Depois tem explicações sobre como se faz na prática, tem dinâmicas de simulação, o pessoal faz uma espécie de prática simulada de como é o círculo, dá uma idéia geral. Isso acontece em regra, porque alguém passou por uma formação de liderança e nos convidou para chegar lá. Então, esse curso que eu falei a gente já tem quase 500 pessoas que passaram em 10 turmas de formação de lideranças, então, pouco a pouco a pessoa já cria uma condição na sua escola, na sua entidade de realiza-lo. O pessoal do projeto, vai com o vídeo, faz um workshop para ambientar aquele espaço a fim de introduzir as práticas. E essa segunda capacitação é uma capacitação operacional, de como conduzir os Encontros que estão nessa apostila. O filme está aqui dentro desse envelope e basicamente com esse material ele foi produzido para embasar as nossas capacitações. Destinamos uma quantidade para compartilhar nacionalmente e a destinação é através de vocês. Por essa escolha, digamos, não só afetiva e política da nossa parceria enquanto colegas, enquanto Fórum, mas pela possibilidade de que os Juizados possam ser nos seus estados, protagonistas de um modelo de reprodução do método que faz com que a gente pare para pensar sobre coisas que faz no dia a dia, e mesmo que se continue fazendo, pelo menos já está pensando isso, é um grande avanço. Como é que usamos isso, e o que se propõe enquanto aproveitamento? A idéia é que aquilo que está sendo colocado aqui, é material de apoio de cursos presenciais, nós temos capacitações com a presença das pessoas mas, os conteúdos eles são bastantes simples, uma linguagem bem didática e eles podem ser trabalhados em grupos de estudos. Então, a nossa destinação é de 30 exemplares para cada estado. Depois eu vou pegar os endereços de vocês, vou remeter para os que estão cadastrados no Fórum, ninguém vai precisar levar trinta pacotes, a gente mandará direto. É claro que se alguém disser que não quer receber, a gente não vai mandar, mas se ninguém falar nada, então a gente combina que receberão. O que se propõe que seja utilizado, vocês podem usar alguns exemplares para mostrar aqui, ali, trocar idéias com alguém, e reservar de 10 a 15 para formar um grupo de estudo do pessoal técnico, aquelas pessoas de

fino trato que a gente sabe que são espíritos sensíveis e que trabalham na privação da liberdade, que a gente convive com mais proximidade e sugerir que o pessoal faça. Quem sabe faz junto. Nós começamos assim, nós fomos fazendo a leitura de textos traduzidos num inglês rocambólico e a gente ia lendo aqueles materiais e discutindo e pensando e aos poucos a gente foi avançando, se apropriando ao ponto da gente começar a escrever, produzir, pensar e fazer, que é o que a gente está alcançando e passando a vocês. Eu queria, concluindo, fazer aqui também a entrega simbólica ao primeiro Juizado que é o Juizado de Brasília, cujos exemplares vieram de carona com essa remessa que não vai se livrar de carregar os 30 a não ser que não possa. Daí a gente vai levar lá, mas o Renato já teve o pessoal dele interessado, teve aqui uma técnica nossa que passou um dia fazendo uma jornada de partilha, a gente tem recebido colegas de vários estados, especialmente equipes técnicas, pessoal das áreas afins, tem muita gente curiosa, interessada. Tem o Eduardo com a experiência de São Caetano que é uma experiência referencial também, com uma ênfase nas escolas, mas ele faz também no Juizado. Talvez o volume de demanda dele não seja tão expressiva como Porto Alegre e por isso não apareça tanto, o que aparece mais é a escola. Temos em São Paulo, o Daniel que já fazia há algum tempo, em Guarulhos, mediação, vítima ofensor e agora entrou nos parâmetros da Justiça restaurativa. Na capital, existe um projeto que é na favela de Nilópolis e algumas cidades do interior com a coordenação do Eduardo, que acabou estruturando o trabalho com o apoio do Tribunal e da Secretaria Estadual de Educação. Nós temos o Alexandre Rosa em Joinville que também já vinha fazendo esse trabalho, numa perspectiva de mediação, vítima ofensor, que a gente alinha dentro das experiências de Justiça restaurativa, pois teoricamente a fundamentação é a mesma. E em Recife eu sei que tem um grupo que tem estudado muito, eu recebi uma publicação sobre Justiça restaurativa e Justiça de paz da Universidade de Pernambuco, organizada por um professor de filosofia. Também já foi feito um Simpósio Nacional de Justiça restaurativa em Recife, em 2005 que eu participei. Então é isso, mais uma vez agradecendo a Carmen por todo o apoio da Secretaria o que nos possibilitou, um grande impulso, o Ministério da Justiça, Unesco, PNUD e um grande elenco.” **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** “Gostaria de pedir a palavra no calor das palavras do Doutor Leoberto para dar o meu testemunho de profunda admiração pelo trabalho que vem sendo realizado por você e pela sua equipe e dizer que em Recife nós estamos bastante sensibilizados por essa prática porque ela já está alinhada a práticas que nós já realizamos dentro do Juizado, muitas vezes sem uma metodologia, sem uma classificação tão óbvia, mas, que já tem as mesmas matizes e as vezes matrizes novas, também. Eu gostaria de sugerir diante da dificuldade que a gente tem encontrado especialmente a Coordenadoria da

infância e da juventude em Recife, de convocação dos demais Juizes da infância e da juventude para práticas mais inovadoras. Há resistência natural, os Juizes têm uma formação para fazer aquilo que ele faz com base nos modelos positivista, cartesianos, pegando o Estatuto, aplicando a medida, entregando para que alguém a realize na sua execução, e chamar para si uma questão que exige mais complexidade, que exige um diálogo maior de outras técnicas. Muitas vezes, os Juizes têm uma certa temeridade, não têm formação e não têm equipe que se alinhem a eles nesse trabalho. São resistências também de psicólogos, assistentes sociais. Eu quero lembrar que nós temos tido sucesso em alguns cursos de formação e aperfeiçoamento de Magistrados, em razão da exigência de que os Juizes para efeito de promoção tenham os seus cursos de formação. Eu participei apenas de um e fiquei espantado com o sucesso. O sucesso de você estar presente e não faltar uma aula, elaborar um trabalho, porque você precisa objetivamente daquela nota para que na sua promoção você possa ser apreciado pelo Tribunal, esse sucesso merece algumas reflexões sobre ele. Não sei se esse curso que é de 48 horas pode ser organizado por um tempo menor e ser proposto as escolas das Magistraturas para que possam criar um dos cursos que seja exatamente esse. Nós temos em Pernambuco a escola que mais ofereceu cursos no país, eu não sei exato a quantidade, eu sei que é uma quantidade muito alta, eu sei que são cursos de diversas naturezas. Então esse curso, poderia ser interessante se ele fosse inclusive, apresentado com esse formato, com essa metodologia. Se a gente tiver esse caminho com certeza a gente vai atingir mais Juizes, até porque eu desconfio de que esse material, esse kit, possa parar em algumas gavetas, que não haja habilidade para mobilizar, para fazer a promoção desse conteúdo. Eu tenho um certo temor de que tamanha preciosidade possa não receber o espaço adequado, possa não ser apreciado da forma como deve ser. É um investimento alto, é um trabalho que merece realmente uma atenção maior e está de parabéns. Obrigado pela atenção.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “Se vocês me permitem eu gostaria de tomar só uns poucos minutos e tentar contar um pouco da experiência da porta de entrada do ato infracional em Porto Alegre e porque que nós passamos a ser na verdade os grandes consumidores do método. Porto Alegre tem o centro integrado de atendimento que é onde eu trabalho que tem em média desde 2006 o ingresso de 8000 a 8.300 adolescentes/ ano. Essa é a média de 2006, 2007 e em 2008 isso se confirmou. A partir do momento que nós começamos a ser sócios da experiência e nós montamos dentro do Centro Integrado o escritório satélite da central de práticas restaurativas aonde nós tínhamos, na verdade um plantão técnico com possibilidade de receber os adolescentes encaminhados para fazer uma primeira escuta e quase que o pré círculo, nós passamos a produzir várias experiências a

partir disso. Num primeiro momento houve obviamente uma extrema resistência do Ministério Público, porque entendia que nós estávamos nos recusando a processar as representações. Depois de algumas conversas nós hoje temos a parceria do Ministério Público que inclusive deixa de representar e encaminha diretamente à central de praticas e depois com o relatório vai pensar na representação se for o caso. Nós já estamos trabalhando hoje com a possibilidade da exclusão do processo a partir da experiência restaurativa e da não judicialização de algumas situações, principalmente focadas essas situações, nas relações de vizinhança, nos fatos ocorridos nos âmbitos das escolas e dentro dos abrigos. Nós tínhamos uma demanda imensa de brigas de abrigos, de danos no abrigos, da ameaça dentro dos abrigos, e nós tentamos durante muito tempo buscar a sensibilização dos diretores, dos abrigos dizendo a eles, diretores, que estavam simplesmente abdicando da sua autoridade, na medida em que não resolvem a situação dentro da sua unidade e trazem isso para um assunto de policia." Os senhores não vão conseguir resolver isso porque o Juiz vai mandar de volta para o abrigo e o senhor vai continuar tendo que manejar com esse adolescente". Esse discurso não colava na verdade, com o diretor do abrigo, porque ele entendia que levar o guri para uma delegacia de polícia era dar um "susto" nele, como se esse susto não produzisse na vida desse adolescente uma situação concreta, dele passar a ter mais um registro policial e passar a ter mais um processo judicial contra ele, porque o Ministério Público representa tudo. Depois da implantação da experiência restaurativa nós passamos a ter redução absolutamente significativa desse tipo de demanda que é a demanda que só trás para o adolescente estigma, e que só faz com que esse adolescente tenha mais certeza de que as relações de limites, e de que as relações com os cuidadores, os responsáveis por eles fiquem mais confusas. O que eu quero dizer com isso, cada vez que uma escola leva um adolescente que se envolveu numa briga para dentro de uma delegacia de policia, a escola está dizendo não sou mais eu o seu responsável, agora é o delegado. O Delegado imediatamente passa para o Promotor, e o Promotor passa imediatamente para o Juiz, que imediatamente devolve para a escola e para a família. E esse menino passa a ter certeza absoluta de que não dá em nada e de que não houve nenhuma relação que tivesse lógica para ele. No momento em que a gente corta essa lógica do sistema de Justiça que é o registro na policia, representação do Ministério Público, o Juiz aplicando remissão e devolvendo para o lugar onde ele está, quando a gente corta essa lógica dizendo agora nós vamos parar e agora nós vamos conversar, e nós vamos conversar trazendo a tua família, nós vamos conversar trazendo a tua escola, nós vamos conversar trazendo a tua comunidade, que nós vamos buscar responsabilizações e reconhecimento de valores, isso tem um impacto fantástico.

Nós já tivemos várias escolas que eram as nossas campeãs do ranking de DECA como eles chamam, DECA é o departamento estadual da criança e do adolescente. E dar um DECA quer dizer, dar uma delegaciazinha básica no guri. Então as campeãs de DECA, nós tínhamos lá um ranking e hoje nós já temos a segunda que era a nossa maior cliente de DECA, desapareceu no ano passado. Eles têm hoje um núcleo restaurativo dentro da própria escola que era ali na cidade baixa, que era uma escola inserida num bairro não nobre, mas um bairro de classe media alta, que atendia uma população muito pobre e isso produzia um conflito enorme na vizinhança. Hoje, essa escola não é mais freguesa, essa escola sumiu do sistema, ela tem uma forma de auto composição dos seus próprios conflitos e o sistema de Justiça não atinge mais essa escola. Eu pedi uns minutos na verdade para dizer a vocês o seguinte, experimentem, tentem e acho que o esforço que a gente precisa fazer basicamente com o Ministério Público, vale depois de cada processo que nós não vamos receber mais. Obrigada.” **Dr. FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA NETO:** “Eu já conversei com o Leoberto sobre isso e cada vez que eu o vejo eu me arrependo de nesses anos todos eu ainda não ter conseguido encontrar um espaço adequado para dentro da AMB trabalhar esse assunto. Mas eu queria aproveitar a presença de todos porque eu fico pensando aqui no que vocês falavam da grande resistência. Como superar essa resistência? Nós tínhamos que tentar definir estratégias porque no âmbito das associações ABRAMINJ, AMBP, a gente faz um trabalho desse, de tentar quebrar essa resistência ao longo dos anos. Eu tenho o Alexandre lá, mas infelizmente o Alexandre fez a opção de mudança para uma Vara criminal e agora foi para a capital, saiu da Vara da infância. Tomara que quem o está substituindo que é um colega vice Presidente da associação estadual, tomara que ele encampe porque nessa conjuntura já há uma cultura consolidada disso lá em Joinvile. Mas só para ficar aqui essa reflexão da gente pensar em mecanismos, como nós podemos ajudar para que haja uma implementação disso?. Se isso é um trabalho que vai acontecer através dos Tribunais eu acho que é um pouco mais difícil, através dos Tribunais pelo conservadorismo de alguns Corregedores, de aceitar isso ,de ver a importância disso. A gente já tem muita dificuldade já com aquilo que é do dia a dia da Vara da infância e da juventude junto as Corregedorias, junto as Presidências com um projeto inovador como esse também a dificuldade vai surgir. Mas só para convidar os colegas a pensarem de que maneira nós podemos, porque eu tenho psicólogo agora lá, antes eu não tinha psicólogo, eu tinha um quadro pequeno de Assistentes Sociais e a minha estrutura melhorou. Esse material que eu já tenho lá, é importante para eu recuperar a necessidade disso para buscar junto com a minha estrutura tentar começar a implantá-lo em algumas situações. Mas como a gente pode pulverizar essa idéia e

tornar isso mais concreto, porque sem duvida nenhuma é algo inovador e é algo que se precisa para atuar com a infância e juventude.” **Drª. VERA DEBONI:** “Eu acho que talvez a gente tivesse um espaço e nesse momento existe esse espaço que é da Escola Nacional de Magistratura com o Eladio, que por vir de uma experiência de uma jurisdição diferenciada de ser um ambientalista, por ser um cara que tem uma cabeça completamente diferente e arejada. Está no projeto de capacitação um Encontro tratando de infância e juventude, e talvez a gente pudesse ousar e talvez tentar conversar com o Eladio. Aproveitamos a presença da Carmen e poderíamos tentar produzir um projeto que fosse um pouco mais do que só um Encontro, talvez buscar junto com a Secretaria, e a Carmen poderia nos auxiliar no encaminhamento disso junto ao Governo Federal ou junto a outros organismos que pudessem nos auxiliar a pagar a conta, porque a escola não poderia bancar sozinha, e nós tentamos montar um curso de capacitação e de formação com um pouco mais de fôlego ou com mais turmas, que ele se repetisse mais vezes. Talvez essa pudesse ser uma forma de nós começarmos a fazer a qualificação, claro que não só reservado aos Juízes, mas que nós pudéssemos indicar o pessoal do corpo técnico que viesse se qualificar e acho que dentro dessa idéia de oportunidade dos momentos que a gente está vivendo, talvez esse seja um belo momento por estarmos com o Eladio na Presidência, na direção da escola Hoje a gente consegue tratar disso com números, com bagagem, diferente de quando nos estávamos testando. Hoje nós já temos dados, nós já temos comprovação para trazer e temos experiência para mostrar, quer dizer, não só do Rio Grande do Sul, como a de São Paulo e de outros colegas que estão trabalhando com isso. Acho que tem outras experiências que talvez nós pudéssemos agregar, as experiências de mediação que estão sendo produzidas e que tem um resultado muito interessante, como a do Paraná que tem uma experiência de mediação muito legal. Talvez a gente pudesse consolidar essas experiências e talvez através da escola buscar essa capacitação.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A questão do indicador de resultados que é a pergunta clássica, toda imprensa vem e quer saber quanto reduziu da reincidência, a gente sabe que é um dado difícil de abordar. Primeiro porque ele não tem um conceito preciso, o que é a reincidência no ato infracional, qual o critério de aferição disso, então nós adotamos no monitoramento o conceito de reiteração. Reiteração significa um atendimento consecutivo no sistema após a participação em atendimento anterior. No período de monitoramento isso foi feito num universo de amostragem, trabalhado num grupo de controle, num grupo de acompanhamento que tinha participado de círculo e um grupo que não havia participado. O que nós tivemos está no livro na pagina 38 e 39. A diferença é que aqueles que haviam participado do procedimento tiveram índice de reincidência de 23%, aqueles que não haviam

participado tiveram índice de reiteração de 44%. Isso significou uma redução de 44% para 23%, não é uma redução de 21% é uma redução de aproximadamente 50% com isso. Mas a gente sabe que reincidência não é um único fator que deve ser levado em conta num universo de complexidade de convívio social. O nível de satisfação eu não achei o numero aqui, mas ele está medido. O nível de cumprimento de acordos é altíssimo, é perto de 95% coisa assim, porém quando não há cumprimento do acordo, quando o circulo é feito na esfera judicial no processo e ele é homologado como condição da remissão, ele vai ser processado como Plano de atendimento, ele vai compor o Plano de atendimento. A grande diferença disso é que o plano de atendimento não foi ditado por um técnico como uma sentença, ele vai ser um compromisso, uma adesão, e ele tem um nível de responsabilização muito maior. Esse índice não foi diferenciado, não tem estratificação. Então assim, a questão que o Francisco levantou acho que é importante assim, como o que está acontecendo aqui, hoje. Aqui é um encontro de colegas, não é um evento de grande visibilidade, lançamento de material não tem esse elo com o Criança Esperança. A gente podia estar fazendo toda uma foguetório, levando isso para fazer na semana do Criança Esperança, sei lá de que maneira mais propagandística, mas, a idéia aqui é nessa reunião de trabalho, porque a grande estratégia da divulgação é a pratica, é o exemplo. Eu queria usar um dado que está no livro. Se vocês olharem na pagina 33 do livro nós vamos ter de 2005 a 2007 uma interessante ocorrência, a terceira Vara em 2005 encaminhou 82% dos casos, a terceira é a minha Vara de execuções que foi onde começou. A Justiça instantânea, que é a Vera tem 3%. Depois em 2007, a terceira Vara encaminhou 16%, a Vera 81%. O que aconteceu com a Vera entre 2005 e 2007? Eu acho que ela pode dizer, mas eu acho que ela já disse para vocês, experimentem. Então, eu penso que o grande instrumento de divulgação é a experiência, é o relato, é o testemunho, não é a defesa do argumento, não é a defesa da tese, é o relato de historias, é contar casos.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Provavelmente nós não teríamos essa grata surpresa, cada um relatando a sua dificuldade. Porque quando chegar na porta do Tribunal está arriscado a se distribuir para meia dúzia e efetivamente parar na gaveta.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Sinceramente esse material é caro, é caro nos dois sentidos, porque ele é muito valioso e ele também tem um custo. E isso de ir para a gaveta não faz sentido e por isso a quantidade que está sendo distribuída, não está sendo em pacotão. Vocês é que vão distribuir esse material. Estamos aqui distribuindo simbolicamente o primeiro exemplar e vocês vão receber mais trinta e vão administrar esse material. A idéia sugerida é que, por exemplo, eu sei que lá no Rio vocês estão enfrentando um problema. O Ciro Darlan foi procurado por um grupo, para fazer um seminário sobre isso. Então o que acontece, depois do Seminário? Vão ter esse material e tentar

encontrar voluntários querendo trabalhar num projeto piloto e terão esse material para capacitar.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Na realidade o projeto piloto vai caber a mim. Porque lá na capital a Vara é única e está comigo. Eu quero fazer isso. Na verdade eu estava tentando entender e ouvir mais sobre isso. Eu acho que é o motivo que a gente tem para parar e estudar. Eu tenho um corpo técnico muito bom e com toda certeza vai querer se debruçar em cima disso e chegando efetivamente as nossas mãos, nós vamos multiplica-lo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O que eu queria colocar é que para quem não se ache em condições no momento, porque está muito ocupado, ou porque para o seu Juizado não é o momento, que disponibilize isso, porque esse material também pode ser utilizado fora do circuito Judiciário. Nós estamos propondo uma reprodução da nossa experiência, não é um modelo. A gente está só propondo isso aqui, porque isto é como funciona para nós, mas é só para vocês terem uma idéia.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “O Rio está passando por uma experiência interessante. Com outro nome que agora me foge a cabeça, mas com o mesmo propósito, está sendo feito um trabalho e inclusive para este trabalho foi chamado o próprio Degase, implantar o sistema através do próprio Degase. Hoje acontece uma coisa interessante lá. Foi feito o primeiro concurso para agente de disciplina e na formação desses agentes está sendo implantado essa filosofia. Então é um negocio interessante.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que nós temos aqui uma contribuição teórica, nós temos uma contribuição teórica de Fundo. Isso aqui é uma experiência prática, mas ela só existe porque ela tem uma base teórica, e essa base possibilita uma compreensão e um novo direcionamento do sistema que ele é um marco, um divisor de águas, e por sorte nós tivemos esse acolhimento dentro do ante projeto de lei que já contempla o objetivo de responsabilização. É um resumo de toda a doutrina restaurativa e depois lá nos princípios de interpretação ela está referida de novo. Então eu imagino que nós estaremos inaugurando no país um sistema de Justiça juvenil restaurativa a partir da vigência da nova lei que eu propus que seja chamada de Estatuto da Justiça juvenil. Não arriscaria da Justiça juvenil restaurativa para não achar que eu estou contrabandeando intenções muito amplas mas ela vai possibilitar, e eu acho que a difusão dela passa a ser pela prática. Começar a estudar sobre Justiça restaurativa, aquela expressão que nós colocamos que ficou responsabilização do adolescente quanto as conseqüências do seu ato, incentivando sempre que possível a sua reparação, isso nos devolve a toda fundamentação teórica de Justiça restaurativa e de alguma maneira as pessoas vão relacionar isso, em algum momento de estudo, da formação e nós vamos desencadear esse repertório na prática.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “A par de cumprimentá-los eu queria fazer uma advertência ao Humberto porque depois

que disseram ai que é o cara, e dizem que os alemães deixaram a barba crescer, os franceses começaram a falar com a língua presa e os portugueses começaram a cortar o dedo, então é preciso que a gente tenha um certo cuidado com isso. Mas eu gostaria de dizer a você Leoberto, que o que vejo de belo no trabalho é que nós vivemos a cultura da violência, nós precisamos de um antídoto para isso e acho que o antídoto para a cultura da violência é a Justiça restaurativa. E a indagação que faço é se nós não poderíamos fazer uso disso como forma de exclusão do processo criado com o Ministério Público, ou como forma de suspensão do processo quando já tiver obviamente com representação. Essa é a questão que eu deixo anotado.”

Dr^a. VERA DEBONI: “É exatamente isso que a gente faz. Hoje que o Ministério Público é parceiro, ao invés de apresentar a representação ele encaminha o adolescente, a família, com um relatório, um breve relatório da situação que existe dentro do inquérito para a central de práticas restaurativas e pede que a central de práticas faça a experiência restaurativa que não necessariamente seja o círculo restaurativo com todos os três passos do pré círculo, do círculo e dos pós círculo. Vamos pensar naquelas brigas aonde são vias de fato lesões recíprocas, o dano onde a diretora da escola é a mesma diretora que acompanha o adolescente quando ele é apresentado ao Ministério Público, porque isso acontece na mesma hora. Então, nós usamos esse mesmo momento e se encaminha, o próprio Ministério Público pede que encaminhe à central de práticas. A central já está dentro do sistema integrado e os técnicos fazem o atendimento, não raras vezes o simples fato de haver esse atendimento técnico ali, já há a fixação do acordo, já se estabelece a restauração da situação de conflito e o compromisso de que será cumprido em x tempo. Esse é o tempo da volta do relatório. Nesse x tempo, é o tempo que o menino pediu para pintar o muro da escola que ele pichou, por exemplo, é o tempo que eles estabeleceram como acordo nas lesões recíprocas, porque fazia parte do acordo por exemplo, que um deles ia levar o outro para assistir o seu show de pagode porque ele faz parte de uma banda de pagode e o outro rapaz que estava envolvido na briga, levaria o seu desafeto na sua turma de futebol, então tinha que esperar acontecer o show de pagode e a turma de futebol, então eles estariam vivendo pacificamente com isso e voltariam para contar o que aconteceu. Quando eles voltaram para contar como é que foi, levou 15 dias o relatório veio e o relatório foi para o arquivo. Quando já há representação do Ministério Público e a avaliação que eu faço, é uma avaliação pessoal, eu estou com o adolescente sentado na sala de audiência para ser interrogado, a representação vai ser recebida no momento em que eu resolver recebê-la porque no centro integrado, a citação é dentro da sala de audiência, suspendo essa audiência e encaminho para que seja feita a experiência restaurativa, com o relatório aonde já faz com a solicitação inclusive para que venha com a sugestão e medida

sócioeducativa, se for o caso. Não raras vezes do próprio círculo com a discussão entre a vítima e o agressor, surge a necessidade de que ele cumpra a medida sócioeducativa, o próprio agressor dizendo que precisa cumprir um serviço para a comunidade porque foi tão ruim nesse negócio que tem que ter uma punição, de que eu precisa responder por isso de alguma forma. E não raras vezes isso acontece. Alguns cuidados que eu acho que a gente tem que ter claro, é de que nós não podemos transferir para a esfera do acordo o círculo restaurativo por exemplo, acordos de remuneração ou acordos de danos materiais que envolvam ressarcimento de dinheiro ou ressarcimento que seriam envolvidos na esfera civil. Quero dizer, a proposta restaurativa não é para isso. E existe as vezes uma tendência das pessoas em acharem que podem monetarizar o seu conflito. Então eu acho que esse é um cuidado que é importante. Mas isso passa basicamente pelo treinamento e pela técnica de fazer a experiência restaurativa. Então muitas vezes se suspende o processo, se suspende a execução da medida, ou se estabelece a experiência restaurativa, se encaminha para a experiência restaurativa já com a medida sócioeducativa estabelecida, quer dizer, já fiz isso com o porte ilegal de armas por exemplo. Para mim, porte ilegal de arma em adolescente é uma coisa que ele não tem outra alternativa que não seja cumprir medida, que vai ser de meio aberto se for a primeira vez, mas junto com esse meio aberto que ele vai cumprir nós vamos colar nele uma experiência restaurativa, ainda que não haja "uma vítima formal", porque a vítima é o estado, a família precisa ser envolvida nisso e o círculo familiar é fundamental. Então a possibilidade do uso da ferramenta ela é sem limites, você pode experimentar num curso de uma execução de liberdade, o Leoberto já fez muito isso também. Então a possibilidade do uso disso é imensa, eu acho que usando, a gente vai aprendendo a fazer." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "O pessoal está fazendo lá uma experiência como eles chamaram de diálogos restaurativos. Toda sexta de manhã eles montam um grupo com 10 adolescentes no máximo que cometeram o mesmo tipo de ato infracional, e cada semana muda o ato infracional. E o que é o diálogo restaurativo? Eles usam sempre o mesmo passo a passo porque está estruturado numa metodologia de comunicação que se chama comunicação não violenta e ele devolve ao sujeito a uma reflexão do sujeito não julgamental digamos assim. Não é uma racionalização sobre o erro se está certo ou errado, ele descobriu essa ideia do certo e do errado e vai ao encontro do fundo de necessidades que mobilizou a pessoa a atuar daquela maneira e as necessidades emergentes do ato, quais as consequências, que necessidades precisam ser atendidas. Dessa metodologia surge o diálogo que é então uma forma de confrontação dos adolescentes, na reflexão sobre o ato praticado. Isso é um laboratório, a gente está fazendo uma experiência que amanhã ou depois pode ser encaminhada para ser feita no atendimento dos

programas.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Com o passar do tempo em cima de uma experiência muito particular de vocês, estão criando diálogos restaurativos e assim por diante. Tem alguns passos que vocês criaram, por exemplo, vamos na sexta feira partilhar os problemas, vocês criaram passos ou fica a critério do grupo, tem um coordenador?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O passo a passo do círculo, nós tivemos um nível de altíssima de exigência nesse período de monitoramento que são três anos, porque a gente trabalhou com consultor e a gente não tinha segurança na aplicação. Nós começamos a fazer com causas de alta complexidade porque fazíamos na execução da medida. Então a gente trabalhou com roubo, equivocadamente trabalhamos com a situação de estupro, fazendo a aproximação das famílias não dos próprios envolvidos o que depois com o tempo a gente se apropriou da literatura internacional que não recomenda casos de violência sexual, em casos de conflito familiar. A gente fez em situações que não se tinha muita governabilidade e a gente foi compreendendo que quanto mais a gente se afirmasse dentro do método mais segurança a gente poderia proporcionar para as pessoas. Que a gente tem que assegurar para as pessoas que elas não vão ser revitimizadas, no encontro. Então trabalhamos três anos, rigorosamente dentro do método. Nós levamos para as escolas esse método, nós quase perdemos as parcerias das escolas, a principal escola particular de Porto Alegre, o colégio Anchieta parceira do projeto, resolveram dizer que eles iam desistir, ficaram dois anos fazendo mas diziam que não dava certo, era muito formal, que não tinham tempo e explicamos que não era isso, a gente estava testando para eles se apropriarem. . Mas a idéia era que a primeira etapa de transferência da tecnologia ela teria que passar por esse rigor para que as pessoas compreendessem o que tem no conteúdo do Fundo. Depois que a pessoa consegue ter habilidade do Fundo ela pode inovar. Bom, hoje vocês vão encontrar aqui dentro uma guia de procedimento que é o roteiro do passo a passo do círculo, esse é o procedimento formal, ele é um check list de atividades, ele é um lembrete que também serve para a gente fazer o relatório do caso, vai anotando e vai seguindo os passos que esse é o procedimento formal.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Isso é fabricação própria de vocês em cima da experiência do Rio Grande do Sul ou vocês importaram também de outras experiências de outros estados?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A gente tem um mix. Por exemplo, o modelo de formulário que a gente adota é trazido da experiência da Africa do Sul, que tem essa guia de procedimentos com que eles fazem os círculos de paz comunitários. Então o povo sai com uma folhinha dessa em baixo do braço e faz o roteiro e ganham uma verba por caso, eles apresentam o relatório e a universidade contabiliza e pesquisa em cima, é muito bacana.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Eu estou perguntando porque nós temos uma experiência no Rio Grande do Norte com a entidade chamada Amor Exigente, que é um grupo de apoio. Inicialmente seria para os pais e também nós estamos ampliando para as escolas, para

resolução de conflitos para adolescente e eu estou aqui tentando ver como conciliá-los porque é uma experiência boa. Eu não sei se alguém já ouviu falar aqui na Amor Exigente, também tem metodologia própria. Há uma experiência americana que veio para Campinas e que nós importamos também e fomos adaptando e é uma experiência que vem funcionando relativamente bem. E se eu quero aderir por exemplo, a Justiça restaurativa, como conciliar os dois? Bom, talvez você não tenha resposta e nem eu também mas a situação é para amadurecer, porque é muito parecida com os grupos de apoio, a Justiça restaurativa.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Para completar o mix pegamos a base das conferências de Justiça juvenil da Nova Zelândia que é modelo que nós traduzimos para o círculo, mas que é o modelo de mobilização das referências de comunidade, das pessoas de apoio, não mediação vítima ofensor. Nós trabalhamos com a comunicação não violenta como estratégia de comunicação. Então, nisso sim existe uma certa autenticidade da proposta de trabalho. Mas eu acho que a gente tem que compreender a Justiça restaurativa com duas dimensões: como referencial e como método. Você pode usar vários métodos, não precisa adotar aquele que está proposto aqui, você pode encontrar pessoas que podem conduzir o encontro com outras técnicas. Agora o referencial é importante porque ele muda o ponto de vista na abordagem do caso. Terminou a minha emoção aqui e eu proponho que as perguntas também. Eu gostaria de passar a palavra para a Carmen fazer as honras finais.” **Drª. CARMEN OLIVEIRA:** “Eu estava aqui numa situação do tipo me belisca que eu acho que eu não estou escutando bem o que eu estou ouvindo. Se fosse a dez anos atrás seria muito difícil a gente pensar num ambiente de Juizes discutindo esse tema, esse conteúdo, essa reflexão, que praticamente desloca vocês de um lugar, clássico, de um lugar que as vezes pode ser mais confortável do que esta transformação toda que parte primeiro do próprio ser, do próprio Juiz disposto a experimentar essa outra situação, esse outro ambiente e que não tem nada a ver, pelo menos no nosso imaginário, imaginário social, o que é o lugar do Juiz, o ambiente da audiência, a sentença e enfim, toda a linguagem que é o discurso que é criado em torno disso. Então, eu acho que realmente estamos falando em Justiça de um novo milênio, de um novo século que é o século 21. A Secretaria apoiou junto ao Governo Federal através do Ministério da Justiça na perspectiva de que essa experiência pudesse render exatamente o que está sendo apresentado hoje que na linguagem convenial se chama de produto. Então ali estão eles, os que fazem os convênios, aqui estão os produtos. Quais são os produtos: aquilo que sistematiza experiências, aquilo que possibilita a sua disseminação. Então, agora a semente está aqui, onde vocês vão colocar, em que terreno vai ser fertilizado também nos interessa de uma certa forma, porque a gente sabe que não basta entregar ou esparramar pelo país esse tipo de material. Fica aqui o convite e a possibilidade de que a gente caminhe

em uma segunda etapa, ou seja, com estas sementes e com os terrenos que podem ser disponíveis para serem fertilizados, e as pessoas fertilizadas, a gente financia essa disseminação junto aqueles Tribunais ou aqueles locais em que isso pode ser feito. Eu acho que especialmente o que nos encanta nessa possibilidade é esse espírito de cooperação que o grupo está fundando, estruturando esta rede quero dizer, aqui ninguém sabe mais do que um, mas naquilo que sabe, ou avançou, vai poder partilhar e quem sabe até a experiência uma vez irradiada vai gerar frutos melhores ou maiores ou diferentes do que foi esta sementinha gerada aqui. Bom, da parte da Secretaria a gente também está entregando mais um pesinho na mala de vocês que é aquele livro que eu já tinha apresentado. E já que vocês estão com um Resolução colocada como uma meta que é fazer a inspeção mensal, aqui tem um guia de monitoramento utilizado por organismos internacionais como diretrizes no combate a tortura e quem sabe dali tirar alguma inspiração para o guia de procedimentos da inspeção das unidades de internação.”

Passou-se, então à **apresentação do Programa de Proteção aos Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM**, quando, então, foram feitas as seguintes manifestações: **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Vou passar para a Carmen conduzir os trabalhos.” **Drª. CARMEN OLIVEIRA:** “Nós vamos apresentar o Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte que é um programa caçula na SPDCA. Foi implantado em 2003, no começo da primeira gestão do Presidente Lula e teve uma reestruturação importante a partir de 2006. A Márcia vai fazer esse relato. Eu gostaria de chamar à mesa a coordenadora desse programa, Márcia Soares. Ela vai ficar comandando o notebook então, Márcia se identifique, por favor. A Márcia é advogada, gaúcha, ela esteve presente comigo no período em que a gente fez a gestão da Febem do Rio Grande do Sul e, trabalha com a gente desde 2006 quando reconstituímos o grupo de trabalho da SPDCA. Também estão presentes aqui duas pessoas que integram o programa a Gerusa e a Carla. Este programa é muito importante porque nós temos todo um esforço, como a Márcia vai salientar, para a construção de uma metodologia, para executar um programa que inexistia no Brasil e inexistia na maioria dos países, para não dizer em todos os países pois já buscamos referências internacionais e elas inexistem. Então, é importante está interlocução com vocês na medida em que é uma prestação de contas que a gente está fazendo, um balanço, e neste sentido as recomendações, as sugestões de vocês são muito importantes para nós.” **Drª. MÁRCIA SOARES:** “Queria em primeiro lugar agradecer o espaço, a possibilidade de estar integrando este Fórum e apresentando um pouco do que a gente vem construindo no Programa de Proteção a Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte. Eu venho do Rio Grande do Sul e na minha

última experiência de trabalho, minha experiência mais contundente de trabalho com crianças e adolescentes que foi essa passagem pela Febem do Rio Grande do Sul, eu imaginei que seria difícil eu me colocar em um desafio tão grande quanto aquele. Eu pensei que já havia cumprido com a minha cota e venho para o Governo Federal e termino com um desafio que eu acho tão grande ou maior que aquele, que é o de construir um programa que tenha à pretensão de proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte, no país. Para mim, é um enorme desafio. Aliás, é para todos nós da Secretaria que estamos imbuídos da disposição de construir um programa dessa natureza um programa novo, que não existia, como disse a Carmen, com uma metodologia que nós estamos construindo com os nossos parceiros e por isso agradeço mais uma vez a possibilidade de tomar o espaço da pauta de vocês para que a gente possa iniciar um diálogo com o Judiciário o que para nós é muito importante. Ontem, nós fizemos durante o dia inteiro uma reunião com os gestores do programa. Temos aqui o representante de São Paulo, da Comissão de Direitos Humanos o Cássio Figueiredo e de Pernambuco, a Maria Goreti da Secretaria dos Direitos Humanos que são os gestores locais do programa. Estavam os 9 gestores ontem e eles ficaram, para acompanhar essa apresentação. Inicialmente, eu queria situar um pouco quais os problemas que estamos enfrentando no Brasil, hoje, que deram motivo à construção de um programa dessa natureza. No Brasil hoje, os dados nos demonstram, a alta incidência de letalidade entre os jovens, entre 15 e 24 anos. Os dados vêm indicando que no Brasil nós temos 72% das mortes dos adolescentes por causas externas. O que são causas externas? Acidentes, afogamento, homicídio e suicídio. Desses 72%, no Brasil 40% são homicídios. Então a letalidade de jovens no Brasil é muito alta pelo fato de serem jovens, e isso não é um fenômeno que a gente observa no resto dos países do mundo, isso não é um fenômeno universal. A última pesquisa que foi feita pelo Jacob, dos 80 países pesquisados, em mais da metade deles, 53% não há distinção grande entre a letalidade da população jovem e da população não jovem. Cinquenta e sete mil adolescentes foram assassinados de 1998 a 2004, entre 10 e 19 anos. Nós somos o quarto país do mundo em mortes violentas. A França com uma taxa de 51.9 por cem mil, a Espanha tem uma taxa de 14 por cem mil, nós temos uma taxa de 51 por cem mil. Somos o terceiro país do mundo em vitimização o que significa a possibilidade do jovem morrer que é 170% maior do que um não jovem morrer. Esses dados nessa última pesquisa vêm indicando que 63% dos casos de morte podem ser explicados pelas desigualdades econômicas. Os perfis das vítimas são negros, pobres, moradores de favelas. Se nós formos pegar hoje o que é o perfil do adolescente que está no sistema sócioeducativo ele corresponde quase que igualmente ao perfil desse jovem que

está sendo morto no Brasil, morto violentamente, morto por homicídio. Na América latina temos a possibilidade de jovens morrerem 30 vezes mais que um jovem na França, ou em um país da Europa. Nós temos a diferença de taxa de 43 por cem mil para 7 por cem mil. O que estamos observando no Brasil, nós não temos dados específicos dessa faixa de adolescência que nós estamos trabalhando agora, entre 12 e 18 anos. Temos hoje computado a taxa de incidência de morte de jovem entre 15 e 24 anos, ela sobe muito a partir dos 18 anos e tem o seu pico lá nos 21, 22 anos. Estamos já trabalhando com a construção de um índice de adolescentes que eu vou explicar um pouco mais tarde. Agora, nós temos hoje 60 milhões de crianças e adolescentes no país, espalhados em mais de cinco mil municípios, com um sistema sócioeducativo hoje com 16.600 em medida de internação. Há 920 municípios considerados vulneráveis pela exploração sexual, 120 pontos em rodovias consideradas vulneráveis a exploração sexual e isso tudo termina trazendo uma conjuntura muito desfavorável para a vida de crianças, adolescentes e jovens no Brasil. O PPCAM aparece em 2003 por uma determinação do Presidente Lula como uma das possíveis políticas para enfrentar o tema. O PPCAM não pretende e não poderia pretender, incidir de forma a baixar esses índices mas, ele incide no enfrentamento do tema da letalidade para além da proteção daquele adolescente, porque o adolescente que chega para o PPCAM é o adolescente que está ameaçado e a morte dos adolescentes e jovens no país a gente vê que boa parte delas não passa pela ameaça. Muitos jovens morrem pela mão do tráfico, dos grupos de extermínio e em brigas entre eles, jovens contra jovens, e essa é uma camada que não está ameaçada, é difícil incidir nessa camada. Mas o Governo Federal pretende construir um programa para incidir no tema da violência letal. Nós não temos um marco regulatório, e isso é um problema, nós temos apenas um decreto que é de 2007. O programa vinha operando de 2003 a 2007 sem nenhuma regulação. Nós estamos com um projeto de lei encaminhado, há projeto de lei na Câmara, um substitutivo que estão encaminhando, mas isso dificulta muito a atuação dos técnicos do programa, dos estados gestores, pela falta de regulação Federal. Esse programa é de execução direta da Sub-Secretaria e a ela pactua com os estados com os Governos e ele é executado diretamente na ponta pelas ONG'S. Os Governos vêm se mostrando pouco ágeis para fazer o tipo de proteção e gerenciar, na forma que o programa exige. Então, geralmente são convênios tripartites, é uma cooperação repartida entre o Governo Federal, o Governo local e uma ONG. Trabalhamos no atendimento direto ao ameaçado, indo tirar o adolescente do local da ameaça. Por outra parte, o programa vem incidindo na questão da sensibilização, da responsabilização e da pesquisa buscando trabalhar na prevenção. Nesse sentido, nós vimos construindo o trabalho junto com o Unicef e o

Observatório de Favelas. O Observatório é uma ONG sediada no Rio de Janeiro que tem base na favela da maré mas atua em muitas outras favelas no Rio de Janeiro e é uma ONG de pesquisa, uma pesquisa – ação, com trabalho na pesquisa a partir de atores locais. Nós construímos com eles um programa que se chama “ programa de redução da violência letal” que vem construindo este índice. Ele tem três eixos, o primeiro deles é construir um índice de homicídios de adolescentes e já está pronto, vai ser lançado esse ano. É a primeira vez que a gente consegue estabelecer um índice para esta faixa etária, entre 12 e 18 anos, fazendo este corte. O que diz este índice? Esse índice consegue demonstrar em cada mil adolescentes guardadas as mesmas condições locais de política pública, que de cada mil adolescentes com 12 anos, quantos vão morrer antes de chegar aos 18 anos. Um índice que vai levantar a letalidade e mais que isso pode fazer a projeção da letalidade e é um índice para trabalhar a sensibilização. Nós podemos pegar uma cidade como o Rio de Janeiro somar quantos mil jovens adolescentes com 12 anos no Rio de Janeiro existem hoje e quantos deles não vão chegar aos 18. Essa é a idéia desse índice, é a expectativa de morte dos adolescentes. Esse índice pode ser cortado, aos 13, aos 14, quantos não chegarão aos 13, quantos não chegarão aos 14 e quantos não chegarão aos 15. E a idéia é que o gestor local possa trabalhar com esse índice, quer dizer, que a gente possa medir que condições se alteraram, que política pública foi estabelecida, para que esse índice possa ser alterado. Então nós podemos dizer: mantidas essas condições no Rio de Janeiro cinco mil adolescentes com 12 anos não vão chegar aos 18 anos, vão morrer antes dos 18 anos. Isso é um instrumento importante de sensibilização e de trabalho com o próprio gestor local. Esse é um momento desse programa de redução da violência letal. E ele traz mais dois momentos. Um momento que é de mapeamento nacional das principais experiências governamentais ou não que enfrentam o tema da letalidade e têm condições de influir nessas taxas de homicídio, mapear essas experiências, sistematizá-las, publicá-las e replicá-las para que a gente possa apoiar a replicação dessas experiências em outros lugares. É um terceiro momento que é de mobilização da juventude local. Esse trabalho de mobilização e de mapeamento respeita as 11 regiões da Agenda Social, que foram as primeiras 11 regiões definidas pelo PRONASCE como mais vulneráveis para violência letal, que é onde o programa está sendo implementado. A escolha da implementação dos programas segue, primeiro, esse cruzamento com o mapa da violência e essa definição de intervenção da Secretaria dos Direitos Humanos nas áreas mais vulneráveis para a violência letal que é onde há o foco de atuação da Agenda Social. Uma coisa que chama a atenção na construção desse programa que a gente precisa também levar em conta, é a necessária interlocução do programa com

outras políticas, com outros poderes porque o adolescente hoje que está ameaçado de morte, o adolescente que morre ou que está ameaçado de morte, podemos pegar o caso de Abaetetuba, que é o caso da menina aquela que ficou presa na cadeia que está no programa hoje, que ficou com 20 homens. Qual é o percurso dessa menina? Foi abusada sexualmente dentro de casa e com 9 anos foi para a rua. Ali ela se envolveu com trabalho infantil de certa forma, ela entrou na rede de exploração sexual, e terminou se envolvendo com o tráfico de drogas, é consumidora de *crack*, cometeu pequenos delitos e foi parar no sócioeducativo. O que nós vimos é que essa adolescente é a mesma adolescente de todos os outros programas e ela termina ameaçada de morte e vem para o programa de proteção a criança e adolescente ameaçado de morte. Então este programa, especificamente, é muito emblemático da necessidade dos projetos, dos programas e das políticas saírem de suas caixinhas para que a gente consiga trabalhar intersetorialmente de forma exemplar. É a mesma adolescente, é o mesmo menino, é a mesma menina que está em situação de rua, que passa pelo programa de trabalho infantil, por envolvimento com tráfico, que está envolvida com o programa do socioeducativo e termina ameaçada de morte. Esse programa por sua natureza necessita fundamentalmente da articulação dessas políticas, dialogo com essas políticas, mais do que isso. O que leva uma adolescente a ser ameaçada, ou um adolescente a ser ameaçado de morte no Brasil são muitos fatores. Esse programa ele tem um marco referencial no PRO VITA, Programa de Proteção a Vitimas e Testemunhas. Ele nasceu em 2003, um pouco da necessidade de retaguarda para o PRO VITA que não sabia o que fazer com os adolescentes quando entravam no programa, porque ele tem um outro formato. O PRO VITA não tinha capacidade, especialização técnica para tratar com adolescentes. Então veio o PPCAM. No PRO VITA quem entra no programa, entra porque é testemunha e ponto. Então as equipes têm que ter uma qualificação técnica para isso. Quem entra no Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçado de Morte, entra por diversos motivos. Nós vamos enfrentar o problema da violência doméstica, da exploração sexual, da situação de rua, da drogadição, do envolvimento com narcotráfico. Então são muitos os motivos que trazem esses adolescentes para o PPCAM e isso significa que a equipe tem que estar muito capacitada para dar conta de muitos temas com todas as suas estruturas. Como é que o PPCAM vai fazer para atender uma menina que está em situação de violência doméstica? Nós não vamos criar um abrigo específico para meninas ameaçadas de morte por problemas de violência domestica, nós precisamos ativar a rede do movimento de mulheres que tem expertise no tema, capacitar as casas que atendem mulheres vítimas de violência para que atendam também uma adolescente ameaçada de morte. Então o nosso dialogo com as

outras políticas necessita ser intenso. Temos um grande desafio que é proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte que têm uma trajetória de rua. Nós tivemos já alguns casos no país inteiro. Tivemos aqui em Brasília, especificamente um caso desses, que precisamos acionar uma instituição que está acostumada a trabalhar com adolescentes em situação de rua e eles nos disseram: - não tem como proteger. Isso que vocês estão propondo para um adolescente que está em situação de rua, é complicado: ele não faz vínculos porque ele está na rua, não se consegue deslocá-lo para outro lugar, você não consegue colocá-lo numa casa, como protegê-lo? O que nós podemos fazer enquanto programa é deixar essas questões judicializadas e dizer, nós não temos como garantir a vida mas, vamos tentar uma abordagem para que se reduza pelo menos a possibilidade de morte, a possível letalidade desse jovem, mas isso é uma experiência. Esse programa é novo, é um programa novo e em construção. Essa necessidade de dialogo e de interface com outras políticas, para nós tem se demonstrando fundamental. O programa está implantado hoje em sete estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Pernambuco e Pará. E em implantação na Bahia e Alagoas ainda esse ano. Já está conveniado, nós estamos já em processo de capacitação das equipes, seleção de instrução. Temos a meta para 2010 de implantar no Rio Grande do Sul, no Paraná e nós cobriríamos todas as áreas da Agenda Social. No Paraná, nós estamos com o convênio pronto, recurso destinado, instituição já identificada mas nós temos um problema de resistência de uma parte do Governo que não quer a implantação do programa lá, muito embora a gente receba aqui na coordenação nacional inúmeras demandas do Paraná, de adolescentes ameaçados de morte, muito em função do contrabando. São meninos envolvidos com essa rede de contrabando de passagem pela Foz do Iguaçu. A letalidade no Paraná é diferente de outros lugares, ela não está concentrada na capital, nem nas regiões metropolitanas, mas nessa região da Foz do Iguaçu. É uma situação grave a do Paraná e nós estamos gestionando junto ao Governo, a Secretaria da Criança e da Juventude. E a Telma está absolutamente disposta, a implantar o programa lá no Paraná, mas, estamos com alguma dificuldade ainda. Dos dados que nós temos de proteção, de 2003 a 2008, tivemos mais de 3600 pessoas protegidas, entre crianças e seus familiares. Só no ano de 2008, isso demonstra a ampliação da cobertura do programa, tivemos 1816 pessoas. Então praticamente 50% dos atendimentos do programa desde 2003 foram feitos em 2008.” **Dr. DANILO BURIN:** “Como ficou a questão da avaliação?” **Drª. MÁRCIA SOARES:** “Em avaliação estão o Mato Grosso do Sul e Acre. Porque os dois estados não integram, não são foco do PRONASCE e da Agenda Social. O PRONASCE definiu as primeiras onze regiões como as regiões mais vulneráveis para violência.” **Dr.**

DANILO BURIN: "Então não conhecem o que é o Mato Grosso do Sul." **Dr^a.**

MÁRCIA SOARES: "Por isso é que está em avaliação. A nossa idéia é para além das onze regiões estabelecer ainda o Acre e o Mato Grosso do Sul, especialmente para que a gente possa facilitar as permutas. Crianças e adolescentes que são ameaçados de morte e são testemunhas, especialmente as que vêm da rede de exploração sexual, elas precisam ser protegidas sob a forma de permuta, que é tirar de um estado e colocar no outro. Quando a gente avalia o risco, trabalha-se com a natureza da ameaça, e com a extensão territorial da ameaça. Adolescentes que vêm da rede de exploração sexual eles via de regra, têm nesses processos envolvidos, algumas autoridades locais. Então fica muito difícil de proteger no estado. A gente precisa retirar a adolescente, e protegê-la em outro estado porque a extensão territorial da ameaça é maior no estado, mas, ela pode um dia vir a ser no país. Por enquanto não temos esse caso. Para fazer as permutas, é importante que a gente tenha pelo menos dois programas, na mesma região para facilitar a adaptação do adolescente. Hoje nós temos alguns adolescentes em permuta vindos do Pará, por exemplo, e eles têm que se adaptar em Minas, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e isso dificulta muito essa adaptação, culturalmente falando. Seria mais fácil se a gente tivesse pelo menos dois programas em cada região e por isso estamos em avaliação para a implantação no Acre e no Mato Grosso do Sul. É bem verdade, que o Acre está em avaliação porque houve uma demanda do estado de implantação desse programa e isso implica em recurso e recurso alto do Governo. Então, para que a gente consiga expandir esse programa para outros lugares, há necessidade de acordos. O Governo do Mato Grosso do Sul, por exemplo, demandar isso e dizer sim, vamos receber o programa, recepcioná-lo e investir nos recursos orçamentários que o programa requer. Esse programa é um programa caro, ele custa mais de um milhão por ano para cada estado, em recursos do Governo Federal e do Governo local. Por que ele custa isso tudo? Porque é um programa que necessita primeiro, ter um corpo técnico grande, forte e qualificado. Quer dizer, é um programa que se propõe a dar assistência jurídica, assistência psicológica, assistência social, você precisa de educadores sociais, precisa de pessoas que articulem a rede, você precisa pagar a internação, tratamento médico de saúde para desintoxicação quando o estado não oferece, quando a rede não tem. Porque todo o nosso trabalho é também de fomentar que as políticas públicas aconteçam. Para a gente proteger criança e adolescente no país, hoje, nós precisamos de uma rede e de uma rede forte, uma rede constituída de assistência a saúde, de educação. Nós precisamos reinserir socialmente o processo da proteção. Não é só você tirar o adolescente de um lugar e colocar no outro, porque as condições que fizeram com que esse adolescente se envolvesse com o tráfico naquele lugar, elas

permanecem. Então o principal trabalho do programa para além de tirar esse adolescente é identificar um local seguro para ele e retirá-lo com sua família, é conseguir construir condições de que essa rede o acolha, que ele consiga ter um lugar de pertencimento para que não volte a se envolver com o tráfico, do contrário eu vou proteger o adolescente hoje, e ele vai morrer na semana que vem. Ele sai do programa e morre. É portanto construir novas oportunidades para esse adolescente, e isso é caro porque nós não temos ainda políticas públicas suficientes no país, para dar conta de todas as demandas, muito embora um dos momentos importantes do programa seja precisamente este, que é exigir e dialogar com os Governos para que essas políticas sejam implantadas.” **Dr. DANILO BURIN:** “Nós já ajudamos e protegemos adolescentes do PPCAM duas vezes, agora nós não fizemos parte da rede de proteção.” **Drª. MÁRCIA SOARES:** “Não tenho conhecimento disso.” **Drª. CARMEN OLIVEIRA:** “Só para a gente dar uma dinâmica ao trabalho, sugiro continuar a exposição.” **Dr. DANILO BURIN:** “Só um minuto, Carmen. E isso não aumentou em absolutamente nada a despesa para a União, para quem quer que seja, porque tudo foi feito através do estado. Isso eu posso garantir. A única despesa a mais que tiveram, foi a passagem de avião para levar o adolescente até lá e buscar de volta. E nós não fazemos parte da rede de proteção e já demos a proteção duas vezes. É isso que me invoca.” **Drª. CARMEN OLIVEIRA:** “Sugiro assim para a dinâmica de trabalho que você conclua a apresentação e a gente abra o debate e o primeiro inscrito vai ser você.” **Drª. MÁRCIA SOARES:** “Continuando a falar do perfil das proteções, os dados que a gente tem indicam que, fundamentalmente são homens da raça negra entre 15 e 17 anos, com ensino fundamental incompleto, residente nas capitais com uma referência familiar, que via de regra é a mãe, com renda familiar de até um salário mínimo. A ameaça geralmente é pelo envolvimento com narcotráfico. O programa tem três portas de entrada. Para encaminhar para o programa hoje, é necessário que passe pelo Ministério Público, Judiciário, Conselho Tutelar e as três portas têm caminhado de certa forma mais ou menos igual. A maioria deles protegido na modalidade familiar, permanência por cerca de seis meses e desligados por uma inserção social ou cessação de ameaça. O que nós podemos ver ultimamente, é que há um ano e meio atrás, mais ou menos, nós tínhamos 5% de ingresso de meninas nesse programa. Hoje nós estamos com 24%, e isso se deve pelo que nós estamos percebendo ao fato do programa está ativando uma demanda reprimida das redes de exploração sexual. Têm entrado muitas meninas no programa, da rede de exploração sexual e por outro lado, o Rio de Janeiro vem observando uma mudança da posição das meninas em relação ao tráfico. Elas tinham uma posição mais periférica que eles chamam mais emocional com o tráfico, elas eram a mulher do

traficante, a namorada do traficante, o cheiro de queijo que é a isca, e elas vem mudando essa posição dentro do trafico e vêm assumindo hoje uma posição mais de comando no tráfico. Assumindo posição de trabalho mais direto no tráfico isso tem aumentado no Rio de Janeiro, por exemplo, o ingresso das meninas. A gente atua, retirando crianças e adolescentes do local da ameaça, preferencialmente com seus familiares. Em 2003 o que a gente percebia é que se propunha para a família entrar, junto com o menino e a mãe autorizava a entrada, mas não entrava junto porque isso implicava mudar suas condições de vida. Nós vimos mudando isso, quer dizer, é fundamental para proteger esse adolescente que essa mãe invista nesse menino, que a família invista nesse menino, do contrário, não há como construir outras oportunidades e hoje, a modalidade familiar cresceu muito no programa. Na seqüência, identificação e inserção no local seguro, com essa perspectiva de proteção integral, articulando a rede de proteção . A idéia de inclusão no programa como última alternativa, quer dizer, que todas as outras alternativas de proteção para esse adolescente precisam estar esgotadas porque o programa de proteção viola direitos. Não adianta querer reduzir, quando protege um adolescente se tira de um lugar, se cerceia alguns direitos que ele tem de ir e vir, dependendo do caso, da gravidade, tira-se a Internet, telefone, tudo. Então, o programa de proteção viola direitos. Nós temos que reduzir ao mínimo essa possibilidade de violação, tentando trabalhar com a idéia de brevidade, excepcionalidade em respeito aos direitos a convivência familiar e comunitária por isso, também, investindo para que as famílias venham para o programa. A questão que está posta no que diz respeito à convivência familiar e comunitária, é que essa adolescente tem irmãos, via de regra. Desloca-se uma família com mais 4 crianças que estão absolutamente adaptadas naquele lugar, e que têm o seu direito a convivência familiar, estão na escola e estão bem. E você precisa, as vezes, deslocar essa família inteira para outro lugar. Então esse direito a convivência familiar e comunitária precisa ser pensado caso a caso. Evidentemente, é melhor que a família permaneça junta mas, as vezes você causa um problema, um transtorno muito maior para as outras crianças. E as mães resistem muito, em função disso, porque elas dizem, esse é o meu filho problema. Via de regra, esse menino está no tráfico e ela diz, mas agora eu vou desestabilizar os meus outros filhos que estão bem por conta desse aí, que é o que não presta? Na cabeça dela é isso, o menino que tem problema, que não presta, ela diz que pode levar, pode botar no programa mas, ela não quer sair. Então, isso é uma coisa que os psicólogos trabalham junto com o Judiciário, com os técnicos do Judiciário para avaliar se de fato retirar essa família do lugar, porque vai perder a sua casa, é o que deve ser feito. Nas favelas do Rio de Janeiro eles não vão vender a casa, saiu,

acabou. São todas situações muito delicadas que precisam ser pensadas caso a caso. Mas retomando, é um programa que viola direitos, as vezes do adolescente, as vezes dos seus irmãos, as vezes de sua família. Nós temos que trabalhar com a inclusão no programa, como última hipótese. E a meta é que a gente tenha um atendimento efetivo, ágil e inserção pelo menor tempo possível e nem sempre isso é possível. Para um programa jovem como esse que está sendo implantado, a demanda é muito grande. Há um desconhecimento das portas de entrada e do que é o programa e então a tendência quando a gente estabelece o programa é que o Conselho Tutelar não vê o que fazer com o menino, toca para o programa e começa a não distinguir o que é risco social, do que é vulnerabilidade e risco de morte. E isso enche o programa. Tem todo um trabalho de se sensibilizar todas as portas de entrada, de explicar, de devolver, de dizer tem que se encaminhar isso, e demora um tempo enorme para encaminhar, e assim mais da metade dos casos que chegam ao programa, não são casos para o programa. Mas os técnicos têm que encaminhá-lo porque nós não vamos deixar um adolescente, abrir a porta e o jogar para fora. É um trabalho imenso. A meta é de um atendimento efetivo e ágil e as vezes não acontece. A inclusão vai depender da identificação da ameaça de morte pela porta de entrada que é o Conselho Tutelar, o Judiciário e o Ministério Público. A equipe vai marcar um lugar pois a sede da equipe não é o local para o atendimento quando os usuários chegam. O atendimento é feito sempre em locais estratégicos ou no Ministério Público, Conselho Tutelar ou no Judiciário, que avalia o caso, avalia se é caso para ingresso no programa e estabelece junto com a porta de entrada algumas estratégias de proteção que precisam ser seguidas. E se inclui, retira-se do local da ameaça imediatamente, transfere-se para outro lugar e começa o trabalho de inserção. Depende, essa inclusão fundamentalmente, da voluntariedade do ameaçado, que para adolescente é fundamental. Quer dizer, o PRO VITA pactua com o maior de idade, de 30 anos, 40 anos e diz para proteger a sua vida você não pode voltar ao local de risco, as vezes muda-lhe o nome, avisa que não pode usar a Internet, não pode usar celular, mas isso para o adolescente não funciona. Quer dizer, o adolescente pela natureza da adolescência isso é condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, essas pactuações assinadas aqui não funcionam, tem que se criar vínculos com ele, pactuar, acompanhar e mesmo assim, é da natureza deles romper regras. Então a regra é não ir a tal lugar, e vai, alguém aqui que tem filho, sabe como é.” **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA:** “É bom destacar, Márcia, que no início o programa operava com codinomes, e a gente viu que isso era andar na contramão dessa crise de identidade que há na adolescência, de criar um outro personagem.” **Dr^a. MÁRCIA SOARES:** “Foi o que eu disse, o programa veio do PRO VITA. Ele funcionava com codinome, os técnicos botavam

peruca, eles se descaracterizavam e os adolescentes mudavam de nome. Teve uma menina que se comprometia em não engravidar no programa. Mas o que vale, do ponto de vista jurídico não vale, na pactuação com o adolescente. De 2006 para cá que a gente foi construindo com as equipes que operavam dessa forma a desconstrução dessa forma de operar, e a construção de um outro jeito de trabalhar com a adolescência, que respeite esse momento peculiar de desenvolvimento dele. É difícil, quem tem filho adolescente, primo adolescente sabe o que é a adolescência. Vai achar que adolescente não vai entrar no *orkut*, esquece. Então nós temos que pactuar formas de fazer isso com segurança. E a gente vai construindo, caso a caso, possibilidades de deixá-lo menos vulnerável. Agora para isso precisa o desejo dele de estar no programa. O que acontece, até por desconhecimento, já aconteceu e acontece que pai e mãe querem que o menino entre e ele diz que não vai entrar. Nós já tivemos decisão judicial determinando o ingresso do adolescente no programa e o adolescente dizendo, não quero. Fica impossível proteger um adolescente se ele não desejar estar ali, porque a primeira coisa que ele faz é voltar ao local de risco, lá está a gangue dele, ele continua lá traficando, quer dizer, se ele não tiver o desejo de passar para um outro momento de vida, nós não temos como operar é muito difícil. As formas de inclusão são três de fato: com o responsável legal é essa a modalidade de proteção familiar, quando há o ingresso da família inteira, e o custo é alto, porque essa família tem que largar o empreguinho que tinha e a casa. O programa dará um aporte financeiro por um tempo até que essa família construa autonomia, que a gente consiga colocar essa mãe, esse pai, esse núcleo familiar no mercado de trabalho de novo, dentro das suas condições. Eu não posso tirar uma família que está acostumada com uma renda média e botar numa super casa, num local onde ela não vai conseguir manter depois. Mas, se a condição dela é fazer faxina, então é isso que ela vai ter que fazer depois, porque a vida dela tem que permanecer a mesma. Evidentemente que a gente trabalha com possibilidades de educação, formação, profissionalização, mas isso também depende do desejo daquela família. Sem o responsável legal como havia muito, a família dizendo pode incluir o menino mas eu não vou, e como é que se protege um adolescente, nos abrigos, como é que se faz, não posso colocar um adolescente sozinho dentro de uma casa. E os abrigos, famílias acolhedoras é uma modalidade que estamos construindo, trabalhando, tutores, instituições religiosas. E esse é o nó, nós estamos com um grupo de trabalho hoje pensando em novas formas de acolhida. Que possibilidades nós temos hoje de acolher um adolescente que não seja nos abrigos? Os abrigos são muito resistentes para receber os adolescentes porque têm a ameaça de morte, muito embora ele já tenha passado por ali inúmeras vezes, e é claro que você

quando protege um abrigo, você só pode proteger em abrigo um adolescente cuja ameaça não seja persecutória. Por exemplo, no Rio de Janeiro sabe-se que a milícia no Rio, a ameaça da milícia ela não é persecutória, é uma ameaça pelo respeito e autoridade no território, é pena de banimento. A milícia diz ou sai, ou morre. A milícia não vai atrás, ela não está interessada naquele garoto. Quando tem briga de gangue, por exemplo, no Rio de Janeiro, quando tem briga de comando e o menino se estiver ali, tem que se tirar, tem que se cuidar, porque essa ameaça sim, se encontrar o menino num abrigo de uma gangue diversa, de um comando diverso, isso vai dar problema. Então tudo tem que ser avaliado quando você constrói a estratégia de proteção. Os abrigos são muito resistentes para receber os adolescentes. Se a gente encaminha via Conselho Tutelar, não tem problema, mas se você falar que é ameaçado de morte o abrigo não quer receber. E então tem que se mudar de cidade e via de regra, vai proteger em abrigo num outro município. O município diz, esse menino não é daqui eu não sou obrigado a atender. Então é muito difícil, tem sido muito difícil. A gente tem que regular muito isso, por isso eu estou aqui. Mais uma vez quero agradecer a todos. Temos trabalhado muito em parceria com o Judiciário que é quem tem conseguido nos auxiliar a organizar essas demandas e regular algumas questões. São questões que o programa vem apresentando nesse tempo que a gente vai tentando resolver, a medida que o tempo vai passando. Sem responsável legal mas, com autorização ou desacompanhado, que é aquele menino que não tem família, e evidentemente, com determinação judicial. Quando o Conselho Tutelar encaminha um menino desse, não tem papo, nós judicializamos e dizemos, está desacompanhado e alguém tem que ser responsável por esse menino. Nós temos que compartilhar essa responsabilidade, porque o coordenador do programa que recebe esse menino, de alguma forma vai se equivaler ao status de guardião, porque esse menino está desacompanhado na mão do programa, a guarda provisória passa para a gente, de alguma forma. Então só com determinação judicial. As modalidades de acolhimento são: residência, abrigos, instituições. A responsabilidade do programa se daria da seguinte forma: verificar se a situação é pertinente para proteção, fazer o atendimento inicial, identificar um local de proteção seguro, realizar permuta quando necessário, nos casos em que a ameaça é persecutória e se no território onde ele se encontra não é suficiente para a sua proteção, realizar um acompanhamento técnico, judicializar questões pertinentes ao tema, fazer o auxílio financeiro, e acompanhar o caso no período pós desligamento. Eu coloquei o CREAS porque isso a gente estabeleceu na nossa via de procedimento porque achamos que deveria acompanhar o caso por um tempo superior, dobrado, da permanência dele. As equipes têm se demonstrado insuficientes, não tem sido possível fazer

esse acompanhamento como o caso requer e nós estamos trabalhando com a rede de CRAS e CREAS para que esse acompanhamento seja feito pelo CREAS. Isso é uma coisa que a gente está encaminhando, nós não achamos que está bom esse acompanhamento pós desligamento e nós precisamos melhorar esse trabalho e a idéia então é o CREAS. O PPCAM nacional, estão aqui os nossos telefones, eu sou coordenadora nacional, temos a coordenadora técnica, uma equipe de quatro pessoas na coordenação para dar conta de um programa dessa complexidade, com coordenações locais e eu ainda acumulo a função de adjunta da Carmen. Então é um problema que nos demanda muita energia, muita dedicação. Obrigada, a idéia hoje é abrir um dialogo sobre o tema.” **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA:** “Para vocês, a gente faz um envio eletrônico dessa apresentação. Temos algumas questões em especial, postas na pauta como possibilidades da gente fazer um bate papo Uma é sobre essa apresentação que a Márcia fez, em destaque a questão do PL Federal e possíveis PL estaduais de regulamentação do programa e no que diz respeito especificamente a esse grupo de trabalho, que é o tema da Justiça juvenil, a gente gostaria de escutá-los um pouco mais sobre o risco de morte em adolescentes em cumprimento de medida sócioeducativa, em meio aberto, em meio fechado. A gente sabe que é expressivo o número de adolescentes que morre em cumprimento de medida sócioeducativa e a gente gostaria de escutá-los um pouco sobre isto, sobre os dados e as experiências de vocês no enfrentamento disto.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Meu Decano, eu estava aqui ruminando a vossa santa intervenção, já lhe dando razão, mas, fazendo uma construção mental, a gente podia dizer assim, o programa ainda não chegou ao seu estado porque nos outros nem parece tem, quer dizer, a gente entende a gravidade em todo o Brasil desse problema, mas existem alguns estados em que a situação é muito, muito mais grave.” **Dr. DANILO BURIN:** “O problema é o seguinte, já por duas oportunidades nós abrigamos meninos e salvo engano um foi de Aparecida de Goiás. O menino que matou um policial e teve um outro, que não me lembro de onde. Não tive o apoio de ninguém. Apenas nos foi colocado na mão e depois levaram embora. O único contato que eu tive, foi através de um telefonema que eu pedi que viessem buscá-lo, depois de um ano, um ano e pouco, mas nunca falaram comigo. Falaram com a Setas que é a Secretaria de Assistência Social do Estado. Questão de ameaça de morte, quase todo dia chega mãe, pai, a família inteira lá na minha sala simplesmente dizendo que a situação está insuportável, que não consegue mais nem viver por causa da ameaça de morte para o filho e para a família inteira. Por isso é que eu estou dizendo que vocês não conhecem Mato Grosso do Sul, porque lá não se ameaça apenas o menino, não é Doutor Joenildo, se ameaça a família, todo mundo corre o risco. Chegou-me uma situação gravíssima e eu fiquei muito magoado com todo o programa, e por causa disso eu

comecei a fazer tudo por minha conta. O menino numa situação gravíssima, a família inteira, foi ameaçada quando consegui recolher o menino, a família continuava naquele problema sério. O menino teve que deslocar para Dourados, aonde conseguiram pegá-lo. A família não ficou tranqüila e estava sendo ameaçada, assim mesmo. Consegui, eu digo eu consegui porque nem o Doutor Joenildo que está lá em Campo Grande sabia disso, e nem sabe e eu consegui tirar a família de lá, metendo a mão no meu bolso. Fazendo deslocamento para uma cidade no Paraná onde, salvo engano, estão tranqüilos, não sei, não tive mais contato. Eu não tive apoio de absolutamente ninguém. E essas situações acontecem todos os dias. Está certo Humberto, que a minha lá é uma currutela, mas, é fronteira, o tráfico core solto, a molecada é usada para o serviço de mula, e garanto que é muito maior o serviço lá do que em qualquer outro estado. E daí a pouco, quando pega um menino que resolve falar alguma coisa, a família inteira paga o pato. Se vocês querem saber não é só o menino, eu convivo com isso, já há sete anos eu estou envolvido com esse grupo. Trabalho nessa Vara, então eu acho que não é questão de avaliação, pelo amor de Deus. Porque depois que eu perdi o menino daquela vez, eu resolvi fazer tudo por minha conta. Quando surge um problema desse, eu tento resolver de uma maneira ou de outra, eu tento resolver, mas nem sempre eu consigo. E depois já disse eu perdi muito menino, que estava na minha mão, e eu não pude dar proteção. Quando a família está ameaçada tem que se dar um jeito de fazê-la mudar de lugar, de cidade e até de ir para outro estado. Agora de que jeito, se não se tem nenhum centavo para fazer isso. O meu estado, o nosso estado é uma currutela, mas é muito violento e eu acho que seria bem interessante que passasse de uma avaliação para uma atividade direta, por favor.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Danilo eu queria dizer a você que não faz diferença a vida na currutela e na cidade grande, tudo é uma vida. E outra coisa que eu registro aqui é o papo de que essa violência contra a vida, ela é uma violência precedida de muitas outras agressões. Em Goiânia há uns dois anos atrás, nós tínhamos um grupo de policiais que faziam extermínio de adolescentes. Eu não sei porque mas havia, esse esporte físico maior da policia, em relação ao adolescente parece que instiga uma violência maior contra o adolescente, esse poder de dominação física que o policial tem. E hoje a gente vive um drama muito grande lá, com essa coisa de quebrar a parede da casa das pessoas, quebrar cama, quebrar guarda-roupa, as mães chegam lá,- Doutor a policia foi na minha casa quebrou guarda roupa, pode isso? Mais que absurdo esse tipo de coisa. Na época que tinha esse grupo de extermínio da policia, o Doutor Alexandre é o Delegado encarregado de dar proteção a testemunha, ele foi falar com um policial que disse, vou te mostrar como isso funciona, estava com uma lista de 10 adolescentes. Uma semana depois, segundo Doutor Alexandre, os dez haviam morrido. E eu falei com o Presidente do Tribunal de Justiça, eu não

tolero isso que estão fazendo com adolescentes. Vou tomar providências, vou chamar o Comandante da Polícia e vou dar essa notícia a ele. O Presidente do Tribunal de Justiça falou: Mauricio fique fora disso. Isso é um esquema muito violento de morte mesmo, não entre nisso. Eu falei, lamento muito Presidente mas eu não dou conta de viver desse jeito. Ou eu abro a boca e falo e vou atrás do Governador ou, não sei o que vai acontecer, mas nós vamos tomar providências. E passou uma semana eles desativaram. O Presidente falou Mauricio, me dá então cinco dias. Então ele falou com o Governador e foram lá e desativaram, a tal de "rotam", que vivia atuando nas ruas com muita violência. Mas eu penso que se nós não tivermos uma atuação no sentido de liberar a nossa polícia, eu digo isso por Goiás, as ameaças vêm daí. Quando a questão é de tráfico, de disputa de gangues é mais fácil de resolver porque o adolescente ele mesmo tem uma forma para resolver isso, ele sabe cair fora. Mas quando é a polícia, não dá conta. Então eu penso que era preciso que a gente tenha uma política de mudança desse comportamento policial, porque essa violência já não é mais com relação a vida. Quebram a casa, os flagrantes de drogas tem aumentado demais, porque a polícia, sejamos bastante sinceros aqui, carrega consigo uma trouxinha de maconha, de cocaína para incriminar a pessoa. Então é uma situação gravíssima e quero registrar aqui a violência contra o adolescente nesse estado que eu vivo, não só em relação a vida dele mas também com relação a esses bens que transcendem a integridade física, a casa, a integridade moral está sendo violada e nós não podemos admitir esse tipo de coisa. Fica aqui o meu veemente apelo para que alguma coisa seja feita, nesse sentido. Obrigado." **Drª. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** "De início eu quero colocar para os colegas que eu estava meio quietinha e sem participação porque eu vim com uma preocupação muito grande por conta de outra atribuição no Tribunal e assim muitas questões para resolver e eu fiquei muito tempo pendurada no telefone sem poder me integrar. Eu não estava assim realmente de corpo e alma, aqui no Fórum. E agora no que diz respeito aos adolescentes ameaçados de morte, esse programa, eu acredito que é sentimento comum de todos os colegas que talvez seja um dos pontos que mais afligem, que mais incomodam o Juiz que atua nessa área. Olha que Sergipe é um estado pequeno, Aracaju uma capital com uma população em torno de 600 mil habitantes e isso é freqüente na Vara da Infância e da Juventude, cuja competência é justamente essa do ato infracional. E assim, é extremamente incomodo e desconfortável para o Juiz quando chega o processo para a gente seguir pela morte do adolescente, pela perda daquele adolescente e a gente não tem nada o que fazer. Eu acho que junto a isso talvez só a questão da falta de programa para tratamento de drogadição, sejam os dois pontos que mais incomodam, pelo menos

a mim. O que mais aflige é essa questão do adolescente ameaçado de morte. Ele não é ameaçado, ele morre mesmo, e a questão da falta de um programa para tratamento de drogadição. Então a gente se sente numa impotência tremenda porque a gente fica ali assistindo os adolescentes morrerem e a gente não tem o que fazer. E do outro lado a questão da drogadição que a gente também não tem encaminhamento a dar. Então eu queria fazer algumas perguntas: qual a possibilidade, o que pode ser feito para que esse programa seja implantado onde ele não esteja sendo implantado? Não tem previsão, não tem nada? Segunda pergunta, se eu estou com uma situação de fato de adolescente que está ameaçado de morte, que vai morrer mesmo, esse programa não está implantado lá, o que eu posso fazer? Vou dar só um exemplo prático. Eu tenho um adolescente na unidade de internação que a gente sabe que quando ele sair ele vai morrer, porque ele está com problema com a polícia e está com problema com o tráfico. O que eu posso fazer? Eu estou esperando, porém, ele vai completar 21 anos e está lá na unidade, está protegido, mas quando sair morre. E não é assim, e todos nós aqui sabemos que não é nada ilusório porque depois, chega só a certidão de óbito para a gente extinguir o processo e isso quando não se dá depois que o processo já está extinto, porque ele cumpriu a pena. E ainda mais grave, como até então a gente não tem esse sistema de informação, não tem esse levantamento de dados, a gente não tem isso estatisticamente. Há décadas o Juiz vai lá anotando, contando, mas a gente não sabe, em Sergipe, quantos adolescentes morreram nessa situação, quantos foram ameaçados de morte e efetivamente morreram. Então a gente não tem estatisticamente esses dados, nada para comprovar. Era isso que queria falar.

Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA: "Inclusive no dia que eu vim para cá eu mandei um garoto para o PPCAM. No Rio o programa funciona relativamente bem, tem aquela peculiaridade do Rio. O Nicodemos que estava aqui ontem é inclusive Presidente do SED, representa a sociedade civil e facilita muito, tanto uma coisa quanto outra, pelos acessos que acaba tendo com o próprio relacionamento com os Juizados. É uma verdade que o PPCAM procura efetivamente judicializar todo o sistema. Eu sei quem hoje está e não está no PPCAM. Eu só teria uma dúvida no bom sentido: só vai o garoto que é voluntário, que quer ir e que tem risco de vida.? E o tempo, como é que se avalia o tempo que ele tem que permanecer nesse programa? Qual o critério, até porque você disse, o dobro do tempo após ele sair do sistema de proteção, para acompanhamento, como que é feito isso?" **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** "Em Recife eu faço parte do comitê gestor do PPCAM. Exatamente é sobre essa questão que eu gostaria de ouvir a Doutora Márcia. Como tem sido a participação dos outros estados de Juizes dentro do comitê gestor? A nossa experiência tem mostrado que é um espaço muito bom para dissolução dessas

duvidas e desses conflitos, porque muitos Juizes, principalmente o Juiz do interior do estado, eles tem buscado o PPCAM, entendendo que o programa é uma medida sócioeducativa, ou como se tal fosse. E ele não é, ele não tem essa finalidade. E as vezes como na internação, ele acha que não vai resolver, como não vai resolver de outra forma, então põe o menino no PPCAM e acha que está resolvido. Em alguns casos, até pedindo a extinção da medida sócioeducativa que foi aplicada e deixa lá no PPCAM, sai do Judiciário, o PPCAM toma conta. E é comum também a gente ter situações para serem resolvidas quando os familiares nos procuram solicitando que o adolescente seja encaminhado ao PPCAM , juntamente com a equipe interprofissional do Juizado, quando a gente sabe que a avaliação não é da equipe do Juizado, que quem vai dar o "ok" se entra ou não, quem vai fazer essa triagem é a equipe do PPCAM e não do Juizado. Isso tem gerado um certo conflito porque alguns Juizes entendem que se ele diz que é para ir para o PPCAM ele deve ir e ponto final, e não é assim. Ele é um meio através do qual a gente pode resolver inclusive o caso da aplicação da medida sócioeducativa e não uma finalidade. Eu queria ouvir só a sua experiência sobre isso." **Dr. NELSON SANTANA DO AMARAL:** "Fico muito ansioso em saber que este projeto está sendo implantado na Bahia, embora não tenha chegado ao meu conhecimento informações mais concretas. Mas ,diariamente nós estamos recebendo noticia de morte de adolescentes e se tem mais noticias quando se determina uma busca e apreensão e o policial no cumprimento da medida trás a certidão de óbito e a gente constata que está lá, a morte por transfixação do crânio encefálico, por projétil de arma de fogo. E isso tem sido constante, o caso do tráfico de drogas tem aumentado constantemente. Em Salvador, de cada cinco processos dois são de trafico, um porte de arma de fogo e, outras coisas mais. É uma situação muito grave. Recentemente um adolescente esteve bastante envolvido em tráfico de drogas, já teve experiência em cidades vizinhas e basicamente já deve ter vendido tudo de casa. Para vários jovens na situação da drogadição, nós fizemos a internação deles por um período de trinta dias, quando se teve a primeira audiência e ao sair ele queria retornar para casa, mas ainda estava em um estado muito grave por causa do efeito da abstinência. Após 45 dias não tínhamos mais como mantê-lo internado e as vezes se tem feito a internação, violando a lei, para poder preservá-lo por algum tempo da abstinência, até que a família arranje condições como o colega colocou ali, de mudar de bairro, de mudar de cidade. A gente fica especulando se tem parente em outra cidade para tirar o adolescente daquele meio. O tráfico não perdoa, eles matam por cinco, dez, vinte reais. Houve o caso de um jovem, que ficamos preocupado com o que fazer. A mãe disse nós vamos para Sergipe com ele, nós temos parente lá. E era próximo do dias das mães, agora no mês de maio. No

domingo quando eu abri o jornal eu vi a foto da mãe dele, eu não pensei outra coisa, e saiu a nota no jornal "traficante disse eu não quero cinquenta reais que você me deve, eu quero a sua cabeça", e quando o garoto saia para comprar o pão para a mãe, de bicicleta ali mesmo no bairro, levou dois tiros na cabeça e morreu. Então quando foi que aconteceu a chegada do PPCAM a Salvador? Gostaria de ter o contato direto com quem está fazendo isso. O Ministério Público tem muita preocupação, porque semanalmente nós temos notícias dessas mortes. Leio o jornal e fico anotando os casos, claro que não saem os nomes, saem siglas por causa da lei, mas fico especulando, mando a minha assessoria olhar para ver se ali tem jovens que morreram e tem mesmo. Um agente de proteção fica fazendo levantamento, no Instituto Médico Legal dos casos em que às vezes a família não localiza para apresentar a certidão de óbito e a gente não tem como saber. Eu tenho hoje cerca de 965 mandados de busca e apreensão de adolescente, que não se tem notícia e que podem estar mortos. Então um programa desse é realmente importante que pode ajudar a Bahia e todos os estados para que a gente possa obter o fluxo disso. Obrigado. Eu queria só fazer uma colocação aqui, no caso do jovem que se aplicou a medida por quanto tempo poderia se dar o sobrestamento do processo até que efetivamente o setor encarregado, os técnicos do PPCAM diriam que ele estaria em condições de voltar a cumprir a medida ou no caso se não for cumprir, isso numa outra localidade, quando ele for encaminhado." **Dr^a. MÁRCIA SOARES:** "Vou tentar responder algumas questões que foram postas e vou iniciar pela questão do socioeducativo que me parece ser uma questão bastante importante para nós. Primeiro, no que diz respeito ao socioeducativo quero deixar claro e isso a gente tem trabalhado muito, que quando o adolescente está em unidade de internação ele está sob a responsabilidade do Estado e o programa de proteção não pode se responsabilizar pela vida daquele adolescente que está em uma unidade de internação. Entretanto, o programa não se exime de tratar a questão. O que a gente tem feito e as vezes tem ajudado e facilitado é que o cumprimento dessa medida se dê em uma outra unidade. As vezes esse menino precisa sair do estado, e a gente tenta facilitar e agilizar esse processo de contato de um Judiciário com o outro. Quando precisa, a gente faz a escolta, providencia a escolta, para que ele saia daquela cidade, ou daquele estado. Quando ele está com medida de internação, no momento da internação, o PPCAM se retira no sentido de que nós não temos como garantir essa vida. Muito embora, como tudo, em toda regra há exceção, já houve caso de uma adolescente que pela natureza do seu problema ela infracionou dentro do programa, enquanto estava no programa, ela infracionou pelo vício do crack. O crack hoje é sem dúvida um dos principais problemas para proteger criança e adolescente, e a gente conseguiu, quer dizer,

nós só conseguimos não retirá-lo do programa, porque ela não podia sair do programa estando na unidade de internação? Porque ela está em permuta, e ela é testemunha contra uma rede de exploração sexual que está envolvida com inúmeras autoridades do estado dela. Se o programa se retira, o Juiz é quem tem a competência do trabalho quer dizer, uma competência estabelecida por acordo. Então, quando vem pedido ou quando vem precatória, pedido de apresentação para ela e para a família toda, vem para o Juiz de Brasília e a gente encaminha para o estado onde a menina está e providencia e ela vem, passa por Brasília e vai para o estado. Essa menina estava nessa situação e infracionou. Se o programa se retira, não há mais como estabelecer essa competência, aqui em Brasília. A rigor o Renato tem que sair, e eu tenho que informar no processo aonde ela é testemunha aonde ela está. E acabou a principal estratégia de proteção da vida dela. Então nós tivemos que garantir a permanência da menina no programa num pacto, num acordo judicializado de que o programa permaneceria numa responsabilidade compartilhada com o Judiciário e com a direção da unidade, afirmando a impossibilidade do programa se responsabilizar naquele momento pela vida dela, naquele estado, mas nós não nos retiramos do programa, muito embora isto seja uma regra. Então o sócioeducativo nos traz sempre questões a serem pensadas. Isso que eu disse dessas competências, a gente conseguiu judicializar as questões aqui, isso não está escrito em lugar nenhum. Quer dizer, isto é porque o Judiciário aqui tem sido muito parceiro do programa como via de regra tem sido nos outros lugares. Agora ele pode deixar de ser, quer dizer, mudou o Juiz, quando tem substituição, por exemplo, nós já temos dificuldade porque a pessoa que chega não está imbuída do programa, a gente precisa explicar tudo. Então nós precisamos de alguma forma, e isso é um apelo, pensar em como regular essas questões. Que momento, onde a gente pode regular. A outra questão é do socioeducativo em meio aberto. Trabalhamos com meio aberto, porém tem um estado que muito embora o Judiciário seja nosso parceiro, as técnicas dizem, você se sente ameaçado, chama o PPCAM. Os meninos já sabem que se eles disserem que estão ameaçados eles não cumprem a medida e vão para o PPCAM. E eles acham uma beleza porque têm tudo e vão para uma casa. E o estado está com índice de solicitação que ninguém dá conta. Muitas vezes a leitura é: o bem da vida é maior, a proteção a vida é maior, então o menino tinha dois homicídios e chegou na hora da audiência, foi suspensa a medida e chamou-se o programa de proteção. Quero dizer que ele precisa ser responsabilizado e que o tema da responsabilização também é importante. Nós não podemos fazer do programa de proteção uma medida, e substituir algo que é importante também nessa faixa etária, que é a responsabilização por seus atos, do contrário não tem como construir uma nova

oportunidade para o adolescente. A gente entende que a medida deve ser uma medida de responsabilização e que isso também, colabora para a construção do jovem em relação a percepção que tem sobre os seus atos. Já aconteceu e acontece em casos super bem sucedidos no Rio de Janeiro do menino estar em unidade de internação ameaçado, sabe que vai morrer, chama o programa, sai em LA, mantém a medida, porque ele tem mais de 18 anos. O programa, como o ECA, só atende até 21 anos se estiver em medida, e é muito difícil, para a gente trabalhar com mais de 18 anos porque a rede não aceita. Eu não conto mais com Conselho Tutelar, com nada mais, então dificulta tudo. Quanto a questão do tempo de permanência, se o adolescente está com a família esse tempo é mais fácil da gente perceber. O que determina, primeiro é a cessação da ameaça. As vezes cessa a ameaça, ele sai do programa, as vezes ele se insere num local em que a ameaça não chega, ou que a gente está seguro de que essa ameaça não vai chegar aquele local, mudou de cidade, por exemplo, não é persecutória. Está na escola, está cumprindo com a sua parte no programa, no seu plano individual de atendimento, está indo a escola, está com assistência a saúde, o Conselho Tutelar está acompanhando, a mãe está no trabalho, quer dizer, as condições médias de vida dele estão razoavelmente postas. Não está em contato com o tráfico no momento, porque ele pode voltar, enfim nós não podemos nos responsabilizar "ad eternum" pela vida dele. Está mais ou menos inserido na comunidade a idéia é de que o programa se retire e o acompanhe por um tempo. É este acompanhamento posterior que nós estamos tendo dificuldade de fazer pela enorme demanda. A gente pretende fazer então por meio dos CREAS. Outra questão: como é que decido que, cessou a ameaça? Se ele voltar para a casa da mãe a ameaça se reconstitui e a gente tem um tempo de 2 anos de permanência fora, porque essas são e nós vamos ver, caso a caso, e vamos discutindo esse plano de atendimento com o Judiciário, com o Conselho Tutelar, com os abrigos para ver que situação é essa, que alternativas se tem de encontrar familiares. As vezes a gente consegue isso, encontrar, ficar um tempo pesquisando e encontrar familiares e o encaminhar, mas é uma situação delicada. A questão do tempo: quando nós estamos tratando de testemunha, nesses casos de permuta é muito difícil definir um tempo, porque o tempo da ameaça é o tempo do processo e só vai cessar a ameaça quando o processo estiver findo e para a gente é muito importante a questão da responsabilização desses agressores. No que se refere ao tema da responsabilização, seja dos policiais ou seja dos agressores da rede porque também nós não podemos ficar enxugando gelo, esses agressores dessa rede de exploração, ele não explora só uma menina. Ele explora inúmeras outras, então nós precisamos investir na responsabilização desse sujeito. Temos tentado fazer isso,

via de regra, a gente dá preferência para os Centros de Defesa executarem o programa, por essa possibilidade de investir em outros trabalhos, como o da responsabilização, especialmente nesses lugares mais complicados. Quanto aos policiais, está programada a Conferência Nacional de Segurança Pública e acho que é um bom momento da gente colocar a questão da letalidade, fazer esse tema chegar a discussão, especialmente a letalidade por parte de policiais. Agora a responsabilização dos policiais no país é difícil. O que nós temos pensado em fazer é pelo menos notificar o caso: a ameaça vem de tal policial porque a equipe local não pode fazê-lo, porque supõe riscos, se os técnicos investirem na responsabilização seja de policial, seja de quadrilha, eles não trabalham mais, eles não conseguem mais entrar naquele território. Então a equipe local não pode trabalhar na responsabilização porque isso põe em risco a vida dos técnicos. Nós temos que fazer isso ou de Brasília, ou através dos Centros de Defesa. A idéia é de começar a tencionar com os policiais. Tem noticia de que está sendo ameaçado por aquele policial, por aquele batalhão, é informar ao Secretário Nacional de Segurança, informar ao Comando da Brigada local, da Policia Militar local, e pelo menos informar e dizer que o menino está ameaçado por um policial, por policiais do seu Comando e isso é de sua responsabilidade, se ele morrer. E fazer isso via Secretaria, Ministério da Justiça. A policia, e o grupo de extermínio é uma banalização, uma naturalização desses grupos que estão matando jovens e o Judiciário de novo tem um papel muito importante. Há ameaça, ameaça não é crime, não é delito, então o que se faz com isso? Chega a noticia da ameaça o que nós temos que fazer enquanto programa, enquanto Ministério Público, enquanto Judiciário, porque o que há mesmo é uma naturalização da letalidade de jovens, da ameaça e da letalidade de jovens, nós precisamos construir estratégias para incidir sobre isso. Cada programa tem um comitê gestor. A nossa orientação é o que está no decreto, é que as portas de entrada integrem o comitê gestor, Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário, a rede de retaguarda local, e isso varia de lugar para lugar. Por exemplo, se nós vamos tratar com estado aonde o tema maior é a exploração sexual nós temos que incluir a rede de exploração sexual, inclusive as vezes ONG'S que conseguem trabalhar com isso. O comitê gestor funciona como uma rede de retaguarda, como um espaço de decisão política do programa, de construção e crescimento do programa, nesse dialogo com o Judiciário, e de fiscalização sobre as ações do programa e ele tem se demonstrado um espaço importante de trabalho. Em alguns lugares funciona melhor, em outros não funciona tão bem. Os gestores estavam ontem o dia inteiro reunidos para construção do comitê gestor nacional que ainda não existe e que nós pretendemos implantar até o final do ano. Quero só responder uma questão para terminar e a

gente já fala sobre o que nós temos planejado, ou está já em implantação para atender estados onde o programa não está implantado. Isso se chama Núcleo Federal de Atendimento. Evidentemente que este Núcleo, este programa Federal ele tem uma atuação mais restrita, ele vai atender casos exemplares de adolescentes que necessitam de proteção, mas esse Núcleo está sendo criado. A coordenação nacional nos últimos dois anos atendeu e acompanhou 68 casos. Br que a gente chama, são casos onde o programa não está instalado e que pela gravidade, muitos vindo da rede, nos casos de permuta, a gente atende, insere em lugares onde o programa está estabelecido ou vai ali e tenta construir a rede naquele próprio lugar, com um técnico naquele estado que vai ali e atende aquele caso com o PPCAM nacional. Eu acho que também são necessárias estratégias locais de construção de rede de proteção. Tem essa possibilidade. Para a construção do programa nos estados como Mato Grosso do Sul é necessário, gerenciar junto ao Governo pois a gente precisa do Governo para implantar o programa. Isso passa também por uma negociação com o Governo e por um aporte de recursos do Governo. Então, isso é a demanda do Governo para o programa. Sobre a Bahia temos uma questão na Bahia de que nós estamos conveniados há um ano e não conseguimos implantar o programa lá, ainda. Vamos renovar o convenio e nós não conseguimos implantar. O Governo nos parece muito disposto mas não conseguiu identificar uma instituição que execute, e não é um programa fácil da gente entrar. Quando o estado entra no programa o Governo tem que disponibilizar a rede de assistência, tem que disponibilizar a rede de segurança, então o Governo tem que estar muito parceiro. É o caso da Bahia, eles são muito parceiros, mas nós estamos com uma enorme dificuldade de implantar. Faz um ano exato do primeiro convenio, sem se ter conseguido implantar. Em alguns lugares foi difícil, no Distrito Federal foi difícil, não é simples uma entidade que se disponha a este trabalho até porque o risco é grande, a responsabilidade é muito grande. Eu vou parar, se eu não respondi eu retomo depois, para abrir novo dialogo.” **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA:** “Antes de Rondônia, estavam inscritos o Leoberto, a Vera e São Paulo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu tinha duas colocações. Uma é a respeito do encaminhamento para, o que a gente pode fazer para que aconteça o programa no sul. E um aspecto que me parece sempre presente, nós vemos esses casos acontecerem, aliás eu estive visitando a Carmen e a Márcia trazendo um ofício em uma situação em que a gente enxergou uma morte acontecendo praticamente 15 dias entre uma audiência e outra em que os pais vieram pedir apoio e não tivemos o que fazer e nesse meio tempo o menino foi morto. Bom, a questão que eu vejo, é que um programa desse é altamente complexo. Você fazer essa intervenção, tirar a pessoa do lugar, mudar a família, Márcia colocou muito

bem isso. Mas para quem não tem nada, nem precisava tanto. O que eu imagino é que a gente muitas vezes ou tem possibilidade de se virar, essas pessoas se viram ou não se viram e morrem. Mas muitas vezes elas se viram de uma maneira muito simples, contando com aquilo que a gente tem aprendido a conhecer, como redes primarias que são as redes de relacionamento direto das pessoas. E as vezes, a gente vem com essa estrutura toda, de rede secundaria, mais programa de meio aberto, mais Juizado, mais Conselheiro Tutelar, e isso se torna uma geringonça que além de cara, ela não corre a tempo. O que eu enxergo aqui e eu queria perguntar é se o PPCAM pode ser desenhado com essa possibilidade de que em alguns casos, talvez não haja necessidade de uma intervenção tão direta do programa, mas que se coloque as famílias no meio de um apoio para que elas façam, as vezes, uma coisa muito simples. Ela precisa vender a casa mas, para pode comprar a casa em outro lugar, porque essa questão da perseguição do tráfico ela é muito dinâmica. Os traficantes também estão morrendo, os traficantes também na realidade, em Porto Alegre estão com a estrutura muito fragilizada, pelo assedio da força pública. A força pública, tem sido eficiente não em estancar o trafico, mas em fragilizar a organização. Então há muito revezamento de dono de boca, prendem um, morre outro, então aquela ameaça que hoje está acontecendo as vezes se resolve com uma solução que não precisa ser tão definitiva, mas basicamente com formas mais simples.”

Dr^a. MÁRCIA SOARES: “As vezes é isso que o programa faz. Ajuda, mas o problema é a responsabilidade enquanto se inclui o adolescente no programa.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Me parece que fica um excesso de compromisso, porque as vezes o programa tendo uma cota digamos de valor significativo para disponibilizar para a rede que já está atuando, no caso, dizer, o programa não é um provedor, ele não é software pronto. dizer, nós precisamos, nesse caso, de tal ajuda especifica.. Porque se tem um programa, a tendência de centralização é muito grande, a rede facilmente se dirime de fazer o seu papel se tiver alguém que o faça. As pessoas vão passar o caso e então, eu queria perguntarse dá para montar o programa com uma parte que vai ter que realmente fazer essa integração toda e outra, que seja só de suporte à rede para que ela faça.”

Dr^a. CARMEN OLIVEIRA: “Eu vou já preparando os próximos. É a Vera, o Daniel e Rondônia.”

Dr^a. VERA DEBONI: “Antes de mais nada eu preciso fazer o registro aqui de que, de um extremo carinho em poder ver a Márcia, que foi uma menina que cresceu dentro da nossa casa e que as fotografias que estão nos porta retratos ela era era amiga da minha irmã que tem a mesma idade da Márcia, e elas foram coleginhas desde o jardim de infância, debutaram juntas e depois a vida levou cada uma para seu lado, e a Márcia está aqui nos ensinando coisas. Isso me emociona profundamente Márcia, é uma delicia poder ver isso. A menina que

está no porta-retrato lá de casa está aqui hoje. E essa colocação que o Leoberto faz era uma das minhas preocupações porque o que eu quero perguntar objetivamente é quando a proposta do PPCAM que aí está com essa lógica de uma centralização nacional, eu temo que daqui a pouco o programa comece a lidar com as requisições judiciais. E vocês vão esbarrar na caneta do Juiz, e é a pior caneta do mundo, porque ele vai dizer que está mandando incluir no programa e o programa tecnicamente vai dizer que não precisa, e o Juiz vai dizer que está mandando incluir no programa e daqui a pouco vão ter problemas, como já aconteceu em outras situações, lá no Rio Grande do Sul. A gente mandava prender o Presidente do IP, a Carmen lembra disso, vai pagar o precatório, mas não tem dinheiro, mas vai prender o Presidente. Nunca ninguém prendeu ninguém mas, era um estress desgraçado. Bom, daqui a pouco produz isso. Então isso que o Leoberto trás, eu vinha me perguntando se precisa de um elefante para mexer uma carrocinha? Talvez essa idéia da rede, não com toda essa sofisticação do programa possa ser pensada e talvez a gente pudesse pensar e, vou eu me meter na confusão, num piloto no Rio Grande do Sul com essa lógica um pouco descentralizada.” **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA:** “Um PPCAM soft.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “É um PPCAM *light*, que talvez a gente não precise ficar trocando os meninos de lugar, que talvez a gente não precise ficar fazendo toda essa tecnologia metodológica e que em muitas vezes vai ser obviamente necessário, quando se tiver enfrentando a menina que é testemunha da rede de pedofilia e que para nós eu não sei se não tem ou se não está aparecendo, ou se alguém não está fazendo a sua parte, mas nós não temos tido isso tão contundente assim. O que nós vivemos hoje no Rio Grande do Sul, é a guerra do tráfico, esse desalojar que a Brigada Militar está fazendo no campo da Tuca, não está mais no campo da Tuca, ele está se mexendo para Santa Rosa, e antes nós tínhamos um mapa da cidade com os nomes, endereço e CPF dos caras, a gente sabia que os brajés iam se matar lá no Bom Jesus. Agora já tem os “bala na cara” que estão intervindo no negócio e então desorganizou isso, pela intervenção policial. Não resolveu, não vai resolver, mas desorganizou. Quando desorganiza a gente precisaria ter um programa que fosse mais dinâmico, que nós não precisássemos depender de toda essa ferramenta que eu imagino que ela acabe sendo lenta pela distância, pela dificuldade de identificar a rede interna dentro da cidade, e que talvez pudesse se pensar numa metodologia. Acho que estão fazendo confusão mas é verdade, até porque a entrada do ato infracional é meu, sou eu que vou ter que identificar e depois ele faz a execução.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “O PPCAM lá no Rio já funcionou no sentido de dar apoio a família para se movimentar de um ponto para outro e ali estruturar a nova vida. Não necessariamente cobrindo os dois anos. Nós aqui reunidos

entendemos qual é a filosofia do PPCAM. O maior problema do Juiz vai ser no dia que tiver um substituto, o dia em que nós juízes estivermos fora e o substituto for lá dá uma ordem, que não vai se cumprir, então a gente entende, mas a pessoa desavisada que vai cobrir umas férias, que vai cobrir uma licença ele perde limites.”

Dr^a. VERA DEBONI: “Ou quando o programa tiver uma visibilidade nacional e que isso comece a chegar no ouvido de todos os Juizes, de todos os Promotores, vocês vão ter que pensar numa estratégia de como resolver isso, porque vai acontecer.”

Dr. DANIEL ISSLER: “Eu gostaria de parabenizar pelo trabalho, especialmente você Márcia, que a gente percebe da sua fala, a dedicação. É um trabalho em acordo com outros que precisa ser feito, tamanha a complexidade, o número de variáveis, tamanha as dificuldades em termos de limitação de recursos e de demanda altíssima para esse serviço. A gente sabe que as situações nas quais a gente precisa de proteção para os adolescentes ameaçados de morte, são em número muito grande, e os recursos são limitados. A minha pergunta é qual é o montante de recursos que está dirigido a esse programa em termos de orçamento, em termos de recursos humanos, qual é a perspectiva que existe para o futuro, se existe perspectiva de aumentar esse volume de recursos, se vocês tem uma expectativa de como e se haverá, ou quando será possível o pleno atendimento em todos os estados. Pergunto também se dentro dos estados que já estão incluídos no programa já existe pleno atendimento, ou se ainda há limitações.” **Dr. JOSÉ**

ANTONIO BARRETTO: “Vera já falou um pouco do que eu ia dizer. O gigantismo da coisa me preocupa e ela acabou abordando até melhor do que eu. Eu queria só trazer a tona um problema, um fenômeno que em Rondônia vem acontecendo e me parece que é um fenômeno que no Acre acontece também, que no Amazonas acontece em toda aquela região fronteira com aqueles países produtores de drogas. Em Rondônia temos 700 km de fronteira com a Bolívia, e o aumento muito grande de adolescentes que em tese não têm necessidade de envolvimento com o tráfico, com o nível de escolaridade muito bom, de classe média, e as vezes, classe média alta e que não usam a droga, mas a remuneração é altíssima. Então, pode estar acontecendo uma fragilização das bocas de fumo. Mas os donos das bocas de fumo estão cada vez mais fortes e aprenderam que a utilização de gente capacitada que em tese, sofre uma reprimenda menor, facilita porque esse adolescente quando ele é apreendido ele não tem tanta necessidade de delatar, porque ele sabe que a reprimenda dele as vezes é menor do que aquele que seria preso. Então é um fenômeno que está acontecendo em Rondônia, tem acontecido na minha cidade que é saída para a Bolívia, de adolescentes sendo apreendidos com grande quantidade de droga. Vai se fazer uma pesquisa do perfil deles e a gente se depara com a formação do ensino médio, às portas de uma faculdade, filhos de servidores

públicos, com bons salários e tudo mais. Esse é um fenômeno que eu queria trazer a tona. Outra coisa que eu queria colocar, já que o programa é em nível de Secretaria e, portanto com acesso ao Ministério da Justiça e a qualquer lugar que for necessário, é a utilização muito grande, e isso é um testemunho que eu dou e posso comprovar com dados, da utilização também pela Polícia Federal depois de ter detectado esse fenômeno, da utilização do adolescente, permitindo que ele continue como o famoso x9 ou delator. Me preocupa que uma Polícia Federal utilize um adolescente, no papel de alguém de chamariz, para apreensão de grandes drogas e de grandes porções de droga. Então essa é a outra questão que eu queria colocar. E por fim também já que a Polícia Federal no caso de Rondônia, é quem mais apreende a droga, e apreendendo drogas muitas vezes apreende valores altíssimos, bens de valores altos, o trabalho com outros Juizes principalmente da Justiça Federal, a quem cabe julgar os casos de tráfico internacional, de que a perda desses bens possa reverter não só para a Polícia Federal para que eles se equipem cada vez mais, mas também para Fundos como esse ou para programas como o PPCAM. Essa era a minha colocação.” **Dr^a. CARMEN OLIVEIRA:** “Agora vem uma rodada de mulheres: a Doutora Roseli, Noeli e Graciete.” **Dr^a. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Estou participando pela primeira vez do Fórum e aproveitando agradeço desde já a gentileza da Carmen porque por sugestão da Roseli acabei vindo até este Fórum, muito importante. Me parece que abrindo exceção eu acho que nós somos o único estado que está com dois representantes. Agradeço a gentileza de poder estar aqui discutindo com todos. Em relação a esse assunto, eu atuo em Ponta Grossa há sete anos na Vara da infância e juventude. É uma cidade de trezentos mil habitantes aproximadamente e nós não temos lá nada que possa estar de alguma maneira relacionado a situação de adolescente vítima. Eu tenho enfrentado situações há algum tempo, mães no gabinete que me pediam para que interne o filho, interne no sistema sócioeducativo, porque estava sendo vítima de violência ou de uma ameaça direta de morte. Um desses casos ,como não era de internação, acabei por encaminhar para um local aonde esse adolescente permaneceu três dias e quando saiu foi vítima de morte. E a mãe foi ao jornal e disse que foi ao gabinete da juíza e a juíza não determinou a internação e por isso ele faleceu. Além da situação prática e técnica de que eu tinha certeza de que não era um caso de internação, ficou realmente aquela angústia de que de alguma maneira eu poderia estar auxiliando esse adolescente e não fiz. É claro que o caminho não era a internação, mas a gente tem como bastante comum nas medidas, internar até para que não aconteça aquela morte imediata, só protelando a morte mesmo. E a minha pergunta é, nós temos o programa que é o programa Sentinela que também lida com as crianças vítimas de violência, crianças e

adolescentes, ainda que o Sentinela seja voltado mais para a situação da violência sexual, em alguns casos quando eu realmente não encontro uma saída diversa, eu encaminho para o programa Sentinela. É um programa da União, então se é possível de alguma maneira fazer esse vínculo entre a proteção a testemunha como a gente tem, e o programa Sentinela.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Esse problema a gente enfrenta quase que diariamente. Eu estava comentando aqui com a Vera e quando a Noeli falou também, não é incomum para nós e acredito que para nenhum de nós aqui, já ter atendido pedido da mãe, do adolescente, pedido de todo mundo, da equipe técnica porque o guri está ameaçado de morte, você acaba cometendo um ato ilegal que é determinando uma prisão lá por cinco dias, dez dias, enfim o tempo suficiente para que você consiga algum lugar para encaminhar o menino, consiga passagem, consiga comunidade terapêutica, enfim, eu acredito que todo mundo aqui deve fazer isso. Porque entre você pensar em privar o rapaz da liberdade e pensar que amanhã ou depois ele vai estar morto, você acaba escolhendo um caminho que não é o adequado. Teria que ter um lugar para que esse guri ficasse, mas não tem. A gente tem que pensar também já que a gente está falando nesse programa, numa outra questão que a gente enfrenta, não só por parte da Polícia Federal é o pedido do uso dos adolescentes para que eles delatem. Nós temos nas Varas criminais, quando o adolescente é apreendido com adulto, acho que todos devem enfrentar a mesma coisa, o adolescente como tem um vínculo maior com a Vara, ele acaba contando tudo. Então ele entrega o fulano, o beltrano, o traficante, enfim, ele quer se exibir e tudo mais. Chega no Juíz criminal, evidentemente que o preso adulto nega tudo, o Juiz criminal, o Promotor normalmente, e até o Delegado, requisita o depoimento. Esses dias eu confesso que tive um trabalhão para destruir porque era gravado o depoimento porque a menina tinha dito onde estava, e o Juiz criminal solicitou sem saber que a presa era namorada do traficante. O que eu ia fazer, mandar o depoimento dela contando? Então essa é uma situação que a gente vive no dia a dia. Eu peguei três casos curiosos que eu acredito que comecem a vir a tona, que são os netos e filhos do tráfico, aqueles que se criaram no meio e que de repente chega um momento na vida em que uma menina chega na minha frente e diz não quero mais viver nesse meio. Me criei vivendo nesse meio, minha avó fazia isso para o tráfico, meu pai, meus tios, só que eu decidi agora que eu tenho um filho que não quero mais. E você vai ter que proteger essa pessoa da própria família, porque ela chega e diz para você se chegar no ouvido deles eu não sei se sobrevivo. Quem vai te matar? Sei lá, diz ela, porque lá é cada um por si e Deus por todos. Então é uma situação assim que me chocou, porque eu pensei, o que eu vou fazer com uma ameaça da própria família? Vou ter que construir uma nova vida

para essa pessoa. Eu acho que eram essas as minhas considerações.” **Dr^a. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Gostaria de inicialmente parabenizar a Márcia pela explanação. Achei muito interessante o posicionamento da Vera e do Leoberto com relação a essa questão da organização do programa. Lá em Boa Vista a letalidade juvenil está muito relacionada a brigas de grupos rivais. Nós chamamos na região norte, lá em Manaus também de galera. Brigas entre galeras e constantemente vem esse pedido, interna, meu filho, ele está sendo ameaçado e tudo mais. Houve um caso engraçado em que o próprio Defensor Público pediu a internação do jovem que estava cumprindo medida em meio aberto, para a gente tentar solucionar. Então a gente já tem agora um dos procedimentos básicos que é a própria orientação do jovem em meio aberto, o Defensor Público, eles já têm todo um encaminhamento da Secretaria de Bem Estar Social, com relação ao Estado, e Secretaria Municipal de tentar conseguir, quando a família não tem condições financeiras de providenciar a mudança, ou da capital para algum município no interior, ou levantar onde ele tenha algum tipo de parente, no estado x, então a gente tenta buscar uma solução dentro da família se tem o pai, a avô, que ele respeita muito e pode estar recebendo o garoto. E como ele está em cumprimento de medida socioeducativa eu encaminho para o local onde ele está indo para ele cumprir a medida. Só que eu não coloco nenhuma ressalva que ele está sendo ameaçado por um grupo rival. O fator que a Márcia colocou que o grupo rival não vai atrás dele no município no interior, não vai atrás dele em outro estado e a partir do momento que a gente coloca qualquer ressalva no documento que foi encaminhado para o colega no outro estado, as vezes já olham o garoto de uma forma diferente. Então a gente só faz esses encaminhamentos. Esse procedimento está dando certo, depois de algum tempo o jovem volta para Boa Vista mas ele já saiu da situação de risco, de perigo. Os grupos são bem cíclicos, uma hora estão aqui num bairro, outra hora estão em outro bairro, o bairro x, o bairro y, então essa questão do bairro é muito dinâmica, a gente tem que agir com uma certa pressa.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “O programa contempla a possibilidade de fazer uma complementação de renda, se o adolescente puder ser encaminhado para a família extensa? O guri é de Porto Alegre mas ele tem uma avó em Uruguaiana, e se a gente conseguir tirá-lo de Porto Alegre e levá-lo para Uruguaiana ela tem como receber mas não tem como sustentar, isso significa obviamente uma complementação de renda, de mais tempo, e que pode custar mais barato do que ter que mexer toda a família e levar todo mundo embora. O programa contempla essa possibilidade?” **Dr. ÉLIO BRÁS MENDES:** “Eu não sei se eu perdi a atenção mas existe um índice de perda de jovem, dentro do programa, são mortos mesmo?” **Dr. JOENILDO SOUSA CHAVES:** “Eu quero em nome da ABRAMINJ cumprimentar a Doutora Márcia pela explanação, dizer mais uma vez da nossa alegria em ver a preocupação da Secretaria na melhoria do atendimento. Eu costumo dizer que o Juiz da infância é diferente dos outros porque ele se depara

com muitas situações e ele tem que ser bastante criativo, é um Juiz abnegado, como disse o Doutor Danilo e o que ele fez, acredito que muitos já fizeram, ou seja, meter a mão no próprio bolso para resolver determinadas situações que não podem ser resolvidas de outras formas. E Doutora Márcia acho que quando eu fui Juiz em 1980, eu percorri as fronteiras como Juiz da infância e portanto como diz o Doutor Danilo, a situação do Mato Grosso do Sul é completamente diferente. Alias a situação dos estados sempre são diferentes, um do outro. Lá tem a fronteira seca com a Bolívia, tem fronteira seca com o Paraguai. Mas eu acredito que esse programa pode sim ser implantado e para tanto, nós nos colocamos a disposição, para ajudar no que for preciso. E a minha pergunta, parece que foi até objeto de outra já respondida, é a questão do custo que a senhora disse que era um custo altíssimo. Esse custo não dependeria dos problemas existentes nos estados e se for assim, poderia ser implementado aos poucos ou parcialmente. Era isso que eu tinha dizer e mais uma vez da nossa satisfação de estar aqui. Queria me referir ainda, a questão da regulamentação. Eu vejo que é possível, não há preocupação nenhuma com as férias, ou saída do magistrado porque isso pode ser regulamentado pelos Tribunais e até pelo CNJ. De forma que eu vejo que é possível sim, essa implantação e eu acho que esse programa, como disse o colega da Bahia, deve ser estendido a todos os estados. Muito obrigado.” **Drª. MÁRCIA SOARES:** “Vou ter que agradecer o elogio, eu vou dormir bem hoje, não havia nascido em 1980, mas eu sou de 1965 eu estou feliz da vida, ganhei a manhã, muito obrigada. Eu vou iniciar então pelos bons ventos do sul porque eu sou gaúcha e sempre acho que os ventos de lá são bons, dizendo que primeiro, o programa pode ser desenhado de qualquer forma, ele é um programa em construção e esse dialogo não é nada mais do que isso. Um pouco também, para escutar, para que a gente vá redesenhando e ele é um programa que evidentemente, não vai funcionar da mesma forma no Rio de Janeiro e no Pará e muito embora a tendência seja essa, pois a gente está amarrado pelos convênios. Nós nos demos conta de que, o convenio no Pará é o mesmo do Rio de Janeiro e eu teria que prever um barco no Pará, um helicóptero, porque leva oito horas para chegar num lugar. Então provavelmente no Pará, nós vamos ter que fazer pequenos núcleos, e não um programa, porque o problema no Pará não é só a região metropolitana, talvez a gente tenha que desenhar de outra forma. Para isso, talvez, a gente tenha que escutar muito como funcionam as coisas no Pará, como a rede vê, como o Judiciário vê, porque um programa em construção é assim. Acho que nós podemos repensar, o programa. Chega o adolescente no programa, identifica que tem um familiar não sei onde, leva. Pode dar um aporte de recursos para essa família, isso pode ser previsto. Nós não podemos prever que isso seja “ad eternum” e também

inclusão prioritária dessas famílias no bolsa família, por exemplo, nós precisamos que os programas de Governo dêem retaguarda e a gente consiga um emprego, se esse menino já tem 16 anos. É possível a gente fazer isso com as famílias, a gente aluga casa, põe a família, por isso é que custa caro fazer. Alugar uma casa só não resolve. Tem que ter fogão, geladeira. Eu acho que se a gente faz essa experiência no sul, amparado com o Judiciário, desenhando um programa que tenha dois momentos, talvez um articulador de rede, um tutor do programa e uma rede de retaguarda para casos graves que aparecerão de exploração sexual, do trabalho infantil, do tráfico de pessoas, eu acho que isso é possível porque se a gente não faz isso na parceria com o Judiciário, é essa questão que vocês colocaram. Há estado que o Juiz determina o ingresso e se acontece alguma coisa ele diz isso aí não é proteção. É o Conselho Tutelar que vai e se a casa não tem tudo e mais um pouco, você está violando o direito dessa pessoa. É um programa novo, as pessoas não o conhecem, então nós precisaríamos experimentar um formato sabendo que ele é um piloto, que pode ser mudado e que ele pode funcionar pode não funcionar mas é absolutamente possível de se desenhar. Para a gente pensar, ele trás duas questões importantes. Primeiro, porque de fato para 60% dos casos eu imagino, é um elefante branco sendo movimentado por conta do menino. Nós temos 40% dos casos realmente graves que precisam de permuta, de Polícia Federal. E tem uma enorme demanda que talvez não precisasse sequer chegar ao programa, se a rede fizesse o seu papel. A gente diz isso frequentemente, isso é papel da rede, isso é papel do Conselho Tutelar, isso é papel do técnico, mas quando o programa entra, a tendência é a rede sair. Então se a gente puder juntos desenhar, essa metodologia, o programa é novo ele está aí para isso. Eu estou absolutamente disposta. Acho que ele enfrenta uma outra questão que é o menino ficar grandão e aí ele abre a boca e fala mesmo. E aí quando você diz, você está num programa de proteção ameaçado de morte, a primeira coisa que ele faz, é dizer eu estou sendo protegido pelo Governo Federal. Agora você imagina um adolescente assim, o que está significando para ele esta suspensão da medida sócioeducativa e ser colocado num programa de proteção? Esse menino fica grandão mesmo, ele só não cumpre a medida, como ele está protegido pelo Governo Federal. Isso tem um efeito terrível, e está acontecendo direto, está acontecendo muito. Protegido pelo Governo Federal e matou dois. E essa questão do tráfico precisa ser tratada. Temos uma enorme demanda do Judiciário, do Conselho Tutelar, do Ministério Público que quer que se atenda, que seja rápido, que quer dinheiro, quer tudo, e uma demanda que vem dos técnicos que quando identificam o programa eles dizem pronto, é menos um. Acho super legal essa experiência lá em Boa Vista, queremos conhecê-la um pouco melhor, porque esta é a questão. É o mesmo menino que já passou na rede 15

vezes e está ameaçado de morte, entrou no programa pronto, vira pânico, os técnicos não querem atender, os abrigos não querem receber, é diferente. Quanto a questão do orçamento, nós conseguimos de 2006 para cá, mais do que triplicar o orçamento. Nós estamos com o orçamento em torno de 8 milhões do Governo Federal para o programa. O Governo local também precisa aportar recursos. A idéia é que o Governo dê um aporte a rede, nós não podemos suprir a rede. O programa não é um programa de assistência, muito embora esteja sendo visto assim, em muitos lugares. A possibilidade de ampliar depende de, quanto mais os Governos se dispuserem a entrar com recurso. Isso amplia a possibilidade. Nós estamos com a possibilidade de negociar com o PRO NASCE a implantação de programas nos estados, assim, precisamos das demandas do estados, foi o que aconteceu com o Acre. O PRO NASCE ofereceu recurso e o Acre veio e disse queremos implantar o programa. A dificuldade disso é ver se o recurso se mantém, como ele não está no nome do nosso PPA, como é que eu garanto a continuidade se por exemplo, o PRO NASCE sair. O recurso do PPCAM não contingencia. Mas nós temos recurso garantido para esses estados que eu falei, para o programa Federal para fazer este atendimento. Agora se a gente começa a construir outros modelos, isso também baixa o custo, reduz o custo do programa, a gente tem possibilidade de ampliar a cobertura, desde que a gente não tenha que fazer o papel da assistência social do município, porque não há quem dê conta. Para deixar isso mais transparente, o atendimento não é feito via Governo Federal, tem equipes locais que são constituídas no mínimo de advogado, coordenador, assistente de coordenação, psicólogo, assistente social, educador social, motorista, e um administrativo, claro que os estados hoje tem vários psicólogos entre outros, e isso é o mínimo, é a equipe mínima que é capacitada para começar a implantação do programa e me parece que nos estados onde ele está implantado, na maioria deles já estão com bastante efetividade. Em São Paulo, nós vamos ter dois programas porque só a cidade de São Paulo é um estado e meio, então, lá o trabalho é com a prefeitura, com a Secretaria de Direitos Humanos. Nós estamos buscando a parceria do Governo e temos como encaminhamento fundamental que isso tem que começar a virar política de Estado. Sobre Rondônia, eu queria não deixar de registrar isso, que é de fato muito complicado, o envolvimento com a Polícia Federal. Nós tivemos um caso específico. A maioria dos casos de exploração sexual, dos meninos travestis que envolve deputado, estão todos no PPCAM. Eles estão sendo ameaçadas de morte e estão no programa.. Então, nós estamos enfrentando algumas questões que são necessárias para que o Judiciário também se debruce, e uma delas é a atuação dos Conselhos Tutelares. O último caso que eu tenho ouvido do Pará sobre a menina do deputado, aquele que acabou de perder o mandato que todo mundo

viu, a menina foi abusada sexualmente dos 9 aos 13 anos. Prestava serviços sexuais a este senhor e seu filho. Esta menina está sendo acompanhada por médico. Ela teve que sair do Pará sozinha porque a família está comprada pelo deputado então ela teve que sair do Pará, e ir para um outro estado. Está sozinha no abrigo, e esta menina dos 9 aos 13 anos foi abusada sexualmente, ela procurou três vezes o Conselho Tutelar que a devolveu para o deputado. Evidente que a gente compreende a situação, ele é poderoso, as pessoas têm medo, mas é difícil. Assim, nós estamos reiteradas vezes vendo o comprometimento ou a omissão da rede, do Conselho, nesses casos. E acho que é motivo para o Judiciário se debruçar e especialmente, nesse caso da Polícia Federal porque eles tem reiteradamente usado adolescente como isca. Deveria ser proibido usar depoimento de adolescente. Delação premiada acho que não existe, não pode existir, não é possível que exista delação premiada. Porque se isso existisse, ainda seria mais difícil. Encerrando, a rede Sentinela é uma das redes que integra a rede de proteção do enfrentamento a exploração sexual. Temos o PAER, e evidentemente o programa. Uma das principais conexões que tem é com a rede de atendimento de exploração sexual que foi quem conseguiu identificar a situação dessa menina agora do Pará, para entrar no programa. Porta de entrada é só com o Conselho Tutelar, Ministério Público, e Judiciário. Quando alguém identifica o caso, tem que encaminhar ou para o Conselho Tutelar, ou para o Ministério Público, ou para o Judiciário para que eles façam a primeira avaliação e acionem o programa. Os programas não são acionados de forma direta. Sobre o PL, nós temos Minas que o já tem PL, decretos em todos os estados estão sendo criados e a orientação em nosso trabalho junto com os gestores locais de agora até dezembro é instituir um marco legal, em todos os estados, o comitê gestor e definição orçamentária no PPA com vistas a mudança de Governo, porque mudou o Governo pode acabar a política. Então tem três coisas que para nós é importante, que é definir orçamento, estabelecer um Conselho Gestor como uma instância política que é quem garante mesmo a continuidade do programa, e um marco regulatório mínimo pelos estados. Dos óbitos, nós já tivemos no programa um no Espírito Santo e depois tivemos dois casos em Minas Gerais que, eu vou explicar. Foi que o caso do menino que abandonou o programa, morreu quando se evadiu. Assim, nós não tivemos caso de alguém, descobrir o paradeiro e matar o adolescente. Nós já tivemos dois casos de evasão em Minas que resultaram em morte e um caso que para mim é um caso de letalidade dentro do programa que nos leva a refletir muito. Primeiro, porque talvez esse caso não pudesse ter entrado, na avaliação, pois o adolescente tinha um forte problema de saúde mental. O menino de uma comunidade que enfrentou o tráfico. Os traficantes deram um tiro, ele voltou e disse, além de tudo vocês são

ruins de pontaria e o trafico deu outro tiro, um tiro no olho e aí ele entrou no programa. Um menino com um histórico de confusão naquela região, a avó morava ali por muitos anos, a avó e a mãe, e o que aconteceu, o programa aceitou o menino ameaçado de morte, avaliou que seria possível tratar desse menino, o menino cheio de seqüelas, que enfrentava a morte assim, tomou um tiro foi lá xingou, tomou outro tiro no olho e foi lá xingou e resolveram botar no programa. E ai muda o menino de localidade, o que aconteceu.? Aquela localidade onde ele estava, muito embora naquele momento já fosse inviável para ele, suportou-o por 15 anos, porque a avó morava ali a 25, e quando ele roubava a avó pagava, suportou por conta do respeito a avó. E quando você o retira dessa localidade e insere em outra, as pessoas não tem a menor consideração pela avó, aquela família é nova naquele lugar, ela não tem vínculos ali. E ali ele imediatamente fez a mesma coisa. Um menino que tinha um problema muito forte de agravo mental, que não tinha como tratar. Esse menino morreu no programa, e os outros dois morreram em evasão, no momento da evasão. A orientação do programa é evadiu informa ao Juiz e diz que não tem como garantir a vida, porque quando se evade, via de regra, volta para o lugar de origem, a gente comunica, se o menino decidiu voltar, a gente ,vai lá porque sabe que isso é um processo próprio da adolescência. Mas quando ele se evade a gente informa imediatamente porque não tem como segurar.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Esse problema é muito grave e todos nós sabemos o quanto ele é grave. E quanto é necessário o programa. Mas eu particularmente tenho muito medo que ele vire um botaozinho, um botão onde qualquer coisa que aconteça bota o menino no PPCAM porque me parece que o sonho dourado é esse. Um conselheiro Tutelar ter onde colocar o menino. Eu já tive menino abrigado porque estava com dor de dente, e chamei o Conselheiro e disse, porque abrigou esse menino, - porque estava com dor de dente. Mas com dor de dente? Mas Doutor, lá cuidam dos dentes do menino que você nem sabe. Puxa vida, vai querer cuidar do dente da criança, tirando de casa e botando no abrigo. Então a gente tem que ter muita cautela e começar a criar mecanismos nos nossos estados que possam discutir aqui o PPCAM genérico, ou um programa de apadrinhamento, ou abrigo especializados, porque a gente sabe que o risco de morte desses meninos é muito grande mas, não é uma coisa que o cara vai pegar e vai atrás do menino a vida toda, perseguindo, como a gente vê nos filmes de 007, não é uma coisa assim. Basta você fazer uma ligeira mudança geográfica do menino que ele vai ter garantida a sua vida. Então é preciso que a gente tenha assim, um pouco de engenho, um pouco de dedicação e transfira essa dedicação a todos que tenham o poder de incluir o menino no programa, antes de você achar a solução no programa. E o menino sente isso também, o que pode parecer bom,

bonito gostoso no primeiro momento, ou mesmo protegido vai trazer a saudade, a vontade de conviver no ambiente dele. Então se a gente acha um parente que mora na mesma cidade ou, numa cidade vizinha ou no mesmo estado ou se a gente acha alguém ou articula com alguém para dar uma alternativa diferente, e constrói essa rede paralela, talvez ajude mais ao menino. Não é para folgar o PPCAM, mas é para ele não ser um norte sempre usado e ficar encharcado de menino. Era só esse raciocínio. Pegar esse modelo e fazer um genérico dele nas nossas Comarcas.” **Dr^a.**

CARMEN OLIVEIRA: “A gente agradece essa oportunidade de apresentar o PPCAM aqui para vocês e encerra justamente com essa mensagem dada aqui anteriormente de que assim como nós não achamos que a solução para a adolescência em conflito com a lei é construir mais e mais unidade de internação, a gente também não considera que o enfrentamento da violência letal seja com a construção de mais e mais PPCAM, pelo Brasil. Quer dizer, isto é excepcional como a Márcia se referiu e é preciso que a gente invista no cumprimento realmente daquilo que determina o ECA, porque a gente sabe que o PPCAM é a evidencia mais forte do fracasso das políticas de direitos da criança e do adolescente nas nossas cidades, nos nossos estados. Então, a gente vai comunicar a vocês sobre o lançamento desse índice letal, que a gente quer fazer isso, com uma repercussão midiática, com assinaturas de acordos de redução dessa violência letal nos principais estados e uma mobilização também comunitária a partir da adolescência e da juventude envolvendo então adolescentes e jovens nessa discussão e m 11 regiões do Brasil até o final do ano. Então é isto obrigada.”

Dando continuidade aos trabalhos passou-se a apresentação do **Programa Individual de Atendimento do Paraná – PIA**, ocasião em que ocorreram os seguintes pronunciamentos: **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “A idéia seria de trazer hoje para expor a vocês, o que eu vou chamar de PPA, Plano Personalizado de Atendimento. A gente usa PPA e não PIA, porque PIA no Paraná é PIÁ (menino), tem a casa do piá, o programa do piá, ficou complicado usar pia, que ia virar programa piá de novo. Decidimos fazer PPA, programa personalizado de atendimento. Esse programa foi construído durante um ano. Nas primeiras reuniões que a gente fez, se percebeu que sem a existência de diversos recursos dentro da unidade de internação não se teria como elaborar um PPA, porque o adolescente iria pedir, eu quero fazer um curso de mecânica, e não se tinha mecânica, para ofertar. Quer dizer, teríamos que procurar junto a comunidade, usar da imaginação e tudo o que valha para conseguir montar o plano personalizado, ou seja, parece uma tarefa simples, mas para nós foi difícil. Como foi feito esse trabalho? O São Francisco é a pior unidade que a gente tem no Paraná. É a mais antiga e a gente

não sabia como fazer para trabalhar isso a favor e não contra. Atualmente claro, ele foi reformado mais uma vez, mas o sonho de todo mundo é vê-lo implodido. Como a gente não pode fazer isso, temos que utilizar o recurso que existe. Lá dentro funciona um Conselho disciplinar, a quem se submete o problema quando o adolescente praticou qualquer ato dentro da unidade. A questão é levada para discussão nesse Conselho. Não fica aquele negócio do educador aplicar medida de advertência ou coisa do gênero ao adolescente. Ele vai para esse Conselho. Há os programas pedagógicos, os educativos que são as aulas, cursos de formação. Como se processa o PPA? Um adolescente quando entra na unidade, vai passar por quatro fases. Na primeira delas é o momento que ele vai formular esse PPA em conjunto com a equipe. A equipe significa as pessoas com quem ele mantém vínculo maior, pode ser desde o educador, o professor, o técnico normalmente que atende, o psicólogo, o assistente social, então ele vai elaborar junto com eles. Numa primeira reunião, esses técnicos vão discutir a situação daquele adolescente, considerando todos os relatórios da vida dele e já visualizam uma possibilidade de encaminhamento para aquele adolescente. Por outro lado o psicólogo, assistente social, a equipe técnica vai trabalhar também com o adolescente, para ver o que ele gostaria de fazer, porque não adianta simplesmente você colocar ele para fazer um curso quando o adolescente não tem interesse nesse curso. A questão primeira é despertar interesse nesse curso. É muito curioso de acompanhar, porque ele chega e não consegue falar, fica todo tímido, então tem uma situação em que ele tem dificuldade de se colocar perante o grupo, porque não é o grupo dele mas, é o primeiro impacto que tem ali. Mas a reunião prossegue até que ele coloca as coisas que quer fazer. Normalmente os cursos que eles querem são os normais de cada região. Lá no nosso caso, é futebol, que a maioria quer, acho que no Brasil inteiro, mas lá tem marcenaria que eles gostam, eles gostam de eletrônica, mecânica, a maioria gosta de mecânica, impressionante, de mexer em carro, e esses são alguns cursos que oferecem lá dentro. Eles participam de atividades como lavar roupa, tipo lavanderia. O que foi feito lá é que foi colocada uma lavanderia profissional para que o adolescente aprenda um ofício além de cuidar das suas próprias roupas, da sua própria higiene. Então tudo é trabalhado assim. Tem a festa de natal, as visitas, essa é outra fase do programa que eles saem para passear pela cidade. Essa é a última fase deles quando já estão na casa são Francisco, mas, tudo isso é dentro do PPA. Esse PPA tem um ato, uma festa, uma comemoração digamos de um projeto de vida que esse adolescente construiu com a equipe. Ele não vai para a audiência fechada comigo e com o Promotor. Quando sair a lei, a gente vai ter que mudar isso, talvez. Mas tem dado certo, porque nesse dia tem festa, os familiares desse adolescente vão estar presentes, ele vai assinar formalmente o

termo, na presença dos familiares, na presença da equipe, das pessoas com quem ele tem maior afinidade. Eu e a Promotora vamos lá também. Nesse momento esses adolescentes, que giram em torno de uns 10 por mês, eles vão perceber, uma mudança. É que a partir daquele dia ele tem um projeto a cumprir. Esse projeto não tem prazo determinado, e são várias as atividades que o compõem. E, depois desse dia ele começa a cumprir tudo o que pactuou. Esse é um pacto que ele faz, mais ou menos como lá na Justiça restaurativa do círculo, ele faz com a família, com o Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensora. Dentro desse plano estão as fases. As fases são as seguintes, começa-se com o plano e chega um momento em que se encaminha o laudo para o poder Judiciário de desligamento do adolescente. Evidentemente, que o laudo pode não ser acolhido, e ele vai para o que a gente chama de casa São Francisco onde ele tem atividades externas o dia todo e só a noite ele retorna para dormir. Não é simples para sair. Como é que funciona: são feitos alguns testes, porque a pessoa está lá, as vezes seis meses, um ano, um ano e meio, dois, então é claro que o primeiro contato com a liberdade é difícil. Há toda uma programação de saída deles. Ele vai sair para local onde possa ser visto e facilmente recapturado, caso ele caia na tentação de fugir. Assim vai ser um processo lento, até que ganhe a liberdade. Para se ter uma idéia tem um adolescente que está lá aguardando há um ano, nessa casa São Francisco. Sempre vem um relatório favorável a substituição da medida, só que como são atos infracionais, cinco homicídios, é difícil liberar. O que acontece é que ele está nessa casa e não foge da casa, fica lá todo dia, sai de manhã, a tarde e tudo mais. Dentro desse período em que fica lá dentro, também foram conseguidos recursos junto a comunidade. Ninguém quer saber dos guris, têm medo deles. A gente tem esse problema quando lida com adolescente contido. Foi conseguido que eles participassem da reforma de escolas. Num primeiro momento, na parte de reforma. Dentro desse contexto, eles vão transformar uma realidade. Eles chegam numa escola que está caindo aos pedaços, reformam aquela escola, levam carteiras para dentro da unidade onde tem oficina de marcenaria, reformam essas carteiras, quer dizer, têm todo esse trabalho. No dia em que essa escola fica reformada e pronta, tem festa de novo com banda, e tudo. Há aproximação entre os alunos daquela escola com eles. Recebem bilhete de agradecimento por parte das crianças pelo trabalho que eles fizeram, enfim, é comemorado aquele momento como parte do processo pedagógico o momento de comemoração porque ele teve uma atitude pró ativa, ajudou a comunidade. O que eu mais gosto lá no São Francisco é a horta, porque eles pegam a sementinha, plantam, cuidam e depois revendem, então eles vêem a sementinha crescendo, isso faz parte do processo deles ou seja, crescer junto com aquela planta. E essa horta, no começo todo

mundo tinha medo, porque dá para fugir fácil, mas ninguém foge. Nós estamos hoje, eu diria, em um momento bom na unidade de internação, nunca dá para se dizer que está perfeita. Dá para dizer que estamos em um momento bom, em um momento de tranquilidade e tudo mais. A segurança é muito pesada, é um local que a gente vive tendo que mudar, correndo atrás das coisas, usando muita criatividade lá dentro do próprio São Francisco. O São Francisco tinha uma situação horrível era um lugar feio. Eles começaram a reformar. No principio até achei aquela idéia complicada, primeiro a pintura, depois chamaram o pintor para ensinar a pintar. Para que eles saiam de lá sabendo pintar, não é só chegar lá e trabalhar o dia inteiro. E é somente esse horário, de 2 horas por dia que ele faz esse tipo de trabalho. Eles têm horário de escola de manhã, e a tarde eles têm as atividades de profissionalização. Então por duas horas eles fazem esse tipo de trabalho no máximo, as vezes uma, depende da vontade porque ninguém exige tanto assim deles, porque eles estão fazendo um trabalho extra. Eles têm um cuidado tão grande com aquilo que hoje é impressionante, se você chega lá, como foram eles que reformaram, são eles que cuidam, estão tendo o cuidado de não sujar a parede naquele local. Foi o que eu disse, as vezes a gente tem que aproveitar toda uma estrutura negativa que a gente encontra pela frente para, agindo com criatividade, acabar conseguindo com que aquele adolescente saia de lá melhor do que entrou. Por isso é que eu estou trazendo aqui essa experiência. Lá no São Francisco é muito feio só que eles acabaram, dentro desse contexto, por gostar mais, porque constroem as coisas. Eles fazem as camas onde vão dormir ,agora que eles aprenderam na marcenaria, enfim, têm a rádio que é muito bacana. Eles têm uma rádio dentro do Centro São Francisco e têm no provisório, também. Mas essa rádio não é para eles irem lá falar não. Essa rádio tem uma pessoa que ensina a mexer com todos os instrumentos. Quando ele sai da internação, ele é capaz de trabalhar numa rádio. Tudo lá se procura o enfoque da educação e da profissionalização. Lá nós não temos os meninos bonzinhos. De Curitiba deve ter uns 40, 50. Nós temos lá em torno de 100, 110, a maioria é de Foz do Iguaçu e Londrina, o que é uma dificuldade porque quando vem o PPA tem que trazer a mãe lá de Londrina para a festa e para a comemoração. Trouxe assim mais uma experiência para mostrar a vocês. A gente não tem grande coisa, a gente tem que lidar com aquilo que tem. O Centro de Socioeducação São Francisco, fica ali perto da região metropolitana, da minha Vara fica a poucos metros porque a minha Vara é quase saindo da cidade.”

Dr^a. NOELI SALETE TAVARES REBAK: “Eu lembro da unidade São Francisco, no sistema socioeducativo de internação que é a inserção dos meninos, os que estão habilitados para isso, no “adolescente aprendiz”. Os meninos saem da unidade, mesmo no regime de internação, e são colocados no mercado de trabalho. Quando

sai a semiliberdade, eventualmente a gente acaba progredindo o regime, eles já estão inseridos no mercado de trabalho.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “O adolescente aprendiz é o melhor programa que existe no Estado.” **Dr^a. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Eu tenho feito com os meninos internados. Dentro do centro os meninos, com a minha autorização em casos específicos, trabalham e voltam para a internação à noite. E está funcionando bem.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “Eu só queria fazer uma proposta pessoal, eu vou tomar a liberdade, se me permitirem, de tentar botar uma certa ordem aqui e fazer uma proposta de que a Roseli termine de fazer a exposição e depois a gente abra inscrições.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Tem a questão das famílias. Teve dois programas com famílias que deram super certo e eu acho que é válido compartilhar aqui. Um deles, toda quarta-feira uma família visita o São Francisco. Essa família chega de manhã, toma café com o adolescente e o acompanha na escola estudando, vão na cozinha e fazem almoço, a tarde inteira a família acompanha este adolescente, desde o momento em que ele acorda até o final quando ele se recolhe, depois do jantar. Com isso, fez com que as famílias ficassem mais tranquilas em relação a eles, e eles passassem, com essa visita a ter um comportamento melhor. A outra coisa são os grupos de pais, que no princípio quando foi colocado pelo diretor eu achei que não iríamos ter nenhum pai por lá. Temos entre 60 e 80 pais participando dessas escolas, pai, mãe, avó, irmão, vai todo mundo, toda a família. E cada vez que tem esse evento, é trazida uma pessoa para falar sobre um tema, sobre drogadição, enfim, as questões próprias de maior interesse dos familiares dos adolescentes são eles que propõem. Dentro disso é que se desenvolve o nosso plano que expressa o desejo de construção de um projeto de vida. Tudo isso é trabalhado com o adolescente e no momento em que ele vai participando da formação desse plano, passa algumas informações sobre vínculos, histórico familiar. Tem os compromissos firmados, aqueles que estão no Estatuto que evidentemente têm que ter no plano, porque é obrigatório e além dos gerais, os específicos. Tem alguns específicos como por exemplo, estudar a disciplina tal e tal, isso é básico, tem que ter em todos os planos. Tem os compromissos da equipe sócioeducativa também: cumprir os direitos do educando, enfim, tudo aquilo que está no Estatuto mas com a participação do adolescente. Ao final é feita toda aquela festa que eu falei no início de construção de uma nova fase, de uma nova vida. Poderia ficar falando para vocês isso umas duas, três horas, mas não dá tempo. E outra coisa, eu deixei nesse “cd” que eu copiei para todos, tem todos os termos, todas as Portarias. O que a gente estava comentando é que para que o programa não acabe, a gente faz tudo por Portaria, na Secretaria eu as vezes até ajudo a redigir. Tem todos os modelos de Portaria, tem a Portaria que criou o Conselho Disciplinar da unidade,

tem a Portaria das faltas disciplinares, Portaria de visita familiar, ata de acompanhamento. Esqueci de falar que o PPA tem varias reuniões de acompanhamento. São varias reuniões, toda semana. Nos diários tudo o que sai que é publicado, a estrutura administrativa que a gente acha que é o mínimo que tem que haver para executar um PPA adequadamente. O modelo de comunicado de saída, o modelo de execução, o modelo do termo, o modelo da escola de pais, tem tudo o que eu falei. Já passei dos meus 20 minutos. Eu trouxe o São Francisco porque, para mim é a pior unidade do estado, e para mostrar que de repente com uma certa criatividade a gente até consegue alguma coisa. Parceria é muito importante, Judiciário, Ministério Público, o pessoal da Secretaria, o pessoal da direção da unidade porque quando um não consegue alguma coisa o outro ajuda e assim a gente vai trabalhando. Lógico que o trabalho quem faz são eles, eu fiscalizo, acompanho mas o trabalho é deles, e eles têm feito um trabalho bem bacana e eu tenho que elogiá-los publicamente. Tanto que a unidade está funcionando bem. Penso que era essa a minha contribuição e o PIA de repente é uma idéia para a gente poder aqui discutir um modelo padrão, porque o Rio Grande do Sul já tem o dele e de repente vocês em cada estado já devem ter o seu PIA. Gente, muito obrigada.”

Encerradas as apresentações antes aludidas, passou-se à deliberação concernente à **Estrutura e ao Funcionamento do FONAJUV**. Com referência à questão em foco, foram feitas as seguintes colocações: **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR**: “Antes de Leoberto assumir o comando, eu como possível co-piloto responsável pelo abastecimento da aeronave queria falar que tinha o item 3 da pauta que a gente vai ter que jogar para a frente porque primeiro a gente vai elaborar um documento, um formulário. O item 3 dizia assim: “SINASE, panorama preliminar da evolução em cada estado” (formular instrumento para facilitar os colegas a se prepararem para a reunião, listando o que deve ser levantado sobre o SINASE em cada estado). A gente queria fazer um ofício circular para cada estado, ao Governo, as Secretarias de Governo, perguntando como está o SINASE, Leoberto sugeriu que se faça um documento para nos orientar de como fazer um pequeno diagnostico para a gente pontuar melhor esse ofício para os Governadores e os Secretários. Segundo, pedir a coordenação do evento que passe por e-mail todas as apresentações que foram feitas aqui, para que a gente possa, levar em papel, eu acho que todo mundo recebeu um “cd”, mas eu acho que a gente tem que ter na caixa de e-mail para poder trabalhar. Terceiro, a gente vai começar a estruturar o que se andou conversando ontem a noite, hoje no almoço, no coffe break, e a gente entendeu que por enquanto não se queria dar uma cara jurídica ao

nosso Fórum e gostaríamos de continuar trabalhando, dando essa estrutura de consulta e fazendo uma tempestade de idéias, mas Leoberto vai explicar melhor como é isso.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Só sistematizando o tempo que nós temos ainda para trabalhar. Quero justificar a minha ausência, estava trabalhando na redação do ofício que a gente deliberou ontem e eu vou apresentar à minuta à vocês. São 15 horas, nós temos um *coffe break* previsto para as 16h30, e possivelmente após o *coffe break* nós nos dissolveremos, já temos aqui definido um teto de uma hora e meia para essa rodada. Creio que ela é uma rodada importante que a gente tem demandado e ela tem feito falta, e já foi muito rico o que se conversou na quinta feira de manhã. Assim como o Humberto falou, a gente foi trocando idéias e algumas coisas foram tomando corpo nessas falas. Parece que existe um consenso no sentido de que a gente tenha uma identidade, que nós possamos afirmar uma identidade, que esse Fórum possa ter reconhecimento externo, e para isso a gente tem que ter uma cara. Talvez além de um nome. Como poderíamos conseguir isso? Talvez essa seja a nossa necessidade fundamental. Qual o modelo de organização que possibilitaria isso?. Nós sentimos ontem, e eu tive a oportunidade de ouvir com alguma insistência, o Renato muito engajado na idéia dessa formalidade. Talvez seja o ponto de vista de quem está atuando junto ao CNJ, para que a gente possa ser percebido de lá. Então que opções a gente teria? Outras percepções existem no sentido de que uma estruturação excessiva que nos levasse a ter um Estatuto ou uma personalidade jurídica, um ato registral, um CGC, poderia nos amarrar, pelo tempo que isso consumiria e por aquela questão que a Roseli apresentou muito bem, ou seja, a questão do que nos distingue, qual é o nosso espaço, qual é o espaço da ABMP, ABRAMINJ, do Fórum, do CNJ. O que eu senti como tendência é de avançar no sentido da estruturação, mas ainda há necessidade de amadurecer uma forma e a que seja compatível com os objetivos que tratamos, que tenha plasticidade, que não perca a dinâmica de trabalho dessa informalidade, e que ao mesmo tempo nos proporcione essa possibilidade de reconhecimento e exteriorização. Essa questão está em aberto. Não me pareceu que seja algo viável para se resolver em uma ou duas reuniões, ou que se possa fazer isso nessa reunião e que se possa sair daqui com esse regimento. Acho que quanto a questão de aumentar a formalidade, há consenso. O que seriam então os procedimentos antecipatórios? Uma coisa que a gente não estava cuidando é a coisa da formulação das atas dos encontros. Temos, o apoio da Secretaria e através da equipe do NASCE a degravação dos encontros e a gente tem recebido, algum tempo depois os relatórios completos. Mas, isso não é algo que possa ser anexado em um ofício para o Presidente do CNJ, para dizer que a gente existe ou para dizer que a gente deliberou isso. Talvez algo que seja

simples é que a gente passe a ter uma Secretaria, que lavre atas e que na próxima reunião a gente passe a ata para aprovação e isso vai afinando a continuidade. A Roseli está sugerindo a Silvana como relatora, porque disse que já faz esse trabalho. **Drª. SILVANA MARIA PARFIENIUK:** “Eu faço relatórios para o Tribunal de Justiça de todos os Encontros dos quais participo. Tenho feito um relatório e o encaminho. Só que o meu relatório não é tão completo. Acho que complementando com o que o NASCE faz, talvez tivéssemos um resumo bem feito de tudo o que se passou, inclusive nos encontros anteriores.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A questão que surge com isso é quem vai redigir. Nós não estamos vinculados exatamente a nada ou a ninguém. A gente tem o apoio, e a gente está vinculado sim a Secretaria, mas, a gente faz de conta que não está. A gente gostou muito, foi sempre muito bem acolhido, atendido. O que a gente propõe é que se permaneça assim como estamos agora durante este ano e o ano que vem, se for possível continuar com este apoio. A Carmen no almoço disponibilizou já essa base de Secretaria para a gente continuar pelo menos até se consolidar melhor a trajetória. Agora isto é uma questão de Secretaria operacional. Outra coisa é ter uma pessoa na Secretaria para operacionalizar as ações correlatas ao Fórum, por exemplo, para esse encontro havia sido sugerido convidar a Andréa Pachá, como lembrou a Secretaria dos Direitos Humanos. Eu redigi o ofício, e passei a minuta para a Comissão executiva e não tive o retorno. Como eu não tive retorno eu esqueci. E como esqueci ninguém mandou, logo não aconteceu o convite. Então são detalhes que precisa ter alguém para dizer, fez isso? Agora tem um outro nível de Secretaria que é uma Secretaria política, quem é que vai redigir essa ata não é a Secretaria dos Direitos Humanos, é uma Secretaria do Fórum. **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Haveria uma função de Secretaria aqui dentro, um de nós faria a função de Secretaria. Não seria assim? É como numa associação, sentar no micro e redigir.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que isso se refere à questão da estruturação interna que é uma preliminar de avanço. Ontem eu fiz uma proposta, eu pedi para passar a limpo e alguém que fez podia trazer aqui para distribuir aquela planilha que tinha as comissões, onde eu propus que nós tivéssemos uma Comissão executiva, uma Comissão científica, e uma Comissão de estruturação. Bom, dentro da Secretaria da Comissão executiva nós temos hoje três colegas: eu, Humberto e Roseli. A questão é: dentro desse grupo nós não temos especialização de funções, embora eu quando pego o microfone não deixo mais ninguém falar, eu falo demais, mas não fui deposto, eu continuo. Acho que nós podemos distribuir isso entre nós ou podemos recompor isso. Penso que é uma questão que está reaberta. Embora eu não tinha pensado nessa recomposição da Comissão Executiva porque achei que essa questão estaria resolvida e até no próprio formulário que

vocês estão recebendo, já coloquei os três nomes.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Acho que não é só essa situação. Acho que haveria os três coordenadores, e não se alteraria isso mas acrescentaria a função de relatora, de Secretaria operacional.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Penso que é importante a gente ter uma Secretaria, um dos colegas fazer essa Secretaria.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Haveria essa função, como normalmente ocorre em uma associação.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O que eu entendi é que a Silvana topou.” **Drª. SILVANA MARIA PARFIENIUK:** “O que eu disse foi que eu tenho feito os relatórios para o meu Tribunal, mas precisa crescer, se for o caso.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Demonstrada a organização dela acho que não tem nem o que discutir.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Ela já sabe até fazer a ata.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “A gente não tem nenhum relator então o que se tem já é demais.” **Drª. Silvana Maria Parfieniuk:** “Eu tenho esses relatórios e já sou secretária na Associação dos Magistrados do meu Estado, então, posso ser aqui também.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Acho que já descobrimos sua vocação.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Alguém tem algo contra a indicação do nome dela?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A nossa Comissão executiva passa a ter quatro membros. Eu coloquei aqui, Comissão executiva, organização dos encontros, a mobilização, a representação, a comunicação, a integração que seria entre os demais setores, e não sei se tem alguma sugestão além da questão do nome da Secretaria. Bom então, incluímos a Silvana Parfieniuk, como secretária. Agora no caso nós temos uma Comissão triunvirato e mais uma Secretaria, eu só queria que a gente deixasse bem claro, porque com o tempo as funções tendem a se especializar.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “A gente poderia pensar também quanto tempo essa Comissão executiva vai permanecer a mesma.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Mas nessa folha já está assim, Comissão de estruturação: objetivos, Estatuto, regimento e isso daí já pode ver a questão da permanência, a questão de troca, como é que vai ficar, o tempo, qual o papel de cada um, eu acho que dentro dessa Comissão de estruturação a gente já pode trabalhar isso para o próximo evento.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que o momento que terminar o processo de transição, que se estruturar digamos assim, aí a gente define.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Essa Comissão executiva fica enquanto está nessa transição.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “A Comissão de estruturação iria pensar isso.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu penso que se entenderem que o grupo que tiver na Comissão executiva está satisfazendo, está atendendo as necessidades do grupo, pode continuar.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Isso é um segundo passo, a questão do prazo. A gente se estrutura.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: "O que eu imaginei, agora ao meio dia a gente aventou digamos assim, de viva voz com a Carmen, ela não me disse que sim mas também não disse que não, pelo menos eu não vi ela dizer que sim, que ao longo de 2010 a gente estaria tendo esse tipo de apoio para a continuidade, mas pelo grau de relevância dos resultados, do que a gente está produzindo, eu acho que aqui o Fórum se afirma pela sua produção, eu acho que a gente vai continuar tendo esse apoio. Então até ontem eu pensava que a gente tinha uma tarefa transitória esse ano, que é o quanto eu disse para vocês, como prático eu me proponho até o fim do ano eu estou aqui a serviço, depois a gente pensa. Se a Comissão de estruturação conseguir chegar a novembro, depois a gente vai marcar as próximas datas, chegar até a reunião do fim do ano e já está com o regulamento pronto, a gente rediscute essa questão da coordenação executiva. Seria um teto razoável a gente definir dois Encontros para fechar a estruturação?" **Drª. NOELI SALETE**

TAVARES REBAK: "Talvez como sugestão, essa questão da estruturação até a próxima reunião traríamos uma proposta e haveria a aprovação, como sugestão de trabalho dessa Comissão. Nós temos só duas reuniões, na próxima traria a proposta e discutiríamos isso até a ultima reunião deste ano." **Drª. VERA DEBONI:**

"Eu só queria fazer uma ponderação. Quando eu vejo aqui que a Comissão de estruturação teria algumas tarefas, objetivos, Estatuto, regimentos, articulação com os Tribunais de Justiça, planejamento de longo prazo, eu acho que como nós temos pensado para até o final do ano mais dois encontros, que talvez não fosse uma demanda tão emergencial nós pensarmos em Estatuto, em regulamentações, mas pensarmos efetivamente em um planejamento de longo prazo porque eu acho que passa necessariamente pelas tarefas que nós vamos fazer para a manutenção da existência do grupo. Acho que a Comissão de estruturação que vier a ser montada pode trocar através de e-mails com o grupo todo, a questão da discussão do Estatuto, de regimento interno. Acho que essa questão da organização formal, ela é de menor importância do que nós nos darmos efetivamente um planejamento que possa garantir a continuidade do grupo e que tenha efetividade nas outras tarefas que a gente venha a ter que desenvolver." **Drª. MARIA ROSELI**

GUIESSMANN: "Poderíamos começar hoje a discutir os objetivos." **Dr. LEOBERTO**

BRANCHER: "Pela ordem acho que a gente tem que definir essa proposta de estruturação preliminar, para depois, o tempo que sobrar a gente entrar no mérito." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "A Comissão de estruturação?" **Dr.**

LEOBERTO BRANCHER: "Sim, essa é uma proposta não é uma decisão, isso não foi decidido, estamos em discussão. Aprovado isso a gente entra, tendo tempo, na discussão." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Nós estamos discutindo se

forma ou não essa Comissão." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Se forma e quem

compõe, e quais as funções da Comissão. Se querem excluir ou se querem incluir coisas.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Eu acho que seria interessante realmente formar essa Comissão. Então a gente começa em cima disso, e com os objetivos, o Estatuto. Uma coisa que a gente tem que pensar também diz respeito aos parceiros, ABM, ABMP, ABRAMINJ. É uma das coisas que a gente tem de verificar, até porque está na pauta dessa reunião, eles estão enquanto parceiros. Então esses parceiros dentro dessa nossa estruturação, qual será o papel deles? Terão direito a voz e voto, como seria essa parceria? São coisas que eu estou colocando aqui, até porque isso já foi conversado nas rodinhas e então a gente tem que começar a ver isso, então já temos que começar a ver essa questão da estruturação e isso tem que ser pensado pelo grupo como um todo.”

Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN: “Eu só ia lembrar que na primeira ou segunda reunião, nós deliberamos que convidaríamos para participar as associações. Essa foi uma deliberação que nós fizemos e é uma deliberação hoje, que a gente pode avaliar de que forma vai ser feito, esse convite.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:**

“Exatamente, e está na pauta sobre o papel dos parceiros?” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:**

“Só para lembrar que partiu de nós o convite.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:**

“O que eu queria lembrar é que eu ontem pensei isso em voz alta, escrevi e passei adiante, mas não parei para pensar de novo. Pelo fato de estarem escritas não obrigatoriamente essas nossas entidades têm que integrar a Comissão de estruturação. A gente tem que decidir se isso é conveniente ou não. De repente aparece no papel, parece que está decidido, acho que é uma preliminar. Há acordo de que isso tem que ser assim? Não quanto a participação no Fórum, mas a participação na Comissão de estruturação. Essa é uma questão que precisa estar em aberto, em que não queria que fosse dado por decidido.” **Dr. DANILO BURIN:**

“Vendo aqui justamente essa estruturação ,eu penso da seguinte forma: não adianta a gente querer fazer um regimento interno, um Estatuto. Nós temos que fazer uma regra mínima, e só. Porque se nós vamos fazer um Estatuto, um regimento, nós vamos passar as outras duas reuniões discutindo isso, então nós temos que fazer é uma regra mínima. E aqui eu acho que todo mundo é cabeça suficiente para entender o que é uma regra mínima, para obedecer. Uma outra coisa também, nessa Comissão de estruturação. Parece que está havendo aqui quase que uma interferência, AMB, ABMP e ABRAMINJ. Eu estou aqui desde o início, e simplesmente se pensou em entrar embaixo do guarda chuva de uma dessas entidades. Se resolveu que nós não estaríamos em baixo de nenhum desses guarda chuvas. Isso seria um Fórum permanente de discussão, praticamente vamos dizer, independente. Então penso que na Comissão de estruturação colocar representantes das entidades, eu não concordaria não. Por

causa desse motivo.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Todos concordam?”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Vamos colocar em destaque a composição da Comissão.” **Drª. VERA DEBONI:** “Da forma como está proposto aqui no papel pode parecer que seriam os representantes da AMB, ABMP, e ABRAMINJ, só eles.”

Dr. DANILO BURIN: “O que eu entendi é que seriam eles.” **Drª. VERA DEBONI:** “Não. Ontem quando nós estávamos fazendo as falas, nós estávamos rascunhando e pensando, nos três representantes das três associações que estão aqui, mais três representantes da composição do Fórum, para que a gente tivesse seis membros nessa Comissão.” **Dr. DANILO BURIN:** “Mas, assim mesmo eu acho que é um pouquinho. Se nós decidirmos uma coisa no início do Fórum, eu acho que agora nós estamos entrando justamente embaixo das asas dos três.” **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** “Eu até não vejo exatamente entrando embaixo da asa, se avaliarmos a idéia, que a ABMP quando vem ao Fórum, AMB também, estivessem participando como convidados e apoio, em todos os temas e não compondo uma Comissão, qualquer uma delas. Só nesse sentido, as três associações participariam, ou qualquer uma outra que eventualmente um dia a gente delibere, mas de uma maneira total, sempre como apoio.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “É só um esclarecimento do porquê eu incluí. Porque ontem quando se tratou disso, ainda superficialmente, a Roseli exatamente havia apontado que no FONAJE não tinha entidade, que aqui a gente tinha várias. Então uma das questões é definir o foco do Fórum na interação com as entidades. Por isso é que eu tinha imaginado que elas estariam aqui. Só para explicar, porque o que elas fazem e qual a relação deste Fórum com elas, também poderia ser discutido no campo da Comissão de estruturação, foi por isso que eu sugeri.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Foi o meu ponto de vista, porque a gente estava vendo qual seria o papel dessas associações, qual seria o papel delas dentro do nosso Fórum. E aí é que está, como o Danilo colocou, porque a gente aceitou e votamos nelas como convidados. Mas como convidados, qual seria o papel delas como parceiros? Vai ser dentro dessa Comissão de estruturação que vai ser visto isso.? Então eu concordo quando o colega coloca que seria interessante, aqui dentro desse Fórum, escolher os membros do Fórum. Até porque eu estava vendo aqui, eu sou associada as três.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “Minha gente deixa eu esclarecer para vocês a conversa que eu tive com a nossa chefe.” **Dr. MAURICIO PORFÍRIO ROSA:** “Me permita uma intervenção preliminar. Eu só queria dizer o seguinte, nós estamos perdendo muito tempo com isso. Já é uma questão mais ou menos decidida. O Fórum tem que ter uma outra estrutura, e não essa.” **Dr. HUMBERTO COSTA V. JUNIOR:** “E é por isso que eu quero fazer uma amarração. Esse espaço é o espaço que todos nós sonhávamos em conquistar. Segundo ponto, este espaço

é um espaço que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos também sonhava em conquistar, ela queria ouvir os Juizes e nós queríamos ser ouvidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. É o primeiro exercício onde o poder Judiciário de forma quase informal senta numa mesa redonda, e discute abertamente as suas ansiedades. Todos nós ganhamos com isso. Quando a gente conversou com a Doutora Carmen sobre a perenização dessa tarefa, é porque o grande sonho nosso é fazer a partir do próximo Encontro, uma tempestade de idéias do que está dando certo no meu estado e do que está dando errado para que a gente pudesse afinar o discurso. Para isso como a instância é de consulta e de conversa e de pensar a representação das três entidades que estão já conosco, me parece ser muito interessante. Para contribuir com esse ponto de amarração entre Executivo e Judiciário, e daqui a gente informalmente já tomou diversas deliberações, já construiu parcerias, já está colocando a cara no mundo, não se deve perder tempo, como disse Mauricio, com essa formalidade e começar já a partir da próxima pauta a fazer, ou rabiscar um regimento para poder trabalhar. São 20 anos de Estatuto, são associações criadas, entidades criadas não só na área da infância, mas na área jurídica, e de efetivo a gente não tem muita coisa. Essa é uma oportunidade abençoada da gente colocar aqui idéias como Leoberto colocou, como Roseli colocou, que nós vamos começar a levar para os nossos estados e com o apoio do Executivo nacional. As idéias que foram trazidas aqui já estão sendo apoiadas em nível de implementação, pelo poder Executivo. Então, vamos ver se a gente pula essa parte e faz o regimento, pula, mais deixa amarrado e não perde tempo com isso.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Desculpe, eu acho que existe uma dúvida que foi levantada pelo Decano e por outros colegas aqui, uma dúvida não, uma questão a ser decidida que é: esta Comissão de estruturação será composta por três membros do Fórum tão somente ou por três membros mais as associações? Eu acho que é isso que tem que ser votado.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que esse é o ponto que enroscou e “data venia” Humberto, eu acho que quando a sentença não enfrenta os tópicos controvertidos, ela está sujeita a nulidade. Então a gente tem que vencer o ponto controvertido, não dá para passar adiante. Está bem posicionado. Eu compreendo até que se estranhe, e pensando novamente, me pergunto porque, a gente pode vir a ficar com a cara das associações?” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Todos nós já somos representados por elas, nós fomos ou fazemos parte delas.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu sei, eu vejo os dois lados disso.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Vocês acham que é o caso de votar?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Se é o caso de votar, vamos votar. Alguém quer defender ainda alguma posição?. Você propôs que as associações não estivessem na Comissão.

Então agora existe a proposta de ficarem ou não? Alguém quer defender que fiquem?" **Dr. DANILO BURIN:** "Deixa eu defender. A situação é a seguinte: se AMB, ABMP, ABRAMINJ, como membros específicos, eles são nossos participantes como qualquer um outro, porque todo mundo é associado a todo mundo." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Data venia" não, me desculpe, eu vou esclarecer. Eu estou representado o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Se não tiver convite Danilo, você está representando o Mato Grosso do Sul?" **Dr. DANILO BURIN:** "Eu quero dizer só isso, eles foram convidados a participarem." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Então é preciso a gente se entender." **Dr. DANILO BURIN:** "Eu sou representante também de tanta coisa! Nós formamos esse Fórum e você levantou a discussão inclusive sobre a asa de quem nós vamos ficar. E se chegou a conclusão de que nós seríamos, vamos dizer independentes. Todo mundo participa, mas vamos dizer, independente de qualquer uma das associações. Agora todas participam. A discussão se nós vamos botar especificamente, representantes disso, daquilo, da ABRAMINJ, da ABMP, da AMB." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Eu não consegui entendê-lo." **Dr. DANILO BURIN:** "Todos são participantes iguais, apenas que não fique constando em uma das comissões, por exemplo, os representantes das associações." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Danilo, a questão é controversa é se a Comissão de estruturação terá representantes das associações ou não." **Dr. DANILO BURIN:** "Isso particularmente eu acho que não." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "É só isso." **Drª. VERA DEBONI:** "Gostaria de tentar e obviamente com todo respeito voltar ao posicionamento do Danilo. Aliás, eu preciso contar para vocês que ontem à noite eu descobri que o Danilo foi colega de aula do meu pai e da minha mãe. Então o nosso carinho é de muitos anos. Danilo, deixa eu ver se eu consigo ser clara, as vezes eu me atrapalho nisso. Quando nós conversávamos ontem sobre a Comissão de estruturação e a idéia de que tivesse a representação da AMB, da ABMP, e da ABRAMINJ, isso parecia que não haveria dificuldade. Porque eu pensei isso? Nós enfrentamos, nós já enfrentamos dificuldades na área da infância e da juventude com relação a criação das associações. ABMP e ABRAMINJ já foram "inimigas" e hoje são parceiras. A AMB tem hoje um departamento com o nome de departamento da infância e juventude, que é chefiado pelo Chico. Se nós criarmos uma outra estrutura que não tenha integração, com esses três parceiros, nós podemos passar a ser vistos, nós de um lado e vocês Fórum, porque eu estou aqui na condição de representante da ABMP, eu não integro o Fórum, quem integra o Fórum em nome do Rio Grande do Sul é o Leoberto. Eu venho porque a ABMP está integrando o Fórum até o presente momento. Na medida em que nós não tivermos a representação dessas três associações, e essas três associações vierem a ser só convidadas ou não constarem

como membros efetivos do Fórum, nós podemos e eu não estou querendo prever o futuro negro de coisa nenhuma, mas nós podemos passar a ter alguns ruídos de comunicação num espaço que eu acho que está de uma riqueza imensa. Porque pela primeira vez nós estamos tendo um lugar muito parecido com o lugar que o Ministério Público já criou há muitos anos que é o FONCAGE aonde eles conseguem reunir os centros de apoio, ter uma estrutura de funcionamento, embora também, não tenham CNPJ, CGC, Fundo de garantia nem coisa nenhuma. Eles não tem personalidade jurídica, mas eles tem um espaço de convivência.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Vera, eu vou intervir no seguinte sentido, pelo que eu entendi a proposta dele não é de excluir as associações.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Não é, é só a questão da estruturação.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Mas é que as associações não tenham posição de comando dentro desse grupo, porque esse grupo pretende ser um grupo científico e um grupo que estude direito. Então é essa a questão.” **Drª. VERA DEBONI:** “Eu não estou pensando em posições de comando, em hipótese alguma.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Nós queremos as associações presentes. Mas é essa a proposta do colega, o que eu entendi é que ele quer que se continue a contar com essa presença.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “Eu vou dizer o que penso. Ao invés de botar as três juntas, porque não põe uma em cada Comissão, como membro permanente.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que vai bagunçar. Como se justificar em cada Comissão ter uma pessoa de cada associação.” **Dra. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** “Eu sugeri no intervalo do almoço a Roseli, justamente a confecção de atas pela falta de memória desse nosso Fórum, eu sugeri isso e ela já passou adiante. E eu trago justamente essa falta de memória porque eu acho que todos que estavam presentes no Encontro passado devem se recordar daquele incidente ao final do Encontro, onde naquela situação desagradável que acabou sobrando para mim que não tinha nada a ver com a história, se firmou que esse Fórum seria um Fórum de Juizes da Justiça Juvenil e que não teria essa participação, diretoria executiva de ninguém no Fórum. E devido a falta dessa memória esteja refletido aqui agora.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Eu quero dizer que eu concordo inteiramente com o que a Vera colocou.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Todos concordam.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu fiz a proposta e eu retiro a proposta, porque eu acho que ela vai nos consumir um tempo precioso. Se eu tiver o direito de retirar a proposta, eu retiro.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Eu acho importante a participação da ABMP, AMB, e ABRAMINJ, inclusive na Comissão de estruturação.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Vamos votar. A palavra está com a ABRAMINJ e daí a gente fecha.” **Dr. JOENILDO SOUSA CHAVES:** “Só para dizer que eu concordo com a colega da AMBP, de que este

Fórum é um Fórum independente e sendo independente naturalmente não terá comando a não ser da Comissão. Acho que as entidades devem integrá-lo, temos que buscar uma forma. Aqui eu vejo na Comissão de estruturação uma articulação com os Tribunais de Justiça. As entidades naturalmente serão porta voz dessas reivindicações dessas decisões do Fórum, junto as instâncias superiores, Tribunais, CNJ, Supremo, seja lá o que for, Governos dos Estados, Órgão Federal, o que for. Eu acho que elas têm que integrar seja lá de que forma, agora o comando, claro que tem que ser desse Fórum. Independente e deve ser de uma Comissão legalmente constituída.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Será que eu que não entendi? Porque eu entendi que era ponto pacífico que nós queremos, e ninguém falou o contrario, sobre a participação das associações. Eu estou certa, ninguém questionou isso. Ou seja, o que a Vera falou, que você concorda com a Vera e todo mundo aqui concorda, que as associações permaneçam no Fórum, lógico.” **Dr^a. VERA DEBONI:** “A minha proposta de defesa foi essa. Eu defendi a permanência das associações na Comissão de estruturação. E me parece que é isso que o Daniel concorda que é a permanência das três associações na Comissão de estruturação, com obviamente, três ou quatro membros que componham o Fórum na representação de cada um dos Tribunais. Essa é a minha proposta, e que obviamente, e me parece que o Danilo tem uma proposta contrária, de que as três associações não componham a Comissão de estruturação, mas que fiquem no Fórum.” **Dr. DANILO BURIN:** “Podem ser os seis membros sem problema nenhum, mas não com esse nome específico. É só isso que eu quero dizer.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “O ponto controvertido, no momento é: automaticamente terão assento na Comissão de estruturação as associações? Sim, levante a mão, não, permaneça como está. Sim permanecem as associações. Vamos fazer assim, o Danilo foi contra, a Vera sustentou. Quem vota com a Vera, quem vota com o Danilo, dá para entender melhor assim? Não. É assim, na composição da Comissão de estruturação, teremos um assento automático reconhecido às associações? Sim, levanta a mão, não, abaixa a mão. Então vamos votar de novo, quem concorda com as associações compondo automaticamente a Comissão de estruturação, levanta a mão. Tem alguém com dúvida do que está sendo votado? Em nenhum momento foi questionada a presença das associações no Fórum, isso não está em discussão. Nenhum momento se questionou a participação das associações no Fórum, a única questão é se as associações participam da Comissão de estruturação, sim ou não. Quem vota sim, novamente pela ultima vez levanta a mão. Resultado da votação: sete a favor das associações dentro da Comissão de estruturação. Agora vamos ver quem vota para que as associações não componham a Comissão. Só quero conferir quem vota pela Comissão ser composta

apenas por 3 membros do Fórum, exclusivamente por membros do Fórum: 11. Então a Comissão executiva não precisa votar porque nós somos três votos. Essa questão está vencida e nós temos que definir agora os três nomes para compor a Comissão de estruturação. Voluntários. Eu observei assim algumas inclinações. Alguém quer sugerir.” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “A Graciete e a Vânia.” **Drª. VERA DEBONI:** “Se vocês me permitem eu fui anotando no primeiro dia as falas de cada um quando foi feita a primeira rodada e deduzi das falas quem tinha uma fala de preocupação com o caráter pedagógico, científico, de desenvolvimento de temas e quem me chamou atenção, foram o Élio, o Daniel e o Dantas e me pareceu que nós poderíamos deixar dentro dessa Comissão. Os que tinham essa idéia de fazer uma estruturação, a Graciete também e o Renato. São cinco nomes que eu consegui separar que falaram da idéia de estruturação. Mas são os nomes que eu consegui anotar. Pode ser uma chapa de ponto de partida. Eu estou jogando cinco nomes que me chamaram atenção.” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “A Vera já deu a sugestão das duas, tanto a Comissão de estruturação como a científica.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Quais são os nomes que eu perdi.” **Drª. VERA DEBONI:** “Dantas, a Graciete, o Renato, o Helio e o Daniel. São os cinco nomes que me chamaram atenção nas falas que eu fui anotando, pela forma como vinham se colocando.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Como ninguém se voluntariou, os indicados gostariam de se posicionar?” **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** “Na Comissão de estruturação eu posso ficar. Desde que meu nome seja aprovado.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Eu realmente tenho interesse em estruturar, criar uma cara como pessoa jurídica, não no sentido de ser uma associação que tem de tudo. Eu pensei até em participar mas eu estou concluindo agora a dissertação de mestrado, e eu não posso desviar o foco. Então eu peço para não ser incluído. Me inclua fora, mas eu gostaria de participar no futuro. Eu entrego a dissertação no período da próxima reunião, vai ficar muito apertado. Em agosto /setembro. Depois de outubro eu posso.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Queria anotar com relação ao Élio. O Élio ao sair daqui se despediu e justificou que ele teve que programar a viagem antes e se voluntariou a ocupar alguma função e eu perguntei se o voluntariado dele era para a científica, que me pareceu que era a cara dele e ele disse que sim.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Eu agradeço a lembrança, mas também vou pedir para me incluir fora. Também não tenho disponibilidade nesse momento de assumir.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Até agora a Graciete ficou na Comissão de estruturação e o Elio na Comissão científica. Dantas, quem sabe você não gostaria de fazer isso ao longo do tempo?” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Ao longo do tempo sim.” **Drª. ODETE DA SILVA CARVALHO:** “Porque não fica o Marcius na científica?” **Drª. MARIA**

ROSELI GUIESSMANN: "Luis Cláudio, na Comissão de estruturação." **Dr. LUIS CLÁUDIO CABRAL CHAVES:** "Tudo bem, então, eu aceito se for da vontade de todos, eu aceito." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Qual é a Comissão?" **Dr. LUIS CLÁUDIO CABRAL CHAVES:** "Estruturação." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Nós temos dois nomes em cada uma, até agora. Luis Cláudio e Graciete na estruturação. O Dantas então fica em moratória. Agora eu queria levantar uma questão." **Dr. LUIS CLÁUDIO CABRAL CHAVES:** "Leoberto, eu queria lançar aqui o Mauricio, ele foi fundamental no início disso tudo. Ele está caladinho aqui. Eu até acho que ele seria melhor do que eu nessa Comissão de estruturação, eu aceito participar não vou abnegar." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Mas ele não veio e nem se prontificou, então é difícil a gente votar. Uma coisa é o Elio que veio e disse eu topo se quiserem me designar. eu acho que se a gente não tem voluntários a gente não deveria compor a Comissão, sinceramente porque isso dá trabalho, entrar nesse negocio, eu vou ser bem sincero para vocês, coordenar isso aqui não é fácil. Os e-mails que a gente manda e depois não tem retorno, a gente acha que ninguém está dando bola, só na hora em que a gente se reencontra é que se tem um retorno. É muito desestimulante você compor uma Comissão se você não estava afim, se você não se identifica com a proposta, se você não está mobilizado. Eu preferiria propor então que a gente deixasse essas comissões em "stand by", até que amadurecêssemos a compreensão da necessidade dela, porque empurrar pessoas para dentro de comissões eu acho que não é uma política adequada para compor um grupo de trabalho e que realmente possa ter resultado. Eu levanto essa questão de ordem: se não estamos com um grupo fechado, maduro, a gente suspende isso e retomamos isso, em agosto." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Vocês querem ou não querem? Graciete, você quer participar, "está empenhada ou só está sendo empurrada?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "A Graciete se voluntariou." **Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO:** "Eu lancei minha candidatura." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Não tenha complexo de comarca do interior, de andar de barco. Você é o representante do primeiro grau da comarca inicial Luís Cláudio." **Dr. FRANCISCO JAIME M. NETO:** "Meu caro Leoberto, a Comissão científica já está composta?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Nós temos o Élio e o Dantas, na Comissão científica, perdão, e o Marcius. Compusemos com três, mas três é um número arbitrário o que vocês acham." **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** "Pode ter mais também." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Tem mais alguém interessado, podemos acolher mais alguém?" **Dr. FRANCISCO JAIME M. NETO:** "Eu me ofereço em holocausto." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Ainda falta um nome para a Comissão de estruturação." **Drª. NOELI SALETE TAVARES REBAK:** "Eu gostaria de colocar uma situação. Eu estou

participando como visitante e até o meu pedido. A minha proposta é para que todos avaliem a possibilidade de eu está participando realmente como membro efetivo do Fórum. Não pude falar com o Leoberto, não houve tempo, mas já falei com o Humberto e com a Roseli, que é minha colega e companheira. Não que eu participasse da Comissão, mas eu até gostaria de colocar isso para que vocês avaliassem e a situação é essa. Eu tenho um conhecimento até maior nessa área de Estatuto, objetivos, dessa parte que é mais ligada a essa Comissão de estruturação. Já fiz inúmeros Estatutos, não me lembro quantos. E de uma maneira bastante objetiva eu posso apoiar de alguma forma. Se eventualmente posso mandar todo esse material, já fiz dois, três, já criei inúmeras instituições, simples e também aquelas mais complicadas. Então eu me coloco à disposição para estar apoiando, mas gostaria de deixar isso para que o Fórum avaliasse a possibilidade de eu estar participando como membro realmente do Fórum.” **Drª. GRACIETE**

SOTTO MAYOR RIBEIRO: “Só para complementar, já que nos três já vamos fazer isso daí. Os colegas que tiverem sugestão com relação a objetivos, encaminhe para a gente via e-mail porque quanto mais pessoas do grupo nós ouvirmos, vai ser mais fácil para a gente apresentar um trabalho com a identidade de vocês, com a nossa identidade, com a nossa cara. Então quanto mais sugestões vocês derem, melhor para a gente.” **Dr. JOSÉ ANTONIO BARRETTO:** “Queria colocar uma

coisa, só porque o que a Noeli falou agora me assustou. Confesso que me assustou pelo o seguinte. Até onde eu saiba, embora eu tenha vindo como indicado do Tribunal de Justiça de Rondônia e todos aqui tem de alguma forma, ou a maioria, indicado por algum Tribunal, primeiro não é um grupo fechado, segundo, quanto mais gente andar melhor para nós. Terceiro, porque eu tento desde o primeiro encontro e vou fazê-lo agora para o outro Encontro e para a minha Presidente, eu tento trazer uns dois, três substitutos, a Secretaria não vai pagar, mas, o Tribunal pode arcar com isso. Então não me parece que só pelo fato de eu ter assinado uma ata de criação isso dê qualquer direito de permanência de cadeira, de assento, sem que se possa trazer aqui quantos colegas quiserem participar e colocar, se este é um grupo constitutivo. Se vai ter estrutura, se vai ter isso que ela falou, me parece que só enriquece.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu queria organizar o andamento

da conversa, pelo seguinte. Nós estávamos compondo a Comissão e a colega se voluntariou mas levantou a preliminar de admissibilidade que é pela condição dela., e eu penso que a questão é relevante, ela diz respeito a estruturação do Fórum. A decisão a respeito vai dirigir um destino completamente diverso se for uma ou se for outra a decisão, se a gente abrir isso de uma maneira que é um Fórum de comparecimento espontâneo, de interessados nós vamos ter outra configuração. E se nós tivermos isso, não colocando em discussão, porque eu acho que essa

decisão tem que ser tomada a partir do processo de estruturação. E nesse sentido eu acho que é uma responsabilidade muito importante que a gente tem que tomar. Eu penso, nós temos lá no Rio Grande do Sul, 20 colegas para trazer e aí? São Paulo tem uma coordenadoria com 11 ao que me consta, será que viriam? Eu acho que são questões que vão surgir na estruturação. A gente pode criar espaços e momentos diferentes dentro do funcionamento do Fórum, tudo isso deve ser pensado e adaptado porque também, a Noeli tem 7 anos de experiência especializada, ela tem unidade de internação. Tem critérios que podem gerar espaços diferentes, mas essa é uma questão para a qual nós estamos propondo a estruturação. Vamos adiante. A Comissão de estruturação ficou então com Graciete, Luis Cláudio, perdão o nome do colega do Ceará, Francisco Jaime. E a científica fica Marcius, Elio e Dantas. Então vamos passar a frente. Vamos repetir: a Comissão executiva permanece com os três originais acrescida da Doutora Silvana Parfieniuk do Tocantins. A Comissão de estruturação não vai ser composta pelas associações, mas por três colegas: Graciete, Luis Cláudio e Francisco, Roraima, Amazonas e Ceará. A Comissão científica, Marcius do Rio de Janeiro, Elio, Pernambuco e Dantas do Rio Grande do Norte. Então fechamos essa parte. Onde é que nós estamos agora, o que temos que fazer. Eu queria levantar uma questão prática, todo mundo tem recebido os e-mails? Vocês recebem os convites para o Fórum por telefone, como chega a vocês o convite para o Fórum? Os e-mails que são remetidos diretamente aos seus endereços chegam. Quem não recebe a lista?"

Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN: "Eu não recebo e nem mando mensagem pela lista Já mandei três vezes mensagem e até hoje nada. Então, eu acho que se teria de criar um novo instrumento." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "A Lucia pediu a palavra. É que na última conversa do dia 06/05 nosso amigo Humberto, que é nosso diretor do departamento tecnológico e outros anexos, prometeu, se comprometeu, jurou, garantiu que ele não ia para Pernambuco, ia telefonar dali mesmo, para a sua assessoria que criaria uma lista no yahoo." **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** "Nós tínhamos uma decisão lá de trás de que quem hospedaria vocês estou trazendo o começo da história com o entendimento de que a AMB daria um possível apoio de secretaria. Então, os e-mails ficaram hospedados com a AMB e ontem a gente pediu para o Dr. Francisco para a gente atualizar e a Suzana fez o contato com o técnico responsável para isso ser tratado essa semana. Agora tendo em vista que ninguém quer ir embora da SEDH, nós também temos como organizar um grupo de e-mail, a partir da própria Secretaria que a gente também pode ir atualizando. Mas de qualquer forma a decisão anterior que foi com a AMB, já estamos em entendimento para conseguir essa lista que os senhores hoje validaram. Na segunda feira a Suzana vai entrar em contato com

eles para a gente atualizar. Agora pede-se que qualquer mudança de endereço que os senhores se encarreguem de nos informar. Não receberam e-mail ou estão com alguma dúvida, acionem a gente para que a gente procure ver qual é o problema que está acontecendo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Com essa manifestação, eu penso que duas coisas estão levantadas: primeiro que o Humberto fica dispensado de fazer a tarefa que não fez. Eu gosto muito da alegria, mas na hora que a gente tem que carregar o fardo a gente tem que carregar. Depois reclama dos gaúchos que ficam usando o microfone. Fica decidido e podemos aprovar a idéia de sair da AMB e ir para a Secretaria com a lista, que afinal agora ficou referendado também de que nós ficaremos na Secretaria. A Secretaria fará a secretaria. Vamos definir uma coordenação para cada Comissão. Acho importante definir a quem se dirigir. Eu vi aqui que a Graciete foi a primeira voluntária da Comissão de estruturação, poderia então já aceitar? E com relação a Comissão científica, o Elio não está e o Dantas disse que só chega em agosto e o Marcius se voluntariou. Posso seguir essa lógica? Então fica definido, como coordenação da Comissão executiva ficou, como já como estava na Comissão de estruturação, a coordenação é da Graciete, na coordenação da Comissão científica é do Marcius. Se alguém discordar grite.” **Dr^a. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Para a gente ir amarrando para não ter que voltar depois, eu queria também combinar, agora que já estão definidos os coordenadores alguns modos de nós operarmos para que a gente se sinta autorizado ou credenciado a tomar determinados atos. Eu pergunto se quando eu receber uma comunicação de um dos coordenadores da Comissão, com alguma solicitação, alguma orientação, eu entendo que isto já foi deliberado na Comissão? Se o coordenador aciona a Secretaria, eu posso entender com isto que já está pactuado?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Acho que você já está falando concretamente da situação que a Roseli indicou a colega e a gente não teve uma previa da Comissão para validar isso. E a Secretaria deu por validado porque veio de um membro da Comissão, então acho que é uma questão que é relevante, como é que ficou decidido?. Eu acho que seria importante que cada Comissão tivesse internamente uma discussão previa de suas sugestões e que talvez essa comunicação fosse posta sempre pelo coordenador da Comissão.” **Dr^a. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Só para esclarecer, eu perguntei da viabilidade, ou da possibilidade, eu não pedi que fosse inscrito, eu consultei sobre a possibilidade. E eu nem soube do resultado. Eu não dei uma ordem, não foi uma determinação.” **Dr^a. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Eu estou querendo combinar um modo de operação.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Estão interpretando mal. A presença foi muito bem vinda, nos enriqueceu, nos alegrou, nos embelezou, foi um achado ocasional.” **Dr^a. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Não estou

tratando disso não. Deixa eu justificar bem do que se trata: a gente faz esse trabalho com a maior alegria com o maior prazer até porque é uma interlocução que nós valorizamos muito, fechamos a nossa agenda em relação ao Fórum. Só que no cotidiano, na Secretaria, nós somos 4 técnicos apenas, para o Brasil inteiro, e o nível de assuntos e de demanda é muito grande, e é só para a gente ter uma operacionalização mais ágil, a gente ter a referência assim, um e-mail do dr. Leoberto quando chegar com uma solicitação, significa que já houve um entendimento do Fórum, um e-mail da Graciete com alguma demanda, com algum suporte aqui na área dela, e a mesma coisa com o Marcius. Se o Marcius nos faz uma solicitação é nesse sentido só para a gente ter uma agilidade operacional porque as vezes eu fico a semana inteira esperando que outros membros se manifestem, e não se manifestam e a gente faz outro e-mail pergunto se está todo mundo de acordo, e a gente fica inseguro do que está pactuado ou não. É apenas nesse sentido operacional.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Dessa forma eu acho que resolve para vocês e para nós também. Porque essa coisa de e-mail gera muito volume,. As vezes eu abro ao meio dia o negocio e limpo, e quando eu vou abrir de tarde tem 40, então se na gente tiver compartilhando tudo com todos, realmente pode dar um trafego muito grande e a gente não ter tempo de ficar ali cuidando do assunto. Eu queria propor duas coisas para racionalizar esse tráfego de e-mails, essa questão de como se comunicar com a Secretaria. Facilita porque senão quem vai estar se comunicando sempre vai estar mandando cópia para todo mundo, então a gente fecha o circuito ali, e eu gostaria de ter conhecimento daquilo que vem sendo conduzido nas demais comissões. Eu proporia uma espécie de Comissão secundária, que seria uma Comissão de integração, composta pelos coordenadores de comissões. Então fica definido uma Comissão de integração com a coordenação de estruturação e a coordenação científica e a coordenação executiva. Esse é o primeiro item, o segundo item, só para completar, é que a gente precisa definir um prazo hábil de manifestação, de retorno para comunicações, por Internet. Porque eu sou muito obsessivo e enquanto um assunto fica pendente para mim, ele me incomoda. Então se eu mandei a mensagem e não veio retorno hoje, eu preciso estar autorizado para dar o próximo passo porque senão aquilo fica me incomodando, então quando que eu vou estar autorizado? Acho que isso vale para todo mundo que estiver em coordenação. Eu gostaria de propor que a gente tivesse: situação tal, espero resposta em 24 horas, ou situação tal, espero resposta em 72 horas para que o colega se sinta livre para dar o próximo passo, sem depois ser surpreendido por uma posição de não tive tempo de responder, antes. Vamos combinar, porque a gente pode avaliar caso a caso qual a premência, aguardo retorno em 3 dias, aguardo retorno em um dia.” **Dr. DANILO BURIN:** “Isso todo

mundo pode participar, não fazendo parte da Comissão pode participar disso tudo? Os demais que não fazem parte da Comissão podem dar uma sugestão de vez em quando?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Com certeza. Eu acho que é apenas para não ficar se poluindo a lista com todos os movimentos. Se você gostar de ter copia de tudo que a gente fizer a gente pode até combinar isso, se alguém se interessar. Porque eu não vejo o que haveria de reservado num trato interno da Comissão, sinceramente, eu penso que se vocês acham que qualquer comunicação interna das comissões devem ser remetida com copia à lista, vocês abrem uma caixa especial e vocês vão receber "trocentos" e-mails por semana e aí vocês vão ler se quiserem. Querem fazer isso, todos querem, ou isso vai ser uma opção individual?. O que ele está pedindo é para receber copia de tudo o que for tratado por e-mail pela Comissão, por todas as comissões?" **Dr. DANILO BURIN:** "Não tem a lista? Manda para a lista." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Desculpe Danilo. O não usar a lista é um critério de respeito a privacidade, eu não quero receber tudo, sinceramente. Eu não quero receber o que a Comissão científica e a outra estão tratando, mas é pessoal. Então vamos fazer o seguinte, quem quer receber copia de tudo, eu peço que faça uma lista para a gente cadastrar depois, o que vai ser um trabalho adicional. Olha gente, vocês estão nos dando um serviço extra. A gente vai ter que criar uma lista adicional daqueles que querem receber tudo, porque não vai dá para ficar digitando cada vez que eu passar para a Comissão executiva, passar dois nomes da Comissão executiva e copiar mais cinco que querem receber cópia, entenderam? Mas tudo bem, a gente estuda a forma de viabilizar. É trabalhoso. Gente, nós estamos fazendo aqui serviço extra, gente que é muito atarefada. Eu fiz uma minuta da comunicação ao Presidente do CNJ, com copia ao Ministro Corregedor Nacional de Justiça com aqueles itens que nós conversamos ontem. Se alguém quiser uma copia da lista de e-mail atualizada está aqui a disposição." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Eu vou lendo os prolegôminos do ofício que eu acredito que são secundários: *Senhor Presidente, honra-nos comparecer perante a autoridade de Vossa Excelência comemorando o compromisso e o engajamento impressos pela sua gestão a frente do Conselho Nacional de Justiça relativamente aos temas pertinentes a jurisdição da infância e da juventude. Os magistrados signatários deste, compõem o Fórum Nacional da Justiça juvenil, criado em 08/08/2008 com a colaboração da Secretaria Especial dos Direitos Humanos através da SubSecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. O grupo é formado por Juizes especializados designados pelos respectivos Tribunais de Justiça para representarem seus estados em iniciativas de aprimoramento da jurisdição em matéria infracional. Entre os objetivos da sua criação o Fórum Nacional da Justiça juvenil incluiu colaborar com a construção de*

um banco de dados nacional sobre adolescentes em conflito com a lei e execução de medidas socioeducativa, tema igualmente objeto da Resolução aprovada pelo CNJ na seção de 25/05/2009 e diante de cujo teor respeitosamente vimos propor o que segue. 1. definição de dados cadastrais, quanto a definição dos dados a serem alimentados junto ao cadastro deste CNJ sejam contemplados os constantes do rol em anexo, elaboração de cuidados de Humberto, no aguardo, os quais já vinham sendo discutidos desde a criação do Fórum e deliberados pelos signatários como dados mínimos indispensáveis para gerar relatórios estatísticos relevantes a efetividade da jurisdição e ao mesmo tempo cuja coleta foi considerada viável no curso da tramitação judicial. Alimentação dos dados: quanto a alimentação do cadastro em implementação pelo CNJ, quanto aos estados e Comarcas já informatizados postulamos seja feita necessariamente mediante a migração dos dados alimentados a partir dos respectivos sistemas de tramitação processual assegurando-se, pelo CNJ e pelas administrações dos Tribunais de Justiça os meios tecnológicos para a viabilização prioritária dessa alternativa, com a conseqüente dispensa dos Juizes de primeiro grau da responsabilidade da alimentação de formulário.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Posso só fazer um destaque. complementando a frase, a fim de evitar trabalho duplo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Essa justificativa é sincera. Eu discuto ela, eu queria colocar em discussão a justificativa. Sabe porque eu acho que o meu objetivo com ela não é evitar trabalho duplo. É como se tivesse dizendo, que ele não está com preguiça.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “E em respeito ao princípio da moralidade administrativa, para não ter um retrabalho, maximizando a execução do serviço público.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Evitando o retrabalho, maximizando a execução do serviço. Algum adendo, alguma alteração. Então ficou, *evitando retrabalho e maximizando a utilização dos recursos públicos*. Próximo item: *integração do banco de dados do CNJ com o SIPIA/ SINASE*. Considerando que os dados a serem recolhidos com o cadastro do CNJ são de relevante interesse não apenas a jurisdição, mas também a gestão das políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, e tendo presente que também por parte do poder Judiciário a interesse na visualização dos dados levantados em etapas extrajudiciais do atendimento, especialmente órgãos de segurança, Ministério Público, Defensorias e programas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, dados estes que deverão compor a base de dados nacional denominados SIPIA/ SINASE, propomos que seja firmada a parceria objetivando o compartilhamento recíproco desses dados entre os cadastros do CNJ e o SIPIA/ SINASE. Vocês desculpem a minha redação assim tão longa, não consegui achar lugar para ponto, está uma frase muito longa. Programas alternativos. Quanto aos estados e/ ou Comarcas que não contem com sistema

informatizados de tramitação processual, conforme previsão do parágrafo único do artigo nono da Resolução do CNJ, sugere-se que este Conselho possa recomendar a adoção do programa SIPIA o qual foi desenvolvido em ambiente judicial e por contemplar também etapas do atendimento extra judicial, vem sendo disponibilizado nacionalmente para utilização dos diversos atores institucionais relacionados no item anterior ainda não informatizados de modo a alavancar a coleta de dados para a formação da base de dados nacional. De acordo, eu reconheço que a redação está pesada, mas foi assim no improviso, não teremos tempo para dar uma enxugada. *Representação na composição do Conselho Gestor. Finalmente, a bem de acompanhar e integrar iniciativas bem como de contribuir de forma mais efetiva na viabilização da base de dados nacional postulamos seja considerada a possibilidade de inclusão de um magistrado representante do Fórum nacional da Justiça juvenil na composição do Conselho Gestor do cadastro do CNJ.* Ao ensejo, etc. Fecha? Bom questões de encaminhamento, buscaremos encaminhar este ofício o quanto antes através da Comissão executiva em contato com o CNJ com o apoio da Secretaria ou diretamente através dos colegas, do Renato e do Francisco. Penso que devemos procurar a ambos, o Presidente o Corregedor Geral e possivelmente o colega que vai substituir a Andréa porque até a gente chegar lá é possível que ela tenha sido substituída. Vocês acham que a gente deveria remeter o ofício a todos ou só ao Presidente, ou individualmente. Como é que se faria isso. Como é que seria mais protocolar fazer? Ao Presidente ao Corregedor Geral, o Corregedor Nacional? Vera, quer falar.” **Drª. VERA DEBONI:** “Como a Resolução estabelece que o cadastro ficou vinculado a Corregedoria do CNJ, me parece que nós deveríamos encaminhar ao Corregedor do CNJ, até porque a matéria é dele e tentar fazer os contatos diretamente com o Corregedor, e uma visita protocolar ao Presidente do CNJ dando ciência do assunto, eu acho que esse é o caminho que as coisas deveriam ter. Porque se nós mandarmos para a presidência do CNJ, ele vai ter que mandar para o Corregedor, ou levar em sessão para que isso seja apreciado e talvez isso não seja o nosso interesse, uma discussão tão ampla e a gente não sabe o que vai acontecer. Se for direto ao gabinete do Ministro e levar pessoalmente com a entrega formal em nome do Fórum, me parece que seria o mais adequado. Mas estou pensando em voz alta.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Por isso é que eu pensei em levar aos dois. Porque eu imagino que você pela primeira vez que se apresenta perante o CNJ entra pela porta do lado. A matéria não tem uma definição tão clara lá.” **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** “O gestor é o Corregedor, pede essa providência ao Corregedor porque não se comunica formalmente ao Presidente, e diz que está solicitando isso ao Corregedor, a resposta vai, não é em tese do Presidente, o gestor é o Corregedor mas você

pode dar ciência em um outro ofício, que encaminhou o projeto.” **Dr. DANIEL ISSLER:** “Eu acho que não importa qual exatamente a forma que isso seja feita, mas seria realmente importante que o Presidente tivesse ciência até porque a Resolução é assinada pelo Presidente, então não vamos nós aqui pretender que o Corregedor vai facilmente alterar aquilo que o Presidente determinou.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Então eu proponho, nós assinamos dois ofícios hoje, e aqui o ofício vai ser assinado por todos que estão presentes. Vão ficar em branco os nomes dos que não estão. Acho que nós vamos ter alguns espaço em branco, faremos os dois e depois nós vemos como fazer a entrega. Vou pedir que a gente faça a finalização da redação.” **Drª. VERA DEBONI:** “Lá vou eu dar palpite de novo.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Nós temos um assunto das datas dos próximos Encontros.” **Drª. VERA DEBONI:** “Além das datas, me parece que ficou pendente a definição do próximo tema também. A reunião vai acontecer exatamente com que enfoque e para que. Porque a Carmen quando fez a fala dela eu fui extraindo as propostas que me pareceram que seriam “algumas encomendas” da Secretaria, e me pareceu que dentre elas estava um formulário mínimo de inspeção das unidades, que nós deveríamos tentar discutir e trazer uma elaboração, também a idéia da manutenção desse Fórum com o foco nas medidas sócioeducativas e a partir disso eventualmente, a busca não de um formulário padrão, mas de uma discussão da base mínima do PIA. Como é que se está elaborando o PIA, a gente está repetindo e em muitos lugares aquilo que está previsto no Estatuto mas sem muita clareza de como é que se define depois as tarefas próprias de desenvolvimento para cada adolescente para ter esse padrão efetivamente de plano individual de atendimento e não um plano padrão de atendimento. Então me pareceu que essa seriam as duas “encomendas” que a gente poderia tentar desenvolver nas próximas reuniões do Fórum. Talvez a gente pudesse pensar, e me pareceu que talvez seja algo a ser buscado, como uma proposição a implementação de toda estruturação de atendimento sócioeducativo, pensando a partir da criação dos centros integrados de atendimento, desde a entrada do ato infracional com as especializações das Varas de ato infracional e apuração de execução de medidas e que nós pudéssemos pensar uma proposta de estruturação desse sistema. A mim pareceu que seriam essas três “encomendas”. **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Sinto muito porque eu estou atrapalhando aqui porque eu estava encaminhando o texto do ofício e o colega veio para ver a redação dos mínimos e eu perdi. A Vera pode me dizer em três linhas o que ela propôs.” **Drª. VERA DEBONI:** “Propus que a gente pensasse em três temas para as próximas reuniões. Três temas, o primeiro, um formulário mínimo das inspeções das unidades. Segundo tema, um formulário mínimo, mas na verdade não pensem em formulário, a palavra está errada, mas um mínimo do plano individual de atendimento, e uma tentativa de estruturação do sistema do ato infracional, começando da proposta de um centro

integrado até o número de unidades. Isso tudo com vistas a oferecer uma proposição ao CNJ porque a gente sabe que eles estão discutindo isso e nós poderíamos intervir nessa discussão, de qual seria "um modelo mínimo" de estruturação do sistema da Justiça Juvenil." **Dr. MARCIUS DA COSTA FERREIRA:** "O Rio de Janeiro resolveu reformular todo o sistema, eu quero que a Secretaria saiba disso e criou até o que se chama de novo Degase. Se for uma coisa que vocês acharem interessante a gente faz uma apresentação de todo o sistema do Rio de Janeiro na próxima reunião. Até porque eu sei que está pronto, e está todo feito em cima do SINASE."

Drª. VERA DEBONI: "Eu acho que se a gente tiver claro o tema talvez isso que o Marcius propôs seja uma metodologia para produzir a discussão. Quer dizer, buscar várias experiências de vários estados e passar a fazer a discussão. Isso me parece Marcius que seria uma metodologia de discussão, a partir do momento que a gente defina um tema."

Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA: "Acho que nós já tínhamos traçado uma pauta mínima que enquanto não fosse esgotada nós não iríamos entrar em outra. O foco principal é aprovação do PL, projeto de lei, e diagnóstico do SINASE."

Drª. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO: "O questionário do SINASE já estaria na próxima pauta."

Dr. LEOBERTO BRANCHER: "Acho que o Dantas nos coloca no eixo. Acho que a gente mantendo aquela linha de três tópicos, a gente sempre vai ter produtividade e a gente pode crescer, mas, a preliminar é cuidar daquilo. A gente tem pautado já o SINASE, fecha o formulário e vai embora. Isso não vai levar mais do que meia manhã, metade de uma manhã no máximo. Então o que mais? Quanto ao PL a gente poderia pensar numa visita ao Senado. Se Deus quiser já vai estar no Senado quando a gente vier e quem sabe a gente programa para quinta-feira de manhã, que é dia que ainda acha os senadores aqui, a gente faz uma visita de todo o Fórum, ou faz aquela comitiva visitando gabinete por gabinete."

Dr. NELSON SANTANA: "Dá para fazer emendas ainda lá no Senado?"

Dr. LEOBERTO BRANCHER: "Tem que ser na quinta-feira porque aqui em Brasília, se não for quinta-feira corremos o risco de não encontrarmos os senadores. Só estou colocando o cronograma da pauta."

Dr. NELSON SANTANA: "Naquilo que a gente não discutiu no PL, mesmo estando lá no Senado, na Câmara, a gente não teria como ainda, através de deputado, fazer alguma coisa? Porque lamentavelmente se perdeu muito tempo aqui na discussão do PL e é uma coisa que a gente nunca podia ter enviado para a Deputada Rita Camata, se a gente tivesse fechado questão no PL, eu acho que nós não chegamos a finalizar a discussão. O Fórum para mim perdeu muito nisso aí. A coordenação com todo respeito, perdeu muita objetividade quando se demorou muito aqui na principiologia que não me parecia tão necessária na concepção do PL e depois não se discutiu a questão da prescrição que é uma coisa que atormenta a gente que trabalha na aplicação, apuração de ato infracional. Nós não discutimos a questão ainda do

adolescente com transtorno mental e até o próprio, PIA não foi objeto da discussão nem nada. Tudo bem foram questões vencidas. Agora eu gostaria de levantar outra questão que me passou aqui, na hora da discussão. Todas as vezes que nós somos convidados, o ofício que requisita ou pede a presença do Juiz, parte da Secretaria, da Doutora Carmen Oliveira, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Já que nós vamos ter uma coordenação, as comissões estruturante e a comissão executiva, quem vai assinar esse ofício dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça pedindo este ou aquele Juiz?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "No momento não é preocupação, vai continuar com a Secretaria este ano e no próximo, eu acho que agora não é uma preocupação pertinente." **Dr. NELSON SANTANA:** "Isso implica claro na manutenção do Juiz. De repente está em uma comissão e o Tribunal resolve mandar outro e como fica, era também bom pensar em substitutos eventuais de Juizes dessa comissão." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Quanto a isso, me parece que fica mantida o convite pela Secretaria com indicação do representante. Acho que nós podemos reforçar junto aos Tribunais é que seja mantida a linearidade do retorno para a gente evitar as trocas e eventualmente haver uma descontinuidade no trabalho." **Drª. ODETE DA SILVA CARVALHO:** "Exatamente, era isso que eu ia falar e você já falou." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Na redação do convite a gente revisa antes para ver como colocar isso. Voltando aqui o que o Nelson colocou e eu percebo que o Nelson tem uma inquietude quanto ao PL. Ele já levantou isso ontem com a questão de não ter recebido via lista e eu quero de público repetir o que eu já disse para ele, que foi remetido, eu imagino que os colegas receberam." **Drª. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** "Eu não recebi, inclusive ia fazer essa solicitação." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Nós saímos daqui numa quinta e sexta feira, era dia 13. Retornamos a Brasília no dia 24 que era uma terça feira, nós tínhamos uma tarefa, gente vocês sabem quanto custa pegar tudo o que foi falado e sistematizar e dar uma redação. Até que horas as pessoas ficaram trabalhando no computador em prejuízo das suas famílias para terminar isso? Eu terminei isso, eu recebi todo bloco de anotações do Eduardo, bloco de anotações da Secretaria, as contribuições da Roseli, passei a limpo, revisei e passei para a lista sim, ainda na sexta feira a noite, sai do Fórum 10.30 da noite. Passei isso para a lista dizendo que ainda dava tempo para fazer alguma correção antes de terça feira, quando viajei pela manhã. Recordo que o Danilo mandou uma solicitação de mudança de uma palavra. Antes disso havia circulado entre nós, na comissão, incluindo o Eduardo e quem tinha contribuído. Quer dizer, eu procurei, eu cumpri minha tarefa, agora nós tivemos um problema talvez de entrega, a gente sabe que os provedores as vezes têm um problema de filtro, de e-mails, eu só não queria ficar com o mal estar de não ter honrado com a democratização do processo. Eu mandei, mas o tempo era exíguo." **Dr. NELSON**

SANTANA: "Não foi bem isso que eu coloquei. Eu estou colocando o seguinte: nós levamos pelo que eu sei 10 anos lutando por uma lei de execução de medida sócioeducativa. Vem o SINASE e nós começamos a debater isso, em reuniões desde agosto a março e agora houve muita pressa para se apresentar o projeto. Mas, não importa. Acho que em função disso a gente acaba se atropelando. Acho que nós devíamos nos penitenciar, nós não fomos objetivos a ponto de concluir todo o estudo do projeto do PL e eu achei que ainda nesse encontro a gente voltaria a discutir isso. Questões pontuais que não foram discutidas. Ainda vamos discutir?" **Dr. LEOBERTO**

BRANCHER: "A primeira consideração era essa que fiz. Sei que o prazo foi curto, mas foi cumprida a minha missão. Agora, você colocou a questão do não esgotamento do assunto, me parece que tem dois níveis: a primeira é relativa aqueles pontos que nós deliberamos e que não foram incluídos no PL, o que fazer com aquilo e o segundo é com o restante do conteúdo constante no PL que nós não deliberamos. Ora, o PL está em tramitação, nós ouvimos ontem que talvez fosse à pauta de votação do plenário ontem e que daí vai ao Senado. Se chegar ao Senado e o Senado alterar, tem que voltar para a Câmara. Quer dizer, a cada hora que passa é tarde de mais. Como você observou, a sistematização de uma discussão em uma plenária de 30 pessoas com abordagem de conteúdo, com discussão de texto de redação, é complicado. Você viu aqui para discutir a redação de um ofício. Não me parece que a gente tenha sido pouco produtivo, o prazo foi breve. Precisaríamos de mais tempo, mas nós focamos naqueles tópicos que achávamos que era possível e a coordenação alcançou a decisão daquilo que foi possível. A questão que se coloca é a seguinte: é válido fazer agora essa retomada? Há possibilidade, a Lucia pode nos dizer que chance a gente tem, de ter um resultado útil, de retomar o esforço parlamentar de tentar incluir alguma alteração em nome do Fórum. A Lucia depois poderia falar sobre isso."

Dr^a. VÂNIA FERREIRA DE BARROS: "Minha colocação é diferente da do Doutor Nelson. Eu ia solicitar para a comissão executiva o reenvio. Como eu não recebi, não é questionando se a gente esgotou ou não esgotou, eu só gostaria ter o registro. A solicitação é só da possibilidade de reenviar por meio eletrônico." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Eu só gostaria de fazer uma enquete, então. Alguém que está aqui, além do Nelson e da Vânia não recebeu?" **Dr^a.**

GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO: "Eu não recebi." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Silvana não recebeu. Quem recebeu? Quem recebeu chegou pela lista? A lista está com problemas." **Dr^a. VÂNIA FERREIRA DE BARROS:** "É uma solicitação apenas de reenvio, só isso." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Mas a questão é que ela pode bloquear o anexo. Eu mandei a pauta. A proposta de pauta. Eu mandei há uns 10 dias. Bom, vamos tentar solucionar com a troca de provedor, e vamos ver se isso continua. Vamos fazer um teste antes para ver se

todos receberam.” **Dr. DANILO BURIN:** “Posso confirmar através do yahoo, a minha família toda que são cinquenta e poucas pessoas tem um grupo que é da família Burin e funciona que é uma maravilha.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Mesmo com anexos?” **Dr. DANILO BURIN:** “Com tudo.” **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** “Uma sugestão para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos é que quando mandarem o e-mail, ou convite para o Tribunal, mandar uma copia para cada Juiz que participou. Quer dizer, o Tribunal recebe e o Juiz recebe também. Eu recebi, mas pode ser que alguns não tenham recebido e pode ser problema do provedor.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “A proposta que o Danilo levantou do yahoo eu acho que é o caminho que a Secretaria vai adotar.” **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “A gente vai conversar com o setor de informática para ver como vai ficar essa questão.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Eu acho que o da AMB não funcionou, a gente já tem vários indicativos de que é falha.” **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Os Juízes têm que verificar a configuração do filtro de spam que o Tribunal usa, que o sistema usa, e é bom orientar os secretários e as secretárias a pesquisar na caixa de spam, eu vim de uma prefeitura que qualquer nome não usual é spam. Eu não conseguia receber e-mails da SEDH e não entrava de jeito nenhum.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Posso fazer uma sugestão aqui, de que a gente coloque os e-mails pessoais também. Bom, temos que fechar já está na hora de encerrar. Você pode fazer uma consideração quanto a questão da oportunidade de tentar retrabalhar o conteúdo do projeto de lei, de tentar levar a proposta.” **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Ouvindo a Doutora Rita no final da tramitação nós tivemos um problema com o sistema. Houve uma reunião com a Câmara técnica da comissão e os deputados pediram que a SEDH acompanhasse a discussão. Nós fomos e eu achei muito madura uma expressão da Rita Camata, quando ela relatou que recebeu ao todo entre contribuições individuais e institucionais, 30 contribuições, de 30 origens diversas. E de grandes instituições como o Fórum, como instituições de peso e contribuições individuais de Juízes. Mas ela se referenciou a trinta que teriam maior peso de representação social. E disse que ela estava convencida, e isso foi a fala dela ao sistema s, ela disse “não revejo o texto por estar convencida nesses tantos anos de militância na área da criança e do adolescente e tendo participado da redação do Estatuto e de todo o processo que se seguiu, de que este é o texto possível hoje, dentro da nossa sociedade”. E estavam incluindo toda a contribuição dos gestores, nos diferentes níveis que também entraram na discussão. Um outro ponto que a gente precisa muito cuidado é de que tem varias matérias tramitando na Câmara e no Senado que são matérias de alteração do Estatuto e nas disposições gerais nós temos várias considerações no PL que alteram

o texto do Estatuto. Então, ao mesmo tempo em que ele nos ajuda na execução em vários aspectos, ele é uma porta aberta para que outras alterações também sejam propostas, por meio deste PL. A condução política que foi acordada com a Deputada Rita Camata na Casa Civil aconteceu. Houve algumas discussões mais trabalhosas em relação, por exemplo, a questão dos Fundos. Tivemos um pouco de trabalho com a Fazenda, com o Planejamento para construir esse acordo de novo com a Deputada. Mas quando sai com a aprovação da Casa Civil sai com a possibilidade de que a bancada vai votar pela aprovação do encaminhamento da Casa Civil. Isto feito a gente trabalhou para sair da comissão com o voto de consenso da comissão. Porque quando se encaminha ao plenário com voto de consenso da comissão é possível o voto por liderança. Isto significa que não haverá emendas de plenário. Na tentativa, volto a fala da Deputada, que "ouvindo muitos e muitos atores da sociedade entende que este é o texto, o melhor texto possível, neste momento, . Então assim como é uma pessoa militante da área, comprometida, responsável nos surpreendeu, o quanto ela acolheu as indicações deste Fórum. No dia 24 quando ela recebeu a comissão do Fórum, ela já não estava recebendo contribuição de mais ninguém, ela abriu realmente uma exceção a este Fórum e eu por isso não tinha essa expectativa de que ela absorvesse tanto, porque eu imaginava que o texto já estava finalizado. Eu não sei como o sistema S vai incidir agora no plenário, porque eles querem tirar a parte deles do PL. Não sei se eles vão ter força para negociar. A base de apoio deles não é a base do Governo então eu não sei como é que eles vão se arrumar por lá. Há uma possibilidade da votação ser realmente na próxima semana. E em relação ao Senado eu creio que do ponto de vista do Governo, a estratégia continuará a mesma, a não ser que ocorram fatos novos e que venham a mudar essa posição. Mas até agora a posição é essa, tentar voto de liderança para a gente garantir o texto atual. Aproveitando que eu estou com a palavra, eu tive que me ausentar aqui uns minutos porque a direção do hotel me chamou, o diretor, o gerente, e a chefe das camareiras, muito constrangidos dizendo que, o hotel queria me apresentar formalmente os pedidos de desculpa aos hóspedes, ao Fórum, a Secretaria dos Direitos Humanos, a empresa que está fazendo os trabalho aqui conosco, pelos acontecimentos da noite, pelo folclore da viagem." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Queremos danos morais." **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** "O *plus* é o pedido de desculpa, um pedido formal de desculpas do hotel. Nos trouxeram um mimo que está lá a disposição dos senhores, nós vamos entregar para vocês, é uma agenda do hotel com a finalidade de corporificar o pedido de desculpas. Disse a eles que depois eu vou ouvi-los mas que eu não vou me ausentar aqui da reunião, em função disso." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Você perguntou se expulsaram as pessoas? Sim porque tem que ter

sanção, não adianta só pedir desculpas.” **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** “Eu disse a eles que eu vou na diretoria do hotel depois, para ouvir o diretor do hotel e as considerações que ele tem a fazer porque realmente é um hotel com quem a Secretaria tem tido uma parceria muito grande. Muitos eventos são realizados aqui pela localização, pelas instalações. Então, realmente eles têm que se desculpar de não terem satisfeito a Secretaria porque nós somos parceiros deles muito antigos e de muitos eventos. Na verdade, eles queriam falar com a Carmen, mas como ela já tinha se ausentado eles pediram para falar comigo. Então é isso. Está aí o pedido de desculpas do hotel e estão lá fora as agendas a disposição dos senhores como lembrança dessa viagem.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Não sei se foi uma boa estratégia porque a gente nunca mais vai esquecer, cada vez que abrir a agenda vai lembrar dessa noite. Nós temos que fechar um esboço de pauta para a próxima reunião. Lembrando nossos itens de costume. Na quinta de manhã nós podemos tentar programar a visita ao Senado. Acho que é importante um relato da Carmen sobre essa disponibilidade de apoio de fusão da Justiça restaurativa e ela gostaria de ter um retorno de quais estados pretendem, estão interessados, ou gostariam de viabilizar projetos. Acho que isso era uma consulta que importa. Então vocês podem anotar para ver. Mas é isso que a gente vai ter que avaliar, racionalizar e organizar as demandas. A gente tem que compartilhar. Isso é uma das questões que a gente levantou. Temos que avaliar quem demandaria a implantação e pensar como é que a gente poderia iniciar um processo de apoio. Uma das idéias seria realizar um evento aqui, onde nós poderíamos trazer colegas como o Eduardo, como o Daniel que também já têm experiência. Nós poderíamos trazer as contribuições de outras pessoas que estão pensando na matéria. Nós temos o Leonardo Sica que é um advogado de São Paulo que escreve sobre o tema, talvez nós pudéssemos convidar o Dominique que foi nosso capacitador, que pode trazer um pouco da visão dele. Isso talvez pudesse significar uma rodada de um ou dois dias de contato teórico com a fundamentação, antes de entrar no operacional, no fazer. Porque a idéia de pegar esse kit que foi trazido, ele é um kit rico, mas operacional. A gente podia primeiro fortalecer a base conceitual e num segundo momento, trazer para o Encontro, que também poderia ser aqui, os técnicos responsáveis no Juizado, fazermos uma jornada, tipo um dia a mais, seriam três dias, isso contando com a possibilidade de que, em agosto ao invés de dois dias a gente tenha três, ou que a gente enxugue a pauta do primeiro dia para fazer as coisas habituais do Fórum e já inclua isso. Em agosto, já entrando com esses convidados para fazer as falas e a gente refletir e no segundo encontro, a gente poderia trazer essas atividades com os técnicos por um dia a mais, ou num dos dias do Encontro. Se isso vai atrapalhar o curso normal do Fórum, se é

precipitado são questões que estão em aberto, estamos pensando em voz alta.”

Dr^a. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO: “Acho que seria interessante primeiro a gente debater, depois verificar se esse tema seria interessante para a próxima pauta, porque a gente tem vários assuntos para trabalhar e a sugestão que a Vera deu da questão do formulário de fiscalização, eu acho que nesse primeiro momento ficará complicado, e o Dantas lembrou da gente continuar nos nossos debates senão a nossa pauta fica muito inchada e a gente acaba não debatendo como devia. Acho que nesse momento, a gente recebeu os kit, vamos conhecer primeiro, mas na próxima a gente já conversa a respeito disso, e coloca na pauta.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Então todos concordam com a Graciete? Vamos fazer o seguinte, eu me mantenho à disposição para aqueles que se interessarem, e a gente prossegue com o que vinha fazendo, os contatos informais, e vamos ver se a Secretaria pode de alguma forma apoiar essas iniciativas. Quem se interessar pode manter contato comigo ou com a Secretaria e a gente vai articulando isso informalmente, em nível do Fórum. Eu pediria a Márcia que a gente pudesse integrar isso, via Comissão científica que eu acho que é o espaço. Retomando a linha dos dois dias que foi a questão que se levantou aqui se incluiríamos mais um dia ou não. Ficariam dois, quinta de manhã, visita ao Senado, quinta a tarde ficaria SINASE que já foi falado ontem no final da tarde e hoje o Humberto retomou, com um formulário de inspeções. Eu distribuí aqui não sei se vocês viram um formulário que a gente usa lá no Rio Grande do Sul. A gente pode a partir desses formulários, tentar sistematizar um e teríamos a evolução do cadastro do CNJ. Acho que para um informativo, quem sabe, a gente trabalha a quinta, na sexta feira a gente abriria um tempo para a Comissão de estruturação apresentar o relato e apresentar sua proposta. Fazia-se um debate preliminar, e da mesma forma da Comissão científica, apresentaria duas idéias e se tivesse alguma produção colocaria em pauta. Penso que a Comissão deve propor a sua própria pauta, e se isso vai entrar como proposta de enunciado ou como proposta de boas práticas. Mas o aspecto de já entrar no conteúdo, tem que vir como propostas de organização interna. Como vamos trabalhar? Qual o critério para eleger uma pauta? Essa pauta vai ser escolhida entre a Comissão, vai ser emitida na lista do Fórum? Eu acho que isso é uma preliminar de organização interna e se entenderam que é possível, trazer algum conteúdo.”

Dr^a. SILVANA MARIA PARFIENIUK: “A Vera colocou como uma das pautas a estruturação, na tentativa de sistematizar o ato infracional começando com a estruturação da Justiça Juvenil. O Marcius falou de trazer a experiência do Rio de Janeiro.”

Dr. LEOBERTO BRANCHER: “Nós podemos administrar o tempo, porque na quinta feira nós teríamos a visita ao Senado que certamente a gente teria que discutir a respeito, mais o formulário do SINASE mais

evolução do cadastro do CNJ nós gastaríamos entre o retorno do PL, SINASE e cadastro gastaria-se a quinta feira. E se reservaria a sexta, para assuntos gerais da gestão e para os encaminhamentos da Comissão e deixaríamos a critério da Comissão já propor algum conteúdo para gente já ir avançando. Fica-se com a programação da sexta em aberto, à disposição das três comissões, e a gente distribuiria internamente o tempo. As datas, nós tínhamos a data pré definida dos dois últimos Encontros, quinta e sexta de agosto e de novembro. 27 e 28 de agosto seria o próximo. E o outro?" **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "O que há no mês de outubro que possa impedir. Qual é a data do Curso de Criança e Adolescente da Escola Nacional de Magistratura, AMB. Parece que é 22 e 23 de outubro." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Não coincide com o nosso." **Dr. NELSON SANTANA:** "Poderia ser na primeira de novembro então." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "Aproveito o ensejo para comunicar a vocês que de 4 a 7 de novembro acontece no Peru, Lima o Congresso Mundial de Justiça Juvenil Restaurativa onde eu pretendo ir e gostaria de convidá-los a todos, para que fossem, para que a gente fretasse um avião, para que a gente levasse não só o Fórum, mas levasse os nossos técnicos, o povo da nossa terra porque vai ser uma oportunidade de contato mundial com esse movimento. Se a gente pudesse voar daqui já direto para Lima, a gente poderia fazer aqui segunda e terça, e o Congresso começa na quarta dia 04. Não vou colocar isso como nenhum impedimento mas, no mês de novembro eu não venho, mas não significa que a reunião não deve haver, em novembro eu estou de férias e ficarei fora do ar. Fiquem a vontade." **Dr. JOSÉ DANTAS DE PAIVA:** "Eu acho que se marcar muito em cima do segundo, vai faltar pauta. Não é que vai faltar, tem muita coisa para discutir, mas a preocupação é já pensar no ano seguinte, 2010 então quanto mais próximo do final do ano melhor, porque a gente faria uma programação, um planejamento para o ano seguinte. 12 e 13 de novembro alguém tem alguma coisa contra? Ou 06 e 07 de dezembro?" **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** "A Conferência Nacional da Criança é na semana de 7 a 10 de dezembro. Para a Secretaria fica difícil e a Conferência Nacional de Assistência deverá ser realizada nesse período também, vamos ter que acompanhar muito de perto em função das medidas de meio aberto estarem na política de assistência. A Conferência da Assistência é de 30 de novembro a 03 de dezembro. Uma semana é assistência e na seguinte a Conferência da Criança." **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** "Lúcia sugere uma data que fica mais fácil." **Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES:** "Dezembro, começo de dezembro fica mais difícil. Se a gente voltar para novembro tem 19 e 20 de novembro." **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** "29 e 30 de outubro era a data que estava reservada. Alguém aqui

vai ao congresso da AMB, alguém deixaria de vir aqui para ir no congresso da AMB.? Então é relevante. Não dá nessa data já que muita gente vai ao Congresso.”

Drª. LUCIA HELENA JUNQUEIRA RODRIGUES: “22 e 23 de outubro.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “É possível para quem vai ao Congresso ficar uma semana fora, dois dias aqui e o resto no congresso?” **Drª. MARIA ROSELI GUIESSMANN:** “Fica difícil.” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “Aqui é por convocação, lá é por autorização. O que vocês acham? Dia 26 e 27 antes da AMB. Quem olhou aquele curso da Escola da Magistratura? 26 e 27 de outubro, segunda e terça, e daí a gente acomoda isso. Então fica segunda e terça. E o retorno quem vai para a AMB já trás a mala de uma semana e vai direto. Já tragam a mala de uma semana. Agosto permanece a data de 27 e 28. Alguma questão a mais? Então eu proponho uma salva de palmas pelo fechamento da pauta. Todo mundo já assinou o ofício? Só peço que ninguém saia daqui sem ter assinado o ofício.” **Dr. DANILO BURIN:** “Qual foi o dia certo?” **Dr. LEOBERTO BRANCHER:** “23 e 24 de outubro. E o dia de agosto permaneceu o mesmo 27 e 28 de agosto. Nós vamos pedir para a Secretaria fazer uma copia para depois mandar. Gente não se dispersa só por segurança para gente não deixar de assinar o ofício. Vamos rubricar cuidadosamente as laterais para dar mais autenticidade. Muito obrigado.”

Finalizando os trabalhos foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- Enviar Ofício ao Presidente do CNJ com os dados mínimos do SIPIA/SINASE como anexo;
- Encaminhar aos participantes via eletrônica a apresentação (slides) sobre o PPCAM;
- Encaminhar a Drª. Silvana Parfieniuk (TO) os relatórios produzidos após os três encontros do FONAJUV;
- Organizar lista de Juízes participantes do FONAJUV em meio eletrônico.

Nada mais havendo para ser registrado, _____lavrei a presente ata que, acrescida de quatro anexos distribuídos em dez páginas, vai devidamente assinada.

Antônio Lopes de Oliveira (PI)

Daniel Issler (SP)

Daniilo Burin (MS)

Francisco Oliveira Neto (SC/AMB)

Francisco Jaime M. Neto (CE)

Graciete Sotto Mayor Ribeiro (RR)

Élio Braz Mendes (PE)

Humberto Costa Vasconcelos Júnior (PE)

José Antônio Barretto (RO)

José Dantas de Paiva (RN)

Leoberto Brancher (RS)

Luís Cláudio Cabral Chaves (AM)

Maria Roseli Guieismann (PR)

Maurício Porfírio Rosa (GO)

Nelson Santana do Amaral (BA)

Noeli Salete Tavares Rebak (PR)

Odete Silva Carvalho (PA)

Paulo Roberto Luppi (ES)

Renato Rodvalho Scussel (DF)

Romário Divino Farias (AC)

Samuel Rubem Zoldan Uchoa (AP)

Silvana Maria Parfieniuk (TO)

Vânia Ferreira de Barros (SE)

Vera Deboni (ABMP)

Joenildo de Sousa Chaves (ABRAMINJ)

Dr^a. Carmen de Oliveira

Dra. Lúcia Elena Junqueira Rodrigues

Dr^a. Márcia Soares

Dr. Benedito dos Santos

Dra. Cleuci Terezinha Chagas

Dr. Francisco Oliveira Neto

Dr. Marcius da Costa Ferreira

Sr. Wlaciir Barbosa Magalhães

ADITIVO:

Na lista de presença ao III Encontro do FONAJUV incluem-se ainda os seguintes magistrados: Cleuci Terezinha Chagas (MT); Francisco José de Oliveira Neto (SC/AMB); Marcius da Costa Ferreira (RJ); e, Wlaciir Barbosa Magalhães (MA), ficando, através do presente aditivo, retificada as presenças inicialmente mencionadas. Nada mais havendo para ser corrigido, _____ Secretária lavrei a presente retificação que vai devidamente assinada.

ANEXO I

III FÓRUM NACIONAL DE JUSTIÇA JUVENIL

Brasília, 28 e 29 de maio de 2009.

I - COMISSÃO EXECUTIVA

- Encontros
- Mobilização
- Representação
- Comunicação
- Integração

Composição: Dr. Leoberto Brancher - Coordenador
Dr. Humberto Costa Vasconcelos Junior
Drª. Maria Roseli Guiesmann
Drª. Silvana Maria Parfieniuk

II - COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO

- Objetivos
- Estatuto
- Regimento
- Articulação com Tribunais de Justiça
- Planejamento de longo prazo

Composição:
Drª. Graciete Sotto Mayor Ribeiro - RR (Coordenação)
Dr. Luís Cláudio Cabral Chaves - AM
Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto - CE

III - COMISSÃO CIENTÍFICA

- Definição de Pautas temáticas
- Formulação de enunciados
- Iniciativas de Formação (Eventos, Congressos, etc)
- Boas práticas

Composição:
Dr. Marcius da Costa Ferreira - RJ (Coordenação)
Dr. Élio Braz Mendes - PE
Dr. José Dantas de Paiva - RN

ANEXO II

SIPIA - SINASE **Sistema de Informação para Acompanhamento de** **Adolescente em Conflito com a Lei**

Campos obrigatórios para a alimentação do Sistema SIPIA SINASE

TABELA ADOLESCENTE

NOME DO ADOLESCENTE
NOME PAI
NOME MAE
NOME RESPONSÁVEL
DATA NASCIMENTO
IDADE ESTIMADA – sim ou não
SEXO – tabela
COR – tabela
ENDEREÇO x
BAIRRO – tabela
CIDADE – tabela
UF – tabela
NUMERO REGISTRO CIVIL – Sim ou Não – Biometria Íris e Digitais
IDENTIDADE – RG

TABELA PROCESSO APURAÇÃO

COMARCA – tabela
VARA – tabela
NUMERO PROCESSO
DATA DA DISTRIBUIÇÃO
INFRAÇÃO COMETIDA – tabela
DATA INFRAÇÃO
BAIRRO INFRAÇÃO – tabela
TIPO DOC POLICIAL APRESENTADO – tabela
HOVE REPRESENTAÇÃO – sim ou não
DATA DA SENTENÇA
HOVE RECURSO? SIM OU NÃO
DATA DO ACORDÃO
DATA TRÂNSITO EM JULGADO
MOTIVO ENCERRAMENTO – tabela
MEDIDA APLICADA - tabela
FOI DECRETADA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA Sim ou Não
DATA DA INTERNAÇÃO E DA REVOGAÇÃO OU SENTENÇA

TABELA PROCESSO EXECUÇÃO DE MEDIDA

COMARCA - tabela

VARA – tabela

DATA DE ABERTURA

NUMERO PROCESSO EXECUÇÃO – tabela

PROCESSO APURACAO NA COMARCA - sim ou não

HOUVE PROGRESSÃO DE MEDIDA ? Tabela de medidas com data

HOUVE REGRESSÃO DE MEDIDA? Tabela de medidas com datas

DATA DE ENCERRAMENTO

MOTIVO DE ENCERRAMENTO – tabela – artigo 37 DP PL

TABELA ACOMPANHAMENTO / ANDAMENTO / FASES DO PROCESSO EXECUCAO DE MEDIDAS

VARA - tabela

FASE/OCORRENCIA – tabela

DATA INICIAL

DATA FINAL

OBSERVAÇÕES

**TABELA DE EXECUÇÃO DA MEDIDA sugerida para preenchimento na
Unidade ou nas Comarcas que executam MA.**

	COMARCA – tabela
	PROCESSO DE EXECUÇÃO DE MEDIDA – tabela
	ADOLESCENTE - tabela
	MEDIDA - tabela
	DATA ABERTURA DA MEDIDA
	DATA DO ENCERRAMENTO DA MEDIDA
	FREQUENCIA DO ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA EM DIAS – campo texto
	TÉCNICO QUE ACOMPANHA A MEDIDA 1 – tabela
	TÉCNICO QUE ACOMPANHA A MEDIDA 2 – tabela
ENGAJAMENTO DO ADOLESCENTE – fonte da informação - na Unidade de Execução.	
	DATA DO ENGAJAMENTO DO ADOLESCENTE NA MEDIDA
	PROGRAMA DE ATENDIMENTO - tabela
	ENTIDADE DE ATENDIMENTO - tabela
	ORIENTADOR - tabela
	OBSERVAÇÕES – campo texto
	RELATÓRIOS / PARECERES - campo texto

TABELA ACOMPANHAMENTO / AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE E DA MEDIDA EM EXECUÇÃO

COMARCA – tabela
ENTIDADE tabela
PROCESSO DE EXECUÇÃO tabela
MEDIDA EM EXECUCAO - tabela
DATA AVALIAÇÃO
LOCAL DA AVALIAÇÃO
TECNICORESPONSÁVEL - tabela
TECNICORESPONSÁVEL - tabela

EFICIÊNCIA DA MEDIDA - tabela
OBSERVAÇÕES SOBRE EFICIENCIA DA MEDIDA – texto livre

PARTICIPAÇÃO DO ADOLESCENTE NAS ATIVIDADES DA MEDIDA - tabela
OBSERVAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DA MEDIDA –
texto livre
ATUACAO ENTIDADE - tabela
OBSERVAÇÕES SOBRE ATUACAO ENTIDADE – texto livre

ATUACAO ORIENTADOR - tabela
OBSERVAÇÕES SOBRE ATUACAO ORIENTADOR - texto livre

VISAO DO ADOLESCENTE QUANTO A INFRACAO COMETIDA - tabela
OBSERVAÇÕES DO ADOLESCENTE QUANTO A INFRACAO COMETIDA -
texto

VISAO DO ADOLESCENTE QUANTO ADEQUADAÇÃO DA MEDIDA
APLICADA (tabela)
OBSERVAÇÕES DO ADOLESCENTE QUANTOA ADEQUADAÇÃO DA
MEDIDA – texto livre

VISAO DOS PAIS / RESPONSÁVEIS QUANTO A INFRACAO COMETIDA -
tabela
OBSERVAÇÕES DOS PAIS / RESPONSÁVEIS QUANTO A INFRACAO
COMETIDA - texto

VISAO DOS PAIS / RESPONSÁVEIS QUANTO ADEQUADAÇÃO DA
MEDIDA - tabela
OBSERVAÇÕES DOS PAIS / RESPONSÁVEIS QUANTOA ADEQUADAÇÃO
DA MEDIDA – texto livre

ANEXO III

Resolução nº , de de maio de 2009

Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República, especialmente o disposto no inciso I, §4º, art. 103-B;

CONSIDERANDO a prioridade das políticas de atendimento à infância e à juventude, preconizada pelo artigo 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as normas referentes aos adolescentes contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as quais a obrigatoriedade de efetivação dos direitos referentes à vida, ao respeito e à dignidade, que consistem na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e na proibição de tratamento desumano;

CONSIDERANDO a peculiar condição do adolescente como pessoa em processo de desenvolvimento;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade, prevista no artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao adolescente, elencadas no artigo 90 da mesma norma, pelo Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a aprovação, na 73ª Sessão Plenária, realizada em 04 de novembro de 2008, da proposta nacional de promoção de medidas de proteção à infância e à juventude e de reinserção social do adolescente em conflito com a lei;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar aos juízes das varas da infância e da juventude com competência para a matéria referente a adolescentes em conflito com a lei que realizem pessoalmente inspeção mensal nas entidades de atendimento sob sua responsabilidade e adotem as providências necessárias para o seu adequado funcionamento.

Parágrafo único. Igual procedimento deve ser adotado pelos juízes que atuam em outros juízos, inclusive juízo único, com competência concorrente para a matéria de adolescentes em conflito com a lei.

Art. 2º Das inspeções mensais deverá o juiz elaborar relatório sobre as condições da entidade de atendimento, a ser enviado à Corregedoria-Geral de Justiça do respectivo Tribunal até o dia 05 do mês seguinte, sem prejuízo das imediatas providências para que o seu funcionamento se dê na forma prevista em lei.

§1º Deverão constar no relatório indicado, em campo próprio, as seguintes informações:

I – a localização, a destinação, a natureza e a estrutura da entidade de atendimento;

II – as informações relativas ao cumprimento das normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial nos artigos 90 a 94;

III – os dados referentes à suficiência ou não de vagas e, em caso negativo, a especificação da defasagem;

IV – as medidas adotadas para o adequado funcionamento da entidade.

§2º O relatório deverá ser disponibilizado à Corregedoria Nacional de Justiça, quando solicitado.

§3º Constatada qualquer irregularidade na entidade de atendimento, o juiz tomará as providências necessárias para a apuração dos fatos e de eventual responsabilidade.

Art. 3º Os Tribunais de Justiça poderão expedir regulamentos suplementares, considerando as peculiaridades locais.

Art. 4º Os respectivos Tribunais proporcionarão condições de segurança aos juízes no cumprimento do referido dever de visita às entidades de atendimento.

Art. 5º Para auxiliar os juízes no controle da aplicação das medidas sócioeducativas, o Conselho Nacional de Justiça implanta, neste ato, o cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei, que tem por finalidade consolidar dados de todas as comarcas das unidades da federação referentes aos envolvidos na prática de atos infracionais, estejam ou não em cumprimento das referidas medidas.

Art. 6º O cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei ficará hospedado no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, assegurado o acesso exclusivamente aos órgãos por ele autorizados.

Art. 7º As Corregedorias dos Tribunais de Justiça funcionarão como administradoras do sistema no respectivo Estado, e terão acesso integral aos dados, com a atribuição de cadastrar e liberar o acesso ao juiz competente de cada uma das varas das comarcas, bem como zelar pela

correta inserção das informações, que deverá se ultimar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 8º As Corregedorias-Gerais de Justiça e os juízes competentes encaminharão os dados por meio eletrônico ao cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei.

Art. 9º O Conselho Nacional de Justiça prestará o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para a inserção dos dados no cadastro nacional.

Parágrafo único - Os Tribunais poderão manter os atuais sistemas de dados em utilização no respectivo Estado, ou substituí-los por outros que entendam mais adequados, desde que assegurada a migração dos dados ao cadastro nacional.

Art. 10. Compete ao Comitê Gestor promover a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei e efetuar o detalhamento dos procedimentos para o cumprimento desta resolução.

Art. 11. Os cadastros do sistema da infância e da juventude serão geridos e fiscalizados pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Ministro Gilmar Mendes
Presidente do CNJ**

ANEXO IV

RELATÓRIO BIMESTRAL DE INSPEÇÃO A
UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
(baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90)

(CASAS DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO- EDUCATIVO 00 RS – FASE/RS)

1. INTRODUÇÃO

UNIDADE	DIRETOR DA CASA	DATA DA VISITA
OFICIAL (IS) DE PROTEÇÃO	ATENDIDO(S) POR	

2. VERIFICAÇÃO

2.1. Lotação (art. 94, III)

CAPACIDADE	POPULAÇÃO NA DATA
OBSERVAÇÕES	

ADOLESCENTES NO ISOLAMENTO DISCIPLINAR / EM OBSERVAÇÃO		
Nome	Data de Início	Relatório Disciplinar

2.2. Instalações Físicas (arts. 94, VII; 94, I c/c 124, X)

--

2.3. Estudo Social, Prontuários e Acompanhamento (art. 94, V, VI, XIII, XX)

--

2.4. Visitação (art. 94, I c/c art. 124, VII)

--

2.5. Saúde (arts. 94, IX; 94, I c/c 124, IX)

--

ADOLESCENTES NA ENFERMARIA		
Nome	Data de Entrada	Motivo

--	--	--

2.7. Vestuário e alimentação (art. 94, VIII)

--

2.8. Escolarização e profissionalização (arts. 94, X; 94, I c/c 124, XI)

--

2.9. Lazer e demais atividades (aris. 94, XI; 94, I c/c 124, XII)

--

2.10. Assistência religiosa (aris. 94, XII; 94, I c/c 124, XIV)

--

2.11. Atendimentojuridico (aris. 94, XV; 94, I c/c 124, I, m, IV)

--

2.12. Relato(s) de adolescente(s) e/ou familiar(es) (arts. 94, IV; 94, I c/c 124, V)

<u>Fonte(s).</u>

2.13. Observações diversas (arts. 94, 11, XIV, XVI, XVII, xviii, XIX; 124, II, VI, VIII, XIII, XV, XVI)

--

3. OUTRAS CONSTATAÇÕES

--

4. CONCLUSÕES E ASPECTOSA DESTACAR

--

Ass.: